



Estado do Rio Grande do Sul

JAIR SOARES

MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PORTO ALEGRE
1986

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Jair Soares

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Cláudio Strassburger

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

Augusto Borges Berthier

CHEFE DA CASA MILITAR

Ubirajara de Sá Gomes

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE

Artur Zanella

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA

Luiz Felipe Azevedo Gomes

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Ney Sá

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

Paulo Barbosa Lessa

SECRETÁRIO DA FAZENDA

José Hipólito Campos

SECRETÁRIO DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS

João Flávio Ioppi

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA

João Salvador de Souza Jardim

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Plácido Steffen

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Antônio Carlos Ferreira de Mello

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Juarez Hauszen

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Sérgio Alexandre Bechelli

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Luiz Adams

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Rosendo da Costa Prieto

SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Mauro Maranzana

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

Luiz Felipe Corrêa de Azevedo

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

José Diogo Cyrillo da Silva

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | — APRESENTAÇÃO | 9 |
| 2 | — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO | 21 |
| | 2.1 — EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO | |
| | 2.1.1 — Secretaria da Educação e Cultura (SEC) | 25 |
| | 2.1.2 — Conselho Estadual de Educação (CEE) | 30 |
| | 2.1.3 — Conselho Estadual de Cultura (CEC) | 31 |
| | 2.1.4 — Conselho Regional de Desportos (CRD) | 33 |
| | 2.1.5 — Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) | 33 |
| | 2.1.6 — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) | 34 |
| | 2.1.7 — Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERGS) | 36 |
| | 2.1.8 — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC) | 38 |
| | 2.1.9 — Fundação Televisão Educativa Piratini (FTE - Piratini) | 40 |
| | 2.1.10 — Fundação Teatro São Pedro (FTSP) | 43 |
| | 2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE | |
| | 2.2.1 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) | 49 |
| | 2.3 — SANEAMENTO | |
| | 2.3.1 — Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) | 55 |
| | 2.4 — TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO | |
| | 2.4.1 — Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS) | 59 |
| | 2.4.2 — Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT) | 60 |
| | 2.4.3 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL) | 62 |
| | 2.4.4 — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) | 64 |
| | 2.4.5 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS) | 66 |
| | 2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA | |
| | 2.5.1 — Secretaria da Segurança Pública (SSP) | 71 |

| | | | |
|--------|---|---|-----|
| 2.6 | — | JUSTIÇA | |
| 2.6.1 | — | Secretaria da Justiça (SJ) | 75 |
| 2.7 | — | MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL | |
| 2.7.1 | — | Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ) | 81 |
| 2.8 | — | DEFESA JUDICIAL DO ESTADO | |
| 2.8.1 | — | Procuradoria-Geral do Estado (PGE) | 85 |
| 2.9 | — | AGRICULTURA | |
| 2.9.1 | — | Secretaria da Agricultura (SA) | 89 |
| 2.9.2 | — | Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) | 92 |
| 2.9.3 | — | Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) | 94 |
| 2.9.4 | — | Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB) | 95 |
| 2.9.5 | — | Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) | 96 |
| 2.9.6 | — | Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes (ISRC) | 97 |
| 2.10 | — | INDÚSTRIA E COMÉRCIO | |
| 2.10.1 | — | Secretaria da Indústria e Comércio (SIC) | 101 |
| 2.10.2 | — | Conselho Estadual da Indústria da Construção (CEICO) | 104 |
| 2.10.3 | — | Açúcar Gaúcho S/A (AGASA) | 104 |
| 2.10.4 | — | Companhia de Desenvolvimento Industrial e Co- mercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) | 105 |
| 2.10.5 | — | Companhia Riograndense de Laticínios e Corre- latos (CORLAC) | 107 |
| 2.10.6 | — | Central Vitivinícola do Sul S/A (VINOSUL) | 108 |
| 2.10.7 | — | Produtos Gaúchos S/A (PROGASA) | 108 |
| 2.10.8 | — | Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul (CONPETRO) | 109 |
| 2.10.9 | — | Companhia Riograndense de Nitrogenados (CRN) | 110 |
| 2.11 | — | CIÊNCIA E TECNOLOGIA | |
| 2.11.1 | — | Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) .. | 115 |
| 2.12 | — | TURISMO | |
| 2.12.1 | — | Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR) | 119 |
| 2.13 | — | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | |
| 2.13.1 | — | Secretaria da Fazenda (SF) | 123 |
| 2.14 | — | INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | |
| 2.14.1 | — | Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL) | 129 |

| | | | |
|--------|---|---|-----|
| 2.14.2 | — | BANRISUL — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul S/A — (DIVERGS) | 131 |
| 2.14.3 | — | Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE/RS) | 132 |
| 2.14.4 | — | Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL)..... | 134 |
| 2.14.5 | — | Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) | 136 |
| 2.15 | — | ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES | |
| 2.15.1 | — | Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) | 141 |
| 2.15.2 | — | Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). .. | 142 |
| 2.15.3 | — | Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) | 145 |
| 2.15.4 | — | Companhia Riograndense de Mineração (CRM).. .. | 147 |
| 2.15.5 | — | Comissão Estadual de Energia (CENERGS) | 148 |
| 2.16 | — | TRANSPORTES | |
| 2.16.1 | — | Secretaria dos Transportes (ST)..... | 153 |
| 2.16.2 | — | Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) | 153 |
| 2.16.3 | — | Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) | 154 |
| 2.16.4 | — | Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) | 155 |
| 2.16.5 | — | Departamento Aeroviário do Estado (DAE) | 156 |
| 2.17 | — | PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO | |
| 2.17.1 | — | Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP) .. | 159 |
| 2.17.2 | — | Conselho de Recursos Hídricos (CONRHIRGS).. .. | 163 |
| 2.17.3 | — | Fundação de Economia e Estatística (FEE) | 164 |
| 2.17.4 | — | Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS)..... | 167 |
| 2.17.5 | — | Sistema Estadual de Informação Técnica e Estatística (SEITE) | 169 |
| 2.17.6 | — | Sistema Estadual de Processamento Eletrônico de Dados (SEPED) | 170 |
| 2.18 | — | ADMINISTRAÇÃO | |
| 2.18.1 | — | Secretaria da Administração (SEA) | 173 |
| 2.18.2 | — | Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG)..... | 176 |
| 2.18.3 | — | Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) | 177 |
| 2.19 | — | PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR | |
| 2.19.1 | — | Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)..... | 181 |
| 2.20 | — | PROCESSAMENTO DE DADOS | |
| 2.20.1 | — | Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) | 187 |

| | |
|--|------------|
| 2.21 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS | |
| 2.21.1 — Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO) | 193 |
| 2.21.2 — Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU) | 194 |
| 2.21.3 — Conselho para o Desenvolvimento Integrado do Litoral (CODEL)..... | 195 |
| 2.21.4 — Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN)..... | 195 |
| | |
| 2.22 — GABINETE DO GOVERNADOR | |
| 2.22.1 — Secretaria Extraordinária para Assuntos da Casa Civil | 199 |
| 2.22.2 — Casa Militar/Coordenadoria Estadual de Defesa Civil | 200 |
| 2.22.3 — Gabinete da Primeira Dama..... | 202 |
| 2.22.4 — Assessoria de Comunicação Social | 203 |
| 2.22.5 — Assessoria de Relações Públicas | 204 |
| 2.22.6 — Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre (SEGPA) | 204 |
| 2.22.7 — Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha | 207 |
| | |
| 3 — TABELAS | 209 |

1 — APRESENTAÇÃO

OF. GAB. Nº 228/86

Porto Alegre 1.º de março de 1986.

Senhor Presidente:

De conformidade com o disposto no artigo 66, inciso XIV, da Constituição do Estado, encaminho, para exame de Vossa Excelência e de seus insignes pares, a mensagem em que presto contas da gestão correspondente ao exercício de 1985.

Com efeito, é-me grato reportar aos dignos representantes do povo sul-riograndense que 1985 marca a recuperação econômica do nosso Estado, fato que se comprova pelas taxas de crescimento da Renda Interna (8,7%), pelo aumento da Renda Per Capita (7,4%), indicadores por si só seguros, dentre outros, de que o quadro recessivo, vigorante até 1984, não mais perdura.

Necessário é referir, no entanto, como seqüelas do período de recessão, os efeitos danosos de elevadas taxas inflacionárias e o acúmulo da chamada Dívida Social, que urge seja resgatada.

Reitero o que tenho afirmado nas mensagens anteriores e em outros pronunciamentos: creio firmemente na vontade do povo que habita o Rio Grande do Sul. Não importam as intempéries; as enchentes que prejudicaram o sistema produtivo estadual, em 1983 e 1984, não abalaram o ânimo da gente sulina. A seca que se iniciou no final de 1985 — e cujos reflexos mais significativos se farão sentir no decorrer de 1986 — contabilizou prejuízos diretos de monta, conforme é do conhecimento de todos.

Numa perspectiva institucional, e como condição fundamental a que se possa viabilizar a Federação brasileira, calcado numa avaliação de três anos de administração, reafirmo o que tenho pregado: urge que se promova um reordenamento das finanças públicas nacionais, buscando-se formas de reduzir o deficit público, em particular o relativo aos estados-membros, ao mesmo tempo em que seja

**Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDOMIRO LIMA
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
Nesta Capital**

possível a retomada dos necessários investimentos na infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento social.

Em seguimento, cumpre-me apresentar a essa Casa uma síntese do desempenho da economia sul-rio-grandense, no exercício de 1985, incorporando, cumulativamente, observações relativas a 1983 e a 1984.

É praticamente um consenso, hoje, que a compreensão do comportamento da economia regional, apesar de suas peculiaridades, passa pelo entendimento da economia nacional como um todo.

Como indicadores do desempenho das economias nacional e estadual foi considerada a evolução do produto e da renda interna. A análise é complementada com outros itens que mereceram destaque.

Em 1983, a nível nacional, verificava-se uma crise no sistema produtivo — o PIB nacional registrava um decréscimo de 3,2%, enquanto a renda interna do Rio Grande do Sul assinalava um ritmo levemente positivo, situado em torno de 1%.

À reorientação da política econômica, com o objetivo de atender às proposições do FMI, pode-se creditar parcela significativa de responsabilidade na configuração do quadro descrito.

A inflação, ao fim do ano de 1983, atingia 211%, enquanto os salários, como reflexo de uma política que promoveu, no decorrer de 1983, cinco modificações na legislação específica, tiveram uma considerável perda do poder real. Para complementar a descrição do quadro, registravam-se expressivas taxas de desemprego a níveis global e setorial.

A análise evolutiva do produto e da renda nos últimos anos permite observar as grandes dificuldades e o aprofundamento da crise que se abate sobre a sociedade brasileira. Em relação a 1983, tudo indica que o desempenho da economia apresentou recordes de negatividade e que os problemas tendiam a se alastrar em todos os setores. Confirmando-se a intensidade da queda do produto e da renda interna, constatou-se que nos três últimos anos (1981, 1982 e 1983) a renda "per capita" real dos brasileiros decresceu cerca de 12%.

A quantificação pode ser realizada a partir das taxas anuais de crescimento da renda (Δ 1982/1981 = 0,9% e Δ 1983/1982 = -3,2%) e da população que aumenta anualmente a um ritmo de 2,5% (cerca de 8% em três anos).

O fato de, nos cálculos de 1983, não terem sido considerados os informes da construção civil, que também não apresentou um desempenho favorável, pode estar influenciando para não traduzir toda a magnitude da negatividade.

Alguns resultados do período 1979/82 — no qual se desenvolveu o estado geral de crise pela qual passou também a economia gaúcha — permitem visualizar ainda uma certa tendência declinante. Apesar de o produto rio-grandense, em 1983, ter sido pouco superior ao registrado em 1979, ainda não conseguiu atingir o obtido em 1980.

No que diz com o desempenho global da economia estadual, estima-se que a renda interna estadual tenha se ampliado no ano de 1983, quando comparada a

1982, em cerca de 1%. Observe-se, a propósito, que a taxa de crescimento demográfico, em 1983, foi de 2,2%, isso significando que a renda "per capita" reduziu-se em cerca de 1,2%. Em consequência, isso teve reflexos em toda a economia, mesmo que a retração seja mais agudizada em um setor específico.

A nível nacional, o único setor que assinalou acréscimos do produto foi o agrícola.

A indústria repetiu, em termos globais, o desalentador desempenho registrado em 1981 com um agravamento qualitativo da situação, uma vez que quase todos os segmentos apresentaram resultados negativos.

Quanto ao setor terciário, apesar da tênue favorabilidade dos intermediários financeiros, registrou a nível global um comportamento desanimador (-2,3%).

Pode-se dizer, quando se tenta detectar as causas do medíocre comportamento econômico rio-grandense em 1983, que elas estão estritamente vinculadas a fenômenos registrados na economia nacional. Em 1983, nem mesmo o setor agrícola gaúcho, que costuma revelar um comportamento autônomo em relação ao setor primário nacional, apresentou independência. Ambos sofreram sérios revezes de ordem climática, além dos reflexos negativos da conjuntura global.

A maior amplitude do índice de crescimento da economia agrária rio-grandense (29,1%) em relação à média nacional (2,2%) é melhor explicada pelo fato de o ano que lhe serviu como base de comparação — 1982 — ter registrado um desempenho catastrófico, do que propriamente pela "performance" revelada em 1983 (inferior à registrada em 1980 e 1981).

Apesar dos resultados aparentemente positivos, diferentes fatores exerceram, em 1983, influências negativas sobre a economia agrária rio-grandense. Houve maiores restrições creditícias, dificultando os financiamentos, e aumento das taxas de juros, sem falar nos fatores climáticos que, não obstante sua aleatoriedade, não deixaram de marcar um impacto negativo.

Dois fatores significativos favoreceram o comportamento do setor agrícola: os ganhos médios de produtividade e a situação, medianamente satisfatória, dos preços relativos dos diversos produtos.

O segmento pecuário não assinalou as mesmas vantagens que o lavoureiro, todavia, face ao peso do produto da lavoura no conjunto da agricultura os resultados podem ser considerados positivos.

Extrai-se a conclusão da relativa positividade do desempenho agrícola em 1983, porque foi o único setor a revelar acréscimos do produto quando comparado ao ano imediatamente anterior, a ponto de impedir que a taxa de crescimento global da economia (1,1%) registrasse negatividade como ocorreu com a nacional.

O setor agrícola contribuiu, sozinho, com parcela significativa na composição da taxa global.

No que concerne ao comportamento do setor industrial sul-rio-grandense du-

rante 1983, todos os indicadores assinalaram a presença de fortes componentes recessivos. O fato não surpreende na medida em que tal setor, bastante reflexivo da economia nacional, tenderia, naturalmente, a internalizar os efeitos da crise atravessada nesse ano pela economia brasileira. Pode-se dizer, inclusive que em termos regionais, 1983 foi o ano em que a indústria gaúcha apresentou um dos seus piores desempenhos.

Em termos de crescimento da renda interna produziu com a sua retração (decreceu em relação a 1982 cerca de 5%) repercussões altamente negativas.

Não se pode destacar, em 1983, um único segmento da indústria que tenha revelado um desempenho mais alentador, todavia deve-se alertar para o fato de que, caso se levasse em consideração na taxa global de decréscimo da indústria a registrada pela construção civil, o quadro certamente seria mais desesperante.

Talvez um dos poucos pontos positivos tenha sido a ativação das primeiras unidades do III Pólo Petroquímico, representando a concretização de um novo segmento no cenário industrial do Estado, porém ainda sem reflexos a nível de produto.

A participação da indústria sul-rio-grandense no total da indústria nacional só não perdeu sua significância porque os decréscimos da produção da indústria brasileira foram bastante similares aos assinalados pelo setor industrial gaúcho.

Com o comportamento descrito no setor secundário, apesar de um desempenho agrícola relativamente satisfatório, não se poderia esperar que o setor serviços revelasse resultados muito animadores.

Realmente, pelo terceiro ano consecutivo o setor serviços teve sua renda interna real reduzida. Tendo em conta seu peso na formação da renda interna gaúcha (60%), embora não possa ser considerado o centro dinâmico da economia, o setor serviços, com o decréscimo (-3,3%) do resultado de suas atividades em 1983, responsabilizou-se, ponderavelmente, pelo insignificante crescimento do produto gerado nas fronteiras rio-grandenses.

Dentre os subsetores que compõem o setor terciário, a linha comportamental deve ter apresentado bastante similitude, o que pode ser observado pelo desempenho do subsetor comércio. Registrando um crescimento negativo também por três anos consecutivos e com uma significância de cerca de quarta parte do setor serviços, a negatividade comportamental do comércio se insere, em 1983, perfeitamente no quadro recessivo que caracterizou as economias regional e nacional.

Em 1984, o desempenho da economia rio-grandense apresentou contornos mais dinâmicos do que os registrados no transcorrer de 1983. Os cálculos preliminares, realizados em dezembro de 1984, indicavam um crescimento global da ordem de 0,4%. Hoje já se pode afirmar que esse acréscimo foi subestimado (na verdade o aumento da renda interna gaúcha deve ter se situado ao redor dos 2,0%), fato que, diante da conjuntura recessiva que perdurou ainda no ano em questão, foi bastante alentador.

Outro aspecto destacável foi o de que parcela significativa da renda interna estadual se vinculou ao desempenho industrial, onde se verificaram, com nitidez, sinais de recuperação. Os demais setores e subsetores, apesar de nem todos assina-

larem o dinamismo que se constatou na indústria, não chegaram a prejudicar, seriamente, o desempenho global.

Sem dúvida, o comportamento da economia gaúcha em 1984 foi mais promissor do que o registrado em 1983, embora em termos de repercussões seja apressado sedimentar uma análise. Mesmo assim, já era possível vislumbrar o início da recuperação econômica que se almeja para o Estado.

Alguns indícios desse processo, notadamente em determinados segmentos, já eram percebidos, como se pode constatar pelo crescimento dos investimentos físicos na indústria. Segundo a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da FGV, os investimentos físicos na indústria de transformação tiveram, em média, em 1984, um aumento da ordem de 6,94% quando comparados a 1983. Destacaram-se, pelos montantes investidos, o setor metalúrgico, o de produtos alimentares, materiais não-metálicos e mecânica.

É preciso destacar também, em termos de tendências, que a retomada do crescimento em âmbito estadual estava ligada às tendências de recuperação da economia nacional.

E a recuperação da economia regional não se fará isoladamente, ela só se viabiliza na medida em que se recupera a economia brasileira como um todo e, neste processo, o setor industrial jogará o papel essencial.

Embora nem todos os fatores fossem favoráveis à agricultura em 1984, as condições climáticas foram boas, possibilitando o delineamento de uma retomada do crescimento.

Ainda em 1984, à semelhança do que ocorrera em 1983, a agricultura rio-grandense sentiu o impacto de uma conjuntura econômica pouco reativada e reflexos um tanto desfavoráveis da política econômica adotada pelo Governo Federal. Apesar disso, a produção física da lavoura assinalou ponderáveis acréscimos em relação à safra anterior; entretanto a pecuária registrou alguns revezes.

Cumpra assinalar que, não obstante os acréscimos constatados na produção física dos diversos segmentos agrícolas, os montantes do produto colhido se encontram ainda em níveis inferiores aos obtidos em 1980. A exceção se encontrou em algumas culturas lavoureiras, cujo desempenho superou o de 1980, mas não logrou atingir o registrado em 1982. Uma certa tendência à queda de produtividade também foi registrada em algumas culturas.

Finalmente, no que se relaciona ao setor primário, alguns segmentos tiveram a pesar no seu desempenho a influência de uma relação de trocas desfavorável, embora no global os índices de preços recebidos e pagos pelo setor agrícola tenham apresentado, praticamente, o mesmo incremento: cerca de 236%.

As tendências verificadas no setor industrial gaúcho, conforme se destacou anteriormente, foram similares às registradas por esse mesmo setor a nível nacional. As diferenças assinaladas, em termos de índices, tiveram muita relação com as disparidades existentes entre os parques industriais rio-grandense e nacional.

Desta forma, embora em proporções diversas e com reflexos globais even-

tualmente diferenciados, os segmentos vinculados ao mercado externo foram os que mais cresceram. Também os ramos da indústria estadual, cuja integração com a indústria química do centro do País é mais estreita, tiveram nítidos sinais de expansão.

Em razão do vínculo citado, os gêneros material elétrico, metalurgia, mecânica, vestuário e calçados e, numa intensidade um pouco mais modesta, química e material de transportes foram os que apresentaram melhor desempenho.

É importante destacar a influência exercida pelo comportamento das exportações para a obtenção de tal desempenho. Além disso, também é digno de nota o aspecto da pequena perda de representatividade da indústria do Rio Grande do Sul no todo nacional.

Embora ambos os setores houvessem assinalado expansão, como o ritmo com que a indústria gaúcha reagiu (4,8%) foi mais lento do que o registrado pela indústria nacional, a representatividade da indústria rio-grandense reduziu-se. Englobando os mais diversos subsetores (Governo, transporte e comunicações, intermediários financeiros, comércio, aluguéis e outros serviços), o setor serviços tem uma participação altamente significativa na renda interna estadual, contribuindo com cerca de 50% para sua formação.

Com uma sensibilidade muito peculiar aos fenômenos que se registram nos outros dois setores e na economia como um todo, o setor serviços revelou, desde 1981, taxas negativas de crescimento.

Em 1984, manteve-se essa tendência, embora o decréscimo constatado tenha sido menor do que o observado em 1983. As primeiras estimativas do comportamento do setor serviços, para esse ano, realizadas em dezembro de 1984, indicavam um decréscimo de 0,1%. Algumas reestimativas ainda não concluídas parecem demonstrar que, em realidade, a perda do setor foi um pouco mais contundente, estando situada ao redor de -2%. A se confirmarem as estimativas, ocorrerão decréscimos no setor serviços durante quatro anos sucessivos, com o agravamento das dificuldades em 1982 (1981 = -0,8%; 1982 = -4,3%; 1983 = -3,3%).

Comparando o desempenho do setor serviços no Estado, com o que ele revelou a nível nacional, verifica-se que, à semelhança do observado com o setor secundário, dada a disparidade de ritmos no processo, houve uma pequena perda de representatividade da parcela gaúcha.

Em 1985, concretizaram-se as perspectivas de melhoria do desempenho econômico do Estado, que podiam ser visualizadas em função da retomada de crescimento em 1984, constituindo-se o ano de 1985, em termos globais do comportamento econômico, no melhor ano da década de 80.

Apesar de a inflação ter prosseguido sua trajetória sem abrandamento, a política econômica impressa pelo Governo Federal, dando ênfase ao crescimento econômico, como forma de ampliar a oferta de emprego e dinamizar a produção e imprimindo diretrizes mais liberais do receituário do FMI, logrou ativar a economia.

No Rio Grande do Sul, pôde-se verificar resultados positivos praticamente em todos os segmentos da economia.

É interessante lembrar que, enquanto em 1984 os resultados positivos globais estiveram mais estreitamente vinculados a alguns setores, em parte significativa atrelados a estímulos externos, em 1985, os resultados globais favoráveis e mais expressivos foram frutos de uma expansão mais harmônica. No comportamento econômico de 1985, deve-se citar como um dos estímulos às atividades produtivas o começo da gradativa recuperação do poder de compra dos salários.

Assim, o desempenho da economia estadual em 1985 foi similar ao da economia nacional, registrando, ambas, contornos da retomada do processo de desenvolvimento interrompido pela recessão que assolou o País nos anos 80.

A obtenção de um surto expansionista praticamente em todos os segmentos da economia rio-grandense (a construção civil está entre as exceções que preocupam) permitiu que a renda interna registrasse uma expansão da ordem de 8,7%, superior mesmo, ainda que com pequena margem, ao índice de crescimento assinalado pela economia nacional. Confirmadas as estimativas do desempenho da economia rio-grandense, parte-se, embora de forma tímida, para a recuperação da representatividade de alguns setores produtivos gaúchos no todo nacional.

Cumprido destacar que, nos resultados de 1985, não estão inseridos os reflexos da estiagem que passou a assolar o Estado nos últimos meses do ano. Na ocasião, a safra dos principais produtos (1984/85) já havia sido colhida, devendo as repercussões da seca transparecer no desempenho de 1986.

Apesar da redução da área cultivada de importantes produtos agrícolas (arroz, milho, soja), a agricultura rio-grandense revelou, em 1985, resultados significativamente favoráveis, registrando um crescimento setorial, em relação a 1984, da ordem de 11%. Pela primeira vez, após quatro anos, os resultados obtidos pelo setor primário aproximaram-se dos atingidos no ano de 1980, considerado favorabilíssimo para a agricultura do Rio Grande do Sul.

A origem de tais resultados vincula-se, em parcela expressiva, a ganhos de produtividade que se refletiram em acréscimos da produção de tal grandeza que compensaram com folga, a redução de área cultivada. A exceção, no caso de aumento da produtividade, ficou com a triticultura, onde foi observada uma redução do rendimento médio por área cultivada. Nesse caso, a expansão de quase 50% da área refletiu-se num aumento da produção de 47%. É possível que a triticultura se encontre entre as safras do ano que possam ter sido marcadas pelos primeiros reflexos da estiagem, já no fim do seu ciclo. Não obstante, a perda de produtividade em relação ao ano de 1984, a triticultura recuperou sua representatividade no segmento lavoureiro, sendo o valor de sua produção só inferior ao registrado pelas culturas de soja, arroz e milho.

Outro aspecto que favoreceu os resultados da lavoura foi o da relação de preços (índice de preços recebidos e índices de preços do consumo intermediário) praticamente igualitária, induzindo um crescimento do valor agregado a ritmos superiores ao do valor bruto da produção real.

Comparadas com os índices obtidos em 1984, as informações estatísticas relacionadas com a pecuária também indicam uma melhoria dessa atividade. A recuperação mais acentuada ocorreu com a avicultura, cujos estoques retomaram o crescimento, ao mesmo tempo em que se expandiram os abates. Os demais segmentos não puderam imprimir um maior impulso expansionista, todavia, apesar

das limitações com que se depararam, tiveram um comportamento de ordem a não prejudicar o desempenho pecuário em seu conjunto.

A indústria, que já em 1984 conseguiu dar os primeiros impulsos para que as economias nacional e estadual lograssem os primeiros passos rumo à expansão, manteve em 1985 um comportamento dinâmico. Embora neste último ano o comércio exterior não tenha oferecido o mesmo estímulo que em 1984 à indústria de transformação, medidas de política econômica, voltadas para a ativação da economia, concederam-lhe a necessária sustentação, destacando-se o aquecimento da demanda interna.

No Rio Grande do Sul, a indústria de transformação registrou um crescimento de 6,1%, em grande parte devido ao comportamento da indústria nacional — centro-sul — ao qual está fortemente associada como fornecedora de insumos. Dessa forma, é compreensível que os principais responsáveis pelo nível da atividade industrial em 1985 no Estado tenham sido as indústrias de material elétrico e comunicações e material de transporte, produtoras, basicamente, de produtos intermediários para as indústrias de bens de consumo duráveis e de capital instaladas no centro industrial do País.

Apesar das sérias dificuldades enfrentadas pela indústria calçadista do Estado no mercado externo, notadamente o norte-americano — devido às restrições que se tentou implantar à entrada de calçados — as vendas registraram um crescimento bastante significativo (8,4%) nos dez primeiros meses de 1985.

As perspectivas da indústria nacional para 1986 parecem ser de manutenção do processo expansionista, ainda que a um ritmo menos intenso. Essas perspectivas poderão ser alteradas em função de medidas de política antiinflacionária a serem acionadas caso o processo inflacionário se agudize.

No estado rio-grandense, os segmentos direcionados à produção de máquinas e implementos agrícolas deverão refletir no seu desempenho de 1986 as consequências da estiagem, ocorrendo fato similar com as indústrias insumidoras de produtos agrícolas.

O setor serviços, após um considerável espaço de tempo (1981 a 1984) de sucessivas perdas na sua capacidade de geração de renda, assinala, em 1985, 9,1% de acréscimo em relação ao ano de 1984. Tal aumento, que parece se revestir de significância ponderável, perde expressividade se for feita a comparação do produto com a fase que antecedeu a crise recessiva, ou seja, o início da década de 80.

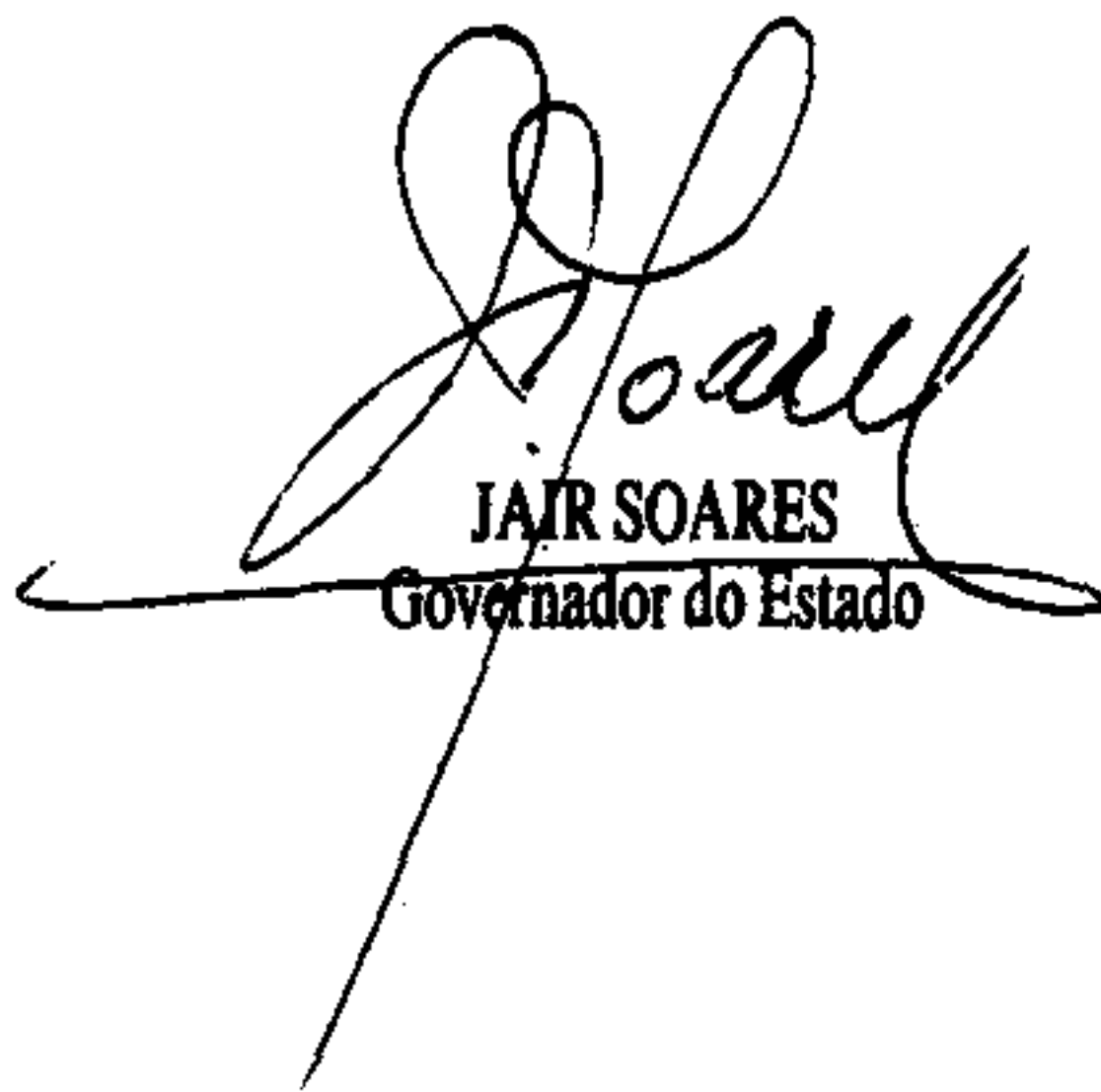
Recebendo estímulos dos demais setores produtivos, com os quais mantém estreitos vínculos, mas sobretudo, beneficiando-se de uma política salarial que iniciou a reposição do poder de compra de bens e serviços dos assalariados, o setor terciário começa a reagir. As perspectivas de seu desempenho futuro estarão atreladas ao comportamento dos outros setores e à natureza das medidas de política econômica que serão adotadas.

Senhor Presidente:

Apesar da carência de recursos e das adversidades climáticas que o Estado vem enfrentando, muitos resultados positivos foram alcançados. E, isso pode ser constatado através do texto e das tabelas que se seguem, os quais retratam o esfor-

ço desenvolvido pelos órgãos da Administração Direta e Indireta no sentido de que o nosso Estado volte a ocupar o lugar de destaque que sempre lhe coube na federação brasileira.

Expresso, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus pares nessa Casa Legislativa, o meu especial apreço.



JAIR SOARES
Governador do Estado

2 – ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

2.1 — EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.1.1 — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SEC)

As ações realizadas no âmbito da educação e da cultura, no período 1983-85, visaram ao atendimento de necessidades prioritárias, situadas em nível de pré-escolar, de 1.º e de 2.º graus, regular e supletivo, voltando-se, no ensino superior, de forma primordial, para a formação de profissionais da educação.

No decorrer desse triênio, a SEC tem estimulado a participação das diferentes comunidades, das unidades escolares e de instituições representativas da população, dando curso a uma estratégia de descentralização das decisões e ações e fundamentando, dessa forma, seus programas e planos de trabalho.

Com a finalidade de oferecer condições ambientais favoráveis ao atendimento da demanda escolar e ao desenvolvimento das atividades curriculares, realizaram-se obras de recuperação, ampliação e construção de prédios escolares. No transcorrer desse período, houve um predomínio de obras de recuperação de prédios e instalações. Foram atendidas 1.394 solicitações, não só devido à necessidade de manutenção da rede física estadual, mas, especialmente, em face de condições climáticas adversas, que tornaram imperativo um atendimento emergencial às escolas atingidas por cheias e vendavais.

Ainda procurando oportunizar um atendimento eficaz em todas as áreas de ensino, foram aplicados recursos na construção de ginásios e quadras de esportes junto às escolas estaduais de 1.º grau.

Objetivando prover o sistema de educação com o pessoal necessário (docente e de apoio técnico e administrativo), em nível de qualificação satisfatório, foi realizado, em 1985, o concurso de professores para a Área 1 e criados 5.000 cargos, especificamente para as escolas, no Quadro Geral dos Funcionários Públicos do Estado. No que concerne aos professores, os aprovados deverão preencher 10.844 vagas em 1.360 escolas.

Para aprimorar o processo de coleta, tratamento e análise de dados referentes à situação escolar, desenvolveram-se, entre outras, as seguintes ações: implantação de sete terminais de computador para operação do Sistema LER (Levantamento do Ensino Regular); implantação de dois terminais de computador, para operação do Sistema RIS (Recuperação de Informações da Educação Pré-escolar e Ensino Regular de 1.º e 2.º Graus); operação de banco de dados, mediante geração de programas eventuais; divulgação de dados e informações, em atendimento a solicitações de 1.487 usuários; impressão da publicação Estatísticas Educacionais, de 1974 a 1982. Para 1986, prevê-se a realização de estudos, visando à implantação de terminais de computador nas Delegacias de Educação. Pretende-se,

dessa forma, através do processamento "on-line" dos dados coletados, alcançar a descentralização dos levantamentos.

Com relação ao ensino de 1.º grau, a ênfase recaiu na educação pré-escolar, na educação básica e no ensino agrícola. O atendimento ao pré-escolar efetivou-se através da ação conjunta com entidades assistenciais e prefeituras municipais. Foram atendidas, no triênio, 324.543 crianças na faixa etária de cinco a seis anos, dando-se preferência à clientela oriunda de famílias de baixa renda, residentes em periferias urbanas, ou no meio rural.

No que se refere à educação básica, procurou-se desenvolver esforços que pudessem contribuir para garantir o acesso à escola e minimizar a evasão e a repetência. Nessa perspectiva, desenvolveram-se ações diversificadas, entre as quais se destacam: distribuição de livros, material escolar, material didático-pedagógico e equipamentos que em 1985, beneficiariam 3.005 escolas com 888.092 alunos de 1.º grau.

A revitalização do ensino agrícola em nível de 1.º grau ocorreu através do redimensionamento e melhoria da infra-estrutura técnico-administrativa e pedagógica dos estabelecimentos que desenvolvem essa modalidade de ensino. Ao mesmo tempo, procurou-se recuperar, melhorar e conservar o patrimônio físico das sete escolas estaduais de 1.º grau que mantêm regime de internato e orientam seu currículo para a qualificação antecipada para o Setor Primário da economia. Nessa área, houve um aumento de matrículas de 72%, sendo que, para o regime de internato, se incrementou o número de alunos em 35%, prevendo-se, para 1986, um aumento de mais 35%. A produtividade das escolas foi ampliada em 60%, com a exploração pedagógico-econômica de 546 hectares de terra, onde se desenvolveram projetos especiais de manejo, conservação e preservação do solo, fauna e flora. Realizam-se, atualmente, estudos de viabilidade de expansão de linhas técnicas e metodológicas as demais escolas estaduais de 1.º grau.

No que respeita à educação municipal destaca-se, no período 1983-85, a implementação de um processo de planejamento que objetiva, gradativamente, transformar o assessoramento técnico e a cooperação financeira do Estado em meio para a concretização de prioridades estabelecidas pelos municípios, articuladas às políticas federal e estadual. A partir desse pressuposto, as iniciativas dos municípios que obtiveram maior apoio se situam em duas grandes dimensões: ampliação do acesso à escolarização e melhoria da qualidade do ensino.

Para ampliar o acesso, além da criação de escolas nas periferias urbanas e de novas séries, mais acentuadamente no meio rural, adquiriu-se equipamento para salas de aula e cantinas. Também prestou-se auxílio financeiro ao transporte escolar de alunos de 5.ª a 8.ª série residentes em áreas rurais e matriculados em escolas de sede de distrito e para alunos de 1.ª a 4.ª série em locais onde se implantou a nuclearização escolar. Para a melhoria do ensino privilegiou-se a capacitação de docentes leigos em exercício em escolas da zona rural, a atualização de professores e supervisores da rede municipal, a criação de bibliotecas escolares, fixas ou ambulantes, a elaboração e/ou aquisição de material de apoio pedagógico e a compra de veículos que viabilizem a supervisão na zona rural.

Com a intenção de atingir diretamente o aluno oriundo de família de baixa renda e residente em zona periférica, ampliou-se o tempo de atendimento na escola para dois turnos. Procurou-se, da mesma forma, estimular a criação de hortas

escolares, tendo em vista enriquecer a merenda escolar e permitir a integração da prática ao currículo. Destaca-se, ainda, a distribuição de material básico aos alunos.

O ensino de 2.^o grau desenvolveu-se em 620 estabelecimentos de ensino, assim distribuídos: 12 federais, 327 estaduais, 6 municipais e 275 particulares, atendendo a cerca de 200.000 alunos por ano. A rede estadual possui 62 escolas com a Habilitação Magistério, que mereceram, no triênio, uma atenção especial.

Assim, foram realizados no período, em todas as escolas estaduais que possuem Habilitação Magistério, treinamentos, encontros e seminários de atualização, contando com 1.959 participantes.

Buscou-se, ainda, de uma maneira gradativa, a ampliação das funções das escolas que oferecem Habilitação Magistério, no sentido de promover a educação permanente, atualizando e aperfeiçoando docentes e especialistas, realizando experiências e desenvolvendo pesquisas. Oportunizou-se, também, o provimento de escolas com mobiliário e material didático e audiovisual específico a essa habilitação.

Foram desenvolvidos, no período em foco, programas de preparação para o trabalho e formação profissionalizante básica, com o propósito de oferecer terminalidades parciais e polivalentes, de acordo com as necessidades do desenvolvimento local, regional e estadual. Nessa perspectiva, promoveram-se encontros, treinamentos, visitas de orientação, que proporcionaram fundamentação didático-pedagógica aos professores.

A busca de revitalização do ensino agropecuário, com a intenção de torná-lo pólo irradiador do desenvolvimento rural, auto-sustentável e aberto à comunidade, foi levada a efeito por meio de: criação da Comissão de Ensino Agropecuário (CEAGRO), visitas de acompanhamento às escolas com habilitação no Setor Primário da economia, treinamentos e encontros de profissionais da educação.

Com a finalidade de estabelecer propostas de melhoria das condições e da qualidade do ensino de 2.^o grau regular noturno, realizou-se uma pesquisa junto às 285 escolas de 2.^o grau noturno nas 38 Delegacias de Educação da SEC.

A relação de interdependência e de reciprocidade entre o sistema escolar e as instituições de ensino superior fundamentou-se em ações dirigidas à identificação de interesses e valores comuns e no estabelecimento da graduação e continuidade entre os três níveis de ensino. O esforço cooperativo daí decorrente deu origem a 39 comissões mistas, produto do trabalho de delegacias de educação, instituições de ensino superior e secretarias municipais de educação. Essas comissões têm, como resultado, os Programas Regionais de Ação Integrada (PRAI) que, fundamentados no diagnóstico de necessidades e de potencialidades educacionais das diferentes regiões, propõem alternativas de solução que possam contar com a cooperação efetiva dos estabelecimentos de ensino superior.

Objetivando melhorar a qualidade do ensino, pela adequação da formação do profissional da educação, entre outras atividades, implantou-se, a partir de 1984, o projeto "Acadêmicos do 3.^o Grau", que objetiva oferecer ao professor em formação as oportunidades necessárias a que apóie o docente em exercício no 1.^o grau, antecipando, dessa forma, as atividades de estágio.

A atualização de docentes pela modalidade não-formal atingiu, no período, o expressivo número de 73.186 professores; na modalidade formal, foram beneficiados 4.196 professores.

Em ação cooperativa com a Fundação de Assistência ao Educando, do Ministério da Educação e Cultura (FAE/MEC), desenvolvem-se, desde 1984, ações voltadas à produção, publicação e incentivo à pesquisa do livro didático e de materiais didático-pedagógicos de 1.º grau, adequados à realidade regional.

No que se refere ao ensino supletivo, a par dos exames supletivos de 1.º e 2.º graus e dos exames supletivos profissionalizantes de 2.º grau — estes para uma clientela já engajada na força de trabalho —, destaca-se a habilitação de 5.285 docentes leigos em exercício da 1.ª a 4.ª série do 1.º grau. Ressalta-se, igualmente, a realização de cursos de habilitação de docentes leigos, cursos supletivos de educação geral de 1.º grau e cursos de suprimento para a comunidade rural, os quais visam a expandir e melhorar a qualificação da mão-de-obra no Estado.

Receberam treinamento recursos humanos envolvidos com o ensino supletivo, nas diversas modalidades de atendimento, ao nível de delegacias de educação, escolas, instituições e agências educacionais. É importante mencionar, também, a implantação de Núcleos Avançados de Centros de Estudos Supletivos em estabelecimentos prisionais e em conjuntos habitacionais do Banco Nacional da Habitação.

Os Centros Rurais de Ensino Supletivo e os Centros de Estudos Supletivos atenderam, respectivamente, em média, a 422 e 1.701 alunos por ano, ao passo que os Núcleos de Orientação de Ensino Supletivo beneficiaram, em média, 8.390 alunos ao ano.

A interação de fatores intra e extra-escolares nos resultados do processo de escolarização tem sido objeto de particular atenção, na medida em que se tem consciência da interferência de variáveis alheias ao sistema escolar no processo de aprendizagem. É nessa perspectiva que se colocam as ações de assistência ao educando, preferencial aos alunos de 7 a 14 anos e, na medida do possível, extensiva ao pré-escolar, ao 2.º e 3.º graus.

Tendo em vista um dos pontos críticos do sistema educacional — a 1.ª série — implantou-se o Projeto de Assistência Básica Integral ao Escolar, que atingiu, na área da saúde e da ação social, em 1983-84, 28.500 escolares da 1.ª série do 1.º grau. Da mesma forma, o Programa Integrado de Saúde Escolar, implantado em 1984, visa a minorar, nos limites de suas possibilidades, a problemática de evasão e repetência na 1.ª série do 1.º grau. Esse programa, implantado em todas as Delegacias de Educação, expressa um modelo de assistência ao escolar que integra as áreas social, assistencial e de saúde.

A assistência aos alunos durante o período de férias foi outra das realizações no triênio, implantada com o objetivo de garantir a continuidade da assistência alimentar, no período de férias escolares, e de promover a melhoria de vida através da aquisição de hábitos e atitudes. Além da alimentação, essa atividade proporcionou recreação, lazer, assistência médica, odontológica e de enfermagem.

Com o propósito de melhorar as condições de saúde do escolar, deu-se continuidade, em 1985, ao atendimento nas áreas de medicina, odontologia, psicolo-

gia, reeducação da linguagem, enfermagem, nutrição e serviço social a 80% dos alunos das escolas estaduais de 1.º grau.

A dinamização dos Círculos de Pais e Mestres, através de um programa de manutenção, sustentação e divulgação do seu papel junto à comunidade escolar, permitiu favorecer as condições de infra-estrutura de 795 escolas estaduais e melhorar as condições de aprendizagem dos alunos carentes das escolas públicas de 1.º grau, aos quais foram distribuídos material escolar, vestuário e calçados, enquanto que, para 1.820 alunos portadores de deficiências físicas leves, foram fornecidos aparelhos corretivos.

Por meio da compra de vagas em estabelecimentos particulares garantiu-se, no triênio, a escolarização de 351.812 alunos do pré-escolar, do 1.º, 2.º e 3.º graus, sendo os deste último nível, estudantes de cursos agrotécnicos.

Para 1986, prevê-se a continuidade dos projetos e atividades referidos, a par da ampliação da assistência alimentar. Nesse caso, pretende-se executar um projeto-piloto de reforço alimentar a alunos de 10 escolas de 2.º grau noturno, situadas na Grande Porto Alegre. Da mesma forma, a concessão de bolsas de estudos incluirá estudantes do Ensino Especial.

No que concerne à Educação Física e Desporto, a SEC tem desenvolvido ações voltadas para a intensificação da prática da Educação Física, apoio ao desporto estudantil e comunitário e participação da comunidade em atividades recreativas.

Nessa perspectiva, destacam-se tanto a distribuição de material pedagógico e equipamentos de Educação Física às escolas, como a realização de cursos, encontros e treinamentos de professores de 1.ª a 8.ª séries e de supervisores de Educação Física das Delegacias de Educação.

Na área do Desporto merece relevo, no triênio a realização do Campeonato Escolar Gaúcho, com a participação de 596.476 alunos; os Jogos Intermunicipais do Rio Grandê do Sul; a Olimpíada Farroupilha, envolvendo cerca de 200 municípios em 13 modalidades; os Jogos Escolares Brasileiros; Jogos do Servidor Público, com 1.675 atletas; a criação de 24 Clubes Escolares em 18 Delegacias de Educação; a realização de 60 cursos de arbitragem, com 1.698 participantes.

Quanto à recreação, destaca-se a realização de: Colônias de Férias do Litoral, beneficiando 8.377 escolares do 1.º grau; Colônias de Férias de Ar e Sol; Colônias de Férias de Sustentação; atividades de lazer nas escolas de 1.º grau; eventos de Esportes para Todos, com 399.337 participantes.

Cabe ressaltar, ainda, a atuação do Centro Estadual de Treinamento Esportivo, que conta com 2.555 alunos de 101 escolas, matriculados em diversas modalidades de esporte.

Com vistas a proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades curriculares promoveram-se, entre outras ações, a ampliação do acervo das bibliotecas escolares de 1.677 escolas, beneficiando 350.356 alunos; a implantação de bibliotecas volantes nas 38 Delegacias de Educação; a realização de Feiras de Ciências e a dinamização do currículo do ensino de 1.º grau, com testagem de diretrizes curriculares.

Desde 1983, a SEC vem desenvolvendo o Programa Integrado para a Promoção do Meio Rural, que atingiu, no período, 17 municípios do Estado, prevendo-se, para 1986, sua extensão aos demais municípios. Para alcançar seus objetivos, procurou-se compatibilizar propostas de trabalho da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, de Secretarias de Estado, das Secretarias de Educação de 168 municípios, de assessores técnicos de 31 Delegacias de Educação, e de órgãos e instituições envolvidos com o Programa.

As atividades culturais desenvolvidas no triênio 1983-85 direcionaram-se para duas metas prioritárias: a interiorização dos serviços culturais e a integração com o sistema estadual de ensino. Nesse sentido, foi possível beneficiar um público estimado em 2.780.000 pessoas com atividades como as seguintes: teatro (adulto e infantil), música (erudita e popular), folclore, dança, cinema/projeções, concursos e projetos especiais, cursos, palestras, encontros, exposições e audições entre outros. *Cumprir ressaltar: a reativação do Instituto Estadual do Livro; a regulamentação da Coordenadoria de patrimônio Histórico e Artístico do Estado; a criação da Casa de Cultura Mário Quintana, centro de criação, difusão e animação cultural, onde também se situam a Sala de Cinema e a Discoteca Pública "Natho Henn".* Salienta-se, também, o Programa de Interiorização Cultural, que alcançou todos os municípios, e o Trem da Cultura, denominado Trem Farroupilha em 1985, que levou atividades culturais e acervos de museus e feiras de livros ao interior do Estado.

2.1.2 — CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)

O CEE, órgão normativo, consultivo, fiscalizador e contencioso do sistema estadual de ensino, exerce as atribuições conferidas pelas Leis federais nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 5.692, de 11 de agosto de 1971, com a reformulação dada pela Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, e pelas Leis estaduais nºs 4.724, de 10 de janeiro de 1964 e 5.751, de 14 de maio de 1969, com vistas à expansão e ao aperfeiçoamento do referido sistema.

Este Conselho emite atos, manifestando-se sobre: autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino, de séries, de habilitações profissionais do ensino regular e supletivo, pertencentes à rede pública e privada; reconhecimento de estabelecimentos de ensino; criação de escolas da rede estadual; extinção de escolas estaduais e emissão de atos declaratórios de cessação de atividades de escolas municipais ou particulares; planos educacionais; planos de aplicação de recursos financeiros; delegação de atribuições a Conselhos Municipais de Educação; reajuste de semestralidades nos estabelecimentos mantidos pela iniciativa privada; equivalência de estudos realizados ou concluídos no Exterior e de outros regidos por lei especial, realizados no País; planos de curso supletivo; e outros atos sobre assuntos diversos decorrentes da natureza das funções do Colegiado.

No decorrer do ano de 1983, deu-se ênfase às seguintes matérias: preparação para o trabalho (Pareceres CEE 444/83 e 744/83); bancas permanentes de exames supletivos do ensino de 1º e 2º graus (Resolução CEE 166/83); funcionamento de séries com demanda reduzida, considerando a expectativa do sistema estadual de ensino de oferecer o ensino de 1º grau pelo menos até a 6ª série (Parecer CEE 737/83).

No ano de 1984, a ênfase foi para: normas referentes à cessação de atividades

escolares e à extinção de estabelecimentos e de grau de ensino (Parecer CEE 243/84); consolidação da sistemática de apresentação de planos de aplicação de recursos do Salário-Educação-Quota estadual, para a construção, ampliação, conservação e/ou adaptação de prédios escolares estaduais de 1.º grau — (Parecer CEE 470/84); normas para autorização de funcionamento de escolas e séries do ensino de 1.º grau (Parecer CEE 200/84); normas para funcionamento, em caráter transitório, de cursos supletivos de qualificação profissional de *Auxiliar de Enfermagem* para atendentes com 1.º grau completo (Resolução CEE 174/84 e Parecer CEE 612/84); pronunciamento sobre o funcionamento de instituições particulares que atendem crianças de zero a seis anos de idade (Parecer CEE 420/84); tratamento a ser dado à preparação para o trabalho no ensino de 1.º e 2.º graus no sistema estadual de ensino (Parecer CEE 1.000/84).

Em 1985, destacaram-se os seguintes atos: resposta à consulta enviada pelo Gabinete do Governador sobre instituição do livro didático único no sistema estadual de ensino (Parecer CEE 301/85); transferência à Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERS) de escolas especiais mantidas pelo Estado (Parecer CEE 320/85); requisitos de titulação para diretor de estabelecimento de ensino de 2.º grau (Parecer CEE 626/85); nova redação ao inciso V do artigo 7.º da Resolução CEE 137/78, admitindo que o aluno conclua o ensino supletivo com a idade que tiver alcançado ao final do curso e mantendo a idade de 14 anos para ingresso (Resolução CEE 177/85); reconhecimento de estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º graus — susta a exigência de encaminhamento de processos e estende o período de reconhecimento dos estabelecimentos de ensino reconhecidos com prazo determinado, até novo pronunciamento do CEE (Parecer CEE 283/85); criação e autorização para funcionamento do Centro de Estudos Supletivos em Caxias do Sul (Parecer CEE 267/85); aproveitamento de estudos e transferência de alunos (Parecer CEE 420/85).

No triênio 1983-1985 o Conselho participou de encontros promovidos pelo Conselho Federal de Educação, Secretaria da Educação e Cultura e outras instituições educacionais; favoreceu a realização de estágios, no referido órgão, por parte de Conselheiros e Assessores de Conselhos Municipais de Educação; promoveu estudos sobre habilitação para o magistério do ensino de 1.º grau de 1.ª à 4.ª série e palestras sobre preparação para o trabalho.

No mesmo período, promoveu encontros dos quais se destacam: jornada de estudos sobre preparação para o trabalho e reuniões com representantes de várias escolas da Capital e do interior do Estado para debater também essa matéria; IV Encontro do Conselho Estadual de Educação com os Conselhos Municipais de Educação; encontros com representantes da Secretaria da Educação e Cultura para debater diversos projetos de parecer.

Como promoção conjunta do CEE e da Secretaria da Educação e Cultura, foi realizada a I Jornada de Educadores sobre preparação para o trabalho.

2.1.3 — CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (CEC)

No âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela Lei (Decreto n.º 29.936, de 10 de dezembro de 1980), o CEC se fez presente, no triênio 1983-85, nas atividades culturais, atendendo solicitações e apresentando proposições ou sugestões.



Manifestou-se no sentido da preservação do patrimônio natural e paisagístico, bem como dos bens culturais, históricos e artísticos.

No decorrer de 1983, foram constituídos Conselhos Municipais de Cultura em diversas regiões do Estado, com o assessoramento do CEC, após encontros com órgãos municipais de cultura realizados em 1981 e 1982.

No mesmo ano, o CEC realizou estudos sobre a instalação de um centro de convenções no Jardim Botânico e sobre a situação no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, propondo medidas visando à proteção e à conservação do mesmo.

Também propôs a localização de um museu de arte sacra na Catedral de Caxias do Sul e cumprimento do Decreto n.º 24.820, de 18 de agosto de 1976, que trata da publicação dos *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Fez, entre outras, as seguintes sugestões: comemoração do centenário de nascimento de Oscar Boeira; comemoração do 5.º centenário de nascimento de Martin Lutero; edição dos trabalhos de Álvaro Rodrigues sobre a Guerra dos Farrapos; comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Durante o ano de 1984, prosseguindo na política de interiorização de suas atividades e assessoramento das entidades culturais dos municípios, o CEC visitou Caxias do Sul, São Marcos e Santa Cruz do Sul.

Como coroamento das atividades desse ano e tendo em vista a busca de novos rumos para uma política cultural de integração nacional, o CEC promoveu, em Santo Ângelo, o I Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura, ao qual concorreram 27 representantes de 14 estados, o Conselho Federal de Cultura e o Conselho de Cultura da Itália.

O CEC, com o patrocínio da Associação de Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB), realizou, também, um Concurso de Artes Plásticas, a cargo da Casa do Artista Plástico Rio-Grandense, expondo as obras concorrentes no "foyer" do Teatro São Pedro.

Durante o ano de 1985, o CEC dentro do projeto de interiorização, visitou Cachoeira do Sul, Triunfo e Piratini, quando da instalação do Governo do Estado nesse município e abertura do Congresso Tradicionalista, dentro das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

O CEC se fez presente também no II Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura, em João Pessoa-PB.

Merece referência a realização, pelo CEC, da Sessão Plenária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ocasião da abertura da 1.ª Exposição de Ciências e Tecnologia.

Entre outros, foram exarados os seguintes pareceres do tombamento: da "Casa de Pedra"; do prédio histórico da antiga Escola Estadual Santa Tereza, de Bento Gonçalves; da Igreja Matriz e do Forum de Caçapava do Sul; e da antiga Usina de Arroio dos Ratos.

2.1.4 — CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS (CRD)

De acordo com a ação governamental e em sintonia com o artigo 164, do Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, o CRD colaborou com o Governo do Estado e com o Conselho Nacional de Desportos (CND) na realização de suas finalidades no triênio 1983-85.

As atividades básicas foram as seguintes: concessão de alvarás às federações, ligas e clubes isolados, em atividades no Estado do Rio Grande do Sul; encaminhamento de pedidos de informações e consultas, às entidades superiores, reformas de regulamentos e estatutos, pareceres técnico-esportivos, bem como interpretação de textos legais (Resolução do CND); registro e arquivamento de contratos de atletas profissionais de futebol; realização de reuniões plenárias para exame e decisão de matérias encaminhadas pelos clubes e federações, tomada de decisões a respeito dos mesmos e análise dos pedidos de alvará desportivo.

Além de suas atividades básicas, o CRD participou de inúmeras outras no setor desportivo do Estado e do País, entre as quais se pode destacar: participação no I Congresso de Conselhos Regionais de Desportos; promoção, pelo Conselho Regional de Desportos, do I Encontro Nacional do Desporto, em Porto Alegre; elaboração e edição da obra "Legislação Desportiva-Principais Normas", em homenagem ao Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Entre as mais importantes resoluções tomadas no decorrer de 1985, pode-se destacar a que enviou anteprojeto ao Executivo Estadual, a fim de construir um Fundo de Assistência e Amparo ao Desporto Amadorista, para auxílio ao desporto do Estado.

2.1.5 — FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (FIGTF)

A FIGTF é o órgão oficial do Estado do Rio Grande do Sul que trata do folclore e da cultura popular sul-rio-grandenses e dos valores que lhes são inerentes. Desde sua criação, a FIGTF tem sido fiel às suas finalidades, definidas no Decreto nº 23.613, de 27 de novembro de 1974, e executa, anualmente, um vasto programa técnico, pedagógico, editorial, artístico e de penetração popular. Através de biblioteca/hemeroteca própria ou de seus departamentos, constituídos por especialistas de alto nível, a FIGTF constitui-se no maior centro local de pesquisas e foco irradiador da cultura regional.

Neste último triênio, a linha de trabalho adotada pela FIGTF baseou-se na implantação de uma organização com método científico de trabalho no que se refere a planejamento, pesquisa de campo, processamento de dados e arquivamento de materiais de folclore. Realizou treinamento de pessoal a fim de que todos os servidores, dentro de suas capacitações, operassem de maneira sincronizada para cumprir as finalidades do órgão.

As inovações no campo tecnológico trouxeram como benefício, além da organização interna, um credenciamento junto a organizações similares no País e no Exterior. Nos últimos três anos, a FIGTF ampliou o atendimento ao grande público, em face de o interesse pela cultura popular do Rio Grande do Sul estar em fase de expansão, e buscou informar, com fidelidade e precisão, sobre os assuntos pesquisados.

Neste mesmo período, foi organizada uma equipe de folclore aplicado com a finalidade de programar e agilizar cursos de folclore voltados à educação (preparo de professores de 1.º e 2.º graus); cursos de danças gaúchas e escolas, CTGs, clubes e associações de funcionários de empresas; cursos de gastronomia gaúcha para cozinheiros de estabelecimentos comerciais e donas-de-casa; cursos teórico-práticos de artesanato, com a valoriação e ampliação de número de artesãos. Esta equipe é também responsável pelo cronograma de palestras sobre folclore. Os cursos e palestras atingem todo o Estado e beneficiaram milhares de pessoas.

Dentro, igualmente, de suas atividades-fim, foram desenvolvidas, no último triênio, mais de uma dezena de pesquisas sobre assuntos folclóricos e do máximo interesse para a cultura popular do Rio Grande do Sul. Muitas dessas pesquisas estão em fase de conclusão e outras, já concluídas, foram, ou estão sendo, objeto de edição de livros.

As promoções operacionalizadas para o grande público procuraram atingir uma identidade sobre assuntos de folclore, oportunizando formas de lazer acessíveis a pessoas de diferentes níveis sócio-econômicos, aliados ao imprescindível enfoque cultural e educativo.

Pode-se destacar, neste período, a atuação da FIGTF no apoio técnico aos festivais de música nativista, trabalho esse que se prendeu às necessidades constatadas quanto ao conhecimento de gêneros musicais no Estado, instrumentos musicais e formas de execução, desenvolvimento temático, além da dinâmica de organização e execução dos festivais e comunicação com o público. A FIGTF está ultimando o Catálogo dos Festivais, que conterà informações sobre os principais eventos no Estado. Todo material coletado está arquivado e à disposição dos interessados para consulta.

Para o ano de 1986, as prioridades estão ligadas ao setor de editoração, pois há várias obras prontas aguardando recursos financeiros para entrarem em trabalho gráfico.

Será contínuo o trabalho de suas atividades-fim: pesquisas de folclore (novas pesquisas e término das pesquisas em andamento); cursos e palestras; promoções de cunho popular; participações e assessorias em eventos diversos; atendimento ao grande público; comercialização de suas obras e, principalmente, empenho na obtenção de local para instalação do Museu do Folclore para exposição permanente do riquíssimo acervo cultural em seu poder. Está previsto, igualmente para o ano de 1986, a realização de um seminário sobre a valorização da música regional no panorama brasileiro.

2.1.6 — FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA)

A programação da FOSPA nos anos de 1983, 1984 e 1985 foi proposta por sua Direção Artística, atendendo ao propósito de substanciar, em áreas executivas de atuação artística, as atribuições da própria entidade, quais sejam: manter uma Orquestra Sinfônica, com respectivo coral; promover concertos destinados à juventude, bem como ao público em geral, tanto na Capital, como no interior do Estado; apresentar temporadas oficiais de concertos destinados aos contribuintes particulares; concorrer para o aperfeiçoamento cultural da juventude escolar,

através de concertos especiais, palestras e atividades correlatas; aprimorar sua Escola de Música, relativamente à instalação de materiais necessários ao seu bom funcionamento; montar óperas e/ou operetas, visando a atender solicitação do público aficionado em espetáculos líricos; manter a Orquestra de Câmara em funcionamento, a fim de levar ao público repertório essencialmente camerístico.

Para levar a termo a execução de sua programação e a manutenção de seus organismos, a FOSPA mantém convênios com representações de empresas privadas e subloca o teatro da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA).

Como parte do processo educativo, o trabalho da FOSPA se insere na área da educação, oferecendo oportunidade de educação sistemática, em conjunto com a 1.^a e 37.^a Delegacias de Educação da SEC, que inclui importantes séries de “Concertos Didáticos”, destinados à juventude escolar em geral; uma série aberta ao público, apresentando como solistas os jovens selecionados em concursos; uma terceira série oferecida ao público em geral, interessado em ouvir a mensagem musical dos compositores de todas as épocas, quando são solistas os próprios membros instrumentistas da OSPA, com a finalidade de valorizar o trabalho do elemento local.

Os denominados “Encontros Sinfônicos” são divididos em duas etapas — *Encontros Sinfônicos de Outono e Encontros Sinfônicos de Primavera* — e têm a finalidade de enriquecer a vida cultural do Estado do Rio Grande do Sul, numa programação de moldes internacionais, executando “Ciclos” com características cronológicas, pedagógicas e culturais.

Como parte integrante da série Encontros Sinfônicos, é mantida a iniciativa inédita dos Encontros com a Música Brasileira, abrangendo a nossa criação musical desde o período Barroco ao Eletrônico.

A FOSPA convive com o desenvolvimento cultural do Estado, realizando diversos concertos de caráter popular, numa tentativa de participar da mencionada educação de massa, levando, com isso, a mensagem musical, de que é uma autêntica intérprete, a todos os recantos da Cidade e do Estado, onde as condições físicas e materiais possam ser harmonizadas com as artísticas.

Promoveu, ainda, o Festival de Música de Gramado que reuniu, nos anos de 1982 e 1983, solistas e professores de reputação internacional, tanto de outros países como brasileiros, em eventos, recitais, música de câmara e concertos sinfônicos.

Outra atividade prioritária da FOSPA situa-se na sua Escola de Música, única instituição profissionalizante para o ensino da música dirigido à orquestra sinfônica no Estado. A Escola de Música não pretende formar apenas musicólogos ou pesquisadores de nível superior, mas instrumentistas de alta capacidade profissional para suprir as suas próprias necessidades de recursos humanos, quando não as necessidades de vários outros Estados da Federação. No momento, conta a Escola com professores de violino, viola, contrabaixo, oboé, flauta, clarinete, fagote, harpa, trombone, trompa, trompete, percussão, canto e matérias teóricas complementares, sendo as aulas de instrumentos e de técnica vocal dadas individualmente e as matérias teóricas ministradas coletivamente.

Com relação à Orquestra de Câmara, esta tem duas atividades prioritárias:

apresentar-se em escolas onde não seria possível a efetivação de um concerto com a Orquestra Sinfônica, por suas próprias dimensões, atuando na forma didática observada nos Concertos para a Juventude da OSPA; promover a série Música no Museu, onde, atendendo às aspirações de uma platéia selecionada, desenvolve o melhor do repertório camerístico.

No que tange a sua atuação, a FOSPA desenvolve ações como o Concurso para Jovens Solistas, onde oportuniza a busca de jovens cantores, regentes e instrumentistas para aproveitamento em seu quadro de músicos. Os candidatos aprovados em concurso apresentam-se como solistas nos Concertos para a Juventude — Série Jovens Solistas.

Além dos eventos precitados, a FOSPA realizou diversos concertos especiais, em sua grande maioria de cunho beneficente e cívico. Insere-se dentro destes, a abertura pela FOSPA das festividades do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha com a montagem da ópera "La Traviata", idealizada e produzida por profissionais gaúchos, com a participação do Conselho de Entidades Assistenciais e cuja renda foi destinada a obras de caridade, e da opereta "A Viúva Alegre", eventos que contaram com efetiva afluência de público.

Dentro do plano de interiorização, a FOSPA levou a diferentes pontos do Rio Grande a sua música. Percorrendo milhares de quilômetros, as Orquestras Sinfônica e de Câmara apresentaram-se em diversos municípios do Estado, alcançando um público numeroso, demonstrando o acerto da política empregada.

Preocupada com a constante evasão de músicos para outras praças, a FOSPA vem efetuando enormes esforços para a manutenção do nível de seu quadro orquestral, razão pela qual propôs a abertura de concurso público para preencher as lacunas existentes. Concomitantemente, foi lançada a campanha "OSPA Para Todos Nós", visando à formação de um quadro associativo, presentemente com 2.300 sócios, o que tem propiciado à Fundação, pelos recursos daí advindos, a ampliação de suas ações.

Hospedada no Teatro da OSPA, ex-Teatro Leopoldina, a Sinfônica de Porto Alegre tem propiciado expressivos encontros culturais, identificando o local como uma "Casa de Arte", aberta a todos que a ela acorrem, a preços extremamente acessíveis, vistos mais como contribuição do que sob qualquer outra forma.

Constitui-se aspiração da Fundação a aquisição do Teatro ora locado, graças à iniciativa privada, para marcar de forma precisa a imagem da FOSPA junto ao povo rio-grandense.

Todas essas atividades da Fundação, voltadas sempre para o público, fazem da entidade um dos mais importantes meios de complementação na formação cultural da cidade, propiciando uma real integração entre seus mais variados segmentos, integrando-os através desta linguagem universal que é a música.

2.1.7 — FUNDAÇÃO RIO-GRANDENSE DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL (FAERS)

A FAERS, entidade que se destina a prestar atendimento aos excepcionais nas áreas da educação, saúde, trabalho e previdência social, vem desenvolvendo

ações estritamente colimadas com as diretrizes contidas no programa de ação do Governo para o período 1983-87.

Destaca-se, na área educacional, o trabalho de supervisão da Educação Especial, abrangendo as 38 Delegacias de Educação, através do qual a FAERS procura imprimir uma linha unificadora, em termos de atendimento, nas 562 classes especiais, 106 escolas especiais e 13 salas de recursos nas quais são atendidos 15.000 excepcionais.

Através de seus quatro centros, a FAERS prestou, em 1985, atendimento especializado a 404 excepcionais nas seguintes áreas: Estimulação Precoce, 149; Pré-Escolar, 49; Avaliação, 191; Tratamento, 80; Pré-Profissionalização, 61; Profissionalização, 152; 1º grau, 92; 2º grau, 22; 3º grau, 8; Equipe Itinerante — Avaliações, 265; Encaminhamento ao Mercado de Trabalho, 18; e Núcleos Protegidos, 30.

As escolas especiais mantidas pelo Estado, em 1985, passaram à responsabilidade da FAERS, tendo sido prestado atendimento educacional a 477 alunos excepcionais, sendo 32 em educação pré-escolar, 393 no ensino de 1º grau e 152 na área de profissionalização.

A expansão da oferta de vagas na Educação Especial constitui-se em meta prioritária da FAERS. Assim, no período 1983-85, foram implantadas 29 classes especiais para deficientes mentais, 5 para deficientes da audiocomunicação e 5 salas de recursos para deficientes visuais, proporcionando-se 1.078 novas matrículas.

A preparação de recursos humanos para a Educação Especial é fator essencial para a expansão do atendimento. Nesse sentido, no período 1983-85, a FAERS promoveu a realização de dois cursos de habilitação em nível de estudos adicionais, com a participação de 134 professores e dois cursos de preparação, com a participação de 84 professores.

A FAERS promoveu, ainda nesse período, a realização de diversos encontros, treinamentos e jornadas, com a participação de 1.406 professores e técnicos que atuam diretamente com excepcionais.

Na área de atendimento complementar ao excepcional, destacam-se, entre outras, as seguintes atividades: atendimento odontológico ao excepcional através de convênio com o Grupo Hospitalar Conceição, assinado em 1985, beneficiando 43 crianças excepcionais oriundas de três instituições localizadas em Porto Alegre; colônia de férias para excepcionais, realizadas em conjunto com a Subsecretaria de Desporto da Secretaria de Educação e Cultura, beneficiando 150 crianças deficientes; recreação, lazer e esportes para crianças deficientes, atingindo 6.000 crianças, contando, ainda, com a participação de 15 municípios que, através de convênio com a FAERS, promoveram atividades de recreação, lazer e esportes, beneficiando 1.850 crianças deficientes.

Através do Sistema Nacional de Empregos (SINE), convênio FAERS/STAS, foram encaminhados ao mercado de trabalho 273 pessoas deficientes.

Por intermédio do convênio Centro de Reabilitação Profissional

(CRP)/INPS-FAERS, foram atendidos 180 deficientes visuais na área da reabilitação.

O atendimento precoce para crianças portadoras de deficiência mental, auditiva ou visual está sendo desenvolvido em três centros da FAERS, beneficiando 150 crianças na faixa etária de zero a quatro anos. Essa atividade ganhou impulso no período 1984-85, através de convênio com a UNESCO, que destinou recursos para a implementação e implantação do atendimento na área da estimulação precoce.

A FAERS, em conjunto com o Gabinete da Primeira Dama do Estado, promoveu vários encontros, reunindo as lideranças municipais, com o objetivo de interiorizar o atendimento ao excepcional, proporcionando orientação quanto à identificação e alternativas de atendimento aos excepcionais, utilizando recursos existentes nas próprias comunidades do interior.

O fortalecimento das entidades privadas que prestam atendimento a excepcionais como, por exemplo, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e outras entidades sem fins lucrativos, vem sendo alcançado através da distribuição de subvenções e auxílios, tendo a FAERS destinado recursos para 105 entidades, cujos valores médios foram: Cr\$ 580 mil, Cr\$ 725 mil e Cr\$ 1,5 milhão, respectivamente em 1983, 1984 e 1985.

Para o exercício de 1986, a FAERS propõe-se, prioritariamente, a intensificar o Programa de Prevenção à Excepcionalidade; enriquecer o Subprograma de Educação Precoce; aumentar a oferta de matrícula no ensino de 1.º grau, instalando classes especiais e salas de recursos; proporcionar atendimento ao deficiente visual e auditivo em nível de 2.º grau; fortalecer as entidades particulares que prestam atendimento a excepcionais; integrar o deficiente na força produtiva de trabalho; e, ainda, promover a qualificação técnica dos recursos humanos que atuam no atendimento ao excepcional, visando a melhorar a qualidade do atendimento oferecido no Estado.

2.1.8 — FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA (FETLSVC)

A FETLSVC, com sede em Novo Hamburgo, procurou desenvolver, no triênio 1983-85, as diretrizes constantes no programa de Governo, centrando no aluno o objetivo primordial do processo educacional, assegurando as condições necessárias para o desenvolvimento integral de sua personalidade, bem como sua integração na comunidade, através da qualificação profissional.

Nesse período, a Fundação habilitou 462 técnicos industriais de nível médio nas especialidades: química, 190; mecânica, 119; e eletrotécnica, 153.

A Fundação atendeu em média, anualmente, 1.300 alunos provenientes em sua maioria do Vale do Sinos e da Grande Porto Alegre.

Sua meta prioritária é a busca constante da melhoria da qualidade do ensino técnico industrial, que foi efetivada, neste triênio, por regulares reuniões pedagógicas e de Conselhos de Classe, bem como pela preocupação constante com a atualização do corpo docente e integração com as empresas. Assim, foram reali-

zadas visitas de estudos sistemáticas, por professores e alunos, a empresas da região, perfazendo, anualmente, um total de 80 empresas visitadas nas diversas especialidades; participação de alunos e professores no Congresso Nacional de Química e de docentes na Feira Metal/Mecânica de São Paulo; viagens de estudos a empresas de outros Estados, como Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo; visitas a instituições similares, como a Escola Federal de Pelotas; participação em diversos cursos, seminários, feiras e palestras. Foram promovidos cursos complementares durante o ano letivo, para alunos e ex-alunos, sobre variados temas, específicos de cada curso, como: caldeiraria, retificação de motores de combustão interna, tratamento de superfícies, espectrografia de emissão, 40 horas; eletrônica aplicada à comunicação de dados, automação pneumática, 20 horas; cromatografia gasosa, segurança no trabalho e controle de qualidade, sistemas pneumáticos e hidráulicos, tecnologia de couros e tradução de inglês técnico.

Visando ao conhecimento das relações interpessoais na realidade empresarial, foram realizados encontros com equipes de treinamento de empresas, para os alunos dos 4^{os} anos dos três cursos.

A Fundação promoveu uma jornada de estudos sobre educação e tecnologia para seus docentes, bem como um curso sobre informática e programação.

Foram realizados vários subprojetos, ensejando o aprimoramento cultural do aluno, como a 1^a Mostra de Criatividade em Ciências, Artes e Tecnologia (MOSTRATEC); a Semana Farrroupilha, com extensa programação artística, cívica, esportiva e social, onde se destaca o Encontro Escola x Comunidade (ENCOL), já em sua terceira promoção, com a efetiva participação de professores, alunos, funcionários e pais, discutindo, analisando e propondo soluções para os problemas da vida na escola.

Foram realizados, ainda, vários torneios desportivos em diversas modalidades, bem como passeios de integração e festas de conagração da comunidade escolar.

O desenvolvimento da pesquisa, análise e produção industrial foi levado a efeito como meio de oportunizar aos alunos atividades de complementação curricular, aproveitando, ao mesmo tempo, equipamentos de alta precisão ociosos e racionalizando os recursos materiais e humanos disponíveis. Assim, foram realizados testes e análises de laboratório, desenhos e projetos industriais, usinagem de peças em geral, atendendo o parque industrial da região, favorecendo a troca de experiências e tecnologia entre escola e empresas.

No triênio 1983-85, foi construído e equipado o Módulo Desportivo-Cultural, no qual foram aplicados cerca de Cr\$ 220 milhões.

Foram adquiridos equipamentos no valor de Cr\$ 42 milhões, aproximadamente, para a instalação do Curso Técnico de Eletrônica.

Para os cursos de Química, Mecânica e Eletrotécnica, foram adquiridos e modernizados equipamentos para os laboratórios e oficinas, num total de Cr\$ 260 milhões.

O acervo bibliográfico foi enriquecido com a compra de 1.176 exemplares e a assinatura de 20 periódicos.

Outros materiais didáticos foram adquiridos, como televisões, filmadora, videocassete, gravadores, microcomputadores, impressora de computador e *driv* para disquetes.

Para o ano de 1986, está prevista a manutenção dos mesmos projetos e atividades, dando-se ênfase à implementação do Curso de Eletrônica, ao aprimoramento do processo pedagógico, ao desenvolvimento de promoções científicas, culturais e sociais, ao prosseguimento das obras do projeto da escola, na prestação de serviços especializados a empresas da região, e à reformulação do Estatuto dos Servidores da Fundação e do Regimento Escolar.

2.19 — FUNDAÇÃO TELEVISÃO EDUCATIVA PIRATINI (FTE — Piratini)

A FTEP, Canal 7 — RS, buscou, em 1983, retomar a sua função básica, qual seja, o atendimento às carências educacionais do Estado, em consonância com o que estabelecem as diretrizes de ação do Governo, que enfatizam o binômio saúde-educação e com as prioridades determinadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Para o efetivo alcance de seus objetivos, em nível de programação, a FTEP realizou ações, tais como: produção e/ou veiculação de programas destinados à população da periferia urbana e da zona rural, tentando contribuir para a fixação do homem à terra; realização de campanhas comunitárias, procurando sensibilizar e estimular a população a colaborar espontaneamente na solução de problemas da própria comunidade; produção de programas que propiciam questionamento da população com os responsáveis pelos diversos órgãos do poder público; reestudo da FTEP como um todo, do ponto de vista das instalações físicas e como instituição, numa tentativa de retomar o espaço prejudicado pelo incêndio ocorrido em abril de 1983; elaboração do Projeto Interiorização do Sinal do Canal 7, através da instalação de repetidoras e retransmissoras, envolvendo prefeituras e universidades do Interior do Estado.

No ano de 1984, os esforços foram direcionados à recuperação e manutenção técnico-operacionais, concomitantemente com a viabilização do Projeto de Interiorização, que culminou com a instalação e funcionamento da primeira retransmissora educativa do Estado, na cidade de Pelotas, através de retransmissora própria.

A extensão dos sinais de áudio e vídeo da FTEP Canal 7 — RS, através da instalação de repetidoras e retransmissoras no interior do Estado, foi uma das principais ações em 1984, tendo em vista a necessidade de estender à população gaúcha os benefícios que uma televisão educativa pode proporcionar. Essa realização só foi possível graças ao esforço conjunto realizado entre a FTEP e a CRT, com sensível controle de custos, já que o Projeto de Interiorização da FTEP utilizou infra-estrutura de microondas da CRT para repetição dos sinais de áudio e vídeo.

De conformidade com a política governamental vigente, visando à máxima redução de gastos no seu funcionamento, a FTEP celebrou acordos, contratos e protocolos de intenções com organismos públicos e privados, integrando atividades comuns, reduzindo custos e evitando paralelismos, para execução de projetos de interesse de instituições como a FOSPA, CRT, FUNTEVÊ-MEC, Escola Técni-

ca Federal de Pelotas, Prefeitura de Sapiranga, IAPAS, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 3º Regimento de Cavalaria do III Exército e outros.

Estudos foram realizados no sentido da utilização de programas da FTEP nas escolas; intercâmbio com instituições nacionais; colaboração com as Secretarias de Estado, Assembléia Legislativa, Ordem dos Músicos do Brasil, Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, Instituto Estadual do Livro, com vistas à produção e veiculação de programas, tais como: Os Escritores, Músicos Daquí e outros; integração, com outros órgãos que atuam na área de tecnologia educacional, para realização conjunta de trabalhos de campo ou pesquisa, troca de "know how", intercâmbio de experiências e aprimoramento de técnicas, especialmente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Perseguindo o objetivo de colaborar no desenvolvimento sócio-cultural da comunidade rio-grandense e de atuar no processo de educação permanente da população, a FTEP, em 1984, transmitiu 3.459 programas educativos, culturais e informativos, em consonância com às necessidades da Secretaria da Educação e Cultura e prioridades do MEC, bem como 2.463 promocionais, institucionais e chamadas. Realizou, também, ações relativas à educação infantil, suplência e qualificação profissional. Executou programas e projetos dirigidos às camadas mais carentes da população. Produziu e transmitiu programas do tipo "Pergunte à TVE", hoje denominado "Entrevista Coletiva", que propiciaram o questionamento da população aos responsáveis pelos diversos órgãos do poder público; programas destinados à população da periferia urbana e da zona rural, tentando contribuir para a fixação do homem à terra; programas que favoreceram o conhecimento do trabalho desenvolvido pelo Parlamento, em nível federal, estadual e municipal. A FTEP, em 1984, atingiu um índice médio de, aproximadamente, cinquenta por cento de produção local de programas.

Complementando as metas estabelecidas a partir da implementação dos objetivos propostos e de acordo com a nova política de programação da FTEP, no ano de 1985, rumou-se em busca da montagem de uma linha de programação que, sem perder de vista os compromissos básicos de televisão educativa — educação e cultura —, pudesse, efetivamente, ser útil ao grande público, notadamente às camadas mais carentes da população.

Para tanto, revisaram-se os conceitos dominantes sobre o que vem a ser Cultura e Educação veiculadas por meios de comunicação de massa. De tal revisão nasceram os programas de utilidade pública, de prestação de serviços, envolvendo todo um universo de temas de interesse permanente, tais como: saúde pública, serviços públicos, debates culturais, políticos e sobre assuntos da educação, enfatizando a permanente prestação de informações sobre a administração pública (Estado, Município, União) à comunidade, através de entrevistas com autoridades de todos os níveis.

Ampliaram-se os espaços telejornalísticos. Promoveram-se constantes debates sobre os grandes temas sociais, econômicos e políticos da atualidade. Através de programas como "Mãos à Obra", procurou-se ensinar, entre outras coisas, uma melhor forma de aproveitar o pouco de que se dispõe.

Dentro dessa linha de ação, foi enfatizada a produção local de programas, citando-se alguns exemplos: programa do meio-dia "Ponto a Ponto", cumprindo

um esquema de trabalho entre produção e telejornalismo, com o objetivo de ocupar uma parcela significativa de telespectadores desprovidos de uma programação de caráter educativo, dinâmico e diversificado, procurando atender diversos segmentos da população, nesta faixa horária de audiência; “*Sesquicentenário da Revolução Farroupilha*” — ao longo do ano de 1985, a FTEP marcou sua presença nos festejos alusivos à data histórica, realizando programas especiais com historiadores produzindo o “*Telejornal Farroupilha*” e concentrando etapas de projeto específico nos meses de agosto e setembro, bem como realizando coberturas de eventos organizados pelas subcomissões organizadoras das comemorações, através da *Secretaria da Educação e Cultura*.

Foram desenvolvidos, ainda, projetos de produção ligados diretamente à área da educação, apoiados pela FUNTEVÊ-MEC, como: “*Rumos da Educação*”, “*Encontro com a Cultura*” e “*Com Ciência*”, sendo que este último se destacou pela importância dos temas abordados, motivando a participação de estudantes, pesquisadores, cientistas e do público em geral, tendo repercutido, inclusive, na atenção de instituições científicas de âmbito nacional (ex-Conselho Nacional de Pesquisa).

Também a área de cultura nativista recebeu espaço na programação da FTEP, através de programas como: “*Galpão Nativo*” e “*Invernada Gaúcha*”, os quais contaram com grande participação e interesse por parte do público, principalmente nas gravações de programas-concurso da série “*Invernada Gaúcha*”, com a presença de diferentes Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) representando diversos municípios do Interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Acrescenta-se, ainda, o fato de que a atuação da FTEP, como veículo difusor da cultura e da educação, está embasada, também, nos princípios norteadores da moderna tecnologia educacional e engajada no espírito democrático, como instrumento de democracia, envolvendo a participação de todos os segmentos políticos da sociedade, culminando, em novembro de 1985, com a cobertura das eleições, num total de 50 horas ininterruptas, apresentando informações locais do interior do Estado e do País, marcando a presença do povo no exercício pleno da democracia pelo voto livre.

Outro aspecto fundamental diz respeito à filosofia da Emissora, voltada *principalmente* ao atendimento à comunidade, no sentido de subsidiá-la no enfrentamento de suas carências sócio-culturais.

Considerando que a atuação da FTEP caracteriza-se pela observância às diretrizes emanadas do Governo estadual, como órgão a ele vinculado, sofreu, juntamente com o Estado, as conseqüências da crise financeira instalada no País, o que determinou a racionalização de suas atividades e a utilização de formas alternativas de obtenção de recursos para fazer frente às necessidades mais prementes.

Embora todas as dificuldades enfrentadas, a FTEP não poderia deixar de referir os esforços no sentido de buscar soluções alternativas para facilitação operacional de suas ações. Desse modo, uniu seus esforços com os de outros órgãos ou instituições, estatais ou paraestatais — federais, estaduais e municipais — por meio da efetivação de acordos e contratos, destacando-se, o acordo celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Educação e Cultura e da FTEP, tendo por objeto a mútua colaboração na execução de planos, programas e projetos relacionados à educação e ao ensino e, também, a assinatura do contrato de mútua colaboração firmado entre a FTEP e o Conselho Regional de

Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul, (CREA/RS), objetivando a divulgação e a promoção dos trabalhos e/ou atividades executadas pelos profissionais ligados às áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia.

Através de tais acordos e/ou contratos, sem ônus para a FTEP, assim como através de troca de serviços entre os diversos órgãos, foi possível, por exemplo, a realização de alguns projetos de produção de programas, bem como o treinamento de pessoal, projetos estes relacionados em tabelas anexas.

Cabe ressaltar a importância de que se revestiu a colaboração da CRT, através do cumprimento do Acordo para o Desenvolvimento Tecnológico, o qual possibilitou, entre outras ações, a implantação do Sistema de Interiorização do Sinal da FTEP, Canal 7, nos seguintes municípios: Santa Maria, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Cruz Alta, Santa Rosa, Bagé, Carazinho, Passo Fundo, Caxias do Sul, Rio Grande e São Luiz Gonzaga, bem como a efetiva colaboração do Governo do Estado através do apoio para a viabilização da interiorização da FTEP, o que possibilitou ampliar, de forma significativa, a área de abrangência do sinal do Canal 7, oportunizando às populações do Interior do Estado o acesso a uma programação de caráter essencialmente educativo-cultural.

Outro destaque diz respeito ao Projeto Implantação de Rádio Educativa FM, pela importância de que se reveste o fato, em função do que o Estado foi privilegiado, entre outros, com a concessão, pelo DENTEL, de um canal de Rádio Educativa FM incorporado às finalidades da FTEP.

O auxílio governamental, somado a esses esforços, possibilitou a continuidade da trajetória da FTEP na tentativa de firmar em bases mais sólidas a administração deste veículo difusor da educação e cultura.

2.1.10 — FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

A construção de um teatro que abrigasse com dignidade as diferentes manifestações culturais era um sonho que, desde o período colonial, acompanhava governantes e população desta Província. Os dois velhos teatros existentes em Porto Alegre — a Casa da Ópera e o Teatro Dom Pedro II, situados respectivamente no beco dos Ferreiros (hoje rua Uruguai) e na rua Bragança (atual Marechal Floriano) — não apresentavam as mínimas condições de conforto e eficiência.

Em agosto de 1833, atendendo ao apelo de um grupo de cidadãos, o Presidente da Província, Manoel Antônio Galvão, emite a Carta de Título, através da qual faz a doação de um terreno na Praça Principal, com 100 palmos de frente e 200 de fundos. O custeio das obras ficaria por conta de uma sociedade responsável pela venda e subscrição de ações.

João Batista Soares da Silva é incumbido da execução. O projeto foi solicitado à Corte. De 1835 a 1845, contudo, as obras são paralisadas ao nível dos alicerces, em função da Revolução Farroupilha. Nova sociedade retoma os trabalhos em 1846, com o apoio moral e financeiro do Conde de Caxias, então Presidente da Província. O projeto de autoria de Felipe Normann é levado adiante, com a intervenção de vários Presidentes de Província, interessados na conclusão e funcionamento da Casa.

Em 27 de junho de 1858, Angelo Moniz da Silva Ferraz inaugura festivamente o Teatro, orgulho da população e local imponente para a vivência cultural de uma cidade de 20 mil habitantes, que lentamente modificava seu perfil urbano, social e econômico. É encenado, nesta oportunidade, o drama "Recordações da Mocidade", e o maestro Mendanha rege a animada orquestra.

O ano de 1866 marca o resgate final das apólices emitidas pela Diretoria Geral dos Negócios da Fazenda para desapropriação do Teatro, que passa definitivamente a pertencer aos cofres públicos.

Mais do que somente um palco e uma platéia, o Teatro São Pedro ocupa na cidade a singular função de pólo aglutinador da vida cultural, artística, social e comunitária. Ao longo de seus 126 anos de vida, promoveu um sem-número de atividades, desde apresentações de canto, ópera, dramas, comédias, concertos, recitais, bailados e declamações, até demonstrações de crianças-prodígio, acrobacias, mostras de automóveis, folias carnavalescas, bailes, formaturas, espetáculos de prestidigitação, de transmissão de pensamento e aulas de primeiros socorros.

O Teatro São Pedro abrigou zonas eleitorais, serviu de refúgio a flagelados e de sede para solenidades de classe e debates políticos. Por seus camarotes, galerias e palco circularam personalidades como Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles, Borges de Medeiros, General Osório e Olavo Bilac, entre muitos outros.

É importante lembrar esta espécie de "predestinação" que historicamente acompanha esta Casa de Espetáculos. Nascida por impulso e esforço coletivos, tornou-se centro da vida gaúcha ao longo de sua existência. Contemporaneamente transformada em fundação, retoma sua própria história para voltar, pela luta comunitária, ao convívio da população.

Em abril de 1973, tem lugar no Teatro São Pedro o último espetáculo antes de seu fechamento. O perigo das instalações e o comprometimento das estruturas justificam a medida extrema. Dois anos depois, a convite de Paulo Amorim, então Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da SEC, Eva Sopher assume a direção dos trabalhos de restauração.

A premissa básica sempre foi devolver à Casa sua antiga dignidade, restaurando a sobriedade clássica e a perfeita acústica original. Ao mesmo tempo, era preciso dotá-la de todos os recursos da moderna tecnologia.

Todos esses elementos foram incorporados de maneira a interferir o menos possível no aspecto visual, de modo que o São Pedro pudesse inspirar a atmosfera do século XIX e transpirar o conforto e eficiência dos recursos à disposição no século XX.

A constituição da Fundação Teatro São Pedro, em 1981, permitiu que, às verbas estaduais e federais, se somassem os recursos da comunidade, pessoas físicas e jurídicas, convidadas a intervir para acelerar a conclusão das obras. A inauguração ocorreu em 1984.

Na programação desenvolvida durante esse ano, compareceu um público constituído de 71.828 assistentes, verificando-se uma média de 449 pessoas por espetáculo. A maior afluência de público foi para as apresentações de "PIAF" (41,0%) e "Bailei na Curva" (38,0%), que tiveram também o maior número de apresentações.

No ano de 1985, realizaram-se 16 montagens teatrais, verificando-se o comparecimento de um público total de 98.914 pessoas, em 197 apresentações. A média, no transcorrer do ano, foi de 502 pessoas por espetáculo. Além desses, foram realizados, ainda, espetáculos infantis, de música e dança.

A FTSP possui, para o ano de 1986, alguns projetos já definidos: Corpo de Baile, "Jazz no Theatro São Pedro" (apresentações mensais de "jazz" com músicos locais e de outros centros), um Anexo Cultural onde possam se desenvolver as atividades paralelas aos eventos e uma produção teatral a nível nacional montada no teatro.

Além desses citados, pretende-se manter os projetos já existentes, como Música ao Meio-Dia, todas as quartas-feiras, às 12h30min, com entrada franca e "O Choro é Livre", todas as quintas-feiras, às 18h30min, também com entrada franca, ambos no "foyer" nobre do Teatro São Pedro.

2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE

2.2.1 — SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

A SSMA durante o decurso do atual Governo, soube superar as dificuldades sentidas e vivenciadas pelo Estado e, contando com o denodo de sua direção e a dedicação de seu corpo funcional alcançou, no período, marcante desempenho.

A rede de serviços foi substancialmente ampliada; contratos com prefeituras municipais permitiram a construção e instalação de 109 novas Unidades Sanitárias (US), contribuindo também para o pleno funcionamento dos atuais 806 postos de serviços. A área hospitalar foi acrescida de duas novas unidades (Cachoeirinha e Alvorada), atendendo antiga e justa reivindicação da população desses municípios. A obra do Hospital de Butiá está em pleno desenvolvimento, devendo ser concluída ainda no atual Governo. A Central de Hemoterapia e a Unidade de Produção de Imunobiológicos, cujas obras estão em andamento, deverão, quando concluídas, suprir deficiências sentidas pela saúde pública no Estado. A construção da nova sede da 5.^a Delegacia Regional de Saúde, em Caxias do Sul, é também uma obra que se desenvolve em ritmo acelerado, devendo estar concluída em meados do próximo ano.

Essa rede de serviços prestou, no período, 10.776.048 consultas médicas; 1.999.619 consultas odontológicas; 922.000 consultas por outros profissionais, além de 6.828.712 atendimentos por pessoal auxiliar.

A frota de veículos foi devidamente atualizada. Durante o período foram adquiridas 98 unidades, entre caminhões, utilitários e automóveis.

Buscando proporcionar cuidados essenciais à saúde da população de todo o Estado, a SSMA ampliou programas e serviços de seus diferentes departamentos, além de desenvolver gestões junto a outras instituições da área de saúde do Estado.

As doenças transmissíveis, em especial a tuberculose e a hanseníase, acham-se sob controle, mercê de uma bem organizada rede ambulatorial e contando com o apoio dos hospitais Partenon e Itapoã. A cobertura vacinal contra poliomielite, difteria, tétano, coqueluche e sarampo em menores de um ano continua no patamar dos 80 pontos percentuais. Durante o período, foram aplicadas 13.329.812 doses de vacina contra as doenças transmissíveis redutíveis por agentes imunizantes.

Na área materno-infantil, tiveram destaque os programas de controle da doença diarreica e das doenças respiratórias agudas. A suplementação alimentar de mães e de crianças carentes beneficiou, no período, mais de 500.000 pessoas entre gestantes, lactantes, nutrízes e pré-escolares. Contratos com unidades hospita-

lares em todo o Estado permitiram a atenção especial aos carentes da população materno-infantil.

A implementação de atividades preventivas na área de doenças crônico-degenerativas mereceu particular atenção. Durante o período, foram realizados mais de 160.000 exames preventivos de câncer cérvico-uterino. São incontáveis as ações preventivas e de controle da febre reumática e da hipertensão arterial pelo atendimento de pacientes e distribuição gratuita dos medicamentos indispensáveis. O Instituto de Cardiologia teve suas dependências ampliadas, constituindo-se hoje em um dos melhores do gênero no País. O serviço de saúde mental reforçou as ações ambulatoriais para tratamento de doentes, visando ao desenvolvimento de programas de controle de alcoólatras, psicóticos, epiléticos, deficientes mentais e neuróticos, contando com o apoio do Hospital São Pedro e de outros hospitais mediante convênios para locação de leitos psiquiátricos.

Na Odontologia Sanitária, foram intensificadas as gestões para que se procedesse à sistematização da fluoretação das águas de abastecimento público. Nesse sentido, a Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN) e o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) receberam no período, 1.980 toneladas de fluossilicato de sódio. A assistência odontológica ao escolar, utilizando tecnologia simplificada, altamente eficaz, está se expandindo para todo o Estado. Foram adquiridos, no período, 44 conjuntos de equipamentos, aumentando consideravelmente a rentabilidade do programa. Articulação com a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) permitiu a implantação do Álbum Seriado de Educação para a Saúde Oral.

A divisão de Vigilância Sanitária, além das atividades de inspeção veterinária, controle de prédios e instalações, desenvolveu programas especiais de combate à raiva mediante vacinação de cães e, ainda, de combate a simuliões e outros insetos. Na área de controle de alimentos, merece destaque a investigação de surtos de intoxicação alimentar e o programa de controle de cozinhas industriais da Grande Porto Alegre. Somente durante a Operação Litoral, foram realizadas mais de 20.000 visitas de orientação, inspeção e atendimento de reclamações.

Na Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, salienta-se o controle dos bancos de sangue e de agências transfusionais no Estado, ficando consolidado o sistema computadorizado para emissão de listagem de doadores, com encaminhamento dos impedidos para exame e tratamento.

O Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN) desenvolveu, na atual administração, um trabalho com prefeituras municipais do interior do Estado, que permitiu a implantação de 120 sistemas simplificados de abastecimento de água, 44 melhorias comunitárias de saneamento, reforma, ampliação e construção de oficinas de saneamento, além de inúmeras melhorias domiciliares e ações de educação sanitária.

Deve-se conferir destaque aos projetos que visam a dotar as vilas de Porto Alegre e das demais cidades da Região Metropolitana, de equipamentos mínimos de saneamento. As ações do Projeto Especial para a Região Litorânea, financiadas com recursos do FINSOCIAL, estão em pleno desenvolvimento, abrangendo os municípios de Rio Grande, São José do Norte, Tramandaí, Capão da Canoa e Torres.

O Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB) forneceu suporte a uma série de

ações ligadas à vigilância epidemiológica e sanitária, produção de imunizantes, orientação e supervisão dos 65 laboratórios de saúde pública e investigação científica e tecnológica relacionada com a saúde pública.

Como fato de importância para o Estado, o IPB tornou-se — por delegação do Ministério da Saúde — Laboratório Nacional de Saúde Pública, com área de abrangência nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS) produziu, no período, *230.350.000 unidades de medicamentos, cujo custo de produção, em comparação com o custo de mercado, possibilitou uma economia ao redor de Cr\$ 10 bilhões.*

O Departamento do Meio Ambiente (DMA) deu continuidade à implementação de ações de controle do equilíbrio ecológico. Executou ações de análises de projetos de sistemas de tratamento de resíduos industriais, cadastramento e mapeamento de áreas, segundo diretrizes técnicas de controle do meio ambiente. Manteve permanente controle das atividades nas áreas de mineração, em especial do carvão, destilarias de álcool e do Pólo Petroquímico. Executou estudo das *bacias hidrográficas e estabeleceu padrões de balneabilidade do Guaíba, da Lagoa dos Patos e da Região Litorânea do Estado.* O DMA analisou, no período, 2.707 projetos, expediu 4.485 alvarás, concedeu 1.392 licenças, realizou 6.193 vistorias, procedeu a 199 investigações e contou, para consubstanciar estas ações, com o excelente desempenho do moderno laboratório que realizou 56.643 análises de água, sedimentos, peixes e alimentos, além da supervisão e calibração dos equipamentos das estações de amostragem da qualidade do ar.

No ano de 1986, deverá ter prosseguimento a trajetória até aqui seguida pela *Saúde Pública no Rio Grande do Sul e que tão bons resultados tem proporcionado.* Esses resultados refletem-se nos indicadores de saúde: queda da mortalidade infantil, diminuição na incidência e na mortalidade de doenças transmissíveis prioritárias, aumento da expectativa de vida, ampliação da cobertura assistencial pelos serviços de saúde pública e melhora nas condições ambientais.

As ações integradas de saúde, política racionalizadora e de enorme benefício para a população, continuarão a ser implantadas mediante a coordenação de esforços das instituições envolvidas. A SSMA dará prioridade ao treinamento de *peçoal para tal fim, como aliás já vem sendo feito.* As unidades sanitárias ampliarão seu atendimento às comunidades, inclusive no que se refere a vacinas, medicamentos e exames laboratoriais. Buscar-se-á a expansão do abastecimento de água a pequenas comunidades rurais, 180 das quais deverão ser afinidas no trabalho realizado pelo PROSAN.

O Hemocentro, órgão de hemoterapia em saúde pública, deverá entrar em funcionamento, contribuindo para regularizar a demanda de sangue e de hemoderivados e para diminuir o risco de doenças transmitidas por via transfusional, *inclusive a AIDS.*

Do ponto de vista da proteção ambiental, a SSMA ampliará seu trabalho na área de saúde ocupacional, em colaboração com a Delegacia Regional do Trabalho, na proteção contra agrotóxicos e no controle da poluição ambiental.

Dessa maneira, pode-se concluir que as perspectivas, apesar da crise, são otimistas.

2.3 — SANEAMENTO

2.3.1 -- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

A CORSAN, órgão vinculado à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, tem a seu encargo a operacionalização e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de coleta, tratamento e destinação final dos esgotos sanitários no Estado.

Face aos altos investimentos requeridos pelas obras de saneamento e à disponibilidade limitada de recursos para esse fim, a CORSAN até esta data, tem dado prioridade à solução dos problemas relativos ao abastecimento de água, em consonância, aliás, com a política nacional de saneamento.

Quanto aos esgotos, a preocupação tem sido com as cidades de maior porte, portanto, de maior concentração populacional, bem como com a preservação dos mananciais utilizados no abastecimento de água mais sujeitos à poluição.

A extensão das redes de distribuição de água operadas pela CORSAN foi ampliada em 1.993km durante o triênio, aumentando em quase 435.000 habitantes a população beneficiada. O percentual da população urbana do Estado servida com água tratada passa, assim, se contados os atendidos pelos sistemas operados por órgãos municipais, ao expressivo coeficiente de 89%.

Para atender ao acréscimo da demanda ocorrida no triênio, num total de 144.894 novas economias, bem como melhorar o atendimento às demais a CORSAN perfurou 250 poços, tendo sido construídas 6 barragens, 6 câmaras de captação, 36 instalações de recalque, 15 estações de tratamento de água, aumentando a quantidade do tratamento em 3.661 l/s, 35 reservatórios, acrescendo 17.870m³ de capacidade de reservação, e instalados 38km de adutoras.

Ainda no campo de abastecimento de água, foram concluídas as obras do Distrito Industrial de Rio Grande, e encontra-se em desenvolvimento o projeto de controle operacional, que visa a melhorar o desempenho da CORSAN, tendo em vista a redução das perdas existentes nos sistemas.

Quanto ao esgoto cloacal, encontram-se em conclusão as obras de ampliação dos sistemas nas cidades de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Torres, sendo que nesta última 50% da população urbana será beneficiada com este serviço. Prosseguem as obras de implantação dos sistemas nas cidades de Canoas, Capão da Canoa e Tramandaí, sendo que em Canoas e Santa Maria estão em construção as estações de tratamento dos efluentes.

Com relação aos projetos especiais, foi concluído, no período, o sistema de tratamento dos efluentes do Pólo Petroquímico. O projeto Rio Guaíba, que visa a

despoluir o principal rio do Estado, encontra-se em execução, tendo sido implantados 50km de redes, contratados mais 100km e adquiridos 267km de canalizações.

Na área social, foram implantados diversos sistemas do Programa PROMORAR.

Em implantações, ampliações e melhorias de sistemas de abastecimento de água, foram aplicados Cr\$ 145,9 bilhões em cidades de grande e médio portes e, Cr\$ 13 bilhões em pequenas localidades.

Quanto às implantações, ampliações e melhorias de sistemas de coleta e tratamento de esgotos cloacais, de cidades de grande e médio portes, foram aplicados Cr\$ 211,5 bilhões.

No Distrito Industrial de Rio Grande, no Pólo Petroquímico e no Projeto Rio Guaíba, foram gastos Cr\$ 252,2 bilhões em obras de saneamento.

No que se refere à execução dos programas de controle operacional, treinamento e outros de desenvolvimento institucional, foram despendidos Cr\$ 42,5 bilhões. Na aquisição e troca de bens duráveis de uso geral e permanentes, foram gastos Cr\$ 19,3 bilhões.

2.4 — TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO

2.4.1 — SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (STAS)

A STAS coordena um programa básico denominado “Programa de Desenvolvimento Social” (PRODES) que compreende “o conjunto de ações voltadas para o bem-estar social”. Esse programa atinge uma clientela prioritária situada na faixa de renda familiar de até dois salários mínimos, e o objetivo de todos os seus subprogramas e projetos é o aumento da renda familiar via emprego ou ocupação econômica.

A execução do PRODES está a cargo da STAS e seus órgãos vinculados: Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), Fundação Sul Rio-grandense de Assistência Senador Dutra (FUNDASUL) e Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB).

A STAS, através do PRODES, promove ações que visem à inserção da força de trabalho ociosa no mercado de trabalho, à assistência financeira e à melhoria das condições de trabalho e de vida da população.

As ações do PRODES de competência da STAS dão-se através das ações desenvolvidas em cinco subprogramas: Promoção ao Agricultor de Baixa Renda e ao Migrante (PRODAMI); Capacitação Profissional do Trabalhador; Concessão de Auxílio às Entidades; Implantação de Equipamento Social (creches); e Assistência Social ao Idoso Carente.

As atividades desenvolvidas pelo PRODAMI buscam o aumento da renda e o volume de ocupações remuneradas dos agricultores em processo de abandono da terra. Ao possibilitar que o agricultor carente adquira insumos diversos, instrumentos de trabalho para o aumento de sua produção, o PRODAMI vem tentando a recuperação econômica da pequena propriedade como alternativa de resposta ao êxodo rural. Na sua operacionalização, objetiva que o agricultor carente desenvolva não só culturas como feijão, milho e hortigranjeiros, como também piscicultura e pecuária de pequeno porte. Os recursos do PRODAMI são distribuídos aos municípios através das prefeituras e sindicatos de trabalhadores rurais, com os quais a STAS realiza contratos.

O acompanhamento ao agricultor, no que se refere ao uso da terra e aos insumos, é prestado pela EMATER/RS através de convênios firmados com essas entidades contratadas.

No período 1983-85, foram atendidas 214 prefeituras municipais, 153 sindicatos de trabalhadores rurais, beneficiando, através de 367 projetos, 36.563 economias e atingindo 182.865 pessoas com recursos de Cr\$ 3,8 bilhões. Em 1985, 83

prefeituras e 65 sindicatos de trabalhadores rurais foram atingidos, beneficiando, através de 148 projetos, 12.845 economias e atingindo 64.225 pessoas com recursos de Cr\$ 2,7 bilhões.

O programa Concessão de Auxílio às Entidades beneficiou, através das entidades reconhecidas pela STAS, pessoas em situação de extrema pobreza, fornecendo alimento, vestuário, medicamentos, material escolar, etc. No período de 1983-85, foram atendidas 930 entidades com um montante de Cr\$ 1,7 bilhão. Em 1985, 440 entidades foram beneficiadas com a importância de Cr\$ 1,2 bilhão.

O subprograma Capacitação Profissional do Trabalhador tem suas atividades voltadas à qualificação da mão-de-obra ociosa, visando a sua colocação no mercado formal e informal da economia. No período 1983-85, o aperfeiçoamento e/ou qualificação profissional foi realizado através de 47 entidades, com recursos que somam Cr\$ 111 milhões. Em 1985, foram atingidas 13 entidades, com recursos da ordem de Cr\$ 30 milhões.

O subprograma Implantação de Equipamento Social (creches), iniciado em 1984, desenvolve suas ações para a construção, equipamento ou manutenção de creches para a população carente, através de entidades públicas ou privadas. Trata-se de um suporte financeiro para essas entidades que prestam serviços a uma população situada na faixa de renda priorizada pela STAS. No período 1984-85, com uma verba de Cr\$ 1,4 bilhão, atendeu a 76 solicitações, sendo que, em 1985, a verba foi de Cr\$ 1,0 bilhão para atender a 36 pedidos.

O subprograma Assistência Social ao Idoso Carente operacionaliza-se prestando atendimento, por meio de recursos financeiros e materiais, visando a suprir necessidades básicas de uma população de faixa etária definida, através de entidades assistenciais. Esse subprograma teve seu início em 1985, tendo realizado convênios com 17 entidades, num montante de Cr\$ 40 milhões.

Para 1986, a STAS dará ênfase, preferencialmente, às ações que visem à fixação do homem ao campo, como medida de prevenção do êxodo rural.

2.4.2 — FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

A FGT a partir de 1983, definiu uma linha mais ágil e rápida voltada à solução das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores carentes, tendo em vista o agravamento da crise econômica e social e a necessidade da Instituição de compatibilizar suas ações com a política estadual de geração de emprego, através de um esforço integrado entre Estado, trabalhadores e empresários.

Assim, em 1983, a diretriz seguida pela FGT foi a criação de programas voltados ao fomento de oportunidades de trabalho e à melhoria da renda do trabalhador.

A partir de 1984, implantaram-se programas, como: Microunidades de Produção Agropecuária (implantação de lavouras de subsistência) para o trabalhador rural; Prestação de Serviços Temporários Autônomos para o trabalhador das periferias urbanas; e Incremento do Artesanato Gaúcho destinado ao artesão carente.

Com base nos resultados positivos alcançados em 1984, como, por exemplo, um maior número de trabalhadores ocupados e o aumento da renda destes, a FGT definiu sua linha norteadora de ação, para o exercício de 1985, a qual denominou "Geração de Ocupação e Renda". Todo o esforço da Instituição foi dirigido para esse objetivo.

No período, as ações da FGT foram desenvolvidas através dos seguintes programas: Ensino Supletivo/Cursos de Qualificação; Apoio a Prestadores de Serviços Temporários Autônomos (PRESTA); Assistência Técnico-Econômica e Microunidades de Produção de Serviços Urbanos (MICRUPS Urbanas); Prevenção de Acidentes em Geral; Sindicalismo; Promoção e Extensão Rural; Comércio e Comercialização; Relações do Trabalho/ordenamento do emprego e salário (Intermediação de Emprego no Estado do Rio Grande do Sul).

A FGT, no período de 1983-85, prestou atendimento a 572.361 pessoas, sendo 189.499 em 1985.

O atendimento aos trabalhadores carentes, tanto das áreas de campo como das urbanas, é feito através de cursos formais ou informais e de apoio técnico e financeiro.

As promoções dirigidas à qualificação, especialização e treinamento do trabalhador de baixa renda visam aos três setores da economia e ao setor informal.

Assim, através de cursos formais ou de instrução por correspondência ou, ainda, através da assistência técnica são oportunizadas a atualização e o treinamento técnico necessário à melhoria do desempenho do trabalhador de baixa renda.

Essas atividades são complementadas por serviços de informações sobre o mercado de trabalho e de intermediações de mão-de-obra no Estado, como também pela implementação de programas de promoção e geração de emprego e renda através do Serviço Nacional de Emprego (SINE/RS).

No período 1983-85, essa atividade propiciou a captação de 281.851 vagas, encaminhando 311.662 pessoas e colocando 145.369 candidatos a emprego, sendo que, em 1985, foram colocados no mercado de trabalho 50.685 pessoas.

Implantado de início em Porto Alegre, em 1983, atualmente o Programa Pró-Trabalho (serviço de intermediação de autônomos) abrange os Municípios de Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí, cadastrando 4.755 trabalhadores, sendo que destes, 3.320 desempenharam tarefas temporárias no período.

Dos programas desenvolvidos, merecem destaque na área rural os de Microunidades de Produção Agropecuária (MICRUPS) e o de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR), os quais atenderam 15.094 e 327.258 pessoas, respectivamente.

Na área urbana, os programas Microunidades de Produção de Serviços Urbanos (MICRUPS urbanas) e Apoio a Prestadores de Serviços Temporários Autônomos (PRESTA) apoiaram, respectivamente, 239 e 339 trabalhadores desempregados ou subempregados para atuarem no mercado informal de trabalho atra-

vês das Microunidades de Produção de Bens e/ou Serviços, ou como prestadores de serviços na condição de autônomos.

Nos últimos anos, através do desenvolvimento de uma política de incentivo ao artesanato e aos produtos artesanais, vem sendo intensificada a comercialização do produto artesanal, através de feiras e exposições. No período 1983-85, foram realizadas feiras, exposições e encontros num total de 99; cadastrados 3.592 artesãos; implantada uma central de artesanato e cinco centrais de beneficiamento, para uma clientela total de 6.701 artesãos. Comercializaram-se peças artesanais num montante de Cr\$ 544,9 milhões. No que se refere a 1985, foram cadastrados 982 artesãos e a comercialização atingiu Cr\$ 415,4 milhões.

Para 1986, a FGT traçou como diretriz básica a geração de ocupação e renda, de forma que terão prioridade os seguintes programas: Microunidades de Produção Agropecuária, Microunidades Urbanas, Apoio a Prestadores de Serviços Temporários Autônomos (PRESTA) e Desenvolvimento do Artesanato.

2.4.3 — FUNDAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SENADOR TARSO DUTRA (FUNDASUL)

À FUNDASUL como órgão do serviço público, compete implantar e desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social, visando à melhoria das condições de vida de indivíduos, grupos e comunidades carentes.

A realidade onde ocorre a atuação da FUNDASUL caracteriza-se pela extrema pobreza, onde a insatisfação de necessidades básicas é, ao mesmo tempo, causa e consequência do baixo nível de vida de considerável parcela da população estadual.

Assim, sua atenção está voltada para comunidades de periferia, entidades sócio-assistenciais que atendem famílias e idosos, pontos de atração de migrantes e de pessoas carentes, desprotegidas de qualquer assistência social.

No período 1983-85, a FUNDASUL passou por modificações internas, quando, por força do Decreto nº 31.217, de 08 de agosto de 1983, incorporou a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação. Ao rol de suas finalidades foi acrescida a operacionalização do Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos.

Desenvolveu suas ações orientadas pelo Programa de Governo 1983-87, que estabelece como diretrizes gerais emprego e ocupação econômica; alimentação suplementar à população de baixa renda; e diálogo permanente com a população no processo de planejamento dos assuntos que lhe dizem respeito.

Atuando dentro dessa política, o trabalho junto às vilas de subabitação atingiu, no período de 1983-85, 73 comunidades urbanas e 21 rurais, com uma população residente, aproximada, de 135.000 pessoas de baixa renda.

Em 1985, foram atingidas 27 vilas com uma população aproximada de 82.800 pessoas. Nestas buscou-se, basicamente, estimular o espírito associativo e a dinamização da vida comunitária, tendo sido organizados e orientados 607 grupos sociais, tais como associação de moradores, clubes de mães, de jovens, de idosos, envolvendo 13.354 pessoas. Apoiando as comunidades na busca de soluções para

os problemas coletivos, orientou-se a realização de 518 mutirões que resultaram em construção de sede comunitária, de lixeiras, rede de saneamento e outras melhorias.

Como forma de ocupação econômica, foram estimuladas as atividades em 641 núcleos e unidades produtivas, visando ao aumento direto e indireto da renda familiar, através da confecção de roupas, agasalhos, artefatos de madeira, lã e outros artigos. Participaram desses núcleos e unidades 4.019 pessoas. Cabe, ainda, mencionar a orientação técnica e apoio dados a grupos de prestação de serviços, entre os quais se destaca a Cooperativa de Prestadores de Serviços das Vilas de Porto Alegre, 289 pessoas inscritas, trabalhadores na área de construção civil, seralheria, limpeza e conservação, segurança e outras atividades.

O incentivo à produção de alimentos, através da implantação e dinamização de 1.986 hortas domésticas e comunitárias, vem sendo uma das alternativas para melhorar o nível nutricional da população que se localiza nas vilas de periferia e beneficiou 19.055 pessoas.

As atividades da FUNDASUL desenvolvem-se através dos 51 Centros Sociais Urbanos (CSUs) já em funcionamento na Região Metropolitana e no interior do Estado. Prestou-se, no período, 8.209.680 atendimentos nas áreas de saúde, nutrição, previdência, assistência, trabalho, cultura, artes, recreação e esportes, sendo que, em 1985, foram feitos 3.184.782 atendimentos.

Para a dinamização das atividades, a Fundação contou, em 1983 e 1984, com o apoio financeiro do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos.

Como órgão do Estado responsável pela execução da política de migração interna do Ministério do Interior/SUDESUL, a FUNDASUL procurou dar atendimento à clientela migrante, através dos dois Centros de Triagem e Encaminhamento (CETREMI), localizados em Porto Alegre e no III Pólo Petroquímico. Foram 30.551 pessoas atendidas no período de 1983-85, as quais receberam 67.506 auxílios para alimentação, documentação, pernoite, passagens urbanas e interestaduais, encaminhamento ao SINE/RS e a outros recursos da comunidade. Em 1985, foram atendidas 7.005 pessoas que receberam 11.003 auxílios.

Durante o ano de 1984 e 1985, facilitou-se o retorno de 1.529 migrantes aos municípios de procedência, contribuindo assim para a inversão do fluxo migratório. Em 1985, essas ações foram desenvolvidas em integração com outros órgãos públicos, dentro do Programa de Retorno de Migrante, e realizados 31 estudos sociais e cadastramentos de famílias interessadas em retornar ao Interior do Estado.

Quanto ao atendimento às entidades sócio-assistenciais no período de 1983-85, a FUNDASUL prestou assessoria a 364 entidades, atingindo 41.789 famílias e 4.419 idosos carentes. Em 1985, foram atingidas 73 entidades, 26.526 famílias e 191 idosos carentes.

Às entidades assistenciais foi prestado assessoramento técnico, objetivando a adoção de uma linha mais promocional e menos assistencialista no atendimento à clientela. Procurou-se, ainda, estimular a integração entre as entidades, no sentido do seu fortalecimento como grupo expressivo de execução de política sociais e, portanto, com potencialidade para também sugerir diretrizes e reivindicar legislação adequada. Igualmente, foram atendidas prefeituras municipais interessadas

em criar e/ou dinamizar departamentos de bem-estar voltados à população carente.

Atenção especial foi proporcionada, durante o ano de 1985, a oito organizações, principalmente de Porto Alegre, com as quais se firmou contrato de *cooperação técnica para uma atuação de profissionais e/ou estagiários multidisciplinares*, não só a nível de assessoria, mas também de execução.

A FUNDASUL também assessorou no período 35 entidades selecionadas pelo Gabinete da Primeira-Dama do Estado para serem beneficiadas pelo Programa Pró-Creche e pelo Projeto de Capacitação de Entidades Assistenciais.

As situações emergenciais que ocorreram no Estado, particularmente as enchentes de 1983, mobilizaram o quadro funcional para o salvamento das vítimas, alojamento em CSUs e acompanhamento das famílias no retorno às moradias. Nos municípios do Interior, as equipes integraram-se às Comissões Municipais de Defesa Civil, realizando o atendimento necessário aos flagelados e/ou apoiando as campanhas comunitárias. Em Gravataí, as 106 famílias desabrigadas pelo vendaval que atingiu o Município receberam, igualmente, atendimento da FUNDASUL. Os recursos existentes foram articulados de forma a facilitar àquelas que foram prejudicadas, o retorno à normalidade.

Integrada ao Programa de Atendimento Alimentar aos Desabrigados, a FUNDASUL coordenou 237 mutirões de frente de trabalho em 23 vilas de Porto Alegre e quatro CSUs da Região Metropolitana, beneficiando 9.372 pessoas com 10.675 ramos. No CSU de Alvorada e Canoas/Mathias Velho foi atendida a população desempregada através do "sopão comunitário", tendo sido servidas 94.086 refeições. Cabe, também, registrar a contribuição dada ao Projeto Granjas Solidárias, em que a equipe técnica realizou estudo e acompanhamento social das famílias inscritas.

A participação da FUNDASUL na programação do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha deu-se através da realização, juntamente com o Conselho de Entidades Assistenciais, do V Seminário Estadual e I Nacional de Entidades Assistenciais, ao qual se fizeram presentes 400 participantes, incluindo-se a representação de 12 estados da Federação. Além disso, nas comunidades e nos CSUs foram realizadas cinco comemorações alusivas, em que estiveram presentes 15.000 pessoas, destacando-se torneios esportivos, danças folclóricas, apresentações musicais.

Para 1986, a FUNDASUL dinamizará, entre outras, atividades comunitárias na linha de ocupação e renda, contando com aporte financeiro do Ministério do Trabalho. Enfatizará as ações voltadas para o idoso de baixa renda, tanto em asilos quanto nas comunidades. Deverá implantar o CSU de Taquara e concluir as ampliações já iniciadas nos municípios de Quaraí, São Lourenço e Rio Pardo. Pretende ainda expandir, de acordo com as disponibilidades de recursos humanos, o apoio às comunidades de baixa renda, tanto em Porto Alegre quanto em municípios do Interior onde não exista CSU, beneficiando, assim, um maior número de famílias carentes.

2.4.4 — FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

A FEBEM adotou como proposta filosófico-pedagógica para o seu trabalho,

no período de 1983-85, o processo participativo: funcionários e educandos trabalhando juntos procuram colaborar com todos os programas da entidade.

No Estado, pelo censo de 1980, há uma população de 3.246.639 menores para uma população total de 7.542.722. Desses menores, 905.831 são de famílias com renda mensal de 0 a 2 salários mínimos, faixa prioritária a ser atendida pelas ações da FEBEM.

A FEBEM atendeu, no período 1983-85, 293.126 menores assim distribuídos: em 1983, 92.082; em 1984, 96.321; e em 1985, 10.723.

A política adotada levou a repensar as formas de atuação do órgão nas áreas da educação, da saúde e do serviço social, visando a adequar as ações à nova filosofia de trabalho implantada em 1983.

Entre as atividades desenvolvidas pela FEBEM, destacam-se as do Projeto Universidade para a Comunidade; integração da FEBEM com instituições sociais, visando a que as mesmas buscassem com suas comunidades regionais soluções alternativas para a problemática do menor. Com tal fim, foram realizados seminários em Santa Maria, Santo Ângelo, Pelotas, Caxias do Sul e Porto Alegre.

Outro fato de importância para o adequado atendimento ao menor foi a transformação de quatro escolas da SEC, anexas aos institutos da FEBEM, em Escolas Especiais para crianças e adolescentes atendidas pela Instituição.

A FEBEM desenvolveu suas ações através de quatro programas, a saber: de triagem, de ações comunitárias, de educação participativa e de formação para o trabalho.

O programa de triagem objetiva realizar avaliação diagnóstica do problema do menor para os encaminhamentos adequados. Esse programa, que se caracteriza por intensa movimentação de menores (ingresso, reingresso, desligamentos, fugas, etc.), atendeu, no período 1983-85, 10.425 menores, dos quais 3.739 em 1985. *Através de auxílio financeiro foram atendidos mais 12.673 menores no mesmo período, sendo 3.237 em 1985.* Desse modo, evita-se o internamento de menores cuja situação se caracteriza por carência econômica.

Ainda como forma de racionalizar seus trabalhos, a FEBEM tem participado, através de seus técnicos, na pré-triagem junto ao Juizado de Menores, visando a evitar a entrada desnecessária de menores na Instituição, efetuando, nessa fase, o adequado encaminhamento dos mesmos.

A partir de 1985, a FEBEM iniciou a interiorização desse programa, instalando o Instituto de Recolhimento Provisório de Pelotas, com capacidade de atendimento a 30 menores.

O objetivo da interiorização é diagnosticar a situação do menor e mantê-lo mais próximo de suas comunidades e de suas realidades locais.

Através do programa de ações comunitárias, propõe-se, a instituição, a dar assistência e promoção ao menor em situação irregular, desenvolvendo ações preventivas junto à comunidade. Sua ação faz-se de modo descentralizado em nove zonas da Região Metropolitana de Porto Alegre.

No período 1983-85, o programa atendeu 207.049 menores, sendo que no ano de 1985, atingiu 3.676 menores. Esse atendimento deu-se através de: celebração de convênios com entidades públicas e/ou particulares, assegurando maior abrangência do atendimento ao menor no Estado; abertura de dois centros infanto-juvenis, com a participação da FIERGS, SESI e Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, que possibilitaram 3.077 atendimentos aos "menores de rua", além da colocação de 6.926 menores em lares substitutos.

A municipalização do programa deu-se a partir de 1984. Os municípios de Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo, através de ação conjunta, têm atuado efetivamente na busca de soluções da problemática do menor carente.

O programa de educação participativa objetiva atender ao menor da rede própria da FEBEM, nos aspectos básicos de saúde, educação e serviço social.

Nos internatos da Rede Própria foram atendidos, de 1983 a 1985, 6.655 menores, sendo 2.953 em 1985. Esse atendimento operacionalizou-se através da implementação da descentralização da Coordenação das Ações Educativas Participativas no interior do Estado. Foram criadas as unidades de apoio às Gerências Regionais e aos Juizados de Menores locais.

Passaram a funcionar Centros Educacionais e Centros Regionais de Profissionalização, em número de nove nas cidades de Lajeado, Canguçu, Soledade, Santiago, Passo Fundo, Palmeira das Missões, Uruguaiana e São Francisco de Paula.

Através do Programa Formação para o Trabalho, no período 1983-85, foram atendidos 53.733 menores, sendo que 42.346 em iniciação profissional e 4.397 foram colocados em emprego formal.

Para atender seus propósitos — preparar o menor carente para o ingresso no mercado de trabalho — foram criados, em 1985, 12 micro-unidades de produção na capital e no interior.

Com o mesmo propósito foi ampliada a área de abrangência do Núcleo de Colocação em Emprego, que acrescentou aos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre os de Sapiranga e Campo Bom como observadores de menores e egressos dos Institutos da FEBEM.

O Programa do 1º Emprego do Menor Carente (PROMENOR) teve continuidade na Capital e no Interior, atingindo, no período, um total de 6.988 menores. O crescente sucesso desse programa no Estado levou o Governo Federal a desenvolver estudos para sua implantação a nível nacional.

Para 1986, a FEBEM propõe-se a expandir sua atuação no Projeto de Municipalização em prol do menor, levando suas ações a todos os municípios do Rio Grande do Sul.

2.4.5 — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB-RS)

A ação desenvolvida pela COHAB/RS, objetivando a execução do Plano Estadual de Habitação e a administração dos financiamentos concedidos, durante os

últimos três anos enfrentou as conseqüências decorrentes da redução da atividade econômica que se verificou nacionalmente em virtude do processo recessivo.

Caracterizou-se, então, o período como de menor investimento para novos empreendimentos habitacionais, alta generalizada nos custos da construção, com empresas da construção civil sofrendo processos falimentares — e a conseqüente interrupção dos trabalhos — e a desestabilização do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com reflexos diretos no alto grau de inadimplência atingido e na própria comercialização das novas unidades, cujos resultados somados afetaram a situação financeira da COHAB/RS.

Efetivamente, as altas taxas inflacionárias colidiram com o SFH e seus agentes, desde os custos de construção, passando pela correção das prestações e dos saldos devedores dos financiamentos até a política salarial vigente, que resultaram num quadro de extrema preocupação à espera de soluções conjunturais.

Paralelamente, problemas outros também repercutiram negativamente nas finanças da COHAB/RS; no caso do subprograma PROMORAR, a execução de obras de água e esgoto pela Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN), necessárias para a comercialização de unidades habitacionais já concluídas; o excessivo atraso no pagamento das prestações, que representa elevado ônus social assumido pela Companhia; a menor qualidade de construção de alguns conjuntos tem gerado custos adicionais e sem contrapartida, quanto à recuperação de unidades; e, ainda, a existência de diversas sentenças judiciais em ações desapropriatórias, originadas em períodos anteriores, para aquisições de área de terra sem o correspondente empréstimo por parte do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Tais fatos, entretanto, não impediram a conclusão e a continuidade de obras em andamento, para as quais foram assegurados os recursos financeiros contratados com o BNH, possibilitando o prosseguimento do Programa Habitação através dos subprogramas: PLANHAP, núcleos de casas e apartamentos; PROFILUB, lotes urbanizados; PROMORAR, erradicação de subabitação; e FICAM, construção em terreno próprio.

Assim, no período 1983-85, registrou-se, para o total dos subprogramas, a conclusão de 30.623 unidades habitacionais, que representam 39% do total de unidades concluídas nos seus 20 anos de atividades, sendo que em 1985 foram construídas 6.575 unidades, além do andamento das obras para outras 19.999 unidades a concluir após 1985. Destas, 12.714 unidades então paralisadas encontram-se com os trabalhos reiniciados ou em fase de negociações para a retomada e continuidade dos serviços.

Simultaneamente à produção de conjuntos e unidades habitacionais, foram construídos prédios comunitários para atendimento às populações ali residentes, concluindo-se, no período em referência, 11 escolas e 8 creches.

Ressalte-se a importância de o Governo do Estado ter assumido parte dos empréstimos, subsidiando a população de baixa renda.

2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA

2.5.1 — SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

O Estado busca, através de suas instituições, o aperfeiçoamento do conceito de segurança pública, adequando-o à vida moderna, ajustando-o, o mais possível, ao sinônimo de zelo pelo cumprimento de leis e respeito aos direitos inerentes ao homem como ser social, participativo e integral.

No Rio Grande do Sul, dando continuidade à política adotada desde o início da atual Administração, os esforços estão concentrados na obtenção do equilíbrio entre a manutenção da ordem pública e da segurança do cidadão.

A SSP desenvolve suas atividades em consonância com os interesses da comunidade e dela tem solicitado a colaboração de que não pode prescindir.

Para que se concretizem as competências próprias, a SSP mantém em funcionamento seus órgãos na Capital e no Interior do Estado e, concomitantemente, equaciona o policiamento militar nas ruas, de maneira que possa atender, diuturnamente, às áreas de grande densidade populacional.

Cumprindo o objetivo de acompanhar e avaliar as atividades operacionais não rotineiras dos órgãos policiais, sobretudo as que envolvem a participação conjunta das Polícias Civil e Militar, a Comissão de Planejamento Operacional da Pasta examinou matéria referente a:

- abigeato, recomendando mais entrosamento entre os plantões dos diversos órgãos envolvidos na fiscalização da carne e do seu transporte, a fim de possibilitar combate mais eficaz ao delito, e, acima de tudo, a eliminação do receptor;
- furto de veículos e/ou de suas cargas, emitindo instruções sobre o controle e fiscalização de veículos automotores no Estado, para prevenção e repressão de furtos desses bens e/ou de suas cargas em ação integrada da Polícia Civil e da Brigada Militar;
- assalto a bancos, concluindo pela necessidade de solicitar ao Governo Federal autorização para, através de convênios, fiscalizar as empresas especializadas em serviço de vigilância e os estabelecimentos financeiros quanto ao sistema de segurança, bem como propor à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP/MF) incentivos a estabelecimentos financeiros que instalem circuito interno de televisão ou filmagem.

As questões de segurança pública estão associadas a fatores de ordem social, intervenientes na conduta do indivíduo e em seu comportamento na sociedade. Os

estudos em busca de novos mecanismos de controle da criminalidade, especialmente na fase pré-delituosa, e de melhor atendimento policial resultaram no projeto de criação de núcleos de atendimento social em delegacias de polícia, inicialmente na Área Metropolitana. Por sua natureza, o projeto enquadra-se no “Mutirão contra a Violência”, pois atende ao objetivo de fazer com que as “(...) delegacias não se dediquem apenas às atividades repressivas mas atendam também a outras necessidades da comunidade, como atenção a menores carentes e orientação a famílias em dificuldades”.

Com a finalidade de corresponder às solicitações da sociedade e de uma clientela específica e de adequar a operação policial às modificações sociais do momento, foi criado o Posto Policial para a Mulher, cujo atendimento se desenvolve como *desdobramento das atividades da 1.ª Delegacia de Polícia da Capital*, e já registrou 1.226 ocorrências.

Como aprimoramento da forma organizacional da Polícia Civil, foram criadas a Coordenadoria Regional de Polícia de Combate ao Abigeato, delegacias regionais de polícia, delegacias de polícia, circunscrições regionais de trânsito (CIRETRANs) e postos de identificação, num total de 70 novos órgãos.

Dentro do Projeto Integração Comunidade-Segurança Pública — “PROJE-TÃO” —, foram construídos 58 prédios para delegacias de polícia e quartelamentos da Brigada Militar em vários municípios.

Através do Fundo Especial de Reparelhamento dos Serviços da Segurança Pública (FUNDESP/RS), foram destinados recursos para 39 obras em andamento, sendo 29 da Polícia Civil e 10 da Brigada Militar.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Brigada Militar, a par das tradicionais Operação Golfinho, Volta às Aulas e outras, cabe destacar a Operação Especial de Fiscalização de Trânsito, parte integrante de uma campanha de âmbito nacional orientada pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). Na intensificação da fiscalização, foram utilizados argumentos à conscientização da população sobre as vantagens da segurança no trânsito, visando a obter maior número de motoristas habilitados, menos irregularidades nas ruas e mais segurança para todos.

Para a melhoria da infra-estrutura física e material dos serviços da segurança pública, o Governo do Estado vem contando com o apoio de prefeituras e das comunidades, com desempenho destacado dos Conselhos pró-segurança pública (CONSEPROs), através de convênios para repasse dos recursos necessários.

Como resultado das ações da segurança pública na sociedade gaúcha, foram registrados em 1985: 20.316 atendimentos realizados pelo Corpo de Bombeiros da Brigada Militar; 454.664 ocorrências policiais; 73.720 inquéritos instaurados; 73.474 inquéritos e processos remetidos a juízo; 4.293 flagrantes elaborados; 7.085 registros de furto de veículos (5.063 foram recuperados); 439.597 cédulas de identidade; e 376.378 carteiras de habilitação para conduzir veículos.

Na área de recursos humanos, a Polícia Civil formou 34 novos Delegados, e a Brigada Militar realizou os seguintes cursos de pessoal: de nível superior, 67 formandos; de nível médio, 585 formandos; e de nível elementar, 882 formandos. Presentemente, dá-se o recrutamento para oficiais da PM feminina.

2.6 — JUSTIÇA

2.6.1 — SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ)

A finalidade e a função do Estado, como ente organizador da comunidade, consiste em orientar o processo de desenvolvimento, canalizando seus frutos para que reverta em benefício da população.

A SJ tem como finalidade fundamental o relacionamento do Poder Executivo com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário, com os partidos políticos e com o Corpo Consular. Cuida, também, da política penitenciária do Estado, da liberdade condicional dos indultos, do serviço externo da população carcerária, do registro dos atos do comércio e da indústria, do arquivamento da memória histórica do Rio Grande do Sul e da defesa do consumidor e proteção da população.

A década de 50, a exemplo do que aconteceu em regiões de mais densa população no Brasil, marcou a economia do Rio Grande do Sul, pois nessa época se iniciou a mecanização da agricultura, a instalação de indústrias de grande porte nas proximidades dos grandes centros urbanos e a mudança da produção artesanal para a produção industrial.

Essas mudanças interferiram no meio social, ocasionando movimentos migratórios, consequência do desemprego rural, na busca de empregos em zonas urbanas, notadamente nos Setores Secundário e Terciário e, principalmente, da pressão econômica, fruto dos primeiros sintomas inflacionários. A população migrante caracterizava-se pelo baixo nível econômico, era marcada, também, pela precária situação de saúde e, principalmente, pelo baixo nível educacional e por não portar qualificação para o mercado de trabalho.

A desintegração da família, veículo cultural de normas e padrões de vida social, capaz de reprimir instintos primitivos do indivíduo e mantê-lo em integração social não conflitante, é o primeiro passo para a marginalização. Os novos costumes conflitam com o baixo nível econômico de vida, fazendo parecer ao indivíduo que ele está sendo agredido e, ao revidar à agressão de forma primitiva, incorre em infração de padrões de comportamento. O preso é um efeito, cuja causa se reveste de características quase sempre comuns, como econômicas, sociais, familiares, políticas, etc. Dentro da perspectiva de que, na maioria das vezes a criminalidade não passa de uma carência de socialização do indivíduo, da sua inadaptabilidade para o convívio, a execução penal no Rio Grande do Sul, apesar da carência de recursos humanos e financeiros, esforça-se para compensar, em cada delinqüente, as carências de seus respectivos processos de socialização. Claro que para atingir esses objetivos são, preliminarmente, examinadas as condições do preso antes de definir em qual estabelecimento penal irá cumprir a pena ou qual o estabelecimento que é mais adequado ao processo de sua ressocialização.

A política penitenciária do Estado está voltada prioritariamente ao homem. A ressocialização é a meta maior e final a ser alcançada. Para tanto, foram ampliados os programas de atuação na área da saúde e educação e, ao mesmo tempo, foi implantado um programa de recuperação e adaptação dos estabelecimentos da rede penitenciária que atingiu 68,2% das casas prisionais, além da ampliação da capacidade real das mesmas em 8,9%. Nesse período, observa-se um declínio na capacidade de lotação a partir de 1984. Isso ocorreu pela desativação de alguns presídios que não apresentavam as mínimas condições de habitabilidade e segurança.

Na área social foram intensificados os projetos de educação e saúde, através de convênios com a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e com a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente (SSMA), ao mesmo tempo que se procurou colocar à disposição do apenado o maior número possível de cursos profissionalizantes. Esse esforço resultou num aumento de 133% dos cursos ministrados em 1985, quando comparado com igual período no ano anterior.

Dentro desse projeto, é competência legal da Escola do Serviço Penitenciário — órgão-meio da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) — entre outras atribuições, a preparação dos recursos humanos, ministrando cursos regulares. O pessoal penitenciário deve seguir cursos de formação e atualização antes da admissão e durante a carreira, objetivando qualificá-los para desempenhar as tarefas carcerárias no Sistema Penitenciário do Estado.

Assim é que, buscando uma dinamização maior da própria SUSEPE, a Escola do Serviço Penitenciário direcionou sua atividade, prioritariamente, para a preparação do pessoal do quadro de carreira penitenciária que deve atuar na administração de estabelecimentos penais na rede penitenciária, treinar e aperfeiçoar servidores do sistema para fins essenciais e, por fim, atualizar o servidor penitenciário nas novas técnicas e assuntos pertinentes à área.

Como resultado, então, é relevante destacar as principais realizações no período 1983-85 no que tange à formação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos: XXIII Curso de Formação de Agentes de Segurança Penitenciária; curso de Reciclagem para Funcionários do Sistema Penitenciário; curso de Treinamento de Administração de Presídios; curso de Treinamento para Funcionários Ingressantes no Sistema Penitenciário; curso de Português e Redação Oficial para os Funcionários da SUSEPE; XXIV Curso de Formação de Agentes de Segurança Penitenciária *(em desenvolvimento)*.

Os meios mais adequados para alcançar a ressocialização do homem preso são a educação, a saúde, o trabalho e a assistência social. Trata-se, em última análise, de organizar um ambiente propício, a fim de que ele, ao sair, não só se reintegre à sociedade, mas seja um elemento atuante.

Dessa forma, cabe ressaltar, como as principais realizações no triênio 1983-85, na área educacional, social e da saúde os convênios com: Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); SEC; SSMA; Grupo Hospitalar Conceição e os cursos profissionalizantes; alfabetização; educação integrada e supletivo de 1º e 2º graus; e confecção de Carteiras do Trabalho.

Na área de reforma e/ou melhoramentos, foram aplicados Cr\$ 455,3 milhões nos presídios dos municípios de Caçapava do Sul, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Pelotas, Rio Pardo, Sobradinho, Lajeado, Quaraí, Três Passos, Camaquã, Guaporé, Ijuí, Soledade, São Gabriel, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rio Grande, Santo Cristo, Canguçu, Nova Prata, Espumoso, São Sepé, Carazinho, Vacaria, Uruguaiana, Santo Antônio da Patrulha, Santana do Livramento, Alegrete, Canela, Jaguari, Santiago, Santa Maria, Pelotas, Getúlio Vargas, Guaíba, Itaqui, Jaguarão, Osório, Santa Vitória do Palmar, Santa Rosa; e Penitenciária Estadual do Jacuí, Escola do Serviço Penitenciária, Presídio Central, Instituto Psiquiátrico Forense e Penitenciário "Madre Pelletier".

A normatização e a fiscalização da atividade empresarial, finalidade maior

da Junta Comercial, tiveram, no período, um incremento maior com a redução de custos, através da sintetização dos atos publicados e com a regulamentação das taxas devidas aos serviços prestados com base nas ORTNs.

O povoamento efetivo das diversas regiões do Estado exige, em função do dinamismo da atividade econômica e da necessidade de organização dos trâmites legais, uma desburocratização dos órgãos competentes, de maneira a atender pronta e efetivamente às exigências da comunidade empresarial.

Assim, sentiu-se a necessidade de levar ao Interior do Estado, de uma maneira mais rápida e objetiva, os serviços da Junta Comercial. Desse modo, através da regionalização, almeja-se possibilitar ao empresário a facilidade de acesso ao cumprimento dos requisitos legais. Além desses benefícios, a redução do custo de implantação pode, especialmente para as pequenas empresas, determinar um incremento na atividade empresarial. Para tanto, foram instalados escritórios da Junta Comercial em Santana do Livramento, Cruz Alta, Carazinho, Passo Fundo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Pelotas, Bagé, Cachoeira do Sul, Lagoa Vermelha, Vacaria e Tenente Portela.

Iniciaram-se no Arquivo Público o reordenamento e avaliação de seu acervo, com vistas à implantação do processo de microfilmagem, fator determinante na continuidade do órgão registrador da memória rio-grandense.

Quanto à memória histórica, a introdução de um sistema de microfilmagem, no Arquivo Público, deverá possibilitar a eliminação de grande parte da documentação original, ou sua transferência a outro órgão. Este trabalho será complementado com a elaboração de tabelas de temporalidade dos documentos e prazos de transferências destes para o Arquivo Público.

Considerando que é dever do Poder Público preservar e melhorar a qualidade de vida da população e que, quando cria amplo e generalizado mercado consumidor, desencadeia situações que podem propiciar transgressões aos direitos dos consumidores, o Estado obriga-se a se colocar como mediador entre os diversos segmentos da sociedade, acionando suas agências especializadas no sentido de concretizar essa mediação. Em 1983, através do Decreto nº 31.203, foi criado o Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor (PRODECON) para preservar e melhorar os padrões de qualidade dos produtos e serviços colocados à disposição da população e para criar uma consciência de defesa dos próprios direitos. Esse Programa desenvolveu-se e, já tendo atingido seus objetivos na Grande Porto Alegre, tem como meta, para o próximo exercício, a interiorização para as principais cidades do Estado, levando a elas seus benefícios.

Em defesa do consumidor, o PRODECON procurou manter intercâmbio com sociedades privadas, associações de bairros e demais entidades ligadas à proteção da população e defesa do consumidor, a fim de coletar, analisar e receber manifestações de consumidores que lhe sejam encaminhadas, buscando através de órgãos capacitados, o atendimento de suas demandas.

2.7 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

2.7.1 — PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA (PGJ)

A PGJ, órgão integrante do Gabinete do Governador do Estado, tem sua Administração Superior exercida pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Conselho Superior do Ministério Público, pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público e pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Integram a PGJ os quadros de procuradores de justiça, de promotores de justiça e de pessoal administrativo. A PGJ atuou, através da Assessoria Jurídica, em 3.104 processos, que tramitaram junto ao Conselho Superior de Magistratura, Tribunal de Alçada, Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, tendo comparecido a todas as sessões do Pleno do Tribunal de Justiça.

Destaca-se também, em segundo grau a atuação do Ministério Público em 26.690 processos. A atividade do Ministério Público na 1.^a instância, em matéria criminal, destaca a atuação em inquéritos policiais com o oferecimento de 84.779 denúncias, 89.825 pedidos diversos, além de 21.169 outros requerimentos inerentes às funções do Ministério Público. Registraram-se, ainda, 228.484 audiências assistidas, realizados 45.735 debates orais, 52.613 alegações finais e extinções de punibilidade, 27.994 promoções em processos sumários, a absolvição de 49.423 réus e a condenação de 29.737, bem como a interposição de 12.620 recursos e contra-razões.

A Promotoria junto à Vara de Execuções Criminais atuou em 11.951 promoções diversas, 1.542 outras atividades e 394 recursos e contra-razões.

Junto à Justiça Militar, ocorreu a intervenção em inquéritos com o oferecimento de 604 denúncias, 1.210 pedidos diversos, além de 176 outros requerimentos. Destacam-se, também, 2.584 audiências assistidas, 614 debates orais, 538 alegações finais e extinções de punibilidades, atuação em 872 processos sumários, a absolvição de 730 réus e a condenação de 382, com a interposição de 290 recursos e contra-razões.

A Coordenadoria das Promotorias Criminais, no período, entre outras atividades, apresentou o seguinte movimento: atendimento a 10.534 pessoas, registro de 1.084 ocorrências, formação de 3.209 expedientes, mais 33.411 intimações e intervenções diversas, incluindo-se acompanhamento de inquéritos, laudos, perícias, contra-razões de recursos, delitos de trânsito, atendimento a promotorias, localização de partes e testemunhas, além de 219 inquéritos promovidos.

Em matéria Cível, registrou-se a atuação das Curadorias de Família e Sucessões em 329.345 promoções diversas; Massas Falidas em 33.884 processos, incluindo habilitações e verificações de créditos, restituições de bens, concordatas, falên-

cias, pedidos de prisão, reclamatórias trabalhistas, denúncias, 1.400 audiências assistidas e 234 recursos e pareceres. A Procuradoria das Fundações desenvolveu suas atividades fiscalizando o funcionamento de 484 fundações, 75 promoções diversas, no que concerne à destinação de seus patrimônios e às alterações institucionais, tendo em vista a observância da fidelidade operacional dessas entidades aos objetivos de seus instituidores.

A representação do Ministério Público na Fazenda Pública Municipal registrou a atuação em 846 processos de execução, a interposição de 766 recursos e pareceres. Da mesma forma, na Fazenda Pública Estadual, registrou-se o movimento de 10.458 processos e mais 1.875 intervenções diversas.

Nas curadorias foram assistidas 58.468 audiências e atendidas 317.037 pessoas.

O Ministério Público esteve presente a 256 sessões plenárias da Junta Comercial do Estado, destacando-se, ainda, a atuação em 83 recursos e pareceres.

A Coordenadoria das Promotorias Cíveis de Porto Alegre registrou 1.316 iniciais e intervenções, destacando-se alvarás, tutelas, interdições, emancipações, suprimento de consentimento para casamento e 993 demais atos de real alcance no âmbito processual, em sua área de atuação atendendo a 11.382 pessoas.

Com relação aos projetos especiais programados para o próximo ano, registra-se a criação de uma Coordenadoria das Promotorias para Defesa Comunitária, com atribuição de dirigenciar na defesa dos interesses difusos, promovendo inquérito civil e o ajuizamento da ação civil de reparação de danos.



2.8 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO

2.8.1 — PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

À PGE cabe, de acordo com a Constituição Estadual, a defesa judicial do Estado; a assistência jurídica ao Governador do Estado, aos órgãos da Administração Estadual e aos Municípios; a assistência judiciária e jurídica aos necessitados; *a uniformização da jurisprudência administrativa estadual.*

No período 1983-85, quanto à defesa judicial do Estado, em matéria fiscal, foram arrecadados, por execução fiscal, Cr\$ 2,3 bilhões.

Dos assuntos discutidos em juízo, merecem ser citados o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) sobre frutas frescas argentinas, que resultou na revogação da isenção que beneficiava a importação de frutas secas; o ICM sobre a saída de carne bovina e o ICM nas vendas a crédito sobre o preço final da mercadoria, isto é, incluído o financiamento, a incidência de correção monetária sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis não-recolhido. Também cabe referência à tese sobre a base de cálculo do ICM nas vendas realizadas sob a modalidade de *cartões de crédito de emissão da própria empresa vendedora.* O Tribunal de Justiça acolheu a posição do Estado, considerando os custos financeiros integrantes do valor da operação, configurando, portanto, base de cálculo do tributo. Obteve, também, no Tribunal de Justiça, ganho de causa a relevante tese da incidência do ICM no ato cooperativo.

Dos assuntos de pessoal debatidos em juízo, os de maior importância foram: “parcela autônoma” correspondente às antigas diárias de policiamento da Polícia Civil e da Brigada Militar (BM); equiparação de ferroviários inativos aos servidores da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA); extensão da Gratificação de Incentivo à Arrecadação (GIA) aos servidores contratados; limite de idade para ingresso no serviço público. Em 1984, a PGE obteve expressiva e destacada vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) no caso da interpretação do Acordo de Reversão Estado-União-RFFSA, conseguindo mudar jurisprudência firmada há mais de 20 anos pelo STF, que causava incalculável prejuízo ao erário público estadual.

Ainda, quanto à defesa judicial do Estado, mas em matéria de defesa do domínio público, várias propostas de desapropriação movimentaram os serviços da PGE, inclusive algumas ações relativas a imóveis localizados no Interior do Rio Grande do Sul, como as relativas ao Parque da Guarita e ao Pólo Petroquímico. Na Capital e arredores, merecem destaque as que se referem à ampliação do Aeroporto Salgado Filho, ao Parque de Itapuã e ao Conjunto Habitacional da Fazenda Guajuviras (Canoas). A PGE passou a ter significativa atuação na defesa da chamada Lei dos Agrotóxicos e das medidas administrativas referentes a sua execução.

Também merecem ser mencionadas a ação de reintegração de posse movida contra a Arrozeira Brasileira S/A para reaver gleba de terra desapropriada com o fim de construção do Aeroporto Internacional, bem como a defesa do Estado nas ações de indenização por falsificação de documentos provenientes do Arquivo Público, julgadas improcedentes, o que proporcionou a economia de vultosas indenizações que somariam bilhões de cruzeiros.

Os problemas decorrentes da falta de instalações e do número ínfimo de procuradores que atendiam a várias regiões do Interior foram abrandados com a nomeação de novos procuradores e com a implantação de mais seis Procuradorias Regionais, possibilitando que, a defesa judicial do Estado, atualmente, seja feita em todas as comarcas do Interior do Estado.

Através da atividade de assistência jurídica ao Governador do Estado, aos órgãos da Administração Estadual e aos municípios, foram emitidos 1.558 pareceres sobre diversos temas, entre os quais: regime jurídico do magistério público; eleição da mesa de Câmaras de Vereadores; limite de idade para investidura em cargos em comissão; definitividade das decisões do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais; cobrança de sobretarifas sobre os serviços de telecomunicações (Fundo Nacional de Telecomunicações); reajuste semestral dos salários (convenção coletiva); período pré e pós-eleitoral de 1985; microempresas; efetivação e estabilidade de servidores CLT; incorporação de funções gratificadas; competência do Conselho Administrativo da Região Metropolitana de Porto Alegre; processo de escolha de diretores das escolas estaduais com participação da comunidade escolar.

Prestou-se, principalmente, a assistência jurídica aos municípios, mediante a emissão de pareceres escritos, em atendimento a consultas de prefeitos e câmaras de vereadores. O entrosamento com a Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal e com a Federação das Associações de Municípios, bem como a publicação do Boletim Informativo da PGE — Assuntos Municipais também contribuíram para a divulgação dos serviços da PGE junto aos municípios. Foram ainda promovidos debates, conferências e seminários com prefeitos, vereadores e pessoal técnico das administrações municipais.

A assistência judiciária e jurídica aos necessitados foi prestada através das 94 sedes de comarcas, atendendo-se também a clientes de 56 outros municípios por elas jurisdicionadas. Foram atendidas, ao todo, entre Interior e Capital, mais de 320.000 pessoas e ajuizadas cerca de 21.000 ações.

Na área dos trabalhos jurídicos, teve prosseguimento o realizado como o INCRA, para regularizar a situação de áreas na posse de pequenos produtores rurais radicados em Candelária e São Pedro do Sul, com a propositura de várias ações de usucapião. Deu-se continuidade, ainda, à assistência judiciária a pequenos agricultores e produtores rurais associados da COOPAVE, sob liquidação judicial.

Cumpram-se destacar, com especial relevo, o “Ciclo de Palestras sobre Aspectos Jurídicos da Revolução Farroupilha”, realizado pela PGE em comemoração à passagem do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o qual contou com a honrosa participação dos mais eminentes historiadores e estudiosos do assunto.

2.9 – AGRICULTURA

2.9.1 — SECRETARIA DA AGRICULTURA (SA)

A SA tem desenvolvido intenso trabalho de auxílio ao produtor rural, orientando-o com novas técnicas desenvolvidas, com assessoramento direto às suas atividades produtivas e buscando fortalecer reivindicações do setor.

A agropecuária gaúcha foi prejudicada pelas adversidades climáticas de 1983, 1984 e 1985, quando as cheias nos dois primeiros anos mencionados e a prolongada estiagem no último trouxeram consideráveis prejuízos à economia do Estado, avaliados, em preços correntes de dezembro de 1985, em Cr\$ 4,4 trilhões, correspondentes a 16% do valor produzido na lavoura e pecuária.

Diante dessas adversidades, a SA adotou medidas emergenciais para minimizar os efeitos danosos, instituindo uma política de absoluta contenção dos gastos, buscando auxílio do Governo Federal, especialmente de políticas de apoio à agricultura.

Ao lado dessas medidas, foram marcantes os esforços empreendidos pelo Governo e pelos produtores rurais, o que assegura que o Rio Grande do Sul se reerguerá através de grandes safras, possibilitando o abastecimento de seu consumo interno e exportando alimentos.

Na área do abastecimento, visando não só a oferecer alimentos mais baratos aos consumidores, como também a dar condições para que os pequenos produtores aumentem suas rendas pela eliminação da intermediação, foi instituído o Conselho Estadual de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CONEA), para desempenhar a função de implementar o Programa de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros no Estado, promovendo o abastecimento de alimentos na Região Metropolitana e nas cidades de grande e médio portes do Interior, promovendo a utilização produtiva de terras ociosas e o aproveitamento de mão-de-obra local, com benefícios nutricionais e financeiros aos consumidores.

Salientam-se as negociações realizadas pelo Comitê de Agroindústria no sentido de incluir na pauta dos preços mínimos o pêssego, por interesse das indústrias e dos produtores, além de coordenar as negociações entre produtores e industriais na formação de preços para comercialização das safras de morango, pêssego e aspargo, assim como da uva e da maçã.

A produção animal — base tradicional, real e atual da economia rio-grandense —, desempenhando papel de importância fundamental tanto no abastecimento interno quanto como gerador de divisas, de rendas e de empregos, constitui significativa parcela econômica do Estado. A defesa sanitária animal, segmento importante para ganhos de produtividade e qualidade dos rebanhos, pro-

moveu no período a vacinação de bovinos com a utilização de 1.975.507 doses contra a brucelose, 678.849 doses contra a raiva bovina, 87.919.352 doses contra a febre aftosa, 4.419.500 doses contra a peste suína e 1.358.042 doses contra a raiva canina. Foram também realizados 392.122 testes e diagnósticos sobre brucelose e tuberculose animal em todo o Estado.

Por via de ações de fomento zootécnico, em 173 municípios foram distribuídas 431.875 doses de sêmen, executadas 104.742 inseminações e prestou-se atendimento nos 128 postos de inseminações, sendo também distribuídos 473.796 litros de nitrogênio líquido. Foram ainda realizadas 32 exposições e feiras no Parque de Exposição Assis Brasil em Esteio, 1.210 concentrações dos Clubes de Integração e Troca de Experiências (CITEs), selecionados e assistidos 907.337 animais de 23.738 propriedades atendidas, além da participação em 487 exposições e feiras nos diversos municípios do Estado.

Quanto às atividades que visam ao desenvolvimento do setor pesqueiro, durante o período 1983-85, foram distribuídos 1.751.000 larvas e alevinos e 170.500 girinos de rã-touro gigante.

No período, procedeu-se o intercâmbio com a Província de Shiga — Japão através do treinamento de três técnicos em estações de piscicultura.

Na campanha de combate à peste suína, aplicou-se 4.400.000 doses de vacina contra a peste suína clássica, sendo que nesse período o Estado foi considerado como livre da peste suína africana.

Fundamento prioritário da política governamental, as ações desenvolvidas no sentido da preservação e da utilização racional dos recursos renováveis — solo, água, flora e fauna — receberam especial atenção durante o período 1983-85, onde se salienta a produção de 5.345.735 mudas de essências nativas e exóticas, a implantação de 52 viveiros de mudas em diversos municípios do Estado. Desenvolveu-se também o controle de 1.401 voçorocas em todo o Estado; a reciclagem de 3.232 professores de 1º grau em educação ecológica; a preservação dos 37.662ha dos parques florestais estaduais e reservas; a coleta de 11.301kg para a Bolsa de Sementes; a fixação de 84.250m² de dunas; o reflorestamento de 1.080 de pequenos e médios imóveis rurais; a utilização de 277.758 mudas para arborização do litoral e 106.008 mudas para a arborização de estradas do Estado.

Com o intuito da preservação da salubridade da produção primária e do ambiente natural, destaca-se ao acompanhamento em todo o território rio-grandense, da adequada utilização de agrotóxicos, com a implantação do receituário agrônômico em todas as delegacias regionais agrícolas e agronomias regionais e a prescrição de 13.040 receitas agronômicas através do Birô de Pesticidas, além de dois cursos de reciclagem para engenheiros-agrônomos regionais em defensivos agrícolas.

Oportunizou-se, ainda, a promoção e o fomento vegetal a 52.585 agricultores em 1.374.684ha; a produção de sementes fiscalizadas através de 19.683 inspeções de campo em 222.158ha; a produção de sementes básicas e certificadas através de 1.837 inspeções de campo em 36.196ha; a produção de mudas fiscalizadas de frutíferas através de 1.287 inspeções nos 10 polos de abrangência, totalizando 8.069.279 mudas; a inspeção de 2.233.946 plantas cítricas; a erradicação de 1.029.107 plantas cítricas em 57.264 propriedades em 31 municípios na Campa-

na Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico. Houve também a inspeção em 3.628 matas para o controle ao "Serrador da Acácia Negra". Procedeu-se o desembaraço de 881.961.420 litros de vinho e derivados para a comercialização. Ainda com o objetivo de promoção e fomento, realizou-se 35 cursos em mecanização agrícola e 47 em apicultura.

Visando à melhoria da infra-estrutura de produção, a SA desenvolveu as seguintes atividades: construção de 46 barragens e de 346.798 metros de canais de irrigação e drenagem; perfuração de 690 poços; construção de 3.425 açudes e bebedouros.

Através da Coordenação do Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS/RS), no sentido de incorporar pela irrigação áreas não utilizadas ou subutilizadas pelos agricultores, usando crédito dirigido e tecnologia adequada a cultivos não tradicionais, foram realizadas: drenagem de 28.525ha, a sistematização de 47.774ha de lavouras, financiamento de 302 projetos alcançando 6.504ha e beneficiando diretamente 1.142 produtores, além da elaboração e acompanhamento de 840 projetos em 15.795ha com recursos dos produtores.

Na área de produção vegetal, cabe ainda salientar a inauguração da Unidade de Beneficiamento de Semente de Cebola em Rio Grande, a elaboração do projeto de estudo para o controle biológico do "Serrador da Acácia Negra" e a conclusão das obras do laboratório de Enologia de Garibaldi.

A SA desenvolveu grandes esforços no sentido da promoção do acesso à terra aos segmentos mais necessitados dos agricultores sem terra, através de assentamentos agrários. Dentre as atividades salienta-se: assentamento de 174 famílias de agricultores oriundos de Ronda Alta; reassentamento de 186 famílias oriundas da barragem de Passo Real e Estrada Fortaleza; levantamento planialtimétrico de 4.516ha de área adquirida para assentamento de agricultores; parcelamento e demarcação de 340 lotes; construção de 153 casas definitivas para agricultores reassentados; abertura de cinco poços artesianos; fornecimento de 2.065 ranchos alimentares destinados aos agricultores assentados. Destaca-se também: a aquisição de 4.060ha de terras destinadas a assentamento e a reassentamento; a expedição de 3.852 títulos de propriedades; a legalização de 28 lotes; a concessão de 2.616 lotes a ocupantes de terras devolutas; a inauguração da Escola da Agrovila do Projeto IX de assentamento em Taquari. Destaque especial deve ser dado à aprovação, pela Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei instituindo o FUNTERRA/RS.

Foi obtida a aprovação, pela Comissão Regional de Avaliação de Cultivares de Trigo, de quatro novas variedades do cereal (RS.1-SENIX, RS.2-Santa Maria, RS.3-Palmeira e RS.4-Ibiraiaras), assim como o lançamento de dois híbridos de milho (SAVE.342-A tardio e SAVE.394 precoce). A estes soma-se o lançamento do cultivar Mostarda Lisa Farroupilha na Estação Experimental de Rio Grande.

Na área da defesa sanitária, pode ser destacada a produção de 3.775.200 doses de vacina contra a febre aftosa, com a utilização de adjuvante oleoso, que permite imunizar o rebanho bovino com uma única aplicação anual.

Dentro de metas estabelecidas, conseguiu-se produzir vacinas, antígenos, diagnósticos, com uma produção de 353.500 doses de antígenos diversos, 1.909 exames de febre aftosa e 2.994.570 doses de vacinas contra a brucelose.

A produção de essências florestais nativas e exóticas teve especial desempenho, com a produção e distribuição de 3.297.150 mudas de diversas espécies, contribuindo, dessa forma, para a promoção de reflorestamento em nosso Estado.

A suinocultura teve especial atenção, com a implantação do projeto Melhoramento de Suínos da Raça Duroc, desenvolvido na Estação Experimental Zootécnica de Tupanciretã e complementado na Estação de Avaliação de Suínos, em Santa Rosa.

Salienta-se, ainda, quanto à prestação de serviços, a realização de 99.240 determinações químicas de solo, 52.427 análises de sementes de espécies agrícolas e forrageira, 3.542 análises de inoculantes, 23.132 exames de laboratório em patologia aviária, 4.384 exames de laboratório de patologia suína, 1.573 exames de patologia ovina, 5.128 análises de adubos e calcário, 4.528.000 doses de antígeno equivalente a antiaftosa, 5.324 doses de vacina contra a papilomatose e a realização de 3.562 exames de parasitologia, além da montagem de um laboratório que permite produzir doses de baculovirus para o controle biológico da lagarta da soja.

Cumprе ressaltar, ainda, a realização das VII e VIII Exposição Internacional de Animais em Esteio, eventos coroados de pleno êxito, superando, quer em termos de padrão zootécnico, quer de comercialização de animais, todas as demais feiras realizadas no Estado.

A SA, no ano de comemoração de seu 50º aniversário de criação, realizou diversos eventos entre painéis, festividades, eventos esportivos e a instalação do Museu da Secretaria da Agricultura.

2.9.2 — ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)

As ações da EMATER/RS, no período 1983-85, concentraram-se nos pequenos e médios produtores, dando ênfase também a atuação junto à juventude e à mulher rural. Esse público mantém-se anualmente, com pequenas variações, ao redor dos 164.681 produtores, 37.494 jovens e 106.493 famílias atendidas em 1985 e que se beneficiaram de ações de organização rural, transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, aprendizagem agropecuária, social e comunitária e ações nas áreas de alimentação, higiene, saúde e habitação.

Como resultado dessas ações, observa-se, no período, um diferencial de produtividade entre produtores assistidos e os não assistidos que variou de 3% na bananicultura; de 10 a 50% nas grandes culturas (trigo, soja, mandioca, milho, sorgo e batata); e até mais de 100% em cultivos especializados como o tomate e o morango. Também na produção animal observaram-se diferenças significativas entre produtores assistidos e não assistidos, que variaram desde 13% adicionais em produtividade de lã/cabeça/ano em ovinos a mais de 100% em produção de leite/vaca/ano.

Além da busca da produção e da produtividade, cabe destacar a preocupação quanto ao destino da produção e quanto ao abastecimento. Nesse sentido, a EMATER/RS intensificou seus trabalhos a nível de produção, especialmente de hortigranjeiros, e na organização dos produtores para comercialização em feiras, mercados e pontos de vendas. As Feiras e as Campanhas, segundo estimativas,

beneficiaram cerca de 1.700 produtores e 1,3 milhão de consumidores no ano de 1985.

As ações de conservação e recuperação dos recursos solo e água passaram a ser feitas de forma integrada e abrangente, através da mobilização de comunidades, da concentração de esforços e recursos e do manejo integrado solo-culturas.

Quanto ao reflorestamento, objetivou-se reduzir o déficit florestal, através de convênios para a instalação de viveiros, da assessoria técnica junto aos mesmos e na implantação das mudas, e na conscientização de produtores, jovens e escolares sobre a necessidade de plantio de essências florestais e sua preservação.

Na área de defesa sanitária e vegetal, buscou-se, através de métodos integrados, assegurar o desempenho produtivo das culturas, a qualidade da produção, a preservação do meio ambiente e a redução dos riscos de intoxicação por pesticidas.

Foi conseguida uma forma disciplinadora do comércio e do uso de defensivos através do receituário agrônomo.

O controle da lagarta com baculovirus atingiu 54.942 hectares, além disso, para a safra 1985/86, foi possível estocar 272.305 doses que podem cobrir uma área plantada de mais de 2,5 milhões de hectares, com significativa redução nos dispêndios com defensivos e nos riscos de intoxicações.

O desenvolvimento dos programas de promoção social tem em vista a melhoria das condições de saúde, alimentação e nutrição, tidas como expressão de qualidade de vida e também como condição relevante no processo de desenvolvimento.

Assim, junto à juventude rural, foi desenvolvido o trabalho que tem como princípio fundamental a participação desde o processo decisório até a fase de execução. No ano de 1985, a EMATER trabalhou junto a 979 grupos, abrangendo 37.494 jovens, além de 2.055 grupos compostos de jovens e adultos.

No elenco de programas de apoio à produção, a EMATER/RS buscou o desenvolvimento e a melhoria da infra-estrutura de produção, especialmente dos alimentos básicos.

Entre as ações que se destacaram no período, ressaltam-se: o Programa de Irrigação e Drenagem que promove o melhor aproveitamento das várzeas e das áreas irrigáveis, através de 794 projetos, colocando em processo produtivo 10.358 hectares; o uso de fontes alternativas de energia com a difusão de experiências e conhecimentos sobre energia eólica, solar, hidráulica; e o aproveitamento de resíduos orgânicos para a produção de adubo a gás através de biodigestores.

Continuou o acompanhamento e a assistência técnica a produtores em dois programas com recursos do FINSOCIAL, sendo reaplicados neste ano, aproximadamente, Cr\$ 1,25 bilhão para 277 novos contratos e a formação do "Fundo Rotativo de Sementes" com a reaplicação, neste período, de 50t de sementes de milho, 467t de feijão, 78t de arroz, 168t de batata e 191m³ de manivas de mandioca para 26.778 agricultores.

Para resolver a dificuldade do pequeno produtor, em termos de escala, na

produção, na compra de insumos ou na comercialização de seus produtos, tem sido sugerida a organização dos produtores. Nesse sentido, foram organizados 511 núcleos de cooperativas e oito novas Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSAT's), objetivando a prestação de serviços mecanizados a produção de suínos e a criação de rãs.

O trabalho de organização e educação associativa é desenvolvido, inclusive, junto aos 816 produtores beneficiários dos 14 assentamentos no Estado.

Na área de agroindústria, deu-se continuidade à assistência a indústrias de laticínios, a abatedouros, a frigoríficos, ao beneficiamento de vinho, de mel e à armazenagem frigorífica. As ações abrangem desde a transferência de tecnologia até a elaboração de projetos técnico-econômico-financeiros e a assistência administrativa.

Ainda na área de crédito rural, a EMATER/RS tem sido solicitada a realizar levantamentos e perícias junto a agricultores prejudicados por eventos climáticos, visando à cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). Na safra 1984/85, foram realizadas 5.969 perícias, e na de 1985/86, até novembro, cerca de 5.000 perícias.

Cabe ressaltar, ainda, na área de apoio, a orientação técnica nos financiamentos de crédito rural para custeio, investimento e estocagem de boi-em-pé, onde a EMATER/RS, em convênio com o Banco do Brasil, BANRISUL, Sulbrasileiro-Meridional e CEE, tem proporcionado através de sua assessoria maior segurança de retorno aos recursos aplicados.

2.9.3 — COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

Na qualidade de órgão oficial responsável pela política de armazenagem do *Estado do Rio Grande do Sul*, no decorrer do período compreendido entre os anos de 1983 a 1985, a CESA continuou a direcionar seus objetivos na busca de melhor equilíbrio entre a oferta e a demanda de armazenamento. Ao atuar dessa maneira, a CESA, além de propiciar o crescimento do Setor Primário, assegurou a regularização dos canais de comercialização de produtos agrícolas.

No transcorrer desse período, a rede de silos e armazéns da Companhia (armazenagem a meio ambiente), com uma capacidade estática de 646.900 toneladas, recebeu mais de 4,0 milhões de toneladas de grãos, destacando-se, dentre eles, principalmente a soja e o trigo.

Quanto à armazenagem em ambiente controlado, oferecida pelos frigoríficos polivalentes de Caxias do Sul e Capão do Leão (65.800 m³ de capacidade estática), cabe dizer que essas unidades receberam, entre congelados e refrigerados, mais de 11 mil toneladas de produtos não paletizáveis e, aproximadamente, 44.000 paletes.

Para a execução dos seus diferentes projetos, entre 1983-85, a CESA investiu Cr\$ 8,2 bilhões. Esses recursos foram aplicados da seguinte maneira: Cr\$ 2,9 bilhões nas unidades armazenadoras existentes, a título de conservação e melhoria da rede operacional; Cr\$ 1,4 bilhão para a conclusão de obras e aquisição de equipamentos da Unidade Frigorífica Polivalente Regional do Sul, localizada no Município de Capão do Leão (34.000 m³ de capacidade estática); Cr\$ 657,5 milhões

para a conclusão da ampliação da Unidade Frigorífica Polivalente de Caxias do Sul (mais 19.800 m³ de capacidade estática); Cr\$ 2,2 bilhões para as obras de ampliação da Unidade Armazenadora de Camaquã, cuja conclusão está prevista para abril de 1986 (acréscimo de mais 6.300 toneladas de capacidade estática); Cr\$ 248,0 milhões nos hortos florestais, destinados à produção de lenha para servir como combustível dos secadores das unidades armazenadoras de grãos. Também, foram aplicados recursos no plantio de 692.000 mudas e na manutenção dos hortos situados nos Municípios de Camaquã, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Santo Ângelo e Tapejara; Cr\$ 797,0 milhões destinados ao reaparelhamento administrativo-operacional da Companhia (sede e 28 unidades armazenadoras).

Durante o período 1983-85, a CESA realizou importantes convênios, como o firmado com a Bolsa de Mercadorias de Porto Alegre (BMPA), com vistas à negociação, no pregão da Bolsa das ofertas de compra e venda de mercadorias originárias do Sistema CICOA. Com o mesmo objetivo, foi firmado outro convênio com a EMATER/RS, de forma a que o pessoal técnico dessa Entidade ampliasse o apoio que presta ao homem do campo, orientando-o também no processo de comercialização. Essas duas iniciativas, além de ampliarem as possibilidades de comercialização dos produtos depositados nas unidades da Companhia, propiciaram significativos benefícios aos pequenos e médios produtores agrícolas. Também foi firmado um convênio com a EMBRAPA para acompanhar o comportamento das culturas de espécies frutíferas e olerícolas, quando armazenadas a frio.

Na execução de sua atividade-fim, durante o período 1983-85, a Companhia atingiu as seguintes metas na armazenagem a meio ambiente (silos e armazéns): 4.047.107 toneladas na operação de recebimento de grãos; 22.150.617 toneladas na estocagem de grãos; 3.766.755 toneladas na expedição dos grãos estocados; armazenagem em ambiente controlado (refrigerado), 16.049 paletes e 7127 toneladas de produtos resfriados; 27.848 paletes e 4.164 toneladas de produtos congelados.

2.9.4 — FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB)

A FZB tem por objetivo geral implantar, através de pesquisa científica, banco de dados da flora e fauna do Rio Grande do Sul e manter coleções científico-educativas, objetivando o conhecimento e a preservação de espécies nativas e dos sistemas selvagens como subsídios e ações de planejamento racional do desenvolvimento.

Como resultado do trabalho de ampliação e organização da coleção de plantas vivas, foram acrescentadas 357 espécies ao acervo do Jardim Botânico que, neste ano, produziu 178.272 mudas de espécies anuais e perenes e recebeu 241.459 pessoas para visita.

No Jardim Zoológico, foram realizadas obras em recintos de animais em 3.460 m² com o objetivo de torná-los mais adequados, recebendo a visita de 1.669.242 pessoas.

A FZB ainda realizou o "Mercadão das Flores", 113 pesquisas e 604 expedições científicas para coleta de dados, bem como produziu 918 m³ de composto orgânico e 1.030t de forragens no Parque Zoológico.

2.9.5 — INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

Há dois anos, o movimento que os arrozeiros fizeram, exigindo que o Governo Federal atendesse a suas reivindicações, ficou nacionalmente conhecido como "boicote arrozeiro". O IRGA apoiou aquele movimento que, na época, foi considerado exitoso, pois conseguiu alterar o preço mínimo em 15%.

Para regular o mercado de comercialização de arroz, o IRGA vem participando sistematicamente da formação de estoques reguladores do Governo Federal. No ano de 1985, foram adquiridos 360.626 sacos de arroz beneficiado, a um custo de aquisição de Cr\$ 46,9 bilhões, e 371.132 sacos de arroz em casca, no valor de Cr\$ 19,1 bilhões. Portanto, nesta safra foram gastos Cr\$ 66,9 bilhões do Governo Federal para obtenção de arroz. Esse montante foi totalmente aplicado no setor orizícola do Estado, contribuindo significativamente para sustentação do preço mínimo a nível de produtor.

A partir de agosto/setembro últimos, houve uma retração na comercialização do arroz, onde, embora os preços do produto beneficiado permanecessem estáveis, os preços da matéria-prima evoluíram. Isso levou as entidades de classe a proporem ao IRGA a sua intervenção para enxugamento do mercado e injeção de recursos, a fim de que se fizesse frente às despesas fiscais.

Por essa razão, o IRGA adquiriu 31.321 sacos de arroz beneficiado com recursos próprios, o que, em dinheiro, representou cerca de Cr\$ 6 bilhões. Logo, verificou-se uma reação no mercado comprador do centro do País, sendo os objetivos do IRGA plenamente alcançados.

Foi em 1985 que o IRGA ousou elaborar um de seus maiores projetos dos últimos anos. Adquiriu uma gleba de 2.006 hectares de terra no Município de Guaíba para instalar o seu Centro de Pesquisa do Arroz Irrigado, devendo para ali ser transferida a Estação Experimental do Arroz, localizada em Cachoeirinha, em razão, principalmente, da pressão urbana que vem experimentando.

Foi dada continuidade ao programa de atendimento específico a pequenos produtores em função de que a produtividade no Estado tem sido proporcional ao tamanho da área.

Foram mantidos contatos com centros internacionais que trabalham, basicamente, com a cultura do arroz (CIAT e IRRI), buscando assessoramento técnico e intensificando a troca de material genético.

Houve entendimentos com a Fundação Rockefeller no sentido da obtenção de equipamentos para atender ao laboratório de cultura de anteras, cujo montante para 1986 está estimado em US\$ 300 mil a fundo perdido para o Instituto.

Objetivando melhor atender aos orizicultores, foram criadas mais sete zonas no serviço de extensão, além das 31 existentes e que continuam atuando.

Durante os últimos três anos, o depósito de Porto Alegre vem embalando ranchos para a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre. Atualmente, empacota uma média de 250 ranchos por semana, mas, nos anos an-

teriores (período das enchentes), chegou a fazer uma média de mil pacotes por semana.

Também foram realizados, no triênio, experimentos em pesquisa orizícola para obtenção de variedades e fertilidade do solo, controle de qualidade e agroindústria; produção de 396.600 kg de sementes genéticas, básica e pré-básica para melhoria da qualidade da semente matriz; produção de 69.552 sacas de semente certificada para melhoria da semente matriz; compra de 285.040 toneladas de arroz e venda de 366.902 toneladas para o Governo Federal; armazenagem de arroz para o Governo Federal no valor de Cr\$ 7,9 bilhões; armazenagem, empacotamento, estiva e expurgo da produção de arroz para a COBAL no valor de Cr\$ 211,3 milhões; secagem no valor de Cr\$ 818,0 milhões e ensaque no valor de Cr\$ 2,9 milhões de arroz para a Lavoura Gaúcha; indenização para lavoureiros pela ocorrência de granizo em suas lavouras, no valor de Cr\$ 100,9 milhões; 31.665 atendimentos nos Escritórios Regionais; assistência a 7.886 produtores a nível de lavoura; realização da 6ª Semana Arrozeira e de 333 cursos de treinamento de mão-de-obra rural; 37.897 análises de solo e água, plantas e sementes, drenagem e irrigação de 26.443ha de lavouras e de 2.020ha de drenagem de lavouras pelo PROVÁRZEAS e 3.540 anteprojetos de exploração e reforma de açudes.

2.9.6 — INSTITUTO SUL-RIO-GRANDENSE DE CARNES (ISRC)

O ISRC desde a sua criação em 1934, tem promovido a defesa dos produtos de origem animal, com a adoção de meios práticos destinados a melhorar a produtividade e buscando harmonizar os interesses dos produtores, dos industriais, dos comerciantes e dos consumidores, assim como o disciplinamento da produção, do consumo e da exportação.

Como órgão de permanente assessoramento ao Governo do Estado, tem participado nos assuntos que dizem respeito aos diversos tipos de carnes, tanto na fase de produção como na de industrialização e comercialização a nível interno e externo.

A solução para os problemas do setor tem encontrado resposta favorável, devido à permanente integração com as entidades representativas dos diversos segmentos da iniciativa privada ligados à produção, à industrialização e à comercialização de carnes.

Dentro do espírito que norteia suas atividades, logrou a Autarquia significativas realizações ao longo dos últimos três anos, cumprindo destacar o levantamento de disponibilidades e preços de carne bovina, ovina, suína e de aves nas indústrias do Estado, com vistas ao atendimento de importadores desses produtos.

Destaque especial deve ser dado à elaboração, pelo Instituto, de Projeto de Lei que objetiva a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária de Corte, que representa um avanço significativo para o setor, vindo ao encontro dos interesses envolvidos.

Como estímulo à produtividade, juntamente com a FARSUL, foi instituído o prêmio "Produtividade de Carnes nas Espécies: Bovinas, Ovinas, Suínas e de Aves".

Pela sua repercussão social, cabe enfatizar o programa de venda de carne po-

pular em diversos pontos do centro da Capital, sob fiscalização da Autarquia, contribuindo para que a população adquira o produto a preços mais acessíveis.

O ISRC fez-se representar e participou, em 1985, nos acontecimentos mais significativos para a produção, comercialização, abastecimento e industrialização de carnes, no País e Exterior.

O Instituto continuou divulgando o "Boletim Informativo", que contém informações estatísticas mensais sobre abate, preços, importações e exportações de carnes e derivados, bem como firmou convênio com a FARSUL e com a Universidade Federal de Santa Maria, visando à formação de um programa para o combate à hidatidose.

2.10 — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.10.1 — SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)

A SIC, conforme as diretrizes do Plano de Governo, desenvolveu suas ações no sentido de consolidar o parque industrial, interiorizar o desenvolvimento econômico e descentralizar a indústria; apoiar a comercialização interna e externa; e consolidar as atividades turísticas.

Buscando atender aos objetivos fixados, foram desenvolvidos, no que se refere ao acompanhamento setorial, nove comitês: do Couro e do Calçado; do Metal-Mecânico; do Alcool; do Vestuário; da Informática; da Mecânica Fina; da Maçã; da Micro e Pequena Empresa e do Turismo, tendo sido realizadas 67 reuniões no período 1983-85.

Foram ainda elaborados estudos setoriais sobre o setor pesqueiro, as fundições, a demanda de produtos de lã, o mercado de fogões, embalagens para produtos alimentares, maçãs e demanda de móveis escolares, apresentando proposições para o fortalecimento do produto gaúcho.

Considerando a dependência de outros estados para o fornecimento de ferro gusa, foi constituído um grupo de trabalho visando a viabilizar uma usina de ferro gusa a carvão vegetal que subsidiou estudo do grupo empresarial interessado na sua implantação.

Para conhecer as potencialidades do setor, foi realizado, juntamente com a FIERGS, um perfil das indústrias de informática abrangendo 43 empresas, obtendo dados de capital, emprego, venda, recolhimento de ICM e produtos fabricados.

Com a perspectiva da implantação de uma unidade de soda/cloro no Estado, está sendo realizado um trabalho para determinar a viabilidade de instalação de uma salina, com a reavaliação do projeto da SALGASA.

Visando a reabertura dos Moinhos Coloniais, a SIC está colaborando com a Comissão Especial sobre Moinhos Coloniais da Assembléia Legislativa, bem como realizando estudos para sugerir políticas de apoio para o reinício das operações desses moinhos.

Em 1984, foi realizada a pesquisa Importações Interestaduais que apontou 5.355 produtos adquiridos pelo Rio Grande do Sul em outros estados da Federação. O objetivo era identificar produtos passíveis de fabricação no Estado, ampliando ou complementando a indústria gaúcha e, ainda, descobrir entraves na comercialização dos artigos já produzidos no Estado.

Para a realização dessa atividade, estão engajados, ao esforço da SIC, outros órgãos e entidades oficiais e de classe — como BRDE, BADESUL, CIENTEC, FEE, FIERGS e FEDERASUL — para, com base nas informações obtidas com a pesquisa Importações Interestaduais e na experiência própria de cada organismo, detectar aqueles itens com maior possibilidade de produção no Estado, constituindo-se em novas oportunidades de investimento que devem ser investigadas e divulgadas.

Os estudos, no ano de 1985, conduziram a investigações nos seguintes segmentos: têxteis e confecções; produtos alimentares; borracha e artefatos; produtos químicos; papel; produtos de matérias plásticas; metal-mecânica; e produtos para construção civil.

Foram realizadas, no período 1983-85, 10 *investigações de mercado sobre* borracha regenerada, arroz, vinagre, aguardente, motocompressores, tubos de PVC, espelhos de vidro, vidros de segurança, embalagens, torneiras e registros, e autopeças em fase final de conclusão.

Relativamente ao Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião (PROMIR), foram concluídos os estudos de 23 microrregiões homogêneas do Estado. Tais estudos (1ª etapa do PROMIR) compreendem levantamento de dados secundários, tratamento, análise e redação dos seguintes itens: aspectos geográficos, demográficos, infra-estruturais, econômicos e oportunidades industriais.

A 2ª etapa do PROMIR — que é desenvolvida através de encontro com representantes das comunidades, quando são discutidos os problemas que estão travando o seu desenvolvimento e identificadas oportunidades de investimento a nível de município e microrregião — foi concluída nas seguintes microrregiões: MR317-Lagoa dos Patos (1984); MR321-Campanha (1985); MR311-Viniculтора de Caxias do Sul (1985); MR309-Colonial da Encosta da Serra Geral (1985); MR314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul (1985); e MR331-Campos de Vacaria (1985). Essas microrregiões abrangem 62 municípios.

A continuidade do PROMIR dá-se através da atuação das comissões municipais e/ou microrregionais.

Assim sendo, além das comissões municipais, foram constituídas as comissões das microrregiões supramencionadas, à exceção da MR321-Campanha, onde não foi possível viabilizar sua criação, conforme manifestação dos próprios municípios envolvidos.

As comissões orientam seu trabalho a partir do Plano de Ação Microrregional, o qual é elaborado pela SIC com a participação das comunidades municipais, objetivando solucionar problemas de ordem tecnológica, gerencial, financeira e tributária, bem como oportunizar a criação de novas empresas através da elaboração de perfis das oportunidades de investimento.

No atendimento às solicitações de auxílios à implantação de áreas industriais foi concedido, no período 1983-85, o montante de Cr\$ 1 bilhão.

No que diz respeito à implantação de distritos industriais, a SIC analisa e recomenda as propostas formuladas pela CEDIC, além de fazer o acompanhamento

to das obras executadas pela mesma nos distritos industriais de Bagé, Rio Grande, Santa Maria, Alvorada-Viamão, Cachoeirinha e Gravataí.

Em relação ao apoio técnico às prefeituras, desenvolveram-se ações conjuntas com as prefeituras e associações de classe, abrangendo desde as formas de atração de investimentos até a elaboração de planos diretores para a ocupação de áreas industriais.

Em 1984, iniciou-se a pesquisa sobre os Eixos Industriais do Interior do Estado com o objetivo de conhecer o processo de industrialização de 23 municípios divididos em seis grupos ou concentrações e de estabelecer um rol de recomendações de ação e de investimentos prioritários com vistas a sua consolidação, com prazo de conclusão para janeiro de 1986.

Em março de 1985, foi assinado o Convênio MIC/SCO/SIC-RS/Nº 02/85, objetivando proporcionar à SIC cooperação técnica e financeira para a execução do Projeto.

A SIC prestou, ainda, assessoramento às empresas gaúchas através de visitas e contatos, num total de 2.516, visando a dotá-las de assistência técnica para que possam, de maneira racional e organizada, colocar seus produtos no Exterior.

A partir de informações oriundas da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), do Banco do Brasil, e da Secretaria da Receita Federal (SRF), do Ministério da Fazenda, foi desenvolvido e implantado o Banco de Dados em Comércio Exterior.

O Banco de Dados possui informações sobre as exportações do Rio Grande do Sul, exportações efetuadas pelas empresas gaúchas, bem como de feiras nacionais e internacionais a serem realizadas no primeiro semestre de 1986.

Entre os usuários do sistema, além do Departamento do Comércio Exterior, destacam-se a Secretaria da Fazenda, Federação das Indústrias (FIERGS), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e a Agência Centro da CACEX de Porto Alegre.

Através do acesso a informações da Secretaria da Fazenda, armazenadas na PROCERGS, foi também concretizada a primeira etapa do Sistema Integrado de Informações proposto pelo MIC e, para 1986, está prevista a implantação das demais etapas, bem como a do Sistema de Entidades Atuantes em Ciência e Tecnologia, a ser realizada em comum acordo com a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do MIC.

A SIC prestou ajuda, apoio institucional logístico e acompanhamento a feiras e exposições, além da realização de três seminários sobre exportação do Rio Grande do Sul nos anos de 1983, 1984 e 1985.

Afora essas ações, o órgão desenvolveu outras voltadas para a consolidação das atividades turísticas que se centraram em um trabalho intenso de cooperação entre Governo e empresários do setor, destacando-se: elaboração do Turismo-RS-Ações Básicas de Desenvolvimento, elaboração da Metodologia da Ação Turística a Nível Municipal; regulamentação do calendário de Eventos Turísticos; elabora-

ção e implantação do Sistema Estadual de Acompanhamento do Fluxo Turístico; elaboração do Programa de Comercialização Turística.

2.10.2 — CONSELHO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CEICO)

O CEICO tem seu embasamento no Decreto Estadual nº 30.942, de 22 de novembro de 1982. Objetiva, fundamentalmente, estabelecer uma estrutura para alcançar o fortalecimento da indústria da construção em seus diferentes níveis e segmentos, elaborando e propondo a política de desenvolvimento da construção, mantendo estreita ligação com os organismos e entidades estaduais e federais e muito especialmente com o Ministério da Indústria e do Comércio, com a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil e com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Destacam-se entre os projetos e etapas realizadas pelo CEICO, no período: trabalhos técnicos destinados a sugerir parâmetros para a "Política para a Indústria da Construção: Aspectos Conjunturais e Estruturais", "Projetos Habitacionais junto às Fontes de Produção"; A Indústria da Construção como Fonte Geradora de Emprego e Investimento; Comercialização de Materiais de Construção: Produção no Rio Grande do Sul e Consumo; convênio União (MIC) e Estado (SIC-CEICO) exclusivamente com recursos federais, relativo à elaboração do Manual de Recomendações de Projeto para Minimização dos Consumos Energéticos nos Edifícios, tendo a versão preliminar sido aprovada pela CNICC; implantação do Grupo de Trabalho Intersectorial relativo à elaboração do Cadastro de Licitantes de Obras e Serviços; desenvolvimento de Programa para Exportação de Materiais de Construção; ativação da Rede Integrada de CEICOs, presidida pelo Rio Grande do Sul e com a participação dos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná; participação na conclusão da Norma Brasileira que regulamenta as atribuições dos diversos intervenientes em obras e/ou serviços de engenharia e arquitetura; atividade permanente no acompanhamento das medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação e Banco Nacional da Habitação, em pleno entrosamento com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção; realização de pesquisas e trabalhos que irão permitir a divulgação, a partir do segundo trimestre de 1986, dos índices de componentes de materiais e serviços de engenharia; conclusão do trabalho Materiais de Construção de Origem Petroquímica que se destina a servir de ponto de partida para aplicação em matérias-primas produzidas pelo Pólo Petroquímico; realização da análise que vem sendo produzida desde 1983, Desempenho da Indústria da Construção: 2º semestre de 1984 e 1º semestre de 1985, e que foi recomendado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção como modelo a ser adotado nos demais estados da Federação; programa de participação na Comissão Nacional de Materiais de Construção (COMAT) da CBIC; atividades junto à Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC) e, muito especialmente, na Comissão de CEICOs/CBIC e que produziu uma objetiva integração em âmbito nacional, com a adoção de medidas práticas de relevante interesse para a indústria da construção.

2.10.3 — AÇÚCAR GAÚCHO S/A (AGASA)

A AGASA tem por finalidade a produção de açúcar e álcool pelo aproveitamento da matéria-prima produzida na região de Santo Antônio da Patrulha e Osório.

Com o objetivo de motivar os canavieiros a aumentarem as áreas cultivadas com cana-de-açúcar, foram realizadas, no triênio, 89 reuniões com 1.385 participantes de todas as localidades produtoras de cana-de-açúcar abrangidos pela AGASA.

Foram, ainda, realizados 241 programas de rádio com informações técnicas e avisos em geral em emissoras de Santo Antônio da Patrulha e Osório.

Na busca de melhores condições de vida para o pequeno produtor de cana, foram também realizados 7.727 atendimentos no Departamento Agrícola; 1.510 visitas de técnicos a produtores; 16.798 visitas de instrutores rurais, além de financiamentos no valor de Cr\$ 1,17 bilhão para o plantio, para soja e para bois de serviço.

Durante o ano de 1985, as tentativas da AGASA para conseguir açúcar demerara foram em vão. Os altos juros dos financiamentos agrícolas obrigam os agricultores a reduzirem cada vez mais suas áreas de plantio, com a conseqüente diminuição da quantidade de cana entregue.

No triênio, o órgão teve o seguinte desempenho: cana recebida 282.410 toneladas; açúcar produzido, 452.325 sacos; açúcar vendido, 297.576 sacos; melaço produzido, 13.206.567kg; melaço vendido, 9.751.249kg; álcool produzido, 1.039.841 litros; álcool vendido, 504.500 litros.

2.10.4 — COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)

A CEDIC, no período 1983-85, procurou desenvolver sua ação sempre voltada para o desenvolvimento equilibrado do Estado, criando oportunidades de investimentos capazes de induzir as regiões menos favorecidas a se integrarem, de forma definitiva, no processo de geração de riquezas.

A *consolidação dos distritos industriais da Região Metropolitana e de outros*, localizados em pontos estratégicos do Estado, juntamente com o Programa de Interiorização do Desenvolvimento Industrial, vem demonstrando o acerto da política de descentralização que busca, num esforço conjunto, oportunizar o pleno desenvolvimento das potencialidades das comunidades.

Na realização desses objetivos, a CEDIC, no início de triênio 1983-85, concentrou seu trabalho nos distritos industriais do Estado, visando a complementar a infra-estrutura, bem como a adequá-la à nova realidade do Estado.

Dentro do Programa de Interiorização do Desenvolvimento Industrial, foram atendidos os Municípios de Alegrete, Bento Gonçalves, Butiá, Cachoeira do Sul, Canela, Capão da Canoa, Carazinho, Cruz Alta, Guarani das Missões, Horizontina, Igrejinha, Ijuí, Lajeado, Lagoa Vermelha, Marau, Nova Prata, Passo Fundo, Pelotas, Porto Xavier, Quaraí, Rio Pardo, Rolante, São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Santo Ângelo, Serafina Correa, Tapera, Uruguaiana, Venâncio Aires, Dom Pedrito, Frederico Westphalen e Erexim.

Esse trabalho espelha a nova realidade que vem pautando as ações da Companhia na interiorização das suas atividades, como forma de favorecer a pequena

e a média empresa, investindo todo o possível para atender, em termos sociais e econômicos, a política de ocupação dos espaços vazios e favorecendo sua integração no mercado competitivo que é próprio da livre iniciativa.

Outro campo de atuação da CEDIC diz respeito à implantação do Programa do Alcool no Estado, resultante de um protocolo assinado com o MIC, estabelecendo como meta a produção de 70 milhões de litros para a safra 85/86, a fim de fazer frente ao crescente déficit de álcool carburante no Estado.

Para a operacionalização do protocolo firmado, a SIC criou, junto à CEDIC, um grupo de trabalho encarregado de divulgar o Proálcool nos municípios considerados aptos à produção de cana-de-açúcar.

Resultou desse trabalho o encaminhamento à Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) de 11 cartas-consulta, das quais, duas já estão aprovadas: A Alcool Porto Xavier S.A. (ALPOX) e a Destilaria de Alcool Farroupilha Butiá S.A.

Somente nesses dois projetos com carta-consulta aprovada, estão estimados investimentos de Cr\$ 96 bilhões, especificamente para instalações e aquisição de equipamentos.

A ALPOX utilizará a matéria-prima proveniente de 3.096 hectares plantados com cana-de-açúcar, gerando, com isso, 334 empregos na zona rural, além dos 45 empregos diretos previstos para movimentação da destilaria, dimensionada para a produção de 60 mil litros/dia de álcool. O início das operações da ALPOX está previsto, de acordo com o cronograma de implantação, para o mês de setembro de 1986.

A Destilaria de Alcool Farroupilha Butiá S.A., localizada no Município de Butiá, foi dimensionada para a produção de 180 mil litros/dia, com a ocupação de uma área de 8.624 hectares para plantio de cana-de-açúcar. Esse empreendimento deverá gerar, na zona rural, 967 empregos diretos, além dos 105 previstos para operação da destilaria.

As demais cartas-consulta encaminhadas à CENAL referem-se aos Municípios de Rio Pardo (Pantano Grande), Tapes, Santo Antônio da Patrulha, General Câmara, São Nicolau, Campina das Missões, Porto Lucena, Alecrim e São Nicolau (Pirapó).

Os dois projetos em implantação irão gerar, a preços de 1985, cerca de Cr\$ 1,29 bilhão de FUNRURAL; Cr\$ 8,8 bilhões de ICM; Cr\$ 338 milhões de PIS e quase Cr\$ 260 milhões de FINSOCIAL.

As cartas-consulta pendentes de aprovação pela CENAL deverão gerar um acréscimo de Cr\$ 36 bilhões de ICM; Cr\$ 1,6 bilhão de PIS; Cr\$ 1,06 bilhão de FINSOCIAL e Cr\$ 5,3 bilhões de FUNRURAL.

Para atingir o atual estágio do projeto foram percorridos 51 municípios, realizados seminários e palestras junto a produtores e empresários, visitados 10 municípios no Estado de Santa Catarina e quatro no Estado de São Paulo.

Dentro do Programa de Oportunidades de Investimentos (POI), criado em

1984, foram realizados 38 estudos, estando 30 concluídos e oito em desenvolvimento.

Desse total, 18 foram realizados para empresas e/ou investidores e os demais são decorrentes do estudo das importações interestaduais e/ou de pesquisas realizadas pelo próprio grupo de técnicos que atua junto ao POI.

No final de 1985, foram obtidos, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), recursos financeiros para conclusão das obras de implantação das Estações de Tratamento de Efluentes Líquidos dos Distritos Industriais de Gravataí e Cachoeirinha. Através do Projeto de Lei Complementar nº 179/85, foi concedida autorização para que o Estado do Rio Grande do Sul celebre Termo Aditivo ao Contrato vigente, com vistas à liberação dos referidos recursos.

2.10.5 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

A CORLAC, no período de 1983 a 1985, deu continuidade a seus objetivos, que são: amparar o produtor para produzir leite em melhores condições; realizar o abastecimento de leite à população da Grande Porto Alegre; e promover o abastecimento nas entressafras.

Essas metas são alcançadas através da assistência técnica permanente aos produtores que inclui a realização de testes de brucelose; inseminação artificial; tratamento da mamite e tuberculose; controle de fertilidade; orientação na formação de pastagens; aquisição de matrizes; custos de propriedades e melhoramentos nas instalações; venda de matrizes selecionadas, sementes, adubos, rações, fertilizantes e demais produtos para aumentar a produtividade; melhoramento da qualidade do leite; além de treinamento aos produtores de leite através da campanha de silagem, combate à verminose, formação de pastagens estacionais, fenação e visitas a produtores.

Para possibilitar uma maior entrada de leite, a CORLAC tem procurado construir novos postos de coleta e resfriamento, bem como recuperar e ampliar os já existentes.

Dessa forma, no triênio foram inaugurados os postos de Alegrete, Lagoa Vermelha, Jaguari e Marau.

Foram ainda efetuados, no período, obras de recuperação, manutenção ou ampliação nos postos de Montenegro, Vera Cruz, Veranópolis, Bento Gonçalves, Gramado, Osório, Taquara, Torres, Usina Central e nas subsidiárias Corlac-Erexim, Coval-Vacaria, Colaga-São Gabriel e Corlac-Santa Maria.

No decorrer de 1985, a CORLAC teve um aumento significativo na captação do leite "in natura" em todas as suas bacias leiteiras.

Merece ainda destaque o fornecimento de leite em pó para a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) que absorve toda a produção de leite em pó fabricado pela Companhia.

Com referência ao leite e seus derivados, a CORLAC apresentou, no triênio,

a seguinte produção: leite "in natura", 446.178.916 litros; leite pasteurizado, 296.544.502 litros; leite em pó 22.239.764 kg; queijo, 1.151.596 kg; manteiga, 2.910.795 kg; creme, 995.417 kg; iogurte 1.642.141 litros; requeijão 266.703 kg; doce de leite, 108.972 kg. Cite-se também a compra de 4.742.845 kg de leite em pó.

Para 1986, a CORLAC deverá dar continuidade à produção de leite e seus derivados, bem como realizar reformas e ampliações dos postos de resfriamento e usinas de beneficiamento, além de investir na área de transporte.

Na área de produção, os investimentos são necessários para a modernização e atualização dos equipamentos industriais e instalações, para com isso melhorar a produção e acompanhar a evolução da tecnologia.

A modernização dos equipamentos industriais é da maior importância para dar continuidade à produção de derivados que teve, no ano de 1985, o lançamento do leite B, do iogurte líquido (ZIP) e do creme de leite, todos em embalagem cartonada, bem como o lançamento de novos produtos e embalagens mais modernas, como as lançadas no mesmo ano para o requeijão cremoso, para o doce de leite e para o creme de leite.

Na área de fomento (Setor Primário), continuará sendo efetuado o trabalho de assistência ao produtor, visando à melhoria do rebanho leiteiro e, conseqüentemente, ao aumento da produção leiteira do Estado.

2.10.6 — CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S/A (VINOSUL)

A VINOSUL, órgão vinculado à SIC, destina-se à produção e à comercialização do mosto concentrado da uva.

O processo de industrialização é realizado através de duas unidades industriais localizadas nos Municípios de Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

A VINOSUL, no período 1983-85, participou das safras de uva, quer através da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), contratando empresas vinícolas para a industrialização da uva considerada excedente, quer concentrando mosto virgem e/ou industrializando uva.

A produção da Companhia, no triênio, atingiu a industrialização de cerca de 12.678,4 toneladas de uva, enquanto os processos de concentração e/ou dessulfuração produziram 22.271,2 mil litros de mosto.

Para o ano de 1986, a Empresa propõe-se a agilizar o uso de técnicas modernas com vistas à diminuição dos custos operacionais e a incentivar a pesquisa no setor de uva e da fruticultura em geral.

Prevê-se, para o próximo ano, a vinificação de quatro mil toneladas de uva, a concentração de 13 milhões de litros e a estocagem de 3,1 milhões de litros de mosto.

2.10.7 — PRODUTOS GAÚCHOS S/A (PROGASA)

A PROGASA tem a finalidade de regular a comercialização da cebola e de outros produtos hortigranjeiros.

A cebola e os hortigranjeiros desidratados são vendidos a empresas que industrializam produtos alimentares ou são reutilizados no próprio órgão para a produção de formulados (sopas, mingaus).

A produção da PROGASA, durante o triênio, foi de: alho em pó, 7.149 kg; alho em flocos, 190 kg; cebola em pó, 12.790 kg; cebola em flocos, 38.311 kg; sopas, 2.101.296 kg; mingau LBA, 1.049.790 kg; bem como outros produtos hortigranjeiros desidratados.

2.10.8 — CONSELHO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CONPETRO)

O CONPETRO foi criado através do Decreto nº 24.386, de 15 de janeiro de 1976, com a finalidade de coordenar todas as atividades governamentais para a implantação e operação do Complexo Petroquímico do Sul.

Com o início das operações industriais das quatro primeiras unidades, em 4 de fevereiro de 1983, o CONPETRO foi levado a redirecionar os seus objetivos — até aqui voltados para as obras de implantação — no sentido de consolidar o Pólo Petroquímico do Sul, num verdadeiro complexo industrial.

A partir daí, a Secretaria Executiva instituiu um Programa de Relações Empresariais, voltado para uma política de relações empresariais de âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional, visando à implantação de outras unidades de segunda geração e química fina. A Unidade Administrativa, com o apoio da consultoria jurídica, passou a gerar os meios necessários à consecução dos objetivos do Conselho, consubstanciados em um amplo programa de Atração de Investimentos, composto por 10 projetos específicos. A Assessoria de Comunicação Social, diante da nova realidade, começou a planejar e executar as atividades de Comunicação & Marketing, obedecendo à política de relações empresariais adotada pelo CONPETRO, com o apoio dos órgãos técnicos da Secretaria Executiva. Assim, o Subprograma Unidade de Transformação, o mais importante dos subprogramas técnicos do CONPETRO neste momento, passou a elaborar trabalhos técnicos visando a alimentar a ação da Coordenadoria Geral no desenvolvimento do seu Programa de Relações Empresariais no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional. Os demais subprogramas passaram a desenvolver atividades de rotina, além de alguns projetos especiais, como é o caso do de Proteção Ambiental que, além das atividades cotidianas, continua desenvolvendo alguns dos projetos especiais que integram o Programa de Proteção Ambiental que compreende, inclusive, um importante laboratório piloto de Controle e Proteção Ambiental de Áreas Industriais. As atividades de formação e qualificação de mão-de-obra demandada pelas diversas fases do processo de construção civil e montagem mecânica e de operação da central de matérias-primas e unidades de 2ª geração foram concluídas em 1983. Daí em diante, o subprograma de Recursos Humanos passou a diagnosticar as necessidades periódicas de mão-de-obra das fábricas em operação e em implantação, montando e coordenando cursos de especialização ou reciclagem para suprir as suas necessidades. Até 1983, foram formados e qualificados 5.000 profissionais.

Em 1985, foram desenvolvidas atividades de pré-seleção e apoio ao pessoal candidato a vagas nas empresas do Pólo do Sul e, em 1986, deverá repetir-se essa atividade. O subprograma de Infra-Estrutura Física e Social tem a seu encargo o

projeto e a execução de todas as obras civis — ou seja, as obras viárias, sanitárias, de energia elétrica e de telecomunicações — provisórias ou definitivas. De 1983 até 1985, implantou e pavimentou mais de 17 quilômetros de rodovia, elaborou projeto do Plano Diretor e Projeto de Engenharia da Área de Serviços, aprovou e acompanhou a construção de plantas industriais, a conservação do sistema viário e projetos de pontes na rodovia de ligação do Pólo Petroquímico do Sul aos Núcleos Habitacionais do BNH em Montenegro.

Em 1984, foi realizado o Seminário de Petroquímica no Sul, precursor de várias decisões em favor do nosso complexo petroquímico.

Outros trabalhos técnicos foram realizados no sentido de sustentar a ação política do programa de relações empresariais, tais como: novas Oportunidades de Investimentos na 3.^a Geração; Projeto de Concessão de Incentivos Específicos à Implantação de Novas Unidades Afins ao Pólo do Sul e Medidas Correlatas a sua Consolidação; Pólo Petroquímico do Sul — Algumas Considerações sobre o Desempenho no ano de 1984 e em 1985.

O programa de política de Relações Empresariais do CONPETRO ensejou ao órgão promover e participar de vários eventos estaduais, nacionais e internacionais, entre os quais o 3.^o Congresso Brasileiro de Petroquímica — o mais importante encontro político de petroquímica brasileira com conotações internacionais, realizado em 1984, no Rio de Janeiro; a 2.^a Exposição de Petróleo & Gás, realizada paralelamente ao Congresso, em 1984; a 1.^a FIP — Feira Internacional do Plástico, realizada em outubro de 1985, no Rio de Janeiro; o 1.^o Congresso Brasileiro de Tecnologia da Borracha — o mais importante encontro do setor borracheiro nacional, realizado em São Paulo; outras exposições e feiras de menor expressão, institucionais e comerciais; congressos, encontros, reuniões e seminários técnicos e empresariais no Estado e no País; além de uma infinidade de ações político-empresariais visando à consecução dos interesses do Rio Grande do Sul.

Como meta prioritária do programa de política de Relações Empresariais para 1986 está a ação político-empresarial em bloco da Região Sul, no sentido de obter-se a aprovação dos projetos em poder do CDI-MIC e de outras unidades, além da química fina. O programa específico de Ação Política prevê a profissionalização de certas atividades, objetivando, a exemplo de Estados onde existe ainda hegemonia político-empresarial, um melhor desenvolvimento e, conseqüentemente, um melhor resultado para o Rio Grande do Sul.

2.10.9 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE NITROGENADOS (CRN)

A CRN, órgão no qual o Estado tem participação acionária, em 1983 iniciou a operação da primeira central de gás de carvão no País, a Central de Gás Roberto Bastos Tellechea (CGRBT), no Complexo Portuário de Rio Grande, produzindo e vendendo gás de carvão de baixo poder calorífico às indústrias localizadas no Distrito Industrial da cidade, que o estão utilizando em substituição ao óleo combustível.

Por tratar-se de projeto pioneiro, durante o ano de 1984, a equipe técnica da CRN executou um programa de desenvolvimento tecnológico que exigiu alterações na geometria dos equipamentos de gaseificação, visando a otimizar a produção nas condições adequadas ao carvão disponível no Rio Grande do Sul. Nesse

mesmo ano, foi elaborado o projeto do sistema de tratamento dos efluentes industriais e concluída a instalação de uma parcela do sistema de combustão de gás.

A produção de gás desse ano totalizou 26,1 milhões de normais metros cúbicos (Nm³). Desse volume, 61%, ou seja, 16 milhões de Nm³, foram vendidos, e os restantes 39% utilizados em testes e análises na própria CGRBT.

Em janeiro de 1985, teve início a operação comercial do empreendimento, fornecendo gás em substituição ao óleo combustível consumido nas caldeiras e secadores de quatro empresas usuárias. Ainda em 1985, foram produzidos, 42,1 milhões de Nm³ de gás. As vendas representaram 92% da produção, o que equivale a 38,6 milhões de Nm³. Em dezembro desse ano, o quadro da CRN contava com 236 pessoas, 194 trabalhando na CGRBT e 42 colocadas no escritório de Porto Alegre.

No período 1984-85, a CRN objetivou melhorar e complementar a infraestrutura da CGRBT através da dessulfurização do gás, do tratamento dos efluentes fenólico-amoniacais, da otimização do equipamento instalado e da extensão da linha de distribuição de gás.

Foi também no biênio 1984-85 que a CRN, conveniada com o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), realizou estudos sobre beneficiamento e novos usos do carvão mineral do Estado.

Para o ano de 1986, a CRN propõe-se, mediante a utilização de 55 mil toneladas de carvão mineral CE 4700, a produzir 88,5 milhões de Nm³ de gás combustível industrial, 2,7 mil toneladas de alcatrão e 16,5 mil toneladas de cinzas de carvão. Quanto ao programa de investimentos, prevê-se para este ano a conclusão dos projetos de otimização dos equipamentos instalados na CGRBT e da unidade de tratamento dos efluentes líquidos. Relativamente aos novos investimentos, merecem destaque os planos de complementação das instalações da CGRBT e de treinamento de pessoal técnico através da participação em cursos e estágios desenvolvidos em unidades industriais do País.

Quanto ao projeto de extensão da linha de distribuição de gás, está prevista para o corrente ano a finalização da etapa de estudos prévios.

2.11 — CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.11.1 — FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

Embora o Rio Grande do Sul ainda permaneça com uma imagem de Estado eminentemente agrícola, a participação do setor industrial assumiu, já na década de 70, destacada participação na geração da renda interna, chegando, em 1984, a representar 21,6% da renda, enquanto o setor primário contribuía com 20,3%.

A par da importância que a atividade industrial assume hoje no contexto da economia estadual, é indispensável que se atente para as necessidades futuras que serão provocadas pelo crescimento da população gaúcha.

Há necessidade de realização de um contínuo trabalho de adaptação e modificação da tecnologia recebida, a fim de se poder realizar a sua efetiva absorção industrial, bem como a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, principalmente em áreas onde a especificidade dos recursos locais é tão alta que a importação pura e simples de tecnologia ou é impossível ou é uma aventura extremamente arriscada.

A CIENTEC é uma instituição de pesquisa criada com a missão de atuar sobre a variável tecnologia do desenvolvimento econômico e social do Estado, incentivando a inovação tecnológica, dando ênfase ao trabalho criativo de seu corpo técnico e apoiando inventores independentes que desejarem desenvolver suas idéias com o auxílio da Fundação.

No cumprimento da sua missão e das diretrizes gerais do Governo, a CIENTEC tem promovido estudos de novas oportunidades de investimentos industriais em áreas do Estado, através de seus programas como os de Carvão, Energia, Agroindústria, Engenharia Agrícola, Construção Civil e o de Assistência às Empresas, abrangendo amplos setores do diversificado parque gaúcho a consolidar.

Internamente, apesar de um ritmo bem abaixo daquele desejado, a Fundação vem desenvolvendo a capacitação nas áreas de eletroeletrônica e bioengenharia, penetrando, assim, em segmentos estratégicos para o desenvolvimento do Estado. Presta, ainda efetiva colaboração à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente nos estudos sobre defesa ambiental, através do Programa de Tecnologia Ambiental.

No triênio, foram concluídos 37 projetos e emitidos cerca de 20.400 laudos relativos a suporte técnico a inúmeras indústrias do Sul do País, bem como às principais empresas públicas localizadas em nosso Estado. Esse suporte constituiu-se na realização dos mais variados tipos de ensaios, testes, análises quantitativa e qualitativa, vistorias, verificação de desempenho, etc. realizadas em obras públi-

cas e numa imensa gama de matérias-primas, produtos intermediários e produtos acabados.

Dos estudos em andamento, sete estão com término previsto para 1986-87. Desse pode-se destacar os integrantes dos projetos CIGÁS e CICASOL.

Merece menção, ainda, a transferência de tecnologias desenvolvidas pela CIENTEC.

As tecnologias CICOM (caldeiras e fornalhas) e CIVOOGÁS (gaseificadores), cujos produtos utilizam o leito fluidizado, estão sendo paulatinamente transferidas para a iniciativa privada.

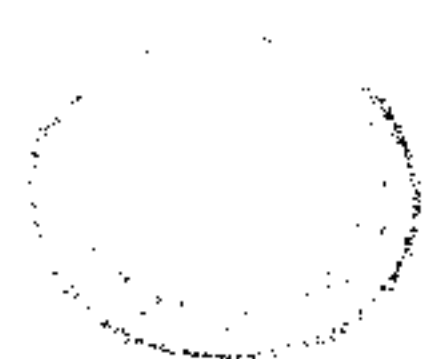
Com essa finalidade foram firmados contratos com a Industrial Conventos, com a *Engineering S/A*, com a *Promove Comércio Exterior Ltda*, com a *Dedini* e com a *Mernak S/A*.

O processo de comercialização dessas tecnologias já é uma realidade, tendo sido colocadas no mercado catarinense fornalhas nas escalas de 3 e 6 Gcal/h pela Industrial Conventos. A Mernak já está produzindo caldeiras de 4,7 e 10 t/h de vapor.

A CEEE manifestou interesse no processo CIVOOGÁS (Gaseificador de 28 Gcal/h), objetivando substituir o óleo combustível utilizado na chama de sustentação da Central Termoelétrica Presidente Médici — Fase A, em Candiota, bem como sugeriu a possibilidade de adaptação da usina NUTEPA para queima de carvão em leito fluidizado.

Por outro lado, gaseificadores de 8, 10 e 14 Gcal/h estão com seus processos de comercialização via empresas licenciadas em estágios bastante avançados, prevendo-se a implantação de vários gaseificadores no decurso de 1986.

As tecnologias de leito fluidizado, tanto para combustão (CICOM), como para gaseificação (CIVOOGÁS), têm tido ampla aplicação para carvões como para biomassas em geral (madeira, casca de arroz, babaçu, bagaço de cana, etc.), estando prevista a instalação, a curto prazo, de diversas unidades através das empresas licenciadas.



2.12 — TURISMO

2.12.1 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)

A CRTUR, criada pela Lei Estadual nº 6.238, de 23 de junho de 1971, foi estruturada de forma a poder executar com rapidez e eficiência os programas aprovados pela política de turismo.

À CRTUR compete a prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, visando à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa tendentes a fomentar o turismo e atividades correlatas no Estado.

Ciente da dimensão econômica e social da atividade turística, a atual Administração do Estado fixou como meta básica a atração, para as regiões e localidades turísticas do Rio Grande do Sul, de visitantes externos ao Estado, bem como o estímulo do fluxo turístico interno. Dessa forma, pretende viabilizar economicamente o potencial atrativo, preservando-o, além de organizar o conjunto produtivo de oferta combinada com a iniciativa privada e definir linhas eficientes de comercialização.

Dados fornecidos pelos organismos oficiais de estatística; bem como aqueles levantados pela própria CRTUR, que acompanha o fluxo turístico no Estado, evidenciam a importância deste setor.

Através do Convênio com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), a CRTUR realiza a avaliação, a classificação, o registro e o controle de qualidade nos meios de hospedagem, bem como a venda e o controle da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes e de Boletim de Ocupação Hoteleira dos 220 estabelecimentos hoteleiros classificados. Realiza, também, o registro, o controle e a fiscalização das agências de turismo, num total de 245, e de 112 transportadoras turísticas.

A Companhia presta, ainda, assessoramento técnico-jurídico-administrativo aos municípios para implantação de empreendimentos turísticos, seleção de áreas de interesse turístico e avaliação de eventos. Participa e assessora reuniões das Associações Municipais de Turismo, administra e mantém o acervo turístico, atende obras de infra-estrutura, ajardinamento, plantio, paisagismo, reforma, pintura, trabalhos de terraplenagem, inspeção e fiscalização, instalação e reforma da rede hidráulica e elétrica, e melhoramentos em geral dos parques, campings e terminais turísticos.

Dentre as várias atividades desenvolvidas pelo órgão no período 1983-85, podem ser destacadas: a coordenação e execução, anual, do estudo de demanda turística internacional — Pesquisa sobre Turismo Emissivo e Receptivo Internacional — durante a alta, a média e a baixa estação do turismo, respectivamente, janeiro, julho e novembro, realizado na BR-290, junto ao Posto de Polícia Rodo-

viária de Guaíba, no Aeroporto Internacional Salgado Filho e na Estação Rodoviária de Porto Alegre; a coordenação e execução do estudo de demanda turística nacional — Pesquisa sobre o Turismo Receptivo — nos municípios de Porto Alegre e Tramandaí; a organização e coordenação geral dos encontros de organismos municipais de turismo, nas cidades de Xangrilá, Capão da Canoa, Santo Ângelo e Pelotas; a participação nas reuniões técnicas para o desenvolvimento de recursos humanos da Região Sul, promovidos pela EMBRATUR nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba; a participação, através da colocação de estandes em diversos eventos; a elaboração do projeto Sistema de Acompanhamento do Fluxo Turístico do Rio Grande do Sul, bem como sua implantação, através da aplicação das fichas de registro de campistas e de acompanhamento de visitantes de eventos; além da realização e participação em seminários, cursos, reuniões e encontros.

2.13 — ADMINISTRATIVE PROCEDURES

2.13.1 — SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

A Secretaria da Fazenda, no cumprimento das suas atribuições, tem desenvolvido uma linha de atuação que visa a abrandar o descompasso financeiro que tem caracterizado as finanças do Estado nos últimos anos e, particularmente, na *atual Administração*.

Assim é que, em 1983, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, retomou-se a luta para reduzir o déficit público, resultante de vários fatores, dentre os mais significativos, a desproporcional despesa de custeio para manutenção da máquina administrativa, com destaque para as despesas com pessoal, o elevado serviço da dívida e a dificuldade na obtenção de recursos dentro de um sistema tributário anômalo que inviabiliza financeiramente os estados e municípios.

Causas imprevisíveis de ordem natural, como alterações climáticas bruscas, cheias, etc., que destruíram parcelas consideráveis da safra agrícola, causando também sensíveis baixas na oferta de produtos pecuários, contribuíram para agravar sobremaneira a situação.

Dessa forma, a Secretaria da Fazenda, mesmo contando com toda a sorte de adversidades, pôs-se a campo, enfrentando tudo o que fosse contrário aos interesses da comunidade rio-grandense.

Para tanto, a Secretaria da Fazenda tratou de acionar outros mecanismos como a *adoção de soluções emergenciais via Poder Legislativo da União*; implantou o Programa de Educação Tributária — Bolão do ICM —, de ampla abrangência popular e que procura conscientizar a população, mormente o segmento jovem da sociedade, a não sonegar impostos, recolhendo-os aos cofres públicos na medida justa e adequada; procurou também, através da edição de decretos, ordens de serviço e outros atos normativos, conter gastos em excesso, ajustando as despesas à receita disponível, o que foi corroborado quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte; oportunizou aos contribuintes em débito com o Erário facilidades para que tais dívidas fossem salgadas; forneceu subsídios para a reformulação do sistema tributário, que mais tarde redundaram em Emenda Constitucional que proporcionou o ingresso de recursos adicionais e concedeu incentivos a diversas indústrias que se instalaram no Estado, principalmente na área do Pólo Petroquímico, e que tinham como escopo a geração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, ICM adicional, e a criação de novos empregos.

Em 1984, o quadro não se apresentou de forma muito diversa e, por isso mesmo, foi dada continuidade àquilo que apresentou resultados positivos em 1983, como o Bolão do ICM que contribuiu, ainda que de forma discreta, para que fos-

se mantido o crescimento nominal do imposto, impedindo que aumentasse a sonegação; foram mantidas e reforçadas as medidas saneadoras, como o desdobramento da programação financeira em períodos semestrais, visando à compatibilização entre o fluxo de ingresso e as reais necessidades de cada órgão da Administração, obedecendo-se, evidentemente, às prioridades constantes no Programa de Governo e procurou-se incrementar o combate a focos de evasão fiscal tais como o acionamento de dispositivos legais, a celebração de convênios em diversas áreas do setor produtivo, fazendo com que somas apreciáveis fossem canalizadas antecipadamente para os cofres públicos.

A intensificação desses procedimentos, juntamente com o aumento da alíquota interna de 16 para 17%, bem como a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Passos Porto, já no final de 1983, influíram decisivamente na leve recuperação da economia registrada a partir de julho de 1984, mesmo que o ICM tenha decrescido, em termos reais, 3,2% e que o serviço da dívida não tenha sido alcançado pelas diretrizes postas em prática, face à nova política cambial imposta pelas autoridades federais.

Em 1985, continua a luta para sanear as finanças públicas estaduais e, com isso, revitalizar a estrutura econômica com reflexos diretos sobre a estrutura social. Aliás, o social foi o aspecto principal, e não se pode ver sob outra ótica, nunca descuidado, mas, pelo contrário, firmemente incrementado neste exercício.

Na busca de soluções para se aumentar a arrecadação e, com isso, abrandar as insuficiências de caixa, a Secretaria da Fazenda concentrou seus esforços em sua principal fonte de recursos que são os tributos e, especialmente, o ICM, utilizado como instrumento de política econômica e que dá suporte às necessidades precípuas do Estado.

Nessa esteira, deu-se prosseguimento à tarefa de drenar os locais por onde ocorriam fugas fiscais, o que levou a direcionar a ação para as empresas de médio e grande portes.

Destaque-se, também, a crescente sofisticação da atividade empresarial que tem exigido um aperfeiçoamento cada vez maior das atividades de fiscalização, com a prática de auditorias mais minuciosas e abrangentes. Nesse sentido, procedeu-se à implementação do lançamento automatizado do imposto declarado e não recolhido, e o uso intenso do processamento eletrônico de dados nos trabalhos fiscais.

Por outro lado, a ação fiscal não se restringiu à constituição de créditos tributários. Na verdade, sua extensão foi bem mais ampla, abrangendo a orientação aos contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações tributárias, o julgamento na esfera do procedimento tributário-administrativo, o controle e a fixação da distribuição da receita do ICM aos municípios e a proposição de parâmetros de política tributária, através de modificações na legislação fiscal.

As alterações na legislação tributária foram realizadas no sentido de conferir melhor perfil à receita do ICM e de incentivar o desenvolvimento do potencial econômico do Estado.

Entre as ações que influenciaram diretamente no crescimento real do ICM, salienta-se a celebração de diversos convênios junto ao Conselho de Política Fa-

zendária (CONFAZ), principalmente no que se refere: à tributação das carnes; à tributação integral dos cigarros; à ampliação das atividades do Pólo Petroquímico; ao cumprimento do Artigo 142 do Código Tributário Nacional (CTN) que prevê a conversão cambial na data do embarque, em se tratando de exportação de soja em grão, óleo, farelo e fumo; à exigência do pagamento antecipado de ICM, nas saídas para fora do Estado, da soja em grão e do arroz com casca; à equiparação das multas por mora; à remuneração financeira de mercado e ao incremento da fiscalização do ICM em áreas críticas, com ênfase nas saídas de produtos para outros Estados via rodoviária e, em especial, via Porto de Rio Grande.

Com efeito, esse conjunto de medidas possibilitou uma arrecadação global do ICM de Cr\$ 6,10 trilhões, o que representa um crescimento real de aproximadamente 13%.

Esses números indicam uma lenta e transparente recuperação da economia do Estado, atrelada também ao reaquecimento da economia nacional que viabilizou a ampliação do prazo de recolhimento do ICM para o comércio e a indústria, propiciando melhores condições de capitalização para as empresas gaúchas, bem como a implantação do Estatuto da Microempresa, o qual representa Cr\$ 20 bilhões que o Estado deixa de arrecadar mas que, por outro lado, concorre para o seu próprio crescimento, já que essa "perda" passa a integrar o capital de giro dos microempresários e, como corolário, aumentará a oferta de mão-de-obra, beneficiando, em última instância, uma parcela substancial da comunidade rio-grandense.

Destarte, os caminhos para a retomada do desenvolvimento regional passam, literalmente, pela "performance" da arrecadação do ICM.

Cabe notar, ainda, que, fora da esfera do ICM, outros fatores, que embora não encerrem uma singularidade transcendental e nem por isso merecem ficar omissos, têm a sua participação no comportamento da receita. Entre eles, a minirreforma tributária que implica na elevação em 1%, de 32 para 33%, do montante da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que a União repassa aos estados e municípios e na transferência de competência aos Estados para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores, antiga Taxa Rodoviária Única (TRU), do qual 50% será transferido aos municípios.

Esses dois fatores constantes no bojo da minirreforma tributária, mais a prolongada seca que atingiu o Estado no último trimestre, impedindo o preparo da terra e o plantio em épocas adequadas e prejudicando sensivelmente as próximas safras, terão seus reflexos sentidos mais acentuadamente em 1986, sendo que este último bloqueia, em parte, a continuidade do desenvolvimento que estava em franca retomada.

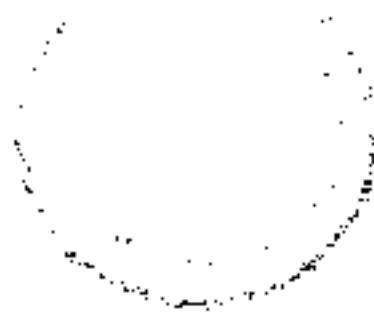
No que concerne às medidas de contenção de despesas, as mesmas não foram afrouxadas, e a Secretaria da Fazenda, quando da execução da programação financeira, não mediu esforços para reduzir toda a despesa que lhe foi possível, bem como para normatizar a liberação de verbas, orientando os órgãos no sentido da otimização dos recursos, evitando-se, assim, a abertura de créditos adicionais supérfluos e que poderiam ser direcionados para outra área mais carente.

Em 1985, a despesa total atingiu a Cr\$ 14,42 trilhões, o que representa 157%

da receita total do Estado que atingiu Cr\$ 9,20 trilhões, apurando-se a ocorrência de um déficit de Cr\$ 5,22 trilhões, equivalente a 36% da despesa total.

O serviço da dívida chegou a Cr\$ 5,35 trilhões, sendo Cr\$ 1,01 trilhão relativo a amortizações que corresponde a 19% e Cr\$ 4,34 trilhões a encargos que equivale a 81%.

Foram emitidos títulos da dívida pública no montante de Cr\$ 657,6 bilhões, sendo Cr\$ 154 bilhões através de Letras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LTE-RS) e Cr\$ 503,6 bilhões através de Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (ORTE-RS).



2.14 — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.14.1 — BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A (BANRISUL)

Os bancos comerciais têm sido fortemente afetados pelas políticas adotadas pelas autoridades monetárias nas últimas décadas.

De uma posição em torno de 71% em 1964, na captação de haveres financeiros, a participação dessas instituições caiu para 14% em 1982 e situou-se em 8,7% em setembro de 1985. Sobre esses recursos, as autoridades monetárias esterilizam 46% em recolhimento compulsório como um dos principais mecanismos de controle da liquidez da economia. Complementamente, os haveres não monetários elevaram sua participação de 8% em 1964 para 81,2% em 1982 e para 89,0% em setembro de 1985, cuja principal fonte é a captação de recursos remunerados, entre os quais se distinguem os depósitos a prazo e sobre os quais atualmente incide 7% de recolhimento compulsório ao BACEN.

Desta forma, os recursos disponíveis para prestar o suporte financeiro às atividades diretamente produtivas tornaram-se cada vez mais escassos frente às crescentes necessidades dos setores público e privado.

Aliado a isso, os bancos comerciais estaduais foram impedidos de ampliar seus sistemas financeiros em termos de novas subsidiárias e impelidos a adotar estratégias de crescimento/desenvolvimento restritas apenas em nível de seu respectivo Estado, especialmente no que tange à expansão da rede de agências.

A maioria dos bancos comerciais estaduais sofreu sérias crises, principalmente até o início de 1983, sendo atingido, inclusive, o próprio BANRISUL em nível considerável.

Para fazer frente a esse ambiente externo e à crise financeira que assolava o BANRISUL naquele período, o Banco vem orientando sua gestão pelo trinômio: austeridade, responsabilidade e integração.

Sob essa filosofia de trabalho foram estabelecidas políticas administrativas fundamentadas na boa técnica de administração financeira, coerentes com as realidades do Banco, do mercado financeiro e do meio ambiente onde o Banco atua.

Para melhor satisfazer à demanda de serviços bancários e com vistas a evitar a dispersão de esforços e recursos, foi definida a seguinte missão a cumprir: “Propiciar apoio financeiro ao setor privado — com ênfase às pequenas e médias empresas sediadas no Estado — e ao setor público em consonância com a política do Governo Estadual”.

Nesse sentido, o BANRISUL sofreu uma sensível alteração de tendência, a qual passou de uma fase de recuperação econômico-financeira observada espe-

cialmente no período 1983-84 para um estágio de crescimento e desenvolvimento a partir de 1985.

Para dar suporte à missão a cumprir e da combinação de diversas estratégias, foram eleitos os objetivos globais, abrangendo as principais áreas de resultados do Banco. Destacam-se aí os objetivos de participação do Banco nos depósitos do País, que passou de 1,44% em dezembro de 1982 para 1,52% em junho de 1985, enquanto a nível regional, elevou-se de 34,3% para 35,7% os depósitos à vista segundo a última posição disponível em outubro de 1985.

Face ao elevado nível de inadimplência que o BANRISUL possuía, foi considerado relevante estabelecer um objetivo visando à redução do índice de créditos em liquidação. A criação de eficientes instrumentos propiciou a redução desse índice em relação aos saldos das operações de crédito; de 7,4% em 1983 para 1,0% em 1984 e apenas 0,2% em 1985.

Outro objetivo atingido recentemente foi a adequação do índice de imobilizações totais em relação ao patrimônio líquido, que declinou de 165% em 1983 para 127% em 1984 e convergiu para parâmetros desejáveis ao final de 1985, situando-se em 90,7%.

Subordinado, ainda, a seus propósitos, o BANRISUL estabeleceu como objetivo a manutenção de uma política de austeridade nos gastos, expressa pela fixação da despesa administrativa em termos reais. O Banco conseguiu redirecionar sua política de atuação, e conseqüentemente, com as economias de escala geradas, reverter os resultados anuais de balanço, de uma posição de quase Cr\$ 26 bilhões de prejuízo verificado em 1983 para Cr\$ 303 bilhões de lucro líquido em 1985.

Para o atingimento dos objetivos acima mencionados, está em desenvolvimento o Projeto de Integração das Empresas que compõem o Sistema BANRISUL em níveis administrativo, operacional e mercadológico, aprimorando e racionalizando a oferta e a captação de recursos do sistema financeiro estadual, através de sua administração participativa, solidária e responsável.

No período 1983-85, o BANRISUL expandiu seus pontos de venda por meio da ampliação de sua rede de agências de 279 para 297, incluindo-se as recentes autorizações de cartas-patentes para Manaus e Belém e de 46 para 115 postos especiais de prestação de serviços (PEPS) e caixas avançados (CAV's).

Apesar de o número de agências ter crescido 6,5% e de a quantidade de PEPS e de CAV's ter aumentado em 150% no período 1982-85, o número de empregados até 1984 decresceu 8% e até 1985 aumentou apenas 7%, frente à premente necessidade de reposição e ao aumento dos serviços provocado pelas intervenções em instituições financeiras do Rio Grande do Sul.

Paralelamente à reposição da força de trabalho, foi desenvolvido intenso treinamento visando ao aprimoramento do corpo funcional do Banco que, em 1985, alcançou o maior índice já registrado na história do Banco, um total de 248.554 horas/homens, que atingiu 6.378 funcionários, representando cerca de 59% do quadro atual de empregados.

Destacam-se, entre os cursos ministrados, o programa modular de formação de gerentes, o lançamento do curso intensivo de preparação de gerentes, os cursos

de ambientação de funcionários novos, que proporcionou seu imediato aproveitamento em funções de atendimento ao público, além dos dirigidos aos de sistemas contábeis computadorizados, de terminais de clientes e terminais financeiros "off-line".

Em razão do forte incremento nas operações de crédito, o BANRISUL aperfeiçoou e agilizou seus instrumentos de deferimento de crédito, permitindo reduzir sensivelmente o índice de créditos em liquidação. Paralelamente à expansão do crédito, foram criados novos produtos, destacando-se, em 1985, a Conta Microempresa BANRISUL, a Conta Empréstimo Assegurado BANRISUL, o financiamento de Máquinas Usadas (FIMAQ), o Financiamento de Terminais Telefônicos, o Financiamento de Cobrança Liberada BANRISUL e o Programa Especial para Pequena e Média Empresas.

O melhor desempenho se deve, com muita razão, ao incremento da produtividade e melhoria no atendimento ao cliente. Nesse sentido, em 1985, foram feitos vultosos investimentos na área de informática, especialmente em automação de agências, destacando-se a instalação de 85 terminais de clientes e 60 terminais financeiros em agências e postos. Ainda, em informática, foram centralizados os sistemas de contas correntes e cobranças das agências de Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Curitiba, implantados 48 novos sistemas e outros 15 estão em regime de implantação e testes, além da manutenção de outros 166 sistemas.

Como a política adotada na atual gestão se revelou eficiente em termos de contenção de maiores inversões, à exceção daquelas de caráter irreversível ou estritamente necessárias ao desenvolvimento das atividades — fim do Banco, os investimentos em immobilizações vêm declinando em relação ao patrimônio líquido, atingindo níveis recomendáveis.

Tudo isso foi possível graças à expressiva elevação do capital social do Banco, de Cr\$ 7,7 bilhões para Cr\$ 262,6 bilhões no período 1982-85, enquanto o patrimônio líquido ascendeu de Cr\$ 24,2 para Cr\$ 876 bilhões, representando incrementos da ordem de 3.310% e 3.520% respectivamente, superior à evolução da inflação que ficou em 3.167% no período.

Todo o elenco de medidas adotadas pelo BANRISUL adveio de uma proposta de mudança de filosofia e mentalidade administrativa de gestão que, além de atingir todo o quadro funcional, pretende dar nova alavancagem à Organização com vistas a servir de mola propulsora ao desenvolvimento sócio-econômico de todo o Estado do Rio Grande do Sul.

2.14.2 — DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A (DIVERGS)

O Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Fazenda, detém o controle acionário da DIVERGS, com 66% do seu capital, o que representava Cr\$ 14,5 bilhões em dezembro de 1985.

A DIVERGS é sucessora da Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, pois a Assembleia Geral de Acionistas, de 15 de abril de 1985, autorizou a modificação da razão social, bem como a compra, por parte do Estado do Rio Grande do Sul, da totalidade das ações em poder dos demais associados.

Atualmente, a DIVERGS já mantém em tesouraria 14,56% dessas ações e está negociando os 19,44% restantes.

Dando cumprimento à finalidade específica para a qual foi criada, a DIVERGS mantém e assiste no mercado financeiro brasileiro a dívida mobiliária interna do Estado, proporcionando liquidez para seus papéis.

A DIVERGS adquiriu quase que a totalidade das emissões efetuadas pelo Governo do Estado no triênio 1983-85 e vendidas através de leilões públicos, para posterior colocação no mercado financeiro, dando, dessa forma, ao Tesouro Estadual um maior preço unitário médio por papel.

Como sucessora da Bannisul Distribuidora, a DIVERGS continua sendo administradora do "Fundo para Garantia de Liquidez da Dívida Pública Estadual". Este "Fundo" era administrado pela Bannisul Distribuidora até 26 de abril de 1983, quando passou para o BANRISUL. Em 20 de junho de 1984, através da Portaria nº 1421, da Secretaria da Fazenda, a sua administração voltou a ser realizada pela Distribuidora.

Para cumprir com seus objetivos, a DIVERGS, através de sua mesa de "open-market", estava captando diariamente, em dezembro de 1985, no mercado financeiro, importância superior a Cr\$ 3 trilhões.

No período 1983-85, os principais indicadores econômicos da empresa apresentaram o seguinte desempenho: patrimônio líquido de Cr\$ 13,1 bilhões para Cr\$ 137,3 bilhões; capital social de Cr\$ 2,2 bilhões para Cr\$ 22,0 bilhões; lucro operacional de Cr\$ 9,8 bilhões para Cr\$ 51,4 bilhões; lucro líquido depois do Imposto de Renda de Cr\$ 1,9 bilhões para Cr\$ 25,2 bilhões; compromissos de recompra ou compra de títulos de Renda Fixa de Cr\$ 94,5 bilhões para Cr\$ 756,6 bilhões; receitas operacionais de Cr\$ 4,5 bilhões para Cr\$ 433,1 bilhões.

Finalmente, vale assinalar e enfatizar que, para o exercício de 1986, a DIVERGS manterá a mesma linha de ação, objetivando a plena e eficiente colimação dos seus objetivos sociais.

2.14.3 — CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE/RS)

No período compreendido entre março de 1983 e dezembro de 1985, a CEE/RS teve em seus depósitos um aumento expressivo, passando de Cr\$ 124,6 bilhões para Cr\$ 4,4 trilhões, atingindo uma variação de 3.420% ao passo que as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) experimentaram uma variação da ordem de 2.045%.

Os depósitos com correção monetária, fundamentalmente representados pelas cadernetas de poupança, continuaram tendo uma expressiva participação no total da Carteira de Depósitos. Em março de 1983, esses recursos eram da ordem de Cr\$ 102,9 bilhões e representavam 82,56% do total da Carteira de Depósitos e, em dezembro de 1985, atingiram Cr\$ 4,15 trilhões, com uma expressiva participação de 94,32%. O número total de depositantes da Autarquia passou de 2.705.833 em março de 1983 para 4.483.895 em dezembro de 1985, o que significa dizer que, no período, 1.778.062 novas contas foram abertas.

Sendo a CEE/RS agente do sistema Financeiro da Habitação, vem utilizando recursos do Banco Nacional da Habitação com a finalidade de conceder financiamentos habitacionais e, através de programas especiais, colaborar com as prefeituras de municípios gaúchos em projetos de desenvolvimento urbano. Merecem destaque, nesse aspecto, as aplicações brutas realizadas nos Projetos CURA que, nos últimos três anos, atingiram respectivamente Cr\$ 19,19 bilhões, Cr\$ 67,63 bilhões e Cr\$ 83,92 bilhões. Igualmente, nesses programas especiais, deve-se destacar as aplicações brutas realizadas no PROFILURB que alcançaram Cr\$ 2,51 bilhões, Cr\$ 8,39 bilhões e Cr\$ 24,83 bilhões, respectivamente.

O saldo da Carteira de Operações de Crédito passou de Cr\$ 139,5 bilhões para Cr\$ 4,35 trilhões, o que significa uma variação de 3.018,28% no período 1983-85.

Tendo em vista que a grande massa dos recursos captados pela CEE/RS são remunerados com correção monetária, a Autarquia vem adaptando-se a esta realidade; a partir de 1981, começou a concentrar mais intensamente suas aplicações nos empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação. O saldo destes empréstimos, que em março de 1983 integrava o total da Carteira de Operações de Crédito com Cr\$ 104,26 bilhões e representava 74,75% do total da Carteira Geral de Empréstimos, passou a participar com 94,9% do total de Cr\$ 4,35 trilhões registrado em dezembro de 1985.

Mereceram, também, atenção especial os empréstimos escolares, pois nesta modalidade foram aplicados, respectivamente, nos anos do triênio 1983-85; Cr\$ 3,17 bilhões, Cr\$ 13,00 bilhões e Cr\$ 44,00 bilhões, sendo que em 1985 foram financiados 60.717 estudantes. O valor médio de cada financiamento, em 1985, atingiu Cr\$ 724.673.

O número de servidores aumentou, no período, de 4.947 para 5.357, representando um incremento de 410, por absorção de servidores de outras instituições.

No mês de novembro de 1985, devido ao evento ocorrido com a Fin-Hab, a Autarquia obteve 7 lojas de poupança, das quais 4 foram fechadas, portanto, mantendo apenas 3 em funcionamento.

A CEE/RS atualmente tem 135 agências, 10 postos de serviços e 3 lojas de poupança, assim distribuídas: 19 agências na Capital, 116 agências no Interior, 4 postos de serviços na Capital, 6 postos de serviços no Interior, 2 lojas de poupança na Capital e 1 loja de poupança no Interior.

Os valores do resultado líquido da CEE/RS durante o triênio 1983-85, foram, respectivamente, Cr\$ 946,88 milhões, Cr\$ 410,22 milhões e Cr\$ 925,52 milhões no primeiro semestre de 1985, os quais podem ser considerados como satisfatórios, tendo em vista os fins a que a Caixa se propõe.

O patrimônio líquido evoluiu de maneira significativa, apresentando os seguintes valores: Cr\$ 13,51 bilhões em junho de 1983, Cr\$ 52,33 bilhões em dezembro de 1984 e Cr\$ 68,90 bilhões em outubro de 1985.



2.14.4 — BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BADESUL)

O BADESUL, como praticamente todos bancos de desenvolvimento do País, tem aplicado recursos basicamente de instituições oficiais, na forma de repasses, estando, portanto, dependente de dotações fixadas por aqueles órgãos, e estes, por sua vez, limitados pelas autoridades monetárias. Assim, a capacidade de crescimento e o próprio estabelecimento de metas têm nesses órgãos os seus limitantes.

Contudo, o BADESUL, conforme seus objetivos estratégicos, presta apoio financeiro à capitalização e consolidação de pequenas e médias empresas, ao incremento das exportações, ao desenvolvimento tecnológico, à infra-estrutura, ao desenvolvimento social e urbano, e ao desenvolvimento de pólos industriais.

Como banco de desenvolvimento, o BADESUL tem pautado sua atuação por programas de apoio aos mais amplos setores de nossa economia. O Programa de Apoio às Microempresas objetivou favorecer o surgimento de novos empresários ou expandir as pequenas unidades de produção no Estado, pois é neste nível de empresa que se minimiza a necessidade de capital por unidade gerada de emprego, colaborando para a redução das pressões migratórias aos grandes centros, tendo em vista que os recursos dos programas têm-se destinado prioritariamente às empresas localizadas no Interior do Estado.

No exercício de 1983, foram aprovados em favor de microempresas 527 operações de crédito, no valor total de Cr\$ 1,4 bilhão; no exercício de 1984, foram aprovadas 508 operações no valor de cr\$ 5,9 bilhões; no período janeiro-novembro de 1985 foram aprovadas 276 operações no valor de cr\$ 12,3 bilhões.

O Programa de Apoio à infra-estrutura tem como finalidade auxiliar a infra-estrutura estadual, destacando-se, entre os projetos apoiados pelo Banco, os serviços prestados na implantação do Trem Urbano de Porto Alegre mediante convênio firmado com a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU) para repasse dos recursos oriundos do Banco Internacional para Desenvolvimento e Reconstrução (BIRD). No exercício de 1985, por conta do referido projeto, foram repassados recursos no montante de Cr\$ 61,2 bilhões, equivalente a US\$ 12,0 milhões, perfazendo um total acumulado até o presente de US\$ 118,2 milhões, dentro de um orçamento fixado em US\$ 159,0 milhões.

Outros recursos utilizados, também para obras de infra-estrutura, são aqueles provenientes das linhas de crédito da EBTU e do Banco Nacional de Habitação, sendo seus tomadores órgãos públicos das Administrações Direta e Indireta.

O Programa de Apoio à Substituição de Combustíveis Derivados de Petróleo foi instituído no sentido de promover a troca de equipamentos industriais, consumidores de derivados de petróleo, por outros que utilizem combustíveis alternativos nacionais, como carvão mineral, lenha, casca de arroz e energia elétrica principalmente. A economia de óleo combustível proporcionada pelo Programa atingiu o montante de 240.000 t/ano.

O Programa de Apoio à Informática instituído pelo BADESUL tem direcionado seus esforços no sentido de consolidar e expandir o parque industrial gaúcho de informática, hoje posicionado como terceira indústria a nível nacional.

O Programa de Apoio à Indústria de Calçados tem por meta apoiar a indústria calçadista do Vale dos Sinos, promovendo a modernização e a própria expansão das empresas, visando a melhorar a sua capacidade de concorrência nos mercados internos e externo.

O BADESUL elaborou um programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico de novos produtos e processos que utilizem técnicas de biotecnologia de ponta, tais como engenharia genética e anticorpos monoclonais, a partir das pesquisas científicas efetuadas pelo Centro de Biotecnologia do Rio Grande do Sul, cuja constituição também mereceu o apoio financeiro e institucional do Banco.

Afora estes, o BADESUL vem desenvolvendo novos programas a serem implantados a partir do exercício de 1986.

O Programa de Incentivo à Produção Primária destina-se a financiar investimentos na área rural, excetuando-se o crédito para custeio; mas traz ainda consigo dois outros objetivos: abrir linha de crédito dentro do sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o crédito rural — até então somente o Banco Central do Brasil (BACEN) era o fornecedor desses recursos — e desenvolver uma determinada microrregião, no caso específico, a Oriental da Lagoa dos Patos, em sua primeira etapa.

O Programa de Apoio Tecnológico à Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas, desenvolvido em conjunto com a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), visa a apontar recursos junto às indústrias de máquinas e implementos agrícolas do Estado mediante a abertura de uma linha de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Os objetivos do programa são: o desenvolvimento de novos produtos, o desenvolvimento de tecnologia com vistas ao aumento de produtividade e redução de custos, e a implantação e/ou desenvolvimento de setor de controle de qualidade de produtos.

O Programa de Apoio ao Turismo para o qual o BADESUL — órgão que, dentro do programa estabelecido pela Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), denominado Ações Básicas para o Desenvolvimento do Turismo no Estado, foi designado um dos agentes financeiros para o financiamento dos projetos do setor — tem apresentado programas de investimentos junto aos órgãos repassadores de recursos, solicitando destes a abertura de linhas de crédito próprios ao setor.

Quanto ao desempenho operacional do Banco, o período em análise caracterizou-se, principalmente em seu início, por sérios problemas econômicos, como elevada inflação, grande dívida externa, decréscimo da produção e renda interna, entre outros.

Entretanto, o BADESUL tem alcançado bons índices de aplicação de recursos, atingindo Cr\$ 79,6 bilhões em 1983, Cr\$ 273,4 bilhões em 1984 e Cr\$ 413,7 bilhões no período janeiro-novembro de 1985.

No exercício de 1983, as operações aprovadas geraram 3.974 empregos diretos; no exercício de 1984, foram gerados 4.176 empregos diretos; e no período de janeiro-novembro de 1985 foram gerados 2.250 empregos.

O Setor Primário participou, no exercício de 1983, com 13,9% das aplicações, em 1984 com 1,5% e no período janeiro-novembro de 1985 com, aproximadamente, 2,5%.

O Setor Secundário participou, no exercício de 1983, com 28,4% do total aplicado, em 1984 com 29,5% e no período janeiro-novembro de 1985 com cerca de 40%.

O Setor Terciário participou, no exercício de 1983, com 57,7% do total aplicado, em 1984 com 69% e no período de janeiro-novembro de 1985 com 57,5%, aproximadamente.

As aprovações demonstram, no período analisado, uma percentagem maior para a Microrregião de Porto Alegre (42,6% em 1983, 54,3% em 1984 e, no período janeiro-novembro de 1985, aproximadamente 57%). Cabe lembrar, contudo, que o subsetor calçados se encontra praticamente todo concentrado nesta região, sendo seu valor relevante.

As outras microrregiões que se destacam são: a Vinicultora de Caxias do Sul, a de Passo Fundo, a da Campanha e as da Lagoa dos Patos.

2.14.5 — BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

A recessão econômica reinante no País, no período 1983-85 aliada à carência de recursos financeiros das fontes tradicionais repassadoras e à fraca disposição para novos investimentos por parte do setor privado restringiram a ação financiadora do BRDE a níveis próximos da inflação do período.

Face às adversidades, o BRDE adotou uma linha de conduta que visou basicamente à preservação do parque industrial do Estado, à manutenção do nível de emprego e do ritmo de desenvolvimento tecnológico das empresas, especialmente no que se refere às atividades produtivas de maior expressão para a economia estadual.

A ação financiadora da Agência de Porto Alegre, demonstrada pelo montante de contratações efetuadas, atingiu Cr\$ 168,2 bilhões em 1983, Cr\$ 458,3 bilhões em 1984 e Cr\$ 1.683,4 bilhões em 1985, equivalentes a Cr\$ 4.840,8 bilhões no período, a valores corrigidos, envolvendo 1.205 operações.

Em termos setoriais, foram alocados 2,5% dos recursos no Setor Primário, 26% no Setor Secundário e 71,5% no Setor Terciário. Destaca-se que, neste último, a participação do setor público tem sido a mais expressiva.

A débil atuação no Setor Primário foi motivada pela dificuldade de obtenção de repasses para a atividade agropecuária, uma vez que os pleitos apresentados pelo BRDE ao Banco Central atingiram valores bem superiores.

A assistência financeira do Banco ao setor privado da economia gaúcha foi mais incidente nas operações de saneamento financeiro e de reforço de capital de giro, fato que, demonstra a reduzida formação de capital novo na economia.

Os montantes das aplicações da Agência de Porto Alegre foram, no triênio, respectivamente, Cr\$ 129,5 bilhões, Cr\$ 202,8 bilhões e Cr\$ 1.658,6 bilhões, com uma participação de recursos próprios de Cr\$ 2,8 bilhões em 1983, Cr\$ 30,9 bilhões em 1984 e Cr\$ 109,6 bilhões em 1985.

As tradicionais fontes de recursos mantiveram-se reduzidas, fazendo com que a Agência captasse recursos junto ao mercado financeiro, principalmente através da emissão de Certificados de Depósito Bancário, destinando estes recursos preferencialmente ao setor público para rolagem de operações vencidas.

Das outras linhas de financiamento habitualmente repassadas pelo BRDE, os recursos oriundos da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) representaram a parcela mais expressiva das aplicações.

2.15 — ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

2.15.1 — SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

A SEMC, na atual Administração, orientou as realizações das empresas a ela vinculadas: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e Companhia Riograndense de Mineração (CRM), dando cumprimento às novas diretrizes traçadas para a Pasta.

Os exercícios de 1983 e 1984 foram marcados por calamidades que atingiram grande parte do território do Estado. Para reparar os efeitos provocados pelas intempéries, as empresas vinculadas à SEMC tiveram que transferir grandes volumes de recursos financeiros, materiais e humanos, anteriormente programados para a expansão dos serviços visando a sanar todos os prejuízos decorrentes e a recolocar os sistemas em funcionamento.

A SEMC, considerando a importância estratégica que representam os setores de energia e telecomunicações para o desenvolvimento econômico e sócio-político do Estado, orientou as empresas vinculadas para empreenderem todos os esforços necessários para racionalizar os seus sistemas de operação.

Neste período houve um acompanhamento quanto à implantação dos Programas de Eletrificação Rural e Telefonia Rural Social, no sentido de dotar a agricultura e a pecuária da infra-estrutura necessária, objetivando fixar o homem no campo e aumentar a produtividade.

Outro item que mereceu especial atenção do órgão foi o atendimento às comunidades mais carentes, localizadas nas periferias das grandes e médias cidades do Estado, com a instalação de telefones públicos e semipúblicos da CRT.

No intuito de cumprir seus objetivos, a SEMC realizou um trabalho de levantamento de necessidades junto à comunidade e colheu subsídios encaminhando as soluções desejadas aos órgãos das respectivas competências.

Na área de mineração, no período 1983-85, a Secretaria participou de reuniões, encontros, simpósios, seminários, debates e palestras que trataram dos assuntos do carvão mineral e dos demais recursos minerais de interesse do Estado do Rio Grande do Sul.

Dentre esses encontros, podem ser destacados os seguintes: reuniões com as Secretarias dos Estados do Paraná e Santa Catarina, que resultaram na elaboração de um documento sugerindo a criação do Conselho Nacional do Carvão. O documento foi apresentado ao Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que o encaminhou ao Governo Federal.

Foi realizada uma reunião com representantes do Ministério das Minas e Energia e do Governo Americano, sendo acertada a futura montagem de um estudo de viabilidade técnico-econômica para a central de gás de médio poder calorífico no Baixo Jacuí, com uma produção prevista de dois milhões de m³ normais por dia de gás, utilizando um consumo de 720.000 toneladas/ano de carvão mineral com 35% de cinzas, o que substituiria 180.000 t/ano de óleo combustível. Os recursos deveriam ser repassados pelo Ministério das Minas e Energia, provenientes do Governo dos Estados Unidos da América.

Foi concluído e publicado o trabalho “Carvão Mineral no Rio Grande do Sul, Situação Atual Sugestões e Recomendações”, referente à produção e uso do carvão mineral.

O referido trabalho aborda alguns tópicos a saber: Projeto e Implantação de Minas, Produção e Beneficiamento, Recuperação e Proteção Ambiental, Utilização do Carvão e Problemas Decorrentes, Aproveitamento e Deposição das Cinzas, Novas Modalidades de Emprego do Carvão, Proteção Ambiental no Uso Direto do Carvão.

Foi realizada uma reunião internacional Brasil-Alemanha para sugerir a continuação do Convênio de Cooperação Técnica, com o qual seriam desenvolvidas a instalação experimental da Unidade Termelétrica a Carvão de São Jerônimo, em leito fluidizado, a Gaseificação do Carvão em Candiota e a transferência do modelo “MARKHAL” para elaboração do Modelo Energético do Estado.

Quanto aos aspectos econômicos e financeiros das empresas vinculadas, deve-se destacar as dificuldades por que passaram as mesmas, especificamente no exercício de 1985.

Na tentativa de minimizar os problemas surgidos, a SEMC, conjuntamente com as empresas, empreendeu esforços no sentido de obter os recursos necessários, principalmente do Governo Federal, para viabilizar os programas de expansão e atender à demanda reprimida existente tanto no setor de telecomunicações como no de energia elétrica.

2.15.2 — COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

O mercado de energia elétrica do Rio Grande do Sul apresentou acréscimos de 11,1%, 11,5% e 8,6%, respectivamente, nos anos de 1983, 1984 e 1985. Esse comportamento reflete o desempenho das principais classes: residencial, comercial, rural e industrial. O comportamento destas categorias, as quais detêm, aproximadamente, 90% da energia distribuída no mercado gaúcho, pode ser observado no sucinto comentário a seguir.

O nível de consumo da classe residencial, cresceu 11%, 9,6% e 6,1%, respectivamente, nos anos de 1983, 1984 e 1985. O comportamento dessa categoria nos últimos dois anos alterou as expectativas, e os principais fatos apontados para tal comportamento, referem-se ao clima que se manteve sem mutações bruscas. Os constantes aumentos da tarifa, inclusive com a retirada de subsídios da classe, certamente constituíram-se em um fator que muito contribuiu para maior racionalização do uso dos aparelhos eletrodomésticos.

Em relação à classe comercial, o nível de consumo expandiu-se em 6,1%, 7,8% e 4,7% em 1983, 1984 e 1985, respectivamente. O comportamento dessa categoria, nesses anos, não foi muito alentador, e os fatores apontados para tal evento referem-se à crise econômica aliada às condições climáticas sem grandes mutações. Esses dois fatores contribuíram para que o comerciante racionalizasse a utilização dos aparelhos, principalmente os de ar artificial.

A classe rural atendeu acerca de 155 mil consumidores rurais, os quais consumiram aproximadamente 10% do total de energia no mercado. Nos últimos três anos, essa categoria elevou seu nível de consumo em 31,1%, 17,2% e 17,7%, respectivamente, em 1983, 1984 e 1985.

A classe rural obedece a uma sazonalidade caracterizada pela elevação do seu consumo nos meses de novembro a março, sendo que, nesse período, o produtor de arroz irrigado destaca-se como sendo o consumidor rural responsável por essa elevação.

Basicamente, o desempenho dessa categoria depende de dois fatores importantes: das condições climáticas no período de plantio e irrigação das lavouras de arroz e do incentivo do Governo para o plantio da safra, dado através de fixação dos valores básicos de custeio (VBCs). Sob esse aspecto, a classe tem se beneficiado com a boa cotação das safras e também pelo incentivo dado à política de eletrificação rural nos últimos anos.

Dessa forma, a classe rural é constituída pelos consumidores agropastoris, que respondem por 65% deste consumo, 17 cooperativas que distribuem aproximadamente 32% da energia da classe para 113.000 consumidores, e das pequenas indústrias rurais que consomem 3% da mesma.

Dados disponíveis revelam que de um total de 542 mil domicílios rurais cadastrados em 1984, 46% estão eletrificados, sendo 26% atendidos diretamente pela companhia e 20% sob responsabilidade das cooperativas.

A classe industrial apresentou, no período considerado, a nível de consumo industrial, índices de crescimentos de 10,4%, 14% e 9,3%. Tal tendência reflete o aumento observado na indústria de transformação brasileira em função da ampliação das exportações, que superou as expectativas nos dois primeiros anos.

A nível de gênero da indústria, merece destaque o setor químico que, em função das indústrias do Pólo Petroquímico Gaúcho, manteve nesses três anos níveis de crescimento do consumo de energia elétrica acima de 10%; sua participação na classe tem sido levemente superior a 20% (em 1982, não alcançava 12%). Já o ramo metal-mecânico, fortemente atingido em 1983 pelo desaquecimento do mercado automobilístico, chegou a alcançar níveis de ociosidade em torno de 50% nos dois últimos anos; incentivado pela exportação e reativação do mercado interno, o nível de consumo do setor metalúrgico apresentou crescimento superior a 15%.

Em síntese, nesses três anos, o mercado de energia elétrica apresentou um bom desempenho, superando as expectativas previstas, face ao quadro recessivo iniciado em meados de 1980.

Dentre as principais classes, merece destaque a rural, que, parecendo alheia aos problemas enfrentados pelas outras classes, apresentou ótimo desempenho no

período considerado. A classe industrial, nos dois últimos anos, superou as expectativas previstas para o período, basicamente em função da expansão das indústrias vinculadas ao setor químico, metal-mecânico e calçadista.

Ressalte-se a parcela Energia Garantida por Tempo Determinado (EGTD), cuja tarifa tem por objetivo incentivar a substituição de derivados de petróleo por energia elétrica, principalmente na indústria.

Os consumidores beneficiados com essa tarifa em 1985 participaram com 6,4% na classe industrial e cerca de 2,9% da energia total do mercado gaúcho.

No que se refere a obras para a produção de energia, a CEEE tem em continuidade as obras da UTE Presidente Médice-Fase B, com duas unidades de 160MW, apresentando um progresso físico de 99% das obras de infra-estrutura e acabamento, e de 83% na montagem da usina, já tendo sido concluídas as obras civis principais.

Os testes de entrada em operação da primeira unidade dessa usina estão previstos para julho de 1986 e a segunda para dezembro do mesmo ano.

Em 1986, deverá ser iniciada a construção da UTE Candiota 3, primeira unidade (350MW), cujo projeto executivo se encontra com 37% realizado, enquanto 48% dos componentes importados estão concluídos.

No que se refere à expansão da transmissão, no período 1983-85 foram construídos 710,8km de linhas de transmissão em 230kV, 76,6km em 138kV e 408,2km em 69kV, totalizando um acréscimo de 1.195,6km, correspondendo a uma ampliação de 15,6% sobre o sistema existente em dezembro de 1982.

O acréscimo na capacidade instalada em subestações foi de 863MVA em 230kV, 196,5MVA em 138kV, 705,5MVA em 69kV e 33,1MVA em 44kV, totalizando uma expansão de 1.798,1MVA no período considerado, representando uma ampliação de 44,1% sobre o sistema existente em dezembro de 1982.

Os valores investidos nas obras de transmissão e transformação citadas anteriormente totalizam 2.971.154, 3.258.050 e 4.010.701 ORTN's, respectivamente, em 1983, 1984 e 1985.

A distribuição urbana, cujo projeto principal conta com recursos do Banco Mundial (BIRD), construiu, no período 1983-85, 621km de alimentadores em 136 obras e 1.967km de redes de distribuição urbanas em 897 obras, sendo que somente neste último exercício foram construídos 288km em alimentadores e 666 km de redes urbanas. A construção das redes beneficiou cerca de 218.901 consumidores no referido período, sendo que em 1985 foram beneficiados 66.433 consumidores.

Dentre as obras executadas, encontram-se aquelas referentes às alterações nas redes de distribuição, adequando-se aos níveis de tensão da continuidade e de confiabilidade estabelecidas pelo DNAEE; as referentes à substituição das redes de baixa tensão particulares por extensões de circuitos secundários da CEEE com deslocamento das medições até a distância regulamentar, visando a um melhor atendimento das unidades consumidoras; e as ampliações das redes de distribuição visando à expansão do mercado consumidor.

Salienta-se, também, as obras pertencentes ao Programa de Consumidores de Baixa-Renda, visando a prover de energia elétrica as residências localizadas na periferia das cidades, próximas das redes de distribuição da CEEE, que beneficiaram 23.752 famílias.

O Programa de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul desenvolve-se com o objetivo de levar energia elétrica à zona rural, visando à melhoria das condições do homem do campo, aumento da produtividade agrícola e implementação do Plano Nacional de Substituição de Derivados de Petróleo. O programa proporcionou, no último triênio a ligação média anual de 12.000 consumidores rurais.

O Programa do Projeto Fronteira Oeste para os anos de 1984 e 1985 restringiu-se a obras de adequações do sistema rural existente; também com esse objetivo, no período, foi construída e está em fase de teste, a linha de transmissão Presidente Médici-Alegrete.

Os investimentos aplicados para ligar a média anual de 12.000 consumidores rurais foram de dois milhões de ORTN's, calculadas sobre a mesma base, dispendidos pela Empresa, excluídos os recursos da comunidade.

O programa de gestão do atual Governo, no período de março de 1983 até dezembro de 1985, realizou 5.300 obras rurais, beneficiando 170 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O orçamento de investimentos da CEEE para 1986 totaliza 2.149,65 bilhões de cruzeiros. Na produção de energia serão investidos 40% deste total, os quais proporcionarão os testes de duas máquinas de 160MW da UTE Presidente Médici-Fase B até o final de 1986, objetivando com isso uma redução das necessidades atuais de compra de energia por parte da Companhia. Também se incluem nesse percentual os investimentos referentes à UTE Candiota III, cuja 1ª unidade, com 350MW, entrará em operação comercial em julho de 1991.

Na transmissão e transformação de energia serão dispendidos 15% do orçamento de investimento, proporcionando um acréscimo de 200km em linhas de transmissão e 356 MVA na capacidade das subestações. Para a execução de novas redes de distribuição e para o melhoramento das redes existentes, serão aplicados 14% do orçamento, além disso, serão destinados mais 13% do investimento para a aquisição de medidores de energia para as instalações consumidoras.

O restante do orçamento refere-se a serviços auxiliares (telecomunicações, equipamentos para a operação do sistema e para atendimento aos consumidores por terminal de computador), a administração geral (veículos e suprimentos) e despesas de pessoal ligado aos investimentos.

2.15.3 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

No início da atual Administração, a CRT encontrava-se em fase final da duplicação da planta instalada. A expansão da planta criou uma infra-estrutura capaz de suportar novos acréscimos de terminais a custos menores, o que veio permitir cumprir os compromissos assumidos e simultaneamente atender aos segmentos mais desassistidos em termos de serviços telefônicos.

Durante o exercício de 1983, a CRT instalou 19.120 novos terminais telefônicos, sendo que foram integrados ao Sistema Nacional de Discagem Direta a Distância (DDD/DDI) oito sedes municipais, totalizando 120 o número de municípios com acesso a esse serviço.

Em complementação aos planos de expansão, a CRT realizou obras de implantação e melhoria de 123 distritos e pequenas localidades. Essas obras compreenderam instalação/ampliação de mesas telefônicas, rádios monocanais, cabos telefônicos e instalação de postos de serviço. Nos grandes centros urbanos, objetivando proporcionar ao usuário de baixa renda o acesso ao sistema de telefonia, foram instalados, em 1983, 683 telefones públicos, o que correspondeu a um crescimento de 16,7% no ano.

A partir de 1984, a CRT passou a dar ênfase especial aos planos de cunho social, atendendo às prioridades estabelecidas pelo Governo Estadual. Assim, foram implementados o Plano de Popularização do Uso do Telefone, que visa à instalação de telefones públicos na maioria das vilas populares do Estado e também a implantação de centrais telefônicas comunitárias para atender aos segmentos de mercado que não dispõem de poder aquisitivo para um terminal individual. Nesse sentido, a CRT instalou 255 telefones públicos e a primeira central automática em caráter experimental com capacidade para 31 terminais e quatro troncos em 1984.

Dentro do objetivo de interiorizar as telecomunicações, para com isso contribuir com a fixação do homem no campo, a CRT iniciou o Plano de Telefonia Rural Social que consta da instalação de postos de serviço em dois distritos de cada município do Estado. Esse Plano é financiado com recursos da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado e da CRT. No exercício de 1984, foram instalados 13 postos de telefonia rural social.

Em continuidade aos planos de expansão, foram instalados 9.474 terminais telefônicos em 1984. Apoiado integralmente na infra-estrutura implantada em planos anteriores, foi planejado e desenvolvido o Plano 12, que prevê a instalação de cerca de 59.000 terminais em 52 localidades até 1987.

Ainda em 1984, a CRT realizou licitação pública para a escolha da editora das listas telefônicas da empresa, procedimento em que foi pioneira no Brasil.

No ano de 1985, os planos sociais continuaram a ser implementados. O Plano de Popularização do Telefone prevê a instalação de 2.300 telefones públicos em todo o Estado, até 1987. No Plano de Telefonia Rural Social, foram implantados 208 postos até dezembro de 1985, dos quais nove incorporam tecnologia de ponta, uma vez que são alimentados com energia solar. Em complementação, no Plano de Telefonia Rural Individual foram instaladas duas centrais RENAC com capacidade inicial de atender a 200 assinantes rurais.

A CRT, em 1985, instalou 9.782 terminais, atingindo um total de 403.612 terminais no final do ano, sendo que 137 municípios do Estado têm acesso ao serviço de Discagem Direta a Distância (DDD/DDI), enquanto 105 permanecem com serviços manuais na área de concessão da CRT (Pelotas e Capão do Leão são atendidas pela CTMR/Telebrás).

Procurando acompanhar o desenvolvimento tecnológico do setor de telecomunicações, a CRT contratou 17.500 terminais de centrais eletrônicas CPA-T

(Central de Programa Armazenado-Temporal), implantou o vídeo-texto e incrementou o serviço de comunicação de dados.

O programa proposto para 1986 visa a atender as seguintes premissas: dar continuidade aos planos de expansão em andamento, de forma a atender à demanda por terminais telefônicos satisfatoriamente; dar continuidade aos planos de telefonia social, ampliando-os na medida da disponibilidade de recursos adicionais; promover a automatização dos serviços telefônicos em localidades atendidas por serviços manuais no Interior do Estado, mobilizando recursos da prefeitura, de comunidades e do Governo do Estado; incrementar os serviços tecnologicamente avançados como vídeo-texto e comunicação de dados.

2.15.4 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

A CRM, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, executa a política mineral do Estado do Rio Grande do Sul desde 1947, através da prospecção mineral, pesquisas minerais e tecnológicas do carvão mineral. Desde 1977, a CRM, visando ao aumento de sua capacidade de produção de carvão, vem projetando e executando a ampliação e a implantação de minas, tanto em subsolo quanto a céu aberto.

O Programa Carvão, em andamento, é composto de três projetos.

No município de Bagé, está em andamento a ampliação da Mina de Candiota, a céu aberto.

O Projeto da Mina do Leão II, em implantação no Município de Butiá é de subsolo e será totalmente mecanizada, devendo produzir 2,4 milhões t/ano de carvão "Run of Mine" (R.O.M.). A usina de beneficiamento terá capacidade para processar 660t/hora, visando à obtenção de um produto, carvão beneficiado, que atenda às necessidades do mercado, principalmente à indústria cimenteira, à termoeletricidade e à gaseificação; nesse particular, registra-se o fato de que a Mina do Leão II nasceu vinculada ao Projeto de Gaseificação da Petrobrás que se propunha, conforme contrato firmado com a CRM, em setembro de 1981, consumir 400.000t/ano de carvão CE-5.900, que absorveria, praticamente, a capacidade nominal da Mina.

O Projeto Mina do Iruí, em implantação no Município de Cachoeira do Sul, é uma mina a céu aberto, com produção prevista de 1,56 milhões t/ano de carvão R.O.M. Faz parte também do projeto uma usina de beneficiamento com capacidade de processar 400t/hora, e seu principal mercado deverá ser a indústria cimenteira e de termoeletricidade.

Os dados mais significativos sobre os projetos no período de março de 1983 a dezembro de 1985 são os seguintes:

Dos três projetos, Mina Leão II, Mina do Iruí e Mina de Candiota, até março de 1983 houve uma implantação de 31,74%, 58,58% e 17,99% respectivamente, sendo que até dezembro de 1985 houve uma complementação de 20,61%, 13,31% e 28,06%. Quanto aos investimentos realizados nesses projetos no período, foram da ordem de 35,7 e 17 milhões de dólares.

O total de recursos, recebidos até o 4º trimestre de 1985 (estimados) foi de

US\$ 40,8 milhões, sendo que US\$ 14,3 milhões do programa de Mobilização Energética, US\$ 16,4 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento e US\$ 10 milhões do Governo do Estado por repasse do Imposto Único sobre Minerais.

No concernente à mineração de ouro, a CRM está desenvolvendo o projeto da Mina João Ricardo de Souza em Lavras do Sul, para lavra dos filões auríferos, cujos estudos finais, para a caracterização do minério de ouro, estão sendo realizados pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) no Rio de Janeiro.

Paralelamente, a fim de utilizar a disponibilidade de pessoal e equipamentos da Mina, passou-se à lavra do minério alunionar, cuja produção no período, até setembro, foi de 19.300,255 gramas, prevendo-se completar uma produção ao redor 21kg até dezembro de 1985.

O programa proposto para 1986 prevê o início de operação da parte que está sendo ampliada de Candiota e virá aumentar de 3,5 vezes a atual capacidade de produção que é de 800.000t/ano. O início da operação está programada para meados de 1986 e visa a atender a demanda da 2ª fase da Usina Presidente Médici, que de 126 MW passará a produzir 446 MW, e da indústria cimenteira. A escavadeira para descobertura do carvão, com capacidade de caçamba de 38 jardas cúbicas (jc), está em fase de testes operacionais na referida mina. Mais duas escavadeiras, com 12 jc cada uma, deverão entrar em operação em 1986. No projeto está prevista a construção de uma usina de beneficiamento com capacidade final de processamento de 800t/hora, que deverá ser implantada em módulos.

Pretende-se ainda, ampliar a capacidade de produção da Mina do Leão I para 600.000t/anos de carvão R.O.M.; implantar a Mina do Leão II com capacidade para 2.400.000t/ano de carvão R.O.M.; revisar o projeto Mina do Iruí; elaborar projeto Mina do Poacá; explorar outras substâncias minerais do Estado além do carvão; incrementar a demanda de carvão atuando junto a clientes potenciais, modernizar a estrutura administrativa da empresa.

2.15.5 — COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)

A CENERGS foi criada por Portaria, em 28 de agosto de 1979, pelo Governador do Estado.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento e a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações prestam à Comissão o apoio técnico e administrativo necessário.

A CENERGS, para o desenvolvimento de suas atividades, mantém convênios firmados com vários órgãos de desenvolvimento e pesquisa, optando por um processo de trabalho associado com as instituições vinculadas ao setor energético. Tem também publicado trabalhos com a participação de instituições ligadas ao mesmo.

Durante o período 1983-85, a CENERGS desenvolveu diversos estudos, organizou e participou de encontros e seminários, bem como promoveu a publicação de algumas pesquisas, além de outros trabalhos realizados, todos de interesse do setor energético estadual.

Entre os estudos desenvolvidos merecem destaque a confecção do Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul — 1979-82; a montagem dos perfis tecnológicos de produção e consumo de energéticos; a confecção do cálculo da energia útil, por energético, segundo os setores e usos em: mecânica, calor e iluminação; a apresentação e exposição do Balanço Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul junto a Centrais Elétricas do Brasil S/A (ELETROBRÁS/RJ), em março de 1983; a montagem de Programa Emergencial para uma circunstância extrema de ausência de petróleo bruto; a elaboração, em conjunto com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU), do programa de execução das atividades referentes ao Encontro Técnico sobre Energia e Assentamentos Humanos; um Programa Energético de Investimento para o Estado; a elaboração de propostas para implementação, a curto prazo, de energéticos alternativos que se desenvolvem no Estado; a implantação de processos computacionais para a elaboração dos Balanços, de forma a facilitar sua execução; a confecção do Balanço Energético Estadual, modelo OLADE, adotado pelo Ministério das Minas e Energia, 1980-81,

Em 1983, no que se refere a encontros e seminários, cabe destacar a organização e realização do Seminário sobre Matrizes e Balanços Energéticos Estaduais — Planejamento Energético Estadual; o Encontro Regional sobre Racionalização do Uso de Energia; o Seminário sobre a Influência da Temperatura na Biodigestão Anaeróbica.

Realização de reunião técnica sobre *Modelo Energético Alternativo*, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ocorrida no Centro Administrativo do Estado e a participação no Seminário sobre política tecnológica e prioridades setoriais do Rio Grande do Sul em 1984.

A CENERGS tem-se feito presente também em reuniões técnicas cujos temas versem sobre energia, tais como as reuniões do Convênio Brasil-Alemanha sobre Tecnologia na Área do Carvão Mineral e do Planejamento Energético; da Comissão Interestadual do Carvão; e da Comissão Técnica de Projetos Metalúrgicos da Associação Brasileira de Metais. Participou, ainda, da redação da minuta do decreto-lei que visa à criação do Conselho Nacional do Carvão.

Paralelamente a essas atividades, a CENERGS vem desenvolvendo uma pesquisa junto aos órgãos vinculados ao setor energético para o acompanhamento e avaliação de projetos e atividades, visando à construção e consolidação de um banco de dados na área de energia, capaz de, através de um sistema de informações, agilizar o setor energético e, acima de tudo, evitar a duplicidade de esforços *na execução de projetos e/ou pesquisas com objetivos idênticos* e que, por isto mesmo, acarretam duplo investimento; também acompanhou efetivamente as atividades da Comissão sobre Carvão Mineral da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul durante o ano de 1985 e participou da reunião sobre Balanços Energéticos Estaduais, realizada no Ministério das Minas e Energia (MME), em Brasília, em setembro de 1985.

No ano de 1986, a CENERGS dará continuidade aos projetos atualmente em desenvolvimento na Comissão, com a respectiva publicação dos trabalhos que foram elaborados e concluídos em 1985.

Estão previstas para execução no ano de 1986 as seguintes propostas de trabalho: operacionalizar o cadastro e sistema de informações, através da organização e classificação dos dados existentes para posterior distribuição às instituições

e entidades de classe com interesse no setor de energia; revisar proposta de confecção do *Balanço Energético Consolidado do Estado*, visando a montar uma estrutura mais adequada e harmônica dos elementos que integram o balanço, com as diretrizes fixadas para a elaboração dos cenários energéticos; levantar as informações e confeccionar o *Balanço Energético Consolidado do Estado* referente ao ano de 1985; iniciar o processo de discussão e elaboração dos cenários energéticos do Estado, juntamente com órgãos de planejamento, instituições e entidades vinculadas ao setor energético estadual; realizar levantamento potencial das fontes primárias de energia e estabelecer o seu real consumo; concluir a metodologia do levantamento da demanda de biomassa energética no Rio Grande do Sul; dar continuidade à realização da pesquisa sobre consumo de combustível na propriedade rural.

2.16 — TRANSPORTES

2.16.1 — SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

A Secretaria dos Transportes preside a orientação a ser seguida na política dos transportes rodoviário, hidroviário e aeroviário do Estado, cuja execução cabe, respectivamente, ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais e Departamento Aeroviário do Estado.

No período 1983-85, em função de sua importância estratégica e buscando a compatibilização entre os planos estaduais e os federais e municipais do setor, as obras realizadas procuraram ampliar as condições básicas para o desenvolvimento estadual, atingindo a meta que lhe foi confiada no Programa de Governo 1983-87.

Para tanto, a rede atual de transportes deve ser conservada e aumentada para o livre escoamento da produção, quer na integração dos sistemas rodoviários, hidroviários e ferroviários, quer nas suas características locais, visando a uma coordenação de plena operacionalização.

2.16.2 — DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

O DAER, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes tem como principais atribuições: estudar, projetar, implantar, melhorar e conservar as rodovias a seu cargo, e também disciplinar e fiscalizar o uso dessas estradas; prestar assistência técnica aos municípios e executar obras por delegação do DNER.

O desempenho do DAER, no triênio 1983-85 expressou a Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, dentro do objetivo do programa de Governo.

De 1983 a 1985, através do regime de empreitada, foi executada a construção, pavimentação e restauração de várias rodovias, além da construção de diversas obras de arte especiais. Sob o regime de empreitada, no período considerado, foram realizadas 700 km de terraplenagem, 510 km de pavimentação e 1.249m de obras de arte especiais.

Além desses serviços contratados, o DAER executou diversas obras utilizando-se de pessoal e equipamento da própria Autarquia. Por administração direta, entre 1983 e 1985, foram executados 415 km de terraplenagem, 72 km de pavimentação e 1.140m de obras de arte especiais.

O DAER também foi responsável pela conservação de aproximadamente

10.500 km de rodovias, sendo 9.000 km estaduais e 1.500 km de rodovias federais por delegação do DNER. Os trabalhos estiveram a cargo de 17 unidades de conservação localizadas em pontos estratégicos do Estado e constaram basicamente dos seguintes serviços: patrulagem, roçada manual e mecânica, revestimento primário e capa selante.

Com vistas à integração com outros setores de transportes, o DAER promoveu, em conjunto com o Departamento Aeroviário do Estado (DAE), as licitações para construção e melhoramento de 7 aeroportos, cujas obras, numa extensão total de 8.874 m, foram acompanhadas e fiscalizadas pelos dois Departamentos nos seguintes municípios: Caxias do Sul, Santa Rosa, Campo Novo, Mostardas, São Luiz Gonzaga, Bom Jesus e Iraí.

O DAER prestou, ainda, assistência técnica a diversos municípios do Estado, elaborando projetos de vias urbanas e rurais, projetos estruturais de pontes e instalações de oficinas mecânicas, além de levantamentos odográficos em várias redes viárias municipais.

Cabe salientar ainda que, de 1983 a 1985, foram elaborados os seguintes estudos e projetos rodoviários: projetos geométricos (1.087 km); projetos de pavimentação (1.197 km); projetos de pontes (3.249 m); e projetos de sinalização de trechos rodoviários (600 km).

2.16.3 — COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

Caracteriza-se a CINTEA pela atuação no sistema viário municipal, construindo, melhorando e conservando o intrincado conjunto de rodovias municipais. Tal trabalho é realizado em mutirão com os municípios que são associados à Companhia.

Para atingir os objetivos do Governo no período de 1983-85, desenvolveu suas atividades segundo três programas: construção e melhoria de estradas vicinais; construção de obras de arte especiais (pontes); construção de aterros de acesso às obras de arte especiais. Executou também, terraplenagens diversas de interesse dos municípios associados.

A construção e melhoria de estradas vicinais alcançou a extensão total de 5.841 km, sendo 1.198 km de construção e 4.602 km de melhoria. Trata-se de atividade realizada por administração direta, como ocorreu também com a construção de aterros de acesso a pontes e terraplenagens diversas.

Nos aterros de acesso a pontes, foi alcançada a elevada produção de 1.578.075 m³ bem como foram movimentados 735.043 m³ no tocante às terraplenagens de interesse dos municípios associados.

No tocante à construção de pontes, a produção, em 1985, foi excelente, tendo sido construídas 230 obras, perfazendo um total de 8.156 m.

Além dos programas mencionados, a Companhia desenvolveu também atividades através dos Programas AGROVIAS e PROVIASUL.

O programa AGROVIAS resultou de convênio com o Governo Federal (Ministério dos Transportes) que agilizou os trabalhos em diversas estradas vicinais, atingindo 206 km de vias e 6 pontes.

O programa PROVIASUL possibilitou os trabalhos de recuperação do sistema viário e de pontes destruídas pelas violentas chuvas que ocorreram em 1984.

No ano de 1985, foi concluído o trecho experimental de pavimentação entre a RS-509 e Trombudo, com a extensão total de 12 km. Foram pavimentados 5 km em 1984 e os 7 km restantes em 1985.

O resultado alcançado no mutirão realizado com a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul enseja conclusões favoráveis à implementação da Programação de Pavimentação de Baixo Custo 1ª Etapa. Nessa 1ª Etapa, composta de 56 segmentos, com a extensão média de 7,5 km, já estão concluídos os estudos e projetos de engenharia.

2.16.4 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

A realização das metas do Programa de Transportes Hidroviários está a cargo do DEPRC, cujo objetivo fundamental é coordenar, dirigir e planejar ações no sentido de realizar a exploração comercial dos portos e os serviços de dragagem e balizamento dos canais de acesso a hidrovias interiores.

Atendendo às diretrizes do plano de desenvolvimento hidroviário do Governo, no período de 1983-85 o DEPRC buscou atingir uma série de objetivos com vistas a oferecer a infra-estrutura necessária para o escoamento e distribuição da produção estadual.

Entre os principais objetivos, destaca-se o de manter as condições de navegabilidade e segurança do tráfego hidroviário nos canais de acesso a bacias de evolução dos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Cumprindo esse objetivo, foram realizadas 836.420 m³ de dragagem e balizamento dos canais de acesso aos portos e terminais portuários.

Além disso, com o intuito de manter as condições de navegabilidade e segurança do tráfego hidroviário, nos canais interiores do Estado, foi executada a dragagem e manutenção das hidrovias interiores num total de 360.000 m³, realizadas 80 sondagens batimétricas e ecobatimétricas, colocação e manutenção de 47 sinais, execução de 137 poligonais e realização de 209 visitas de inspeção a estações hidrometeorológicas.

No sentido de manter as condições de operacionalidade dos portos e hidrovias, foram realizadas obras de manutenção e recuperação, bem como desenvolvidos projetos de reaparelhamento e racionalização considerados fundamentais para o desenvolvimento portuário no triênio 1983-85. Entre os principais projetos, pode-se destacar: implantação e início de operacionalização do terminal de contêineres no Superporto de Rio Grande, com a realização de obras de infra-estrutura física e implementação de equipamentos de grande porte para a movimentação de contêineres; dragagem para a implantação do terminal marítimo da COPESUL no Superporto de Rio Grande; dragagem da Bacia do Porto de Rio Grande; im-

plantação de equipamentos de processamento de dados, com recursos alocados pela PORTOBRÁS, visando à automatização das rotinas operacionais desenvolvidas no Porto de Rio Grande; realização de estudos e projeto de viabilidade, visando à reativação e ao desenvolvimento do Porto de Porto Alegre, em trabalho elaborado com a participação do DEPRC, GEIPOT e PORTOBRÁS, realização de serviços de recuperação e pavimentação da faixa portuária no Porto de Porto Alegre; conservação e manutenção de armazéns e equipamentos do Porto de Porto Alegre; implantação do terminal de carvão do Porto de Pelotas, com a alocação de recursos privados, em área cedida pelo Estado; dragagem do canal da Feitoria e do canal da Boca do Arroio no São Gonçalo; outras obras e atividades desenvolvidas pelo DEPRC realizadas em vários municípios ligados ao plano de desenvolvimento hidroviário.

2.16.5 — DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

Considerando as prioridades estabelecidas no Programa de Governo, o DAE cumpriu diversas metas, todas voltadas ao desenvolvimento aeroportuário do Estado.

A política aeroportuária estabelecida pelo Governo do Estado no período 1983-85 dirigiu-se prioritariamente à pavimentação de aeroportos.

No triênio considerado, foram concluídas e inauguradas obras em 7 aeroportos nos municípios de Campo Novo, Canela, Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul e Santa Rosa. Nesses aeroportos, foram executados 271.296 m² de pavimentação.

Além disso, continuam em andamento as obras em mais 5 aeroportos, sendo que está prevista a execução total de 140.041m² de área pavimentada, além da conclusão dos demais serviços que estão sendo executados nos aeroportos localizados nos municípios de Bom Jesus, Irai, Mostardas, Palmeira das Missões e São Luiz Gonzaga.

Entre os principais serviços prestados pelo DAE, destaca-se a manutenção de aeroportos com o objetivo de aumentar a segurança das aeronaves e, conseqüentemente, de seus usuários. Esses serviços, executados na maior parte das vezes por administração direta, compreendem: limpeza geral de áreas aeroportuárias, ceifamento, regularização de pistas, revestimento primário compactado, sinalização diurna, drenagem, cercamento e reparos nas edificações existentes.

De março de 1983 até dezembro de 1985, o DAE efetuou serviços de manutenção nos aeroportos dos seguintes municípios: Cruz Alta, Erechim, Torres, Santa Rosa, Tenente Portela, Nonoai, Passo Fundo, Carazinho, Irai, Cachoeira do Sul, Três Passos, Santo Ângelo, Jaguarão, Venâncio Aires, Ijuí e Arroio Grande.

2.17 — PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO

2.17.1 — SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)

A SCP vem, ao longo dos anos, empenhando-se na implantação e implementação do Sistema Estadual de Planejamento (SEP/RS), como instrumento de promoção do desenvolvimento global e integrado do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir de 1983, foram intensificadas as atividades descentralizadas de planejamento, atendendo a diretriz da estratégia do planejamento governamental do Estado, contando a central do sistema — a SCP — com a participação dos agentes setoriais — assessorias de planejamento de cada Secretaria de Estado, na consecução dos objetivos do SEP/RS.

No triênio 1983-85, a SCP desenvolveu atividades no sentido de dinamizar o processo de planejamento, procurando atingir maiores índices de eficiência, eficácia e efetividade. Entre essas atividades, destacam-se: pesquisa, estudos e informações para o planejamento; orientação técnica para a elaboração de programas e projetos do setor público; acompanhamento do Programa de Governo 1983-87 (SAPG); Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos de Investimentos (SAFFI); e acompanhamento e apoio às atividades de planejamento.

Em relação à pesquisa, estudos e informações, realizaram-se, entre outros, o que segue:

- análises comparativas das condições regionais em relação a variáveis sociais para conhecer as regiões mais carentes em equipamentos e serviços, e estudos básicos sobre distribuição da população segundo regiões de programação (1983);
- avaliação e análise comparativa dos resultados da 3ª etapa do levantamento referente ao projeto Equipamentos Públicos, Comunitários e Urbanos, elaboração de proposta e realização do Curso de Desenvolvimento de uma Metodologia de Planejamento Participativo (1984);
- elaboração de proposta e realização do Ciclo de Debates sobre Finanças Públicas e Planejamento, além de estudos de 103 fundos, programas e linhas de crédito publicados no livro intitulado **Fontes de financiamento para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul** (1985);
- coleta, seleção, tratamento, classificação por “descriptor” e disseminação de informações, a saber, 11.272 documentos em 1983, 5.692 documentos em 1984 e 6.466 documentos em 1985.

Quanto à orientação técnica para a elaboração de programas e projetos, a SCP coordenou as programações setoriais, atendendo à Ordem de Serviço nº

07/83-87, no sentido de detalhar e atualizar o Programa de Governo 1983-87. Em 1984 e 1985, realizaram-se reuniões de integração com os agentes setoriais de planejamento, objetivando: a adequação e a atualização dos programas setoriais; a articulação com a Secretaria da Fazenda relacionada ao orçamento anual do Estado; e a articulação com o Governo Federal na elaboração de subsídios ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e ao Orçamento de Ciência e Tecnologia dos Estados, consolidado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e na elaboração de projetos para serem financiados pela Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM).

No que diz respeito ao acompanhamento do Programa de Governo 1983-87, a SCP reiniciou, em 1984, suas atividades visando a acompanhar as realizações dos órgãos do setor público estadual e a proceder à avaliação das ações governamentais em relação às proposições iniciais e aos objetivos setoriais, com cadastramento dos mesmos. Ao final do ano e início de 1985, o Subsistema de Acompanhamento do Programa de Governo (SAPG) realizou a articulação com os agentes setoriais, compatibilizando os relatórios dos órgãos da Administração Estadual para integrarem a Mensagem à Assembléia Legislativa 1985.

O Subsistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFI) desenvolveu, em 1983, sua quarta versão, com periodicidade mensal, do acompanhamento físico-financeiro por fase a nível de município e sistema de processamento de dados "on line", e organizou e realizou o III Encontro Nacional do SAFFI, com o objetivo de apresentar e debater as principais alterações da nova versão. Em 1984, o SAFFI emitiu relatórios mensais atualizados dos investimentos do setor público, editou o documento **Análise dos investimentos do setor público-RS/1982-1983** e acompanhou, a nível municipal, os investimentos do Estado. Posteriormente, em 1985, o SAFFI participou de trabalho intersecretarial sobre o recebimento, pelo Estado, de obras realizadas por empresas construtoras, no sentido de atender aos aspectos técnicos, legais e funcionais dos projetos e de permitir uma racionalização no processo de fiscalização e cadastramento dos imóveis. Ainda neste ano, foi editado o documento **Análise dos investimentos do setor público do Estado do Rio Grande do Sul — 1984** e realizado o acompanhamento físico-financeiro, a nível municipal, dos projetos estaduais.

Em relação ao acompanhamento e ao apoio às atividades de planejamento, foram desenvolvidas ações de divulgação da programação do Sistema Estadual de Planejamento/RS, bem como de publicações em geral.

Nas atividades de Apoio à Modernização Administrativa, a SCP busca adaptar as estruturas dos órgãos públicos às transformações do meio ambiente, visando à eficiência e à produtividade dos mesmos e à efetiva satisfação das demandas da comunidade.

O atendimento das necessidades de recursos humanos dos órgãos da administração pública vem sendo feito pela SCP através de estudos de viabilidade técnica de contratação de pessoal, conforme o Decreto n.º 31.202/83 (estagiários) e as Ordens de Serviço n.ºs 02 e 30/83-87.

O Programa de Avaliação do Desempenho das Estatais busca assegurar um maior controle e racionalização da despesa pública efetuada pelos órgãos da Administração Indireta, de modo a contribuir positivamente para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio Grande do Sul.

Para alcançar seus objetivos, o Programa vem desenvolvendo projetos que proporcionem às entidades da administração descentralizada maior eficiência na aplicação dos recursos disponíveis, possibilitando a manutenção da taxa de expansão dos serviços com menor volume de recursos.

O acompanhamento das ordens de serviço do Governador resultou em uma série de medidas e propostas de alternativas com vistas à adoção de eficientes e efetivos procedimentos de controle e economia, buscando a correção dos desvios administrativos, a imposição da austeridade dos atos de gestão e o aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de trabalho da máquina estatal.

A avaliação do desempenho das estatais foi desenvolvida através da análise econômico-financeira das empresas de economia mista e de suas subsidiárias e, separadamente, das empresas do sistema financeiro. A análise abrangeu os três últimos exercícios (1983 a 1985) e possibilitou uma consolidação dos resultados, tornando possível a visualização da evolução da situação real de cada empresa no período. A análise aborda aspectos, tais como: margem de garantia, endividamento, grau de imobilização, situação financeira e rentabilidade.

Desde 1984 está sendo desenvolvido o Orçamento Empresarial que será o instrumento sistemático de planejamento e fiscalização das entidades sob o controle acionário do Estado e, ao mesmo tempo, instrumento de gerência eficiente e eficaz para as próprias empresas. Isso possibilitará ao Governo um acompanhamento permanente tanto das realizações físicas como das financeiras de suas empresas tornando possível a tomada de medidas no momento adequado. O Modelo de Programação, Orçamentação e Acompanhamento das Empresas Estatais foi definido através de metodologia detalhada que incluiu o desenvolvimento de um sistema de processamento de dados e está sendo aplicado em algumas empresas, buscando seu constante aperfeiçoamento e total adequação às características das diversas entidades.

A atualização das informações cadastrais de 56 entidades da Administração Indireta do Estado — sendo 20 sociedades de economia mista, 14 subsidiárias, nove autarquias e 13 fundações, além das cinco entidades (TRENSURB, BRDE, CRM, CEASA, e Aços Finos Piratini S.A.) — nas quais o Estado tem participação significativa é outra atividade que vem sendo realizada pelo Programa através do desenvolvimento de nova forma de apresentação, onde se encontram informações, tais como: composição acionária, capital social, data de encerramento do balanço, nominata da diretoria, entre outras.

Outra atividade do Programa de Avaliação do Desempenho das Estatais foi a elaboração de metodologia para determinação e análise da produtividade das organizações estatais. Foram determinadas as produtividades física, econômica e financeira de algumas empresas com características industriais, entre as quais a CORLAC, a CORAG, a AGASA, a CRT, a CRM e a CESA.

A análise das propostas de aumento de capital social das empresas estatais tem sido uma atividade de rotina, buscando examinar a conveniência ou não do aumento de participação do Estado no capital das mesmas e ajustando às suas disponibilidades financeiras.

O Programa prevê, ainda, a participação em grupos de trabalhos e comissões, sempre que os mesmos se referirem a assuntos atinentes às estatais. Entre

eles, podem ser citados o Grupo de Trabalho para Capitalização e Privatização de Empresas Estatais e o Conselho Estadual de Política Salarial.

A SCP, através da Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria (CECNAI), é responsável pela elaboração, execução e controle da Programação Anual de Importações do Estado, instituída pelo Decreto n.º 29.013, de 09.07.79, que consiste no levantamento da pauta de importações do setor público para cada exercício e na fixação de níveis máximos anuais para as operações que levem aos dispêndios de divisas, tais como: importações, compra de bens importados, locações, arrendamento mercantil e contratação de serviços de consultoria.

A Programação Anual de Importações do Estado atingiu, em 1985, um total de US\$ 90,6 milhões, resultando num decréscimo de 49% em relação ao programado em 1984. Esse decréscimo deveu-se, em grande parte, à redução do orçamento de importações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) que foi de, respectivamente, 53% e 47% em relação ao programado no ano anterior.

A preocupação de investir seletivamente, enfatizada nos exercícios anteriores, continua a orientar as decisões no sentido de geração de energia — 72% das importações programadas para o ano de 1985 destinaram-se à CEEE, cabendo 21% à CRM, permanecendo a concentração, portanto, no setor energético.

Criado pela Lei n.º 6.652/73 e alterado pela Lei n.º 6.776/74, o Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS) funciona junto à SCP, tendo por objetivo dar suporte financeiro à elaboração de planos e projetos e à execução de obras de infra-estrutura urbana e bem-estar social dos Centros Urbanos e Região Metropolitana (pavimentação, calçamento, iluminação pública, etc.). Visa a amenizar a situação financeira das Prefeituras através da concessão de auxílios e financiamentos aos municípios, conforme autorização governamental. Tais atividades estabelecem um canal de comunicação permanente, direto e informal com a instância municipal.

Na atual Administração, o FUNDURBANO/RS firmou 592 contratos de financiamento, cujo valor alcançou a casa de Cr\$ 26,8 bilhões, além de ter realizado 104 contratos da ordem de Cr\$ 1,9 bilhão (Auxílio do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes, Combustíveis, Líquidos e Gasosos) e, ainda, um contrato com a METROPLAN, pelo Projeto Especial de Subabitação para aplicação do valor de Cr\$ 400 milhões em módulos agrícolas auto-sustentáveis. Em relação ao exercício de 1984, o crescimento foi de 507%.

A SCP busca dar atendimento financeiro na forma de auxílio (autorização governamental) às prefeituras municipais, basicamente para recuperação de estradas, além de propiciar recursos à telefonia, eletrificação rural, saúde e obras. No triênio 1983-85, foram autorizados 318 auxílios financeiros, atingindo o valor de Cr\$ 3,4 bilhões.

Assim, através do FUNDURBANO, o Governo do Estado beneficiou quase a totalidade dos municípios rio-grandenses, autorizando recursos da ordem de Cr\$ 34,1 bilhões.

Para 1986, a SCP pretende implementar, entre outras atividades, os estudos do Grupo de Trabalho Interáreas referentes à realidade sócio-econômica gaúcha,

visando a dar instrumentos para a ação governamental, a curto e longo prazos, dentro de um contexto regional e nacional.

Em termos operacionais, destaca-se a consolidação de um plano diretor de informática para a SCP, a ser efetuado em conjunto com a PROCERGS, a fim de se racionalizar a utilização do processamento eletrônico de dados e permitir a integração dos sistemas.

2.17.2 — CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS (CONRHIRGS)

O CONRHIRGS, criado pelo Decreto nº 30.132, de 13/05/81, tem como objetivo a proposição de uma política e de um plano para a utilização, preservação e recuperação dos recursos hídricos estaduais, em consonância com as diretrizes federais.

Adotada a bacia hidrográfica como unidade de programação, os estudos e projetos em realização buscam a integração programática das atividades públicas voltadas para o abastecimento urbano: geração de energia, irrigação e drenagem, transporte fluvial e lacustre; controle de cheias, pesca e meio ambiente.

Assim, os projetos e estudos desenvolvidos pelo CONRHIRGS, no triênio 1983-85, são os que seguem:

Projeto Lagoa dos Barros (disciplinamento de águas excedentes), que iniciou em 1984 com o estudo das condições hidrológicas da Lagoa dos Barros e projeto de um sistema aliviador de cheias, cuja implantação, custeada pelos produtores da região, foi concluída em agosto do mesmo ano, tendo sua cota sido definida pelo Comitê da Bacia Vertente do Litoral Norte, vinculado ao CONRHIRGS e que congrega técnicos e comunidade local. Evitou-se, dessa forma, a intensificação do alagamento de áreas no município de Osório e o risco de inundação das lavouras de arroz em Santo Antônio da Patrulha. A operação do sistema continua a cargo do mencionado Comitê.

Projeto Avaliação de Qualidade de Água dos Reservatórios de Ernestina e Duro (avalia a qualidade das águas armazenadas e identifica suas causas, tendo em vista a correção das distorções que limitam seu uso múltiplo). Foram identificados 11 pontos nas barragens em questão, nas quais, de forma sistemática, foram coletadas amostras de sedimentos, água e peixes, tendo sido realizadas, no período 1983-84, cerca de três mil determinações laboratoriais. Foram constatados efeitos diretamente relacionados com o uso agrícola dos solos da área de drenagem, especialmente na Barragem de Ernestina, em função dos processos de erosão dos mesmos. Está sendo complementado o estudo do uso do solo e prevê-se a continuidade do monitoramento da qualidade das águas.

Projeto Canal Adutor de Rio Grande (visa à utilização, para irrigação de arroz, das vazões excedentes do canal adutor de Rio Grande). O fornecimento de água para a agricultura, pela CORSAN, iniciou na safra 1982/83, com o atendimento de 464 hectares, valor este que se elevou para 532 e 679 hectares, respectivamente, nos anos agrícolas de 1983/84 e 1984/85.

Projeto de Pesquisa da Lagoa dos Patos (geração de conhecimento para orientação quanto ao uso das águas da Lagoa, de acordo com o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro). A pesquisa iniciou em 1983, com estudos na área

de hidrodinâmica, expandindo-se em 1984 para os aspectos geológicos, biológicos, ambientais, pesca e documentação. No ano seguinte, houve uma reorientação do Projeto, e estão sendo realizados dois subprojetos; cruzeiro exploratório segundo malha pré-determinada; e organização do conhecimento existente em coleções de mapas temáticos e respectivas memórias descritivas, em função do 1.º Seminário sobre a Pesquisa da Lagoa dos Patos, realizado em novembro de 1984. Cabe ao Comitê Especial da Lagoa dos Patos, vinculado ao CONRHIRGS, a coordenação técnica das pesquisas, as quais são realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Fundação Universidade do Rio Grande, com apoio financeiro da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), a quem compete a coordenação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro.

2.17.3 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE).

A FEE, como órgão vinculado ao planejamento estadual, no decorrer dos anos de 1983, 1984 e 1985, continuou cumprindo seus objetivos, com destaque para sua função de "fornecer subsídios quantitativos e analíticos no campo econômico com vistas ao processo decisório". Assim, deu prosseguimento ao seu trabalho sistemático e avançou na busca de elementos explicativos capazes de elucidar fenômenos e indicar alternativas de ação.

A fim de permitir que o Governo, o empresariado e os interessados em geral no comportamento econômico pudessem acompanhá-lo sistematicamente, foi dada continuidade aos levantamentos realizados e à publicação de periódicos.

Cumprir destacar, ainda, entre as atividades sistemáticas, a realização de seminários internos, com eventuais convidados, visando à atualização e ao aperfeiçoamento do corpo técnico, além do Seminário de Informação Econômica para Jornalistas, que, no período 1983-85, teve sua 9.ª e 10.ª edições, e a manutenção e atualização do Banco de Dados Sócio-Econômicos que realiza em conjunto com a PROCERGS.

Dentro do Programa Planejamento Governamental, a FEE editou, no período considerado, 147 estudos e periódicos, além de ter impresso vários trabalhos realizados por outros órgãos da Administração Estadual, e reeditado muitos de seus estudos.

Entre os periódicos que visam a divulgar dados quantitativos, merecem destaque: o Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense que consta de 12 edições por ano, com periodicidade mensal, e de uma edição especial que contempla os dados anuais, sendo que, neste período de três anos, teve publicados 37 fascículos; a *Resenha Estatística do Rio Grande do Sul*, a qual contém uma síntese anual das principais informações sobre o Estado, em português e inglês, sendo muito utilizada em eventos especiais e para distribuição a visitantes do Estado e que teve editados quatro volumes; o *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*, que divulga informações estatísticas sobre a economia gaúcha em geral e à nível de microrregiões homogêneas e municípios e que teve publicados, no período, dois volumes, sendo o último referente ao ano de 1983; e o *Termômetro de Vendas*, publicação mensal, realizada em convênio com o CDL, apresentando dados sobre as vendas do comércio lojista de Porto Alegre e que constou de 36 publicações.

A conjuntura da economia gaúcha é discutida através de um linha específica de periódicos, entre os quais se incluem os Indicadores Econômicos RS, uma pu-

blicação trimestral que faz o acompanhamento sistemático da evolução conjuntural da economia gaúcha em confronto com a "performance" nacional, da qual foram editados 12 fascículos no período; o Desempenho da Economia do RS, que considera a evolução econômica do ano, incluindo dados globais, tais como o crescimento da renda, do qual foram editados três volumes, sendo o último referente ao ano de 1984; e a Sondagem conjuntural da indústria de transformação, que trimestralmente analisa o desempenho dos diferentes setores da indústria e da qual foram editados 13 fascículos.

Ainda nesta linha de periódicos, visando a sistematizar e a estimular o debate científico, é publicada semestralmente a revista *Ensaio FEE*, contendo artigos de técnicos da FEE e outros sobre a área sócio-econômica, tendo sido editados, no período, seis números.

Também na linha sistemática de atuação, prosseguiram os trabalhos de coleta e repasse de informações ao público, além da análise das contas regionais que é um trabalho de permanente atualização, dividido em oito subprojetos: Renda Interna da Agricultura; Renda Interna da Indústria de Transformação e da Extrativa Mineral; Renda Interna dos Serviços Industriais de Utilidade Pública; Renda Interna da Construção Civil; Renda Interna do Setor Serviços; Renda Interna Microrregional e Municipal; Formação Bruta do Capital; e Índices de Preços e Deflatores Regionais.

Como estudo detalhado de problemas específicos, cuja relevância ou impacto induziram à realização de trabalhos de maior profundidade e duração, pode-se citar, entre os publicados no período 1983-85 os que seguem.

A produção gaúcha na economia nacional: Uma análise da concorrência intercapitalista — trabalho constituído de dois volumes, sendo que o primeiro trata da proposta técnica e da análise da indústria, e o segundo contém a análise da lavoura e da pecuária.

A política social brasileira 1930-64: evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul — estudo que traça a evolução da atuação estatal no período 1930-64, nos setores de educação, emprego, renda, habitação, saúde e previdência social.

A expansão da soja no Rio Grande do Sul de 1950 a 1975 — estudo que descreve o processo de expansão da soja no Rio Grande do Sul em nível de microrregião homogênea, ao longo de cinco subperíodos quinquenais.

A participação da inflação na alimentação brasileira nos anos 70: uma contribuição ao debate — trabalho que analisa o comportamento dos preços da alimentação, através da construção de um índice de preços no atacado, com base em 30 alimentos.

De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul — Censos de 1960 a 1980 — trabalho que mostra a evolução sócio-econômica do Rio Grande a nível municipal e estadual.

Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho: condições objetivas de controle na indústria de calçados — pesquisa a nível de observação e experimentação sobre as formas de controle do processo de trabalho na indústria de cal-

çados de couro do Vale do Sinos, englobando o perfil de oferta de mão-de-obra, técnicas de gerência e difusão de tecnologia.

Origem e formação do cooperativismo empresarial no RS: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/80 — trabalho que analisa a trajetória das cooperativas de trigo e soja no Rio Grande do Sul, do seu processo de expansão empresarial e de capitalização, até o ano de 1980.

O emprego no RS: RAIS, PNAD e PME — coletânea de textos que apresentam conceitos e idéias sobre o mercado de trabalho e sobre as políticas de emprego, analisando os principais levantamentos e indicadores de emprego e desemprego no País e no Estado.

O panorama setorial da indústria de transformação brasileira e gaúcha — análise da indústria de transformação do Estado e do País, mostrando uma visão geral da economia, além de estudar alguns segmentos industriais selecionados, a fim de proporcionar um suporte mais específico e uma base mais efetiva para a fixação de estratégias, intervenções e reivindicações na área industrial.

Transporte urbano em questão — estudo que engloba o transporte público e o privado, avaliando suas características e capacidades, além de focar a questão política dos subsídios, financiamentos, gratuidade e tarifação.

150 anos de finanças públicas — coletânea de ensaios sobre finanças públicas, enfatizando o federalismo fiscal, a questão da política de descentralização das finanças públicas, além da evolução da política tributária sul-rio-grandense no tempo.

Em convênio ou através de contrato com outros órgãos, foram concluídas ou se encontram em fase de conclusão várias pesquisas, entre as quais merecem destaque:

Pesquisa de Oferta de Materiais de Construção no Estado do Rio Grande do Sul, realizada em convênio com o BNH e publicada por este, que consiste de um levantamento da disponibilidade local de 40 materiais básicos para a construção de habitações populares, apontando, a ocorrência de importação e exportação e a viabilidade de expansão da produção estadual.

Oferta de Materiais de Construção de Origem Petroquímica, originada de um contrato entre FEE, SIC/CEICO e CODESUL, analisa a oferta de materiais de construção de origem petroquímica a nível regional.

A indústria da construção: uma análise econômico-financeira, resultado de contrato entre FEE, SIC/CEICO e CODESUL, publicada pela FEE, analisa o desempenho empresarial da indústria da construção brasileira e da gaúcha no período de 1976-82.

Desempenho recente da indústria da construção civil no Rio Grande do Sul, resultante de contrato entre FEE e SIC/CEICO, com publicação pela FEE, contempla, num determinado período de tempo, a evolução da indústria da construção através de seus indicadores genéricos e, especificamente, o desempenho dos segmentos habitacional e de obras públicas. Foram editados, no período considerado, dois volumes, um referente ao 2.º sem/83 e 1.º sem/84 e outro, ao 2.º sem/84 e 1.º sem/85.

Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial 1973/83, resultante de convênio entre FEE/FECOTRIGO/FIDENE, analisa o cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul, no que se refere à dinâmica de crescimento.

Vários estudos, concluídos no final do período 1983-85, encontram-se ainda em fase de editoração. Entre eles, pode-se salientar o Manual Bibliográfico de História Econômica, que consta de um levantamento abrangente da bibliografia sobre a história econômica gaúcha.

Outros projetos encontram-se em fase de conclusão, a exemplo daquele que trata das Condições de Vida em Porto Alegre, que examina o uso e a ocupação do solo urbano através do estudo do mercado de terras, chegando a uma caracterização da ocupação irregular do solo e às conseqüências disto na saúde da população, através da espacialização da mortalidade em 1980.

Os estudos que se encontram em andamento no ano de 1985 e os que estão por iniciar em 1986, juntos, totalizam cerca de 40 projetos cujas linhas de pesquisa são: Mercado de Trabalho e Emprego Urbano e Rural, Tecnologia e Informática, o Estado e a Economia, Análise da Indústria de Bens de Capital no Rio Grande do Sul, Questões Urbanas no Rio Grande do Sul, Relações Estado e Empresariado Gaúcho no Pós-64.

2.17.4 — FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

A FAPERGS foi criada com o objetivo, entre outros, de amparar a pesquisa científica e tecnológica do Estado.

Durante o período 1983-85, sua ação se fez sentir em diversos campos da pesquisa, atingindo várias regiões do Estado.

Como efeito dessa ação foram desenvolvidos vários projetos de pesquisa com ampla repercussão, inclusive financeira.

Com relação à pesquisa científica e tecnológica em áreas prioritárias do Estado, foram aplicados, no decorrer do período, recursos no valor de Cr\$ 392 milhões em 305 projetos.

Os projetos apresentados à FAPERGS são aprovados em função das credenciais do pesquisador e de uma análise detalhada da pesquisa a ser realizada, considerando sua importância e eficaz repercussão para o desenvolvimento do Estado apoiando especialmente programas que beneficiarão os setores prioritários das metas governamentais.

Assim, na agroindústria, poderiam ser citados inúmeros projetos cujos resultados já são amplamente compensadores: o projeto do vinho, com o desenvolvimento de novas tecnologias utilizadas na vinificação, como também a adoção de novas linhagens de leveduras, permitindo, com isso, melhorar ainda mais a qualidade do vinho gaúcho. Deve ser citado, também, o projeto fruticultura de clima temperado que já apresentou como resultado o aumento do crescimento e da produtividade dos citros. Os resultados da pesquisa com a cultura do girassol no Estado evidenciaram viabilidade técnica para o seu cultivo, podendo constituir-se numa alternativa promissora para a utilização em sistemas de sucessão de culturas

de estação estival e na atividade extratora da indústria de óleos comestíveis. Outra pesquisa na área da agroindústria refere-se ao uso de energia solar para secagem de cereais, cujo resultado foi a confecção dos primeiros coletores, o que se constitui num importante avanço em direção à racionalização e à economia no uso de energia.

Na genética, cabe destacar a criação do Centro de Biotecnologia, o qual, através da engenharia genética e dos anticorpos monoclonais, desenvolve, na área da agropecuária, os seguintes projetos: vacina antifebre aftosa dos ungulados, por engenharia genética (em fase de teste em animais de laboratório); imunologia da hidatidose com o desenvolvimento de métodos de diagnóstico e de vacina por engenharia genética; fixação associativa de nitrogênio em gramíneas; diarreias toxigênicas de animais domésticos. A partir dos trabalhos desenvolvidos no Centro de Biotecnologia, novos produtos serão industrializados, capacitando a economia gaúcha a competir também neste segmento cuja importância vem se afirmando de forma crescente.

Na área da saúde, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul/Fundação Universitária de Cardiologia, que *tem produzido e utilizado próteses artificiais em pacientes, tornando o Estado um dos pólos de tecnologia nesta área.*

Na área biológica, citam-se os estudos sobre o combate biológico a pragas das principais culturas, tendo como conseqüência a redução do uso de inseticidas químicos, acarretando, portanto, menores danos à flora e à fauna e, principalmente, ao homem, bem como uma redução nas despesas do Estado.

Para o desenvolvimento de projetos especiais, foram despendidos, no período 1983-85, recursos num total de Cr\$ 84,2 milhões. Esses projetos visam à integração de recursos humanos, materiais e institucionais na solução de problemas rio-grandenses que, por sua complexidade, necessitam de uma ação conjunta e multidisciplinar.

Nos trabalhos de pesquisa de iniciativa da FAPERGS, foram aplicados recursos no valor de Cr\$ 14,6 milhões.

A FAPERGS busca o constante aperfeiçoamento do homem, visando, não só ao progresso científico e cultural, mas também, ao progresso econômico social. O avanço tecnológico a que se propõe o Estado, seja na área industrial, seja na área agropecuária depende, fundamentalmente, de pessoal científico altamente especializado nos campos de desenvolvimento propostos pela política governamental.

A Fundação, através das bolsas de aperfeiçoamento, pós-graduação, pesquisa e estágio, revelou promissores resultados na capacitação de pessoal técnico-científico das instituições de pesquisa existentes. Foram concedidas, no período 1983-85, 201 bolsas distribuídas nas várias categorias, atingindo a cifra de Cr\$ 163,2 milhões.

O apoio dado pela FAPERGS ao desenvolvimento de projetos especiais já apresentou resultados que efetivamente contribuíram para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Estado. Contudo, em se tratando de pesquisa científica, nem sempre é possível obter resultado a curto prazo. Porém o funda-

mental é que se logre fixar certos segmentos que garantam continuidade e dinamismo ao desenvolvimento, abrindo-se perspectivas futuras.

Para 1986, está programada a continuidade, entre outros, dos seguintes projetos especiais: Laboratório de Desenvolvimento do Centro de Biotecnologia; e Subsistema de Informação Científica e Tecnológica (rede de microcomputadores).

2.17.5 — SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO TÉCNICA E ESTATÍSTICA — (SEITE)

Criado em 1975, o SEITE, com sua estrutura de 120 órgãos agrupados por atividades afins em 18 núcleos completou, em 1983, o trabalho de estruturação da rede de informantes nas prefeituras do Interior do Estado.

As associações de municípios, foram visitadas, uma a uma, através de reuniões mensais, tendo os prefeitos indicado representantes em 220 municípios dos 232 existentes, na época, no Estado. Esse trabalho faz parte do programa de Interiorização do SEITE e se completa com a participação das instituições de ensino superior no Interior do Estado, as quais atuam juntamente com as prefeituras na execução de trabalhos de pesquisa.

Além de prestar informações que não estão disponíveis nos agentes setoriais da Capital, a rede de informações do Interior participou em trabalhos especiais, tais como: Pesquisa de Equipamentos Públicos Urbanos da Sede dos Municípios; Evolução do Custo do Cesto de Produtos Básicos no Município de Bagé e Levantamento Cadastral do Comércio e da Indústria de Santo Ângelo.

A FEE, como órgão operacional, executou a coleta, o armazenamento e a divulgação das informações provenientes dos agentes setoriais do SEITE.

Foram realizadas reuniões com cada um dos 18 núcleos, com o objetivo de orientar os representantes de cada órgão para o fornecimento das informações necessárias à elaboração da matriz de oferta e demanda de informações do SEITE. Foi assunto também dessas reuniões a assinatura de um Termo de Colaboração entre a FEE e cada um dos participantes.

Como veículos de divulgação de informações da área técnico-estatística entre os órgãos que compõem o SEITE, foram editados: Análise Estatística; Planejamento Municipal e Cooperativismo e Interiorização do Ensino Superior no Rio Grande do Sul.

Em 1984, o processo de manutenção do sistema deu-se pela própria utilização das informações provenientes dos órgãos que fazem parte do SEITE.

A Secretaria Executiva realizou uma pesquisa para levantar as publicações editadas por cada órgão e a tecnologia utilizada no armazenamento das informações, ocasião em que foram feitos contatos com todos os órgãos que integram o Sistema.

No Interior do Estado, foram realizados trabalhos de pesquisa junto com as instituições de ensino superior, tais como: Levantamento Cadastral do Comércio e Indústria de Santana do Livramento; Qualidade do Ensino Superior com o Cen-

tro de Ensino Superior da Associação Santanense Pró-Ensino Superior de Santana do Livramento; e Levantamento Cadastral do Comércio e Indústria de Passo Fundo.

Foram ainda editados três números da Revista do SEITE: Assistência Médica; Habitação e Pecuária Leiteira. Encontra-se em fase de impressão o número referente a Finanças Municipais.

O SEITE e a FEE, com o apoio operacional da PROCERGS, iniciaram a implantação do Banco de Dados Sócio-Econômicos, atendendo, assim, a uma antiga reivindicação dos que participam do Sistema. Atualmente em fase de implantação, representa uma realidade em termos de armazenagem de informações.

2.17.6 — SISTEMA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS (SEPED)

O SEPED, criado pelo Decreto n.º 29.474, de 02.01.80, é o órgão encarregado de coordenar as atividades de processamento eletrônico de dados no âmbito das *Administrações Direta e Indireta e das Fundações do Estado*.

Ao longo do triênio 1983-85, o SEPED teve parte de suas atividades dirigidas à avaliação de processos.

Com tal fim, o SEPED emitiu pareceres sobre aquisição e aluguel de equipamentos e programas, e contratação de serviços e recursos. Tramitaram pela *Secretaria Executiva do SEPED* processos originários da *Secretaria da Fazenda, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, Cia. Estadual de Energia Elétrica, Cia. Riograndense de Mineração, Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação de Ciência e Tecnologia, Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul, Bannisul Processamento de Dados, Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Cia. União de Seguros Gerais, Cia. Rio-grandense de Saneamento, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, Fundação de Economia e Estatística, Fundação Metropolitana de Planejamento, Procuradoria Geral da Justiça, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Indústria e Comércio e outros.*

A elaboração de uma política de informática para o Estado tem sido outra preocupação do SEPED. O contínuo processo de evolução do setor de informática pressupõe a necessidade de elaboração de uma política de informática condizente com as diretrizes do Governo para a coordenação do setor. Durante o segundo semestre de 1985, o SEPED realizou estudos do setor com vistas à elaboração de tal política.

Em julho de 1985, foi realizado o 1.º Encontro de Processamento de Dados do SEPED, com a participação de membros da Central do Sistema, da Comissão de Coordenação, além de outros convidados.

2.18 — ADMINISTRAÇÃO

2.18.1 — SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SEA)

Na Administração Pública Estadual, a SEA tem a seu encargo a elaboração e a execução da política de pessoal, da política oficial dos transportes e dos serviços gerais, bem como a supervisão da previdência e da assistência social ao servidor público, dos serviços gráficos e do desenvolvimento de recursos humanos.

Durante o período 1983-85, entre as medidas adotadas de valorização do servidor, procurou-se estabelecer uma política salarial uniforme que estimulasse a profissionalização e o desenvolvimento do servidor público estadual. Como forma de diminuir as diferenças salariais entre funções semelhantes e de assegurar melhores vencimentos ao funcionalismo, foi estendida a Gratificação de Incentivo à Arrecadação (GIA) (40%) à quase totalidade dos órgãos e quadros, inclusive contratados, tanto na Administração Direta como na Indireta. Com o mesmo objetivo, criou-se a Gratificação de Representação (30% ou 60%) e passou-se a estender essa vantagem, estudando caso a caso, aos quadros e órgãos cujos funcionários já vinham percebendo a GIA e não contavam com a Gratificação de Representação. Uma vez garantido um patamar razoável de remuneração, dentro de uma uniformidade de critérios, pretende-se propor a incorporação, a título de vencimento básico, das vantagens acima referidas.

Somando-se a GIA, a Gratificação de Representação e os aumentos semestrais concedidos ao funcionalismo no período em referência, atingiu-se o percentual de 2.383%, quando o aumento acumulado do salário mínimo, no mesmo período, foi de 1.725%.

Para o magistério estadual, assegurou-se, também, um padrão de vencimentos compatível através de estudos e diálogo com seus representantes. Respeitando as peculiaridades dos quadros do magistério, continuou-se buscando a melhor forma de remuneração aos professores através de índices multiplicadores baseados no salário mínimo, estabelecendo índices com crescimento gradativo, de forma a se chegar a 2,5 salários mínimos em novembro de 1986 para o inicial de carreira e correspondendo a 20 horas semanais de atividade.

Outra forma de estímulo ao exercício do magistério foi a criação da gratificação de difícil acesso, através da Lei nº 8.000/85, sendo que os critérios de classificação das escolas obedecerão ao que dispõe o Decreto nº 32.009/83.

Já a partir de novembro/85, estabeleceu-se a semestralidade plena a todo o funcionalismo estadual, cujos percentuais de aumento serão de acordo com o INPC.

Além das vantagens acima, passou-se de 22 para 44 horas semanais o regime de carga horária dos funcionários de nível superior do Quadro Geral (Lei nº

7.830/83); concedeu-se o direito ao funcionário público estadual de incorporar gratificação quando ainda em atividade (Lei nº 7.872/83), resultando em 1.221 incorporações até dezembro/85; passou-se para o regime de triênios os quadros de pessoal que adotavam o sistema de quinquênios, com exceção da Polícia Civil e Militar e dos Serviços Penitenciários, unificando-se também a contagem de tempo para este benefício (Lei nº 7.894/84); o cálculo do adicional de insalubridade passou a ser feito sobre o respectivo vencimento básico das diferentes categorias funcionais e não mais pelo salário mínimo regional, estendendo-se esse benefício a todos os quadros do funcionalismo estadual (Lei nº 8.005/85); as servidoras públicas, mães de excepcionais em tratamento, com carga horária igual ou superior a 44 horas semanais, passaram a ter direito de se afastarem da repartição durante um dos turnos (Lei nº 7.868/83); eliminaram-se injustiças ao estabelecer-se que nenhum pensionista do IPE receba menos do que o valor atribuído ao padrão inicial do Quadro Geral (Lei nº 7.810/83).

Visando à unificação do regime jurídico de trabalho criou-se a opção para o servidor CLT, extranumerário e contratado estatutário, de passar a exercer cargo público em regime estatutário, desde que conte com 10 anos de serviço público (Leis nºs 7.974 e 7.976/85). Além das 1.487 efetivações no atual período — referentes à Lei nº 7.833/83 — já estão habilitados a se efetivarem, pela legislação atual, 9.350 servidores, cujos cargos foram criados através das Leis nºs 8.058/85 e 8.060/85; com o objetivo de unificar a legislação de pessoal, de forma abrangente, foram concluídos os estudos, em julho/85, realizados através de comissão intersecretarial, onde são tratados o sistema de carreira, vencimentos e vantagens, regime de trabalho e promoções, trabalho este correspondente à primeira fase e que se encontra em exame por parte do Conselho de Política Salarial.

Ao encerrar o exercício de 1985, o atual Governo concedeu, na Administração Direta, 100 mil triênios e avanços, 8.250 gratificações adicionais, 2.785 adicionais de insalubridade, 25.881 licenças-prêmio, 24.944 promoções e 25.648 alterações de níveis.

Registraram-se 251 admissões, 12.699 nomeações (basicamente magistério), 1.606 exonerações, 603 falecimentos no pessoal ativo e 11.500 aposentadorias.

Na área de recrutamento de pessoal, conforme orientação governamental, tanto a Administração Direta como a Indireta passaram a admitir pessoal somente através de concurso ou prova de seleção, resultando na realização de 17 concursos e 283 provas de seleção com um total de 42.145 inscritos na Administração Direta e 77.714 na Administração Indireta.

Nas atividades de treinamento, a SEA possibilitou treinamento para 189 funcionários, tendo como principal objetivo capacitar o servidor para as mudanças que têm se processado, em decorrência da modernização em sua organização, nas rotinas de trabalho e na tecnologia adotada.

Procedeu-se a um completo levantamento e diagnóstico da força de trabalho da Administração Direta, abrangendo a força de trabalho existente, as necessidades de recursos humanos, criação de cargos, de treinamento e disponibilidade para o remanejamento. Esse trabalho terá o seu prosseguimento, no que tange à operacionalização, assim que houver disponibilidade de recursos.

Ativou-se, através do Banco de Dados de Pessoal: a concessão automática de vantagens; o acesso, através de terminais, às informações do Banco por parte das

Secretarias, do Tribunal de Justiça, da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, este para fins de fiscalização; e a emissão de certidões de tempo de serviço para fins de aposentadorias no Estado, (Lei nº 7.913/84). No que concerne ao trâmite de processos, implantou-se um sistema de controle por meio de computação que veio facilitar significativamente o registro e a rapidez na obtenção de informações.

Quanto ao transporte oficial, no período de 1983/85, várias medidas foram tomadas, visando não só ao controle da frota de veículos do Poder Executivo, mas também, à diminuição de custos no consumo de combustível.

A SEA, através da Superintendência dos Transportes do Estado do RS (SUTERGS), mediante o controle de cotamento de combustível, atingiu 58 órgãos da Administração Estadual, no período 1983/85, possibilitando uma economia de Cr\$ 118 bilhões, a preços atuais, representados pela redução de 10.393 mil litros de gasolina, 20.758 mil litros de óleo Diesel e 27.760 mil toneladas de "fuel-oil".

No triênio em referência, a SUTERGS transferiu as suas instalações de abastecimento para a *Av. Ipiranga*, medida que veio proporcionar um aumento da capacidade de tancagem das bombas de 65 mil para 110 mil litros de combustível. Isso possibilitou o aumento de 31 para 38 órgãos públicos estaduais atendidos naquele posto, proporcionando, dessa forma, uma redução de despesas ao Estado, com a aquisição de combustíveis na ordem de Cr\$ 1,5 bilhão a preços de dezembro/85.

Por outro lado, dentro de uma racionalização mais efetiva no uso dos veículos públicos, foram tomadas algumas medidas que reduziram em 10% o número da frota de carros do Poder Executivo. No período analisado, regularizou-se o cadastramento de 712 viaturas, registrou-se 622 aquisições e procedeu-se a desativação de 1.228 veículos, totalizando uma frota de 5.624 viaturas.

As atividades desenvolvidas no Centro Administrativo do Estado (CAERGS) exigiram melhorias nas condições de infra-estrutura, ensejando uma racionalização do uso das dependências do CAERGS, passando a contar com áreas de estacionamento totalmente asfaltadas e equipamentos para sala de reuniões. Registrase também, a instalação de uma farmácia do IPE nas dependências do Centro, facilitando a aquisição de medicamentos pelos funcionários.

Conforme as diretrizes traçadas pelo Decreto nº 32.049/85, passou-se a reordenar toda a atividade dos serviços gráficos da Administração Direta e Indireta, buscando a centralização desses serviços na Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG) com a desativação de órgãos paralelos, possibilitando, assim, mais competitividade com a iniciativa privada na confecção dos serviços gráficos da Administração Pública Estadual.

A SEA, além das atividades da Administração Pública Estadual, prestou, nesses últimos três anos, sua colaboração a 21 municípios, através de assessoramento técnico, elaborando trabalhos de classificação de cargos e funções, de estatutos de funcionários públicos municipais e de reorganização administrativa.

2.18.2 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

A CORAG tem como missão “atender às necessidades do ramo gráfico na Administração Pública Estadual”. Assim, suas atividades voltam-se primordialmente para a edição e impressão do Caderno do Governo do Estado, do Diário da Justiça e componentes do Diário Oficial do Estado e para a confecção de separatas, informativos, impressos em geral, revistas e livros, inclusive didáticos.

Em que pese as dificuldades conjunturais existentes em vista da instabilidade da economia nacional, a CORAG conseguiu atingir seus objetivos no período 1983/85, através de um desempenho crescente.

O resultado operacional, tanto industrial como financeiro, foi de crescimento real, ultrapassando, em alguns casos, as metas programadas.

A CORAG, durante esse triênio, procurou sempre cumprir as metas traçadas principalmente no que se refere ao atendimento exclusivo das necessidades gráficas da Administração Pública, buscando, cada vez mais, a centralização desses serviços.

No período 1983-85, o parque gráfico da CORAG sofreu algumas modificações para melhor. Foram elaborados alguns projetos visando à maior eficiência e agilização da produção, racionalização dos serviços e conseqüente redução dos custos.

Considerando a produção diversificada da empresa, entre os serviços de rotina executados nesse triênio, pode-se destacar a impressão de 6,5 milhões de exemplares do Diário Oficial do Estado; 710 mil exemplares do Diário da Assembléia Legislativa; 12,5 milhões de exemplares de jornais particulares; 1,4 milhão de exemplares de Separatas de deputados; 680 mil exemplares de revistas técnicas e científicas; 526 mil exemplares de livros técnicos e científicos; 176,5 milhões de unidades de impressos em geral; 1,5 milhão de unidades de cadernos escolares; 11,2 milhões de centímetros coluna de inserções no Diário Oficial do Estado.

Com o propósito de atender melhor aos órgãos estaduais e ao público em geral, foi criado, nesse período, um posto avançado localizado no CAERGS que tem por finalidade o recebimento de matéria a ser publicada e a venda de leis, decretos, livros, exemplares avulsos do Diário Oficial e outros produtos.

Dentro do mesmo espírito, foi transferida a CORAG Loja Centro, localizada na Rua dos Andradas, para a Rua Caldas Júnior, em instalações mais amplas.

Buscando cumprir sua função social, a CORAG, entregou ao Governo do Estado, 1,5 milhão de cadernos escolares para serem distribuídos entre menores carentes.

Quanto aos projetos para 1986, a CORAG seguirá a mesma linha de ação dos anos anteriores no tocante à produção do seu parque gráfico.

Com relação às atividades administrativas, será implantado, em 1986, um Centro de Processamento de Dados (CPD) e um sistema de microfilmagem, visando a modernizar e a capacitar a área administrativa para atender à demanda de serviços da empresa.

2.18.3 — FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A FDRH, coerente com o Programa de Governo, que coloca o homem como princípio e fim do processo de desenvolvimento, concebeu sua programação através de um trabalho participativo com a comunidade, à qual pretendeu beneficiar. Deu prioridade à melhoria das organizações públicas e ao aprimoramento do nível técnico e profissional do elemento humano componente dos quadros da Administração Direta e Indireta do Estado.

Nos últimos três anos, foram treinados pela Fundação 39.427 servidores, sendo que, destes, 35.621 (90,3%) são servidores públicos. As atividades de consultoria abrangeram 40.615 horas de trabalho, sendo que 32.337 (79,6%) dessas foram dedicadas à administração pública. Como se pode verificar, a FDRH, apesar de não ter dado ênfase, também não descurou de seu compromisso com a área privada, pois considera o Estado como um grande "campus", onde todas as capacidades devem ser incentivadas e apoiadas.

Cumprindo a intenção claramente manifesta pelo Governo de interiorizar suas ações, a Fundação direcionou grande parte de sua programação às cidades situadas fora da Capital. Foram realizados 174 cursos ou seminários, atingindo 17.961 treinandos, o que representa 45,6% e 38 consultorias, abrangendo 17,6% das horas trabalhadas.

Visando a fortalecer os sistemas da administração pública e na tentativa de ajustar os programas de desenvolvimento de recursos humanos às estruturas existentes, preparando pessoal especializado para impulsioná-los, foi dado prosseguimento ao projeto de implementação dos Núcleos de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Apesar da falta de amparo legal aos mesmos, seus integrantes executaram várias atividades de diagnóstico de necessidades de treinamento, acompanhamento dos cursos realizados e avaliação pós-treinamento — quanto ao desempenho dos treinandos em seu local de trabalho. Foram concluídos dois cursos de pós-graduação em Desenvolvimento de Recursos Humanos, destinados aos integrantes desses Núcleos, com o propósito de fazer com que venham a ser agentes de desenvolvimento em suas organizações.

Cabe, também destacar a ação da FDRH na área do ensino, através de dois programas: Programa de Ciências e Programa de Educação Geral. Nesse período, através desses dois Programas, foram treinados 70,2% do universo dos treinandos. O Programa de Ciências do Rio Grande do Sul é dirigido aos professores de Ciências e Matemática. Ofertou cursos com inscrição livre, desenvolvidos nos períodos de férias, e atendeu aos pedidos feitos por escolas, delegacias de educação, Secretaria de Educação, universidades do Estado ou instituições de outros estados do Brasil, predominando o atendimento ao interior do Rio Grande do Sul. O Programa de Educação Geral preocupou-se com o atendimento aos supervisores, orientadores, diretores e, principalmente, professores das mais diversas áreas, através de cursos, encontros, seminários e outros eventos sobre planejamento, técnicas de ensino, avaliação, língua portuguesa, alfabetização, currículo, etc.

Foram realizados 34 seminários sobre o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, com a participação de 9.935 professores da rede estadual de ensino, em 34 municípios, através de contrato assinado com a SEC.

Em encarte especial na Revista Executivo, a FDRH deu a conhecer o Decreto nº 31.381 que instituiu o Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e a programação a ser desenvolvida pelo Estado.

No que concerne a cursos de especialização, a Fundação desenvolveu, no período, 23 projetos de pós-graduação nas áreas de Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Administração Agroindustrial, Administração Pública, Planejamento Regional e Desenvolvimento Rural, Planejamento Governamental, Análise de Sistemas Administrativos, Avaliação Educacional e Psicologia Criminal.

Com a finalidade de divulgar e manter a administração pública informada sobre as ordens de serviço emanadas do Governador do Estado, a Revista Executivo, publicada pela Fundação, apresentou, em encarte especial, 61 dessas ordens.

No que diz respeito à elaboração de estudos e programas de consultoria, foram desenvolvidos 68 projetos para a administração pública e 37 para a administração privada.

Na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos, foram realizados 53 trabalhos relacionados a sistemas administrativos, educacionais, industriais, agrícolas e de informática, tanto para o setor público como para o privado.

2.19 — PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO- -HOSPITALAR

2.19.1 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

O IPERGS dentro de seu propósito de melhorar os benefícios prestados aos seus segurados, tomou no período 1983-85 algumas medidas de alto cunho social na área previdenciária, dentre as quais se destaca o estabelecimento de pensão mínima. Através da Lei nº 7.810/83, foram beneficiados aproximadamente 13 mil pensionistas, que passaram a perceber uma pensão equivalente ao padrão inicial da tabela do Quadro Geral dos Funcionários Públicos Civis do Estado, corrigindo disparidades existentes, bem como ajustando automaticamente os valores monetários das pensões quando do reajuste salarial dos servidores públicos estaduais. Outra medida relevante nesta área foi a diminuição do valor monetário de participação dos pensionistas no custeio dos serviços complementares.

Através de delegacias, agências e postos de serviços, descentralizou-se o atendimento aos beneficiários, proporcionando uma maior integração de toda estrutura administrativa do Instituto no Interior e Capital, dentro de uma linguagem comum e dinâmica.

Novos pontos de atendimento aos beneficiários do Instituto foram instalados, a saber, a delegacia de Cachoeira do Sul, o posto de serviço no município de Maximiliano de Almeida e uma farmácia no Centro Administrativo do Estado.

No âmbito do atendimento habitacional, cabe destacar a atualização da dívida do Instituto junto ao Banco Nacional da Habitação (BNH), ao qual, na oportunidade (julho/83), foi aportada a importância de aproximadamente Cr\$ 3,64 bilhões, estando as prestações mensais posteriores rigorosamente em dia. Instituiu-se também o financiamento da casa própria, terrenos e apartamentos no valor de até 2.500 UPCs, com recursos próprios. Foi ainda criado um sistema de financiamento habitacional aos segurados de menor renda, que prevê financiamentos de até 1.100 UPCs, utilizando-se de dotações orçamentárias próprias. Este tipo de financiamento permite uma maior flexibilidade nos prazos de financiamentos (até 30 anos), oferecendo menores taxas de juros e utilização da Tabela Price.

Nos diversos planos habitacionais, foram concedidos 983 financiamentos, atingindo um montante de Cr\$ 13,37 bilhões.

Foram criadas, ainda, oportunidades que permitiram aos mutuários em atraso a obtenção de empréstimos para atualização de sua dívida. Esta modalidade de empréstimo beneficiou 581 mutuários que puderam colocar em dia suas prestações habitacionais mediante um empréstimo (operação integrada) segundo suas possibilidades financeiras.

Outra medida tomada foi a atualização dos valores unitários de concessão de empréstimos, tornando-os mais compatíveis com as condições de mercado e com as disponibilidades internas, sendo concedidos no período 40.642 empréstimos, representando um desembolso de Cr\$ 7,4 bilhões. No tocante às fianças de aluguel, foram proporcionadas 8.704 fianças.

Visando a buscar recursos para melhorar os seus serviços e benefícios, o IPERGS adotou uma política de otimizar as suas disponibilidades financeiras, originando uma receita extra de Cr\$ 21 bilhões.

No tocante à assistência médico-hospitalar prestada aos seus beneficiários, foram tomadas relevantes medidas, tais como: a inclusão de novos procedimentos até então não cobertos pelo Plano de Assistência Médica que veio dar uma nova abrangência ao mesmo; o Cadastramento Universal dos Odontólogos, permitindo dessa forma que todo o profissional da área, habilitado ao exercício da profissão, possa atender aos beneficiários do IPERGS, representando uma medida de grande impacto social para a massa atingida pela Autarquia; credenciamento de serviços especializados no Interior; facilitando o atendimento dos segurados e seus dependentes, evitando o seu deslocamento até a Capital do Estado; nova classificação dos segurados do Instituto, instituindo nova categoria, redistribuindo-os dessa forma em novos patamares, beneficiando os segurados de menor poder aquisitivo.

Paralelamente às medidas preconizadas acima, foi implantado um novo sistema de controle médico-hospitalar, simplificando as rotinas administrativas e o aperfeiçoamento da sistemática de controle das contas médicas, acarretando uma sensível redução de custos para a Autarquia. Com a adoção deste novo sistema, permitiu-se uma redução dos prazos de pagamento dos honorários médicos, passando os mesmos a serem mensais e regulares em todo o Estado.

Finalmente, enfatiza-se a universalização do atendimento médico-hospitalar, tendo sido credenciados no período 1.058 médicos, representando um incremento de 20,6% sobre o total de profissionais credenciados até então, o que demonstra a preocupação da atual administração em oportunizar aos seus beneficiários um maior número de profissionais à sua disposição e, em especial, aos do Interior do Estado. Ainda no âmbito assistencial, destacam-se os 4,25 milhões de atendimentos que foram efetuados pela rede de farmácias próprias, na aquisição de medicamentos a preços mais reduzidos.

Na parte referente aos planos facultativos oferecidos aos segurados, destaca-se a aceitação do Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES), com a inscrição de 22.463 segurados, totalizando, até a presente data, 28.312 inscritos, somando um total de mais de 50.000 beneficiários abrigados pelo referido Plano.

O Plano de Assistência Complementar (PAC) tem recebido excelente aceitação por parte dos segurados, principalmente nas inscrições de filhos e designados, com um incremento de 1.628 dependentes no período, registrando até então um total de 12.856 dependentes inscritos no Plano.

Dentre as ações previstas para o exercício de 1986, destaca-se o reinício das obras dos condomínios paralisados. Para tanto, foi incluído no orçamento da Autarquia para o exercício de 1986 uma verba específica no montante de Cr\$ 20 bilhões.

Registra-se, ainda, a implantação do Plano Complementar de Pensão visando à complementação da pensão legada aos dependentes dos segurados da Autarquia.

Encontra-se em fase final de decisão a implantação de representações em 85 municípios não servidos por delegacias, agências ou postos de serviço, estendendo praticamente a todo o Estado atendimento local aos seus beneficiários.

Destaca-se também a construção da Agência de Encruzilhada do Sul, com uma área total de 300 m² e custo aproximado de Cr\$ 700 milhões.

Finalmente, ressalta-se que, com a solidificação da implantação do Projeto Hortigranjeiro, ter-se-á, a partir do próximo ano, uma produção de 2 toneladas de hortigranjeiros por mês.

2.20 — PROCESSAMENTO DE DADOS

2.20.1 — COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

As ações da PROCERGS se orientam através dos seguintes objetivos: trabalhar em estrita consonância com as diretrizes do governo do Estado; administrar a atuação da PROCERGS como empresa organizada, capacitada e com desempenho econômico-financeiro equilibrado. Acima de tudo, deverá responder pela prestação de um bom serviço a seus clientes.

Esta filosofia norteou o desempenho e realizações da PROCERGS no período 1983-85. Em que pesem as dificuldades conjunturais, não foram medidos sacrifícios no sentido de contribuir com o esforço do Governo para reduzir o desequilíbrio das finanças estaduais e cooperar para o plano de desenvolvimento do Estado.

Sob esses enfoques, a PROCERGS vem atuando como agente capaz de contribuir com serviços e sistemas voltados para a atividade-fim dos clientes, que acelerem os ingressos e que também reduzam os custos da administração pública.

No período 1983-85, a PROCERGS manteve e desenvolveu significativo trabalho, executando serviços de processamento de dados, assessoramento técnico e treinamento em informática para praticamente todos os órgãos das Administrações Direta e Indireta do Estado, funcionando a empresa ininterruptamente 24 horas por dia, os 365 dias do ano.

Por ocasião dos seminários de Processamento de Dados para a administração pública estadual, foram apresentadas as mais modernas técnicas e produtos disponíveis para o apoio a essa mesma administração na área de sistemas de informações, inclusive com demonstrações práticas dessas técnicas e de vários sistemas implantados.

A PROCERGS tem colocado à disposição dos seus usuários as soluções mais otimizadas, apoiando-se em elevado padrão de tecnologia e realizando constantes pesquisas e investimentos na área de processamento de dados. Sob a coordenação da Secretaria da Fazenda, vem contribuindo significativamente na dinamização dos serviços públicos, utilizando a informática como elemento importante na redução da burocracia e melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Na PROCERGS, a tecnologia tem representado fator estratégico, colocando à disposição dos usuários soluções apoiadas nas mais modernas tecnologias existentes na área de processamento de dados, exigindo constantes pesquisas e investimentos. Em 1983, foi ampliada a difusão e a aplicação das tecnologias de banco

de dados e teleprocessamento que, em conjunto com a implantação de ambiente de desenvolvimento de quarta geração, permitiu consolidar e estender a utilização de banco de dados e teleprocessamento a grande parte das aplicações. Nesse período, os investimentos em tecnologia atingiram Cr\$ 141,6 milhões.

Das realizações do exercício 1983 destacam-se a implantação dos projetos: Controle de Acompanhamento de Processos do 2.º Grau; Jurisprudência; Acompanhamento e Controle de Menores; Notas de Expediente; Interiorização do Sistema de Justiça na Comarca de Novo Hamburgo; Ampliação do Banco de Dados da Caixa, com a Instalação de Terminais para Informações de Saldos e Extratos de Conta Corrente e Poupança.

Em 1984, a Companhia desenvolveu e implantou inúmeros sistemas tais como: Controle de Mandados; Interiorização do Sistema da Justiça para as Comarcas de Passo Fundo, Caxias e São Leopoldo; Controle e Identificação de Apenados; Sistema de Despachos de Patrulhas; Concessão Automática de Vantagens; Controle de Exportações do Estado; Sistema Financeiro do IPERGS; Legislação; Bônus da Vida.

O cenário de 1985 continuou adverso e refletiu-se significativamente nos fatores estratégicos da empresa: dificuldade de contratação de pessoal, tanto a nível de substituições como de ampliações de quadro, afetando os projetos previstos tanto a nível de clientes como de pesquisa tecnológica; e recursos financeiros escassos para atender a expansão do parque computacional que continuava com capacidade esgotada.

Em que pesem aos fatores adversos decorrentes da conjuntura regional e interna, foram obtidos ganhos significativos, principalmente considerando a necessidade de aprovação governamental para a totalidade das ações administrativas que implicassem em gastos, despesas e investimentos.

Assim, foram efetuadas adequações na programação da PROCERGS, conseguindo-se realizar importantes tarefas, onde se destacam: Automação Bancária para a Caixa; Controle Habitacional e Empréstimos Rurais; Elaboração do Orçamento Anual e Plurianual de Investimentos; Programação Financeira do Estado; Sistema de Veículos Furtados; Sistema de Pessoas Procuradas; Interiorização dos Sistemas Identificação Civil e Criminal, de Veículos e Infrações para Passo Fundo e Santa Maria; Implantação dos Módulos Controle Órgãos Públicos e Gerencial do Sistema de Administração do Faturamento da CORSAN; Sistema Integrado do IPERGS, compreendendo Área Médica e de Serviços; Interiorização do Sistema da Justiça para as Comarcas de Santa Maria, Alegrete e Pelotas; Sistema de Jurados; Sistema de Acompanhamento das Empresas Estatais.

Em termos de tecnologia, face aos investimentos neste item, foi possível cumprir grande parte da programação estabelecida. Foram desenvolvidos e aplicados os projetos que visavam a viabilizar o uso de linhas discadas; armazenamento e críticas de telas em terminais; iniciados estudos referentes aos projetos de processamento distribuído e ligações dos equipamentos BURROUGHS entre si; ligação dos equipamentos IBM entre si; ligação de microcomputadores a equipamentos centrais BURROUGHS e IBM; novas ligações de telex com BURROUGHS; rede estadual de processamento de dados. Foi implantada a atividade de administração de dados, permitindo a elaboração de Plano Diretor de Informática para Brigada Militar, Polícia Civil, CORSAN, COHAB e IPERGS, a partir dos modelos de da-

dos globais. Está sendo desenvolvido método pioneiro para automatizar o projeto de banco de dados, com base nos modelos de dados obtidos.

Para os próximos anos, as condições básicas que deverão sustentar a continuidade da PROCERGS são: essencialidade (buscando a integração das informações da administração pública, descentralizando os serviços; distribuindo o processamento de dados); atender às necessidades-fim relevantes; aproveitamento efetivo da capacidade; simplificação de operações, atualização tecnológica, política de pessoal, comunidade.

Assim definidas as orientações estratégicas para o período que segue, estão programados para os próximos anos planos de ação dos quais se destacam: metodologia para Elaboração de Planos Diretores de Informática; Consultoria e Treinamento de Sistemas e Operações de Computadores; Descentralização do Processamento Mediante Interligação entre os Equipamentos Centrais com Microcomputadores; Programas de Racionalização Interna da PROCERGS.

2.21 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS

2.21.1 — SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS (SDO)

A SDO tem sua linha de atuação voltada para três campos distintos: a elaboração e a implantação do programa de edificações públicas, compreendendo a conservação, a melhoria e a expansão da rede de prédios; a execução do programa de saneamento básico; e a implementação da política de desenvolvimento urbano.

Nessas áreas de ação, foi dada ênfase para o abastecimento de água potável, variável de maior retorno em termos de relação custo/benefício, e também fator de sanidade e, portanto, de melhoria de qualidade de vida. Buscou-se, assim, atingir maior intensidade das áreas cobertas pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), bem como abrir novas frentes através de abertura de poços e açudes, saneamento rural, defesa da Região Metropolitana contra inundações, em especial os Municípios de São Leopoldo, Cachoeirinha e Alvorada.

Também a cargo da SDO está o programa de Açudes e Poços em convênio com a SUDESUL, cujo objetivo é o de promover a captação de águas subterrâneas para população inferior a 750 habitantes. Foram perfurados, no período 1983-85, 462 poços atendendo 369 localidades e beneficiando 92.771 habitantes.

Com relação à atividade edificações públicas, procurou a SDO manter e ampliar o suporte físico às diversas funções da Administração Estadual, notadamente educação, saúde e segurança. Com cerca de 7.500 prédios públicos que devem ser mantidos em condições de operacionalidade compatível a cada função, vem a SDO procurando dar o máximo de objetividade às ações técnicas, criando até mesmo novas metodologias, no sentido de ser obtida maior eficiência em suas ações.

No período 1983-85, foram construídos e/ou ampliados um total de 407 prédios, abrangendo uma área de 129.832 m².

A ordenação do desenvolvimento municipal, através de assistência e assessoramento técnico, seguiu a orientação governamental de promover o desenvolvimento harmônico do Estado, com ênfase no apoio aos municípios de menor porte e aos criados recentemente.

Também tem sido fundamental a atuação dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano e do Litoral, ambos vinculados administrativamente à SDO.

A SDO vem desenvolvendo um trabalho de implementação da política de desenvolvimento urbano e de assistência técnica e administrativa às administrações municipais. Esse apoio aos municípios vai desde a elaboração do Plano Diretor e

pesquisas sócio-econômicas até o plantão de atendimento, resolvendo dúvidas e apresentando soluções a questionamentos e problemas.

A fixação do homem no Interior deverá ser proporcionada pela melhoria de condições das estruturas locais e dos serviços prestados e, ainda, pelas melhores condições de trabalho e ampliação do número de emprego.

Para o exercício de 1986, os serviços a serem desenvolvidos terão seus dados quantitativos elevados, pois entrará em pauta o Projeto Piloto Saneamento Rural, que deverá implantar o Sistema de Abastecimento de Água em pequenas comunidades com população inferior a 2.000 habitantes e no mínimo 200 habitantes, bem como promover a melhoria das condições sanitárias. Esse projeto abrange aproximadamente 300 comunidades e terá a participação ativa da população.

2.21.2 — CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CEDU)

Para apoiar a política de desenvolvimento regional e urbano, o Governo do Estado conta com a atuação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano, cuja responsabilidade abrange todo território estadual, objetivando implementar a diretriz governamental de interiorização do desenvolvimento.

Dentre as atividades desenvolvidas, cita-se a análise da Microrregião 311 — Vinicultora de Caxias do Sul, cujos estudos já estão concluídos, com o objetivo de fortalecer outras regiões do Estado através da desconcentração da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Também deu-se continuidade ao programa especial de cidades de porte médio, com a finalidade de melhorar a infra-estrutura física dos serviços comunitários e dos transportes urbanos, reforçar a base econômica e a geração de empregos e fortalecer as administrações municipais.

Foi, ainda, concluído o programa de pavimentação de baixo custo em áreas urbanas de baixa renda, cujo objetivo é o de pavimentar vias com transporte coletivo em áreas de baixa renda, utilizando solução de baixo custo.

A fim de montar um dispositivo que permitisse o diagnóstico do sistema de transportes urbanos em cidades de porte médio, bem como propor medidas destinadas a equacionar os problemas existentes, foi concluído, em 1983, o estudo sobre o Transporte Urbano.

Ainda na área de transporte, foram realizados: um curso sobre Administração de Sistema de Transporte para técnicos de prefeituras municipais e órgãos estaduais vinculados a transportes urbanos e o levantamento de situação dos transportes urbanos no Rio Grande do Sul, cuja finalidade é a de conhecer os sistemas existentes no Interior do Estado.

No que se refere à assistência técnica aos municípios, foram elaboradas diretrizes e realizados um ciclo de estudos e uma pesquisa com vistas a analisar o processo de assistência técnica para o planejamento urbano e regional e conhecer a situação e real utilização dos instrumentos de planejamento urbano.

Foram também feitos estudos na área de desenvolvimento urbano, III Pólo Petroquímico (para disciplinar o uso do solo da região adjacente), e na área de assentamentos humanos (energia).

2.21.3 — CONSELHO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO LITORAL (CODEL)

O CODEL, desde 1983, vem se empenhando no sentido de concretizar a política de desenvolvimento do litoral do Estado. Dessa forma, procura promover a fixação do homem no campo através de melhores condições de vida e assim evitar a migração para os centros de maior densidade populacional.

No decorrer do triênio, foram elaborados pelo Conselho os fundamentos do Plano para o Desenvolvimento Integrado do Litoral, com destaque para os programas de Recursos Hídricos, Circulação e Transporte, Função Produtora, Disciplina do Uso do Solo e Promoção do Desenvolvimento Urbano, com ênfase especial à área de Tramandaí (utilização de seu potencial hídrico e fixação dos molhes da barra).

2.21.4 — FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é objeto de atenção especial dada sua problemática, tipologia e intensidade de problemas que a diferem das demais regiões do Estado.

Compete à METROPLAN prestar a assistência técnica aos municípios dessa área, bem como elaborar seu respectivo planejamento. Cabe-lhe, ainda, a execução e/ou operacionalidade das determinações da Secretaria Extraordinária da Grande Porto Alegre (SEGPA), elaborando programas e projetos de alcance mais imediato, buscando, também, a captação de recursos para investimentos que visem à consecução das políticas setoriais contidas nas Diretrizes de Ação do Governo do Estado e na Política Urbana Federal para a RMPA.

Entre as atividades desenvolvidas pela METROPLAN, no período 1983-85, destacam-se os estudos das transformações que vêm ocorrendo na RMPA, visando a subsidiar as decisões a elaborar o planejamento de novas ações e o acompanhamento e a organização do sistema operacional de transportes público e privado intermunicipais, beneficiando 10 milhões e 500 mil passageiros por mês.

Resultante dos estudos das transformações que vêm ocorrendo na RMPA, desenvolveram-se ações que encaminharam proposições de: solução de forma integrada do lixo-hospitalar, modelo de código de obras às prefeituras, critérios e diretrizes para o parcelamento do solo; critérios técnico-ambientais para o manejo de recursos hídricos na RMPA; e análise econômico-financeira do Projeto CURA, avaliando os reflexos de suas implantações nos Municípios de Cachoeirinha, Campo Bom e Sapiranga.

O desenvolvimento de estudos complementares ao TRENURB proporcionou medidas para aumentar sua eficiência e conforto, reduzindo o tempo de deslocamento da população usuária em sua área de abrangência. Obras complementares como construção de viadutos, passarelas e pavimentação de vias, com a aplicação de cerca de Cr\$ 78 bilhões, beneficiaram os municípios que estão na rota do trem metropolitano.

A METROPLAN, no triênio, apontou diversas alternativas técnicas de solução para os problemas de limpeza urbana para a Prefeitura de Cachoeirinha, para a criação do Plano Cicloviário para área urbana do Município de Sapiranga e viabilizou a implantação de sistema computadorizado para emissão de guias do Imposto Predial e Territorial Urbano, beneficiando os Municípios de Alvorada e Sapucaia.

Da mesma forma, estudos realizados na METROPLAN indicaram alternativas para utilização da área de cerca de 640 ha das Fazendas Nazario e Guajuviras, em Canoas, para fins de estabelecimento de núcleo habitacional.

Por solicitação da Secretaria Extraordinária da Grande Porto Alegre, foram desenvolvidos estudos para regularização de vilas e destinados recursos às prefeituras correspondentes para efetivação de ações expropriatórias com a finalidade de reassentamento das famílias.

Constituíram-se também em ações importantes desenvolvidas pela Fundação o acompanhamento dos projetos finais de Implantação do Aeromóvel até a Praça da Alfândega e a efetivação do Programa de Atendimento Hospitalar, que proporcionou condições para a administração dos hospitais de Alvorada e de Cachoeirinha, mediante convênio com a SSMA, abrangendo uma área construída de 2.800 m² e 59 leitos e o atendimento em quatro especialidades de medicina para cada município.

Resta mencionar os estudos na área de saneamento, onde se destacam o Projeto Piloto de Saneamento de Vilas Populares e o Estudo de Viabilidade de Tratamento Conjugado de Esgotos e dos Curtumes do Município de Estância Velha.

2.22 — GABINETE DO GOVERNADOR

2.22.1 — SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

A Casa Civil, órgão integrante do Gabinete do Governador, tem a atribuição de prestar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado nos assuntos pertinentes à administração civil estadual, coordenando e promovendo a divulgação de atos e atividades governamentais.

Destacam-se, entre os trabalhos realizados pela Casa Civil no período 1983-85, audiências periódicas concedidas a autoridades e ao público em geral, introduzindo, dessa forma, uma rotina de trabalho que tornou acessível aos pretendentes à solução de problemas pessoais o relacionamento direto entre o povo e o Governo, modalidade esta que proporcionou o atendimento de 9.998 pessoas.

Com referência ao assessoramento jurídico e legislativo, foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 678 projetos de lei e 153 vetos; redigidos 1.049 decretos e editadas 66 ordens de serviço; exame e promoções em 10.126 processos administrativos; e elaboração de 2.677 ofícios.

No que respeita ao assessoramento sobre as atividades que envolvem relacionamento com o Interior do Estado, foram promovidas, com a presença do Governador do Estado, 949 audiências no Palácio e 206 em viagens, nas quais foram ouvidos prefeitos e lideranças, totalizando 1.155 encontros.

Realizaram-se, ainda, viagens ao Interior, durante as quais foram visitados 219 municípios, quando foram mantidos contatos com lideranças.

Relativamente ao assessoramento administrativo, destacam-se a revisão de processos e o exame de atos de natureza administrativa, oriundos dos diversos órgãos da administração estadual.

Foram, ainda, lavradas 66 atas de transmissão e reassunção do cargo de Governador do Estado e atendidos 196 pedidos de informações solicitadas pela Assembléia Legislativa.

A execução do Plano de Subvenções e Auxílios para distribuição a entidades de natureza assistencial, desportiva, cultural e classistas e, ainda, a municípios e estudantes exigiu a soma de Cr\$ 6,6 bilhões no período.

As Representações do Estado em Brasília e no Rio de Janeiro, coerentes com a disposição governamental de dinamizar esses setores, procederam à reformulação de seus serviços, buscando uma adaptação que possibilite o cumprimento, com maior objetividade, eficiência e economia, das finalidades para as quais fo-

ram criadas, particularmente no que se refere ao acompanhamento e à atuação em procedimentos e assuntos do interesse do Estado junto às autoridades e órgãos federais, nos diferentes poderes, proporcionando maior e mais eficaz assistência na divulgação das potencialidades do Estado, criando possibilidades de relacionamento e participação no setor privado nos mercados estaduais. A Representação no Estado de São Paulo foi extinta pelo Decreto nº 31.182, de 29.6.83, por não ser do interesse do Estado a manter sua continuidade.

No Cerimonial, as atividades desenvolvidas não se restringiram apenas aos eventos realizados no âmbito do Palácio Piratini, mas também abrangeram cerimônias efetuadas pelos órgãos do Governo, imprimindo aos acontecimentos um caráter funcional, primando pela simplicidade, discrição e austeridade, tendo estado presente em 868 eventos.

2.22.2 — CASA MILITAR/COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

As atividades da Casa Militar objetivam os aspectos de segurança, comunicações, transporte e cerimonial militar e são executadas em sintonia com os demais órgãos que compõem o Gabinete do Governador.

A Subchefia de Defesa Civil, integrante da Casa Militar, fica afeta à Secretaria Executiva da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), haja vista sua missão estar voltada para a comunidade em geral e para os municípios.

Nos três últimos anos, o Rio Grande do Sul tem vivido situações dramáticas, em razão de eventos climáticos adversos que têm assolado praticamente todo o seu território.

Ano a ano, o Estado tem sido atingido por excepcionais precipitações de granizo, dois vendavais, enchentes e prolongadas estiagens. Esses eventos causaram, além de enormes dificuldades à vida de apreciável parte da comunidade gaúcha, prejuízos imediatos e danos, a médio e longo prazos, à economia do Rio Grande do Sul.

Em 1983, visando a minorar esses efeitos, foi desencadeada a primeira Campanha da Solidariedade que, com o apoio da comunidade, inclusive ultrapassando as fronteiras do Rio Grande, e ampla divulgação pelos veículos de comunicação de massa, arrecadou auxílios em alimentos, roupas e dinheiro. Foram então atendidos 67 mil desabrigados, distribuídos em 191 municípios do Estado.

Após o encerramento da Campanha da Solidariedade, foi nomeada uma Comissão de Reconstrução que resultou num Grupo de Trabalho Especial (GTE), o qual coordenou a reconstrução e recuperação das habitações de pessoas de baixa renda atingidas pelos eventos mencionados.

Naquela época, em auxílio aos flagelados, a comunidade aportou a soma de Cr\$ 407,8 milhões.

Da mesma forma, em função dos relatórios e da ação governamental, o Governo Federal destinou ao Rio Grande do Sul a importância de Cr\$ 14,0 bilhões, dos quais Cr\$ 5,4 bilhões foram para a realização de obras a cargo do Governo

Federal. O Estado, através da CEDEC, repassou Cr\$ 2,7 bilhões aos municípios atingidos.

Ainda naquele exercício, foi dado ênfase à criação, organização e dinamização das Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDEC) que, em número de 231, na sua grande maioria não estavam organizadas.

E, quando em 1984 novamente o Rio Grande do Sul foi atingido por fenômenos climáticos adversos, sofrendo prejuízos gerais em sua economia, estimados em Cr\$ 270 bilhões, o número de flagelados foi reduzido em 50%, fruto de trabalho persistente e continuado da CEDEC junto às COMDECs.

Naquela ocasião, a segunda Campanha da Solidariedade tornou possível a construção de 204 casas e a reconstrução de mais de uma centena de moradias devastadas pelos vendavais e enchentes.

Constituiu-se também em objetivo básico e permanente da CEDEC dar a conhecer à população as atividades de defesa civil e sua importância para a autoproteção. Assim, tem sido feito um esforço intenso para introduzir os assuntos de defesa civil nos currículos da rede oficial de ensino de 1º e 2º graus, em abordagem interdisciplinar, paralelamente à capacitação dos COMDECs.

Com essa finalidade, realizam-se encontros e simpósios de treinamento com Secretários Municipais de Educação, Delegados de Educação, professores estaduais e municipais, tanto em Porto Alegre como no Interior do Estado.

Continua em atividade o grupo de trabalho, junto à Secretaria de Educação e Cultura, que prepara proposta ao Conselho Estadual de Educação, visando a sistematizar o ensino de defesa civil de uma forma oficializada.

Por outro lado, procurou-se concentrar esforços na atividade de organização e dinamização das COMDECs, eis que a base da estrutura de defesa civil está no município, por ser sua comunidade a primeira a sofrer o impacto do evento adverso e seus respectivos efeitos. Para tanto, foram realizados vários encontros de defesa civil e palestras junto aos municípios em geral.

Cabe ressaltar a realização do Encontro de Comissões Municipais de Defesa Civil em setembro de 1985, em Tramandai, que contou com a participação de lideranças dos mais diversos segmentos da comunidade gaúcha, além de representantes de 17 unidades da Federação.

Com base no estudo "Previsão de Cheias do Rio Uruguai/Regulamentação do Uso de Áreas Inundáveis" elaborado pelo Conselho de Recursos Hídricos da Secretaria de Coordenação e Planejamento, encontra-se em sua 2ª fase de implantação um projeto que visa ao alerta ou alarme das comunidades face a enchentes futuras.

Tal projeto foi implantado contando com a colaboração do 8º Distrito de Meteorologia (8º DISME), Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), Empresa de Portos do Brasil S/A (PORTOBRÁS) e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEB).

Para 1986, ainda dentro do projeto “Plano de Previsão e Acompanhamento de Cheias”, pretende-se implantar a 3ª fase, que consistirá na elaboração de um sistema estadual de comunicações, visando a uma perfeita integração dos órgãos oficiais e entidades civis ligadas à área, em especial os radioamadores.

Objetiva-se, também, que esta rede de comunicações se constitua em mais um recurso colocado à disposição dos municípios em qualquer outro tipo de emergência.

2.22.3 — GABINETE DA PRIMEIRA-DAMA

O Gabinete da Primeira-Dama do Estado desenvolveu seu programa nas áreas do excepcional, do idoso e do menor carente, atuando como instrumento de agilização, conscientização e motivação, promovendo a integração de esforços, sem superposição de ações, para maior benefício social.

Buscando alcançar a descentralização das atividades da área do bem-estar social, o Gabinete promoveu orientação no sentido de integrar as Primeiras-Damas dos Municípios, através de encontros regionais e estaduais, projetos alternativos e apoio técnico para atendimento das necessidades das comunidades, sempre levando a mensagem “solidariedade e integração com divisão e responsabilidade”.

Entre as atividades desenvolvidas no triênio 1983-85, destaca-se a concessão de 836 audiências às Primeiras-Damas dos Municípios, presidentes de entidades assistenciais, líderes comunitários e políticos; a efetivação de 85 visitas a entidades assistenciais, da Capital e do Interior; a realização de 21 Encontros Regionais de Primeiras-Damas dos Municípios, atingindo a quase totalidade dos Municípios, três encontros estaduais com as Primeiras-Damas dos Municípios e um encontro *interestadual com a participação dos Estados de Santa Catarina e Paraná*.

A realização de cursos objetivando a participação voluntária efetiva no Programa de Bem-Estar Social contou com a integração de 381 senhoras da sociedade. Algumas participantes desses cursos cooperaram em projetos que envolveram voluntárias, ficando, também, sob a responsabilidade das colaboradoras voluntárias a triagem e distribuição de roupas que chegam através de campanhas realizadas junto à comunidade e de doações de empresas comerciais.

Através de promoções foram arrecadados Cr\$ 306,5 milhões, recursos estes distribuídos para auxílios a entidades assistenciais e pessoas físicas.

Dos projetos desenvolvidos, os que tiveram maior receptividade junto à comunidade foram: “O Idoso é a Memória da Nossa Cultura”, que visou a resgatar a memória cultural da população idosa do Estado, tendo sido ouvido depoimentos em 85 municípios e elaborados três fascículos sobre Curiosidades, Contos e Culinária, num total de 60 mil, que estão sendo distribuídos para a rede escolar pública, a fim de serem trabalhados com os alunos nas atividades curriculares (Convênio Gabinete da Primeira-Dama/Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização/Secretaria da Educação e Cultura); “Situação do Excepcional no Rio Grande do Sul”, pesquisa que objetivou identificar as modalidades e natureza de atendimento a essa clientela, visando à ampliação do programa. Ressalta-se um dado significativo que é o total de atendimento no Estado à 14.741 excepcionais quando segundo a estimativa da Organização Mundial da Saúde haveria 700 mil excepcionais.

nais no Estado; o Projeto “Municipalização do Atendimento ao Excepcional”, realizando encontros regionais, incluindo os Secretários Municipais de Educação, visando à implantação de classes especiais para deficientes e “Casa Lar Regional” para atender excepcionais abandonados (Convênio GAB/Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional) elaboração de anteprojeto, que resultou na Lei nº 7.868/83 que beneficia as funcionárias públicas do Estado, mães de excepcionais em tratamento e com regime de trabalho de 44 horas semanais, possibilitando a redução da carga horária para 22 horas semanais, sem prejuízo de seus vencimentos; “Escola Aberta” um projeto para responder à necessidade dos “meninos da rua”. É uma escola formal adaptada à criança e não a criança adaptada à escola. Foram implantadas duas escolas na Capital (Convênio GAB/Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor/SEC); “Centro Integrado de Cuidados Infantis”, destinação de recursos para construção, ampliação ou reconstrução e aquisição de equipamentos permanentes para atender crianças de zero a seis anos, de famílias de baixa renda, num esforço conjugado do Governo do Estado/Município/Comunidade (Convênio GAB/Secretaria do Trabalho e Ação Social.)

Foram destinados recursos orçamentários do Estado — Cr\$ 1,4 bilhão —, o que permitiu 44 construções, 23 ampliações ou reconstruções e a instalação de 20 equipamentos permanentes.

Para o ano de 1986, as metas prioritárias são: continuidade dos Projetos “Municipalização do Atendimento ao Excepcional” e “Centro Integrado de Cuidados Infantis” e a criação de Escolas Abertas em municípios que apresentam problemas com “meninos de rua”.

2.22.4 — ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

À Assessoria de Comunicação Social cabe a cobertura jornalística das audiências e atos presididos pelo Governador, pela Primeira-Dama e pelo Chefe da Casa Civil, bem como divulgar atividades da Casa Militar, especialmente, no último ano, as relacionadas com o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Durante o triênio 1983-85, foi dada cobertura aos compromissos do Governador — audiências concedidas em gabinete e compromissos externos, bem como viagens a municípios gaúchos.

Na área de publicidade coube à Assessoria coordenar a adequação da comunicação publicitária e promocional da Administração Direta e da Indireta às diretrizes do Governo; a distribuição e aplicação dos recursos em divulgação por parte dos órgãos da Administração Direta e da Indireta nos veículos de comunicação social editados no Rio Grande do Sul e em outros estados; e supervisão das peças promocionais de responsabilidade do Gabinete do Governador e do Gabinete da Primeira-Dama.

Entre os produtos elaborados pela Assessoria, destacam-se as edições do programa “O Rio Grande em sua casa”, com 746 edições no triênio.

Mais de 16.600 notícias foram veiculadas para jornais e rádios da Capital e do Interior, além de 6.015 gravações de pronunciamentos, entrevistas e declarações do Chefe do Executivo Estadual e 8.396 VT gravados para televisão.

2.22.5 — ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Através de um encadeamento lógico de procedimentos, desde a previsão de *tendências da opinião pública até a geração de estímulos destinados a manter ou alterar disposições comportamentais*, a Assessoria de Relações Públicas do Governo do Estado procurou promover o entendimento entre o Poder Executivo e os públicos externos e internos.

A ação da Assessoria de Relações Públicas incentivou o fluxo constante de informações à comunidade e a realização de projetos motivacionais, a fim de que os programas governamentais obtivessem o apoio, a confiança e a participação popular.

Por outro lado, foram levantadas aspirações da coletividade e os reflexos decorrentes das iniciativas do Governo, permitindo, sempre que necessário, a alteração de planos estabelecidos, a fixação de novas metas ou a divulgação de esclarecimentos.

A Assessoria de Relações Públicas também planejou, apoiou e participou de projetos específicos, juntamente com outros órgãos públicos, visando a conscientizar o funcionalismo estadual sobre a importância das relações com o público externo. Essa integração, enfatizada no Plano de Relações Públicas, colaborou para o esforço conjunto da sociedade e do setor público estadual em benefício do bem comum.

No triênio 1983-85, entre outras realizações, destacam-se a elaboração e o encaminhamento de 17.771 mensagens do Governador, bem como respostas a saudações feitas ao Chefe do Executivo Estadual. O serviço de taxação de interesse da área de relações públicas selecionou 26.296 dados.

Além de 35 palestras sobre assuntos da área e 328 participações em eventos, representando o Governador ou a própria Assessoria, o setor apoiou as campanhas promovidas pelo Gabinete da Primeira-Dama e pela Coordenadoria de Defesa Civil. No triênio em análise, a Assessoria de Relações Públicas forneceu e encaminhou informações relativas ao Poder Executivo, para entidades públicas e particulares, bem como material institucional sobre datas cívicas, acontecimentos de destaque e material de divulgação, num total de 154.739 procedimentos.

2.22.6 — SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE (SEGPA)

A SEGPA inicia sua história na atual Administração, tendo como aspectos relevantes de sua atuação, neste exercício, a promoção de medidas que viabilizem a execução integrada do Programa de Governo 1983-87, a nível da Região Metropolitana de Porto Alegre, bem como o seu ajustamento às exigências de mudanças impostas pela realidade social que, nos últimos anos, tem provocado um acréscimo considerável de ações do Poder Público, através de seus diversos órgãos, no sentido de implementação e manutenção de programas e projetos de assistência e *promoção social*.

As ações da Secretaria estão voltadas para quase 30% da população do Estado, concentradas em uma área equivalente a 2,3% de sua área total, onde a taxa

anual de crescimento populacional, no decênio 1970-80, atingiu 3,84%, enquanto a do Estado ficou em 1,55%.

No decorrer deste terceiro ano de atuação, a SEGPA manteve os programas que já tinha implantado nos exercícios anteriores, adequando-os às atuais demandas e aos recursos disponíveis. Além disso, foram concluídos os estudos referentes a dois novos Programas já em fase de implantação: Módulos Agrícolas Auto-Sustentáveis no Município de Guaíba, que visa à contenção do êxodo rural, proporcionando a oportunidade de aproveitamento do homem na agricultura bem como a melhoria de suas condições de habitabilidade, cujo produto agrícola servirá para sua sustentação e de seus familiares, o excedente para a comercialização e a renda auferida destinar-se-á ao pagamento da terra e da casa própria; Núcleos de Produção de Tijolos de Solo-cimento, visa a minimizar o custo das alvenarias, proporcionando-lhes habitações com maior espaço físico e conforto dos mutirantes.

Com relação à alimentação, a SEGPA está atuando através do Programa de Alimentação Popular Integrado (PAPI), que vem funcionando ininterruptamente desde 12 de outubro de 1984, fornecendo gêneros de primeira necessidade às populações de baixa renda a preços acessíveis. Sua execução vem ocorrendo com verbas próprias do Governo do Estado, tendo sido comercializados 395,8 t de alimentos entre 2.500 famílias credenciadas, abrangendo as áreas da Grande Vila Farrapos, Vila Nazaré, Esperança-Cordeiro em Porto Alegre e a Vila Capão da Cruz em Alvorada.

Ainda com referência ao fornecimento de alimentos à população de baixa renda, teve continuidade o Programa de Sopas Comunitárias que visa ao fornecimento de refeições a trabalhadores desempregados e suas famílias. Foram fornecidas 190.965 refeições, num total de 35,8 t de alimentos, em 31 pontos de distribuição localizados nos Municípios de Alvorada, Esteio, Porto Alegre e Viamão.

A questão da habitação está sendo atacada em várias frentes, desde providências conjuntas com as prefeituras municipais da Região e Procuradoria-Geral do Estado e da Justiça, no que se refere à regularização de áreas onde se localizam comunidades de baixa renda, até a coordenação de programas habitacionais de construção e reconstrução de casas, como é o caso do Projeto João de Barro e do Programa de Erradicação de Submoradias.

O Programa de Autoconstrução de Núcleos Habitacionais — Projeto João de Barro — realizado com recursos do Banco Nacional de Habitação e coordenado pela SEGPA, tem como meta a construção de 2.000 habitações na Região Metropolitana, na tentativa de amenizar o problema de submoradias.

A experiência iniciada em 1984, no Município de Novo Hamburgo, foi concluída no final deste ano com a execução de 400 unidades habitacionais com a correspondente infra-estrutura e onde foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 5,8 bilhões. Neste ano, iniciou-se a execução do mesmo projeto no Município de Sapucaia do Sul, estando prevista a construção de 347 unidades habitacionais com a aplicação de recursos na ordem de Cr\$ 4,8 bilhões, bem como no Município de Gravataí, com previsão de 420 unidades habitacionais a serem construídas e com a aplicação de recursos no valor de Cr\$ 5,9 bilhões.

Já o Programa de Erradicação de Submoradias, que visa a dotar vilas popu-

lares de infra-estrutura urbana, foi concluído no Município de Campo Bom (Vila Aurora e Vila Esperança), tendo beneficiado 500 famílias com redes de água, esgoto, energia elétrica e pavimentação. Também neste ano, dentro do mesmo programa, está sendo desenvolvido o projeto da Vila Esteio, no Município de Esteio, que irá beneficiar 416 famílias.

A questão do desemprego, aliada à produção de hortigranjeiros, tem na Granja Solidária de Canoas um ponto de difusão política de geração de atividades ajustadas à capacitação histórica do migrante gaúcho quase que totalmente ligada à terra. O acerto do Programa Granja Solidária, iniciado em janeiro de 1984, comprova-se por sua irradiação não só na própria Região Metropolitana (em setembro de 1984, foi inaugurada a Granja Solidária de Guaíba pelo Governador do Estado) como em outras regiões do Estado (Santa Maria e Rio Grande já têm projetos em fase inicial).

No ano de 1985, participaram do programa 30 famílias, que produziram 84,5t de hortigranjeiros num total de vendas de Cr\$ 77,3 milhões, possibilitando a algumas famílias ganhos de até Cr\$ 1,8 milhão mensais.

A par desta programação específica, vem a SEGPA procurando atender aos anseios das populações mais carentes da Região Metropolitana, através do atendimento do amplo leque de necessidades emergenciais surgidas.

Nesse sentido, foi dada continuidade ao Programa de Atendimento Emergencial às Populações de Baixa Renda da Região Metropolitana de Porto Alegre, que realizou as seguintes atividades: 183 reformas de casas em vilas; patrolamento de 390 km de ruas; execução de 17.850 m³ de serviços de terraplenagem; colocação de 1.008 m³ de brita nas ruas de vilas; colocação de 1.854 m³ de saibro nas ruas; doados 46 ranchos; limpeza de 14 km de valas; colocação de 644 m³ de aterro e 202 casas construídas.

O empobrecimento do trabalhador rural, ocasionado pela mecanização da lavoura, determinou, ao longo dos anos, o movimento migratório campo-cidade, em especial aos grandes centros urbanos, que representaram os maiores pólos de atração à sociedade rural.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, o fenômeno não se fez diferente, ocasionando o surgimento de significativo número de bolsões de pobreza, criando, assim, um novo desenho para os centros urbanos.

Atraídos pelas informações de vantagens na vida urbana, surgia um exército de cidadãos da sociedade rural, que viria a ocupar a grande cidade, na tentativa da busca de dias melhores e, despreparados para o rompimento com suas raízes rurais, entregam-se, em situação de desigualdade, a uma disputa no sistema de produção, num território totalmente estranho à sua cultura e à sua capacitação de trabalho.

Aqui instalados marginalmente, subempregam-se, institucionalizando o surgimento de uma nova categoria de trabalhadores sem a menor proteção das leis que regulamentam a relação de emprego.

Conhecedora dos problemas advindos das migrações para os grandes centros, a SEGPA implantou o "Programa Retorno de Migrantes", que visa a devol-

ver migrantes ao Interior do Estado juntamente com os seus pertences. Esse programa proporcionou o retorno de 902 migrantes a 33 municípios, tendo sido, despendidos recursos na ordem de Cr\$ 16,2 bilhões.

O Programa Temporário de Atendimento Alimentar às Famílias dos Desempregados da Região Metropolitana de Porto Alegre, neste ano, visando a auxiliar as entidades comunitárias da Grande Porto Alegre na realização de obras e com vistas à melhoria do bem-estar de suas comunidades, forneceu 73.293 ranchos com 19 kg de alimentos a participantes de mutirões. Foram executados 5.095 mutirões comunitários, atingindo 193 comunidades, e distribuídos 1.392,5 t de alimentos, beneficiando 108.000 pessoas.

As ações da SEGPA voltam-se, em 1986, prioritariamente, à ampliação dos Projetos João de Barro e Erradicação de Submoradias, à expansão do Programa de Alimentação Popular Integrado e ao Financiamento de Módulos Agrícolas Auto-Sustentáveis, que abrigarão atividades integradas de 20 famílias em fatias iguais de dois hectares por unidade, objetivando o aumento na produção de alimentos de boa qualidade a preços reduzidos e criando empregos para 80 pessoas.

Também como objetivos para o ano, cita-se: incentivo às entidades comunitárias na realização de obras de melhoria da infra-estrutura da comunidade, usando mão-de-obra disponível apoiado pelo Programa Temporário de Atendimento Alimentar às Famílias dos Desempregados da Região Metropolitana de Porto Alegre; estímulo no desenvolvimento de Núcleos Produtivos, com prioridade à confecção de tijolos tipo solo-cimento; e condições de melhoria da Granja Solidária de Canoas no que diz respeito à irrigação, com a perfuração e instalação de poços artesianos.

2.22.7 — COMISSÃO EXECUTIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

As comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, instituídas pelo Decreto nº 31.381, de 21 de dezembro de 1983, objetivaram, fundamentalmente, mobilizar a comunidade rio-grandense para celebrar, no transcurso de 1985, os 150 anos da eclosão da Revolução Farroupilha, incentivando estudos e pesquisas de todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da Revolução Farroupilha, estimulando o culto dos antepassados, a defesa e a preservação do patrimônio.

A estrutura organizacional que deu suporte ao desenvolvimento das atividades foi composta de: Comissão Central, presidida pelo Governador do Estado; Comissão Coordenadora e Executiva, tendo como Presidente o Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, Deputado Adylson Motta; três Coordenações — Articulação com Estados e Municípios, Apoio Operacional e de Imprensa; 12 subcomissões estaduais e 244 comissões executivas municipais solenemente empossadas, em cadeia de rádio e televisão, no dia 19 de setembro de 1984.

Coube às subcomissões — de Eventos Culturais e Turísticos, Publicações e Concursos, Geografia e História, Letras e Artes, Comunicação Social, V Congresso Rio-grandense de História e Geografia, Tradição e Folclore, Ensino, Desportos, Estudos das Relações Interculturais, Articulação com Estados e Municípios e de Projetos Especiais — desenvolver e implementar todos os projetos

previstos pelo programa oficial, sempre administrados diretamente pela Comissão Executiva Estadual.

Entre os eventos mais significativos, no decorrer das comemorações do Ano do Sesquicentenário, destaca-se a instalação do Governo, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas Capitais Farroupilhas — Piratini (10 de janeiro), Caçapava do Sul (16 e 17 de maio) e Alegrete (1º e 2 de dezembro).

Outros eventos que tiveram grande acolhida por parte do povo gaúcho foram as celebrações da República Rio-grandense com a República Juliana Catarinense, o curso de Extensão Universitária sobre a Revolução Farroupilha, o levantamento e demarcação dos locais Históricos Farroupilhas, o Hino do Sesquicentenário, o concurso Literário sobre a Revolução Farroupilha, a ópera Farrapa, a exposição Farroupilha, concursos de reportagens, concurso sobre a Epopéia Farroupilha, Logotipo do Sesquicentenário, XXX Congresso Tradicionalista, Cavalgada da Chama Crioula, Desfile Cívico Militar da Semana Farroupilha, Reconstituição da Tomada de Porto Alegre, visita Oficial da Família Garibaldi aos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, I Congresso Sul-Americano de Tradição e Folclore, Reconstituição da Assembléia Constituinte.

Além dos fatos acima referidos, encontram-se em andamento várias publicações e reedições de obras Farroupilhas, bem como concursos histórico-literários e de reportagens, cujas premiações estão aprazadas para o primeiro semestre de 1986.

Cumprе salientar que, apesar das insuficiências de recursos financeiros, mas com a colaboração de inúmeras empresas privadas e da comunidade rio-grandense, foram plenamente alcançados os objetivos propostos pelas comissões e subcomissões responsáveis pelas comemorações do Sesquicentenário.

3 — TABELAS

- Tabela 1** — Secretaria da Educação e Cultura — Número de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino de 1º e 2º graus, segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1975-84.
- Tabela 2** — Secretaria da Educação e Cultura — Matrícula inicial de educação pré-escolar e de ensino de 1º e 2º graus, segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1975-84.
- Tabela 3** — Secretaria da Educação e Cultura — Atendimento ao pré-escolar e ao ensino do 1º grau — Distribuição de livros, material didático-pedagógico, equipamentos e material permanente no Rio Grande do Sul — 1983-85.
- Tabela 4** — Secretaria da Educação e Cultura — Assistência a educandos — Assistência a classes de pré-escolar e de 1º grau na área de saúde no Rio Grande do Sul — 1980-85.
- Tabela 5** — Secretaria da Educação e Cultura — Aplicação dos recursos do salário-educação (quota estadual), por tipo de obra, no Rio Grande do Sul — 1981-85.
- Tabela 6** — Fundação Teatro São Pedro — Espetáculos teatrais do Teatro São Pedro e público participante — jan.-nov./85.
- Tabela 7** — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — Atividades desenvolvidas pela OSPA — 1983-85.
- Tabela 8** — Fundação Televisão Educativa Piratini — Produção local da Televisão Educativa Piratini — 1983-85.
- Tabela 9** — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Atividades desenvolvidas de proteção à saúde da mãe e da criança no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 10** — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Serviços prestados nas unidades sanitárias do Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 11** — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Casos confirmados de doenças transmissíveis redutíveis por agentes imunizantes no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 12** — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Produção de medicamentos pelo Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 13** — Companhia Riograndense de Saneamento — Evolução do abastecimento de água, da coleta e do tratamento de esgotos no Rio Grande do Sul — mar./83—dez./85.
- Tabela 14** — Secretaria do Trabalho e Ação Social — Recursos destinados às entidades, por região, pelo Subprograma de Concessão de Auxílio às Entidades no Rio Grande do Sul — 1983-85.
- Tabela 15** — Fundação Gaúcha do Trabalho — Número de cadastramentos de artesãos e valor das vendas — 1980-85.
- Tabela 16** — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — Projetos comunitários desenvolvidos em vilas de baixa renda, no Rio Grande do Sul — 1980-85.
- Tabela 17** — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — Número de atendimentos realizados nos Centros Sociais Urbanos (CSUs), no Rio Grande do Sul — 1980-85.
- Tabela 18** — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — Auxílios prestados a pessoas migrantes, não migrantes e em trânsito no Rio Grande do Sul — 1980-85.
- Tabela 19** — Fundação Gaúcha do Bem-Estar do Menor — Número de menores atendidos pelo Subprograma de Assistência ao Menor no Rio Grande do Sul — 1980-85.

- Tabela 20** — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — Unidades habitacionais construídas no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 21** — Secretaria da Segurança Pública — Número de inquéritos, processos e flagrantes no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 22** — Secretaria da Segurança Pública — Número de ocorrências registradas pela Brigada Militar e pelo Corpo de Bombeiros no Rio Grande do Sul — 1977-85.
- Tabela 23** — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências registradas e exames clínicos laboratoriais executados pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 24** — Secretaria da Segurança Pública — Demonstrativo de ocorrências criminais no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 25** — Procuradoria-Geral do Estado — Principais atividades desenvolvidas pela Procuradoria-Geral do Estado no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 26** — Secretaria da Agricultura — Principais atividades desenvolvidas de defesa animal no Rio Grande do Sul — 1980-85.
- Tabela 27** — Secretaria da Agricultura — Principais atividades desenvolvidas de defesa vegetal e conservação do solo no Rio Grande do Sul — 1980-85.
- Tabela 28** — Secretaria da Agricultura — Serviços de infra-estrutura e apoio prestados no Rio Grande do Sul — 1980-85.
- Tabela 29** — Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Força de trabalho e público beneficiário da assistência técnica e extensão rural no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 30** — Fundação de Ciência e Tecnologia — Análises, testes e ensaios realizados pela CIENTEC no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 31** — Secretaria da Fazenda — Receita geral do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 32** — Secretaria da Fazenda — Receita líquida e serviço da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 33** — Secretaria da Fazenda — Dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 34** — Banco do Estado do Rio Grande do Sul — Demonstrativo dos resultados dos balanços do Banco do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 35** — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul — Dados estatísticos da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 36** — Caixa Econômica Estadual — Comportamento da Carteira de Depósitos da CEE/RS — 1982-85.
- Tabela 37** — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Valor das operações financeiras realizadas pelo BADESUL — 1983-85.
- Tabela 38** — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Número de consumidores, por classes, no Rio Grande do Sul — 1979-85.
- Tabela 39** — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Consumo líquido de energia elétrica, por classes, no Rio Grande do Sul — 1979-85.

- Tabela 40** — *Companhia Riograndense de Telecomunicações — Indicadores físicos da CRT — 1976-85.*
- Tabela 41** — *Companhia Riograndense de Mineração — Produção de carvão mineral e valor comercializado pelo Rio Grande do Sul — 1976-85.*
- Tabela 42** — *Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — Atividades desenvolvidas pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem no Rio Grande do Sul — 1979-85.*
- Tabela 43** — *Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Construção e melhoria de estradas vicinais, aterros e terraplenagem no Rio Grande do Sul — 1976-85.*
- Tabela 44** — *Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Número e extensão total de obras-de-arte especiais no Rio Grande do Sul — 1976-85.*
- Tabela 45** — *Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Movimento de mercadorias nos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas — 1983-85.*
- Tabela 46** — *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Recursos destinados a bolsas de estudo pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85.*
- Tabela 47** — *Secretaria da Administração — Concessão de vantagens e outros direitos pela Secretaria da Administração do Rio Grande do Sul — 1979-85.*
- Tabela 48** — *Secretaria da Administração — Consumo de combustíveis da frota do Estado do Rio Grande do Sul — 1978-85.*
- Tabela 49** — *Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas — Volume físico da produção da Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas — 1976-85.*
- Tabela 50** — *Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos — Números de treinandos pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos no Rio Grande do Sul — 1976-85.*
- Tabela 51** — *Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — Massa protegida pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85.*
- Tabela 52** — *Sécretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre — Atendimentos prestados, por programas, pela Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre — 1983-85.*
- Tabela 53** — *Gabinete do Governador — Coordenadoria Estadual de Defesa Civil — Material adquirido, arrecadado e distribuído e arrecadação monetária da Campanha da Solidariedade no Rio Grande do Sul — 1983-85.*
- Tabela 54** — *Gabinete da Primeira-Dama do Estado do Rio Grande do Sul — Recursos repassados para creches e entidades beneficiadas pelo Gabinete da Primeira-Dama do Estado do Rio Grande do Sul — 1983-85.*

Tabela 1

Secretaria da Educação e Cultura
Número de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino de 1º e 2º graus,
segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1975-84

| Anos | Total | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA | | | |
|------|--------|----------------------------|----------|-----------|------------|
| | | Federal | Estadual | Municipal | Particular |
| 1975 | 15 639 | 14 | 3 129 | 11 497 | 959 |
| 1976 | 15 562 | 20 | 3 179 | 11 428 | 935 |
| 1977 | 15 538 | 20 | 3 155 | 11 480 | 883 |
| 1978 | 15 376 | 20 | 3 214 | 11 268 | 874 |
| 1979 | 15 206 | 17(1) | 3 186 | 11 143 | 860 |
| 1980 | 14 999 | 19(2) | 3 080 | 11 046 | 854 |
| 1981 | 14 867 | 19 | 3 103 | 10 907 | 838 |
| 1982 | 14 834 | 20 | 3 065 | 10 928 | 821 |
| 1983 | 14 851 | 20 | 3 123 | 10 887 | 821 |
| 1984 | 14 808 | 20 | 3 180 | 10 780 | 828 |

FONTE: INF/GAB/COPLAN.

(1) Três escolas deixaram de responder. (2) Uma escola deixou de responder.

Tabela 2

Secretaria da Educação e Cultura
Matrícula inicial de educação pré-escolar e de ensino de 1º e 2º graus,
segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1975-84

| ANOS | TOTAL GERAL | PRÉ-ESCOLAR | | | | | 1º GRAU | | | | 2º GRAU | | | | | |
|------|-------------|-------------|---------|----------|-----------|------------|-----------|---------|----------|-----------|------------|---------|---------|----------|-----------|------------|
| | | Total | Federal | Estadual | Municipal | Particular | Total | Federal | Estadual | Municipal | Particular | Total | Federal | Estadual | Municipal | Particular |
| 1975 | 1 679 150 | 42 765 | 32 | 16 615 | 7 807 | 18 311 | 1 443 344 | 307 | 705 131 | 509 793 | 228 115 | 193041 | 4 917 | 96 402 | 3 385 | 88 342 |
| 1976 | 1 692 096 | 44 049 | 48 | 16 653 | 6 978 | 20 370 | 1 432 234 | 1122 | 723 548 | 493 655 | 213 909 | 215 813 | 6 346 | 108 296 | 3 510 | 97 461 |
| 1977 | 1 707 439 | 48 793 | 67 | 18 636 | 7 981 | 22 109 | 1 423 102 | 1087 | 725 489 | 486 315 | 210 291 | 233 344 | 6 386 | 123 715 | 3 613 | 103 630 |
| 1978 | 1 682 436 | 51 944 | 54 | 20 298 | 8 294 | 23 298 | 1 402 390 | 848 | 726 812 | 468 001 | 206 729 | 228 102 | 6 137 | 125 623 | 3 627 | 92 715 |
| 1979 | 1 667 315 | 51 887 | 55 | 19 291 | 8 567 | 23 974 | 1 386 032 | 374(1) | 725 487 | 547 601 | 202 630 | 229 336 | 6 346 | 131 755 | 3 635 | 87 600 |
| 1980 | 1 660 249 | 57 028 | 104 | 22 564 | 9 594 | 25 766 | 1 374 168 | 960(2) | 719 812 | 453 326 | 200 070 | 229 053 | 7 349 | 134 274 | 3 682 | 83 748 |
| 1981 | 1 647 836 | 63 135 | 95 | 23 879 | 12 147 | 27 014 | 1 357 725 | 953 | 715 122 | 446 200 | 195 450 | 226 976 | 7 667 | 136 937 | 3 397 | 78 975 |
| 1982 | 1 647 458 | 69 974 | 85 | 26 271 | 13 579 | 30 039 | 1 353 558 | 1153 | 712 963 | 449 053 | 190 389 | 223 926 | 7 319 | 137 972 | 3 415 | 75 220 |
| 1983 | 1 668 033 | 74 222 | 100 | 28 235 | 14 343 | 31 544 | 1 370 795 | 1246 | 721 997 | 450 774 | 197 178 | 223 018 | 7 184 | 138 179 | 3 905 | 73 750 |
| 1984 | 1 678 045 | 80 057 | 62 | 30 982 | 15 542 | 33 471 | 1 382 263 | 1219 | 740 159 | 443 120 | 197 765 | 235 725 | 6 827 | 137 235 | 3 239 | 68 424 |

FONTE: INF/GAB/COPLAN.

(1) Dois Estabelecimentos deixaram de informar. (2) Um estabelecimento deixou de informar.

Tabela 3

Secretaria da Educação e Cultura
Atendimento ao pré-escolar e ao ensino do 1º grau
Distribuição de livros, material didático-pedagógico, equipamentos e material permanente
no Rio Grande do Sul — 1983-85

| ANOS | CLIENTELA | | NÚMERO DE ESCOLAS | DELEGACIAS DE EDUCAÇÃO |
|---------|-------------|---------|-------------------|------------------------|
| | Pré-escolar | 1º grau | | |
| 1983 | 94 738 | 715 112 | 2 761 | 38 |
| 1984 | 108 464 | 870 061 | 2 808 | 38 |
| 1985(1) | 121 341 | 888 092 | 3 005 | 38 |

FONTE: EPO/GAB/COPLAN.

(1) Dados estimados.

Tabela 4

Secretaria da Educação e Cultura
Assistência a educandos
Assistência a classes de pré-escolar e de 1º grau na área de saúde,
no Rio Grande do Sul — 1980-85

| ANOS | ENFERMAGEM | REEDUCAÇÃO DA LINGUAGEM | | PSICOLOGIA | MEDICINA | | ODONTOLOGIA | | ALIMENTAÇÃO | | |
|------|---|-------------------------|----------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| | Número de Atendimento de Primeiros Socorros | Número de Atendimentos | Número de Alunos Atendidos | Número de Atendimentos | Número de Alunos Atendidos | Número de Atendimentos | Número de Alunos Atendidos | Número de Atendimentos | Número de Alunos Atendidos | Número de Refeições Servidas | Número de Alunos Beneficiados |
| 1980 | 70 699 | 44 613 | 26 805 | 91 882 | 20 496 | 143 588 | 41 217 | 201 226 | 167 688 | 43 321 904 | 417 601 |
| 1981 | 55 529 | 45 837 | 29 394 | 47 222 | 43 522 | 171 540 | 54 591 | 229 195 | 190 995 | 108 986 722 | 358 261 |
| 1982 | 164 905 | 62 562 | 11 951 | 56 709 | 22 154 | 164 355 | 63 573 | 225 910 | 209 995 | 128 102 146 | 877 394 |
| 1983 | 112 178 | 54 754 | 52 105 | 60 323 | 20 737 | 185 635 | 82 274 | 293 531 | 224 610 | 115 187 937 | 873 878 |
| 1984 | 348 806 | 38 140 | 32 452 | 75 267 | 33 512 | 198 776 | 93 994 | 343 766 | 286 471 | 97 099 902 | 1 068 690 |
| 1985 | 280 000 | 59 937 | 57 425 | 71 374 | 59 478 | 137 177 | 114 314 | 310 788 | 258 991 | 130 000 000 | 1 283 400 |

FONTE: INFORMÁTICA-DAE/SEC.

Tabela 5

Secretaria da Educação e Cultura
Aplicação (1) dos recursos do salário-educação (quota estadual),
por tipo de obra, no Rio Grande do Sul — 1981-85

| ANOS | CONSTRUÇÃO | | | AMPLIAÇÃO | | | RECUPERAÇÃO | | |
|----------|---------------------------|----------------------------|----------------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| | Valor Nominal (Cr\$ 1000) | Valor Real (2) (Cr\$ 1000) | Número de Atendimentos a Escolas | Valor Nominal (Cr\$ 1000) | Valor Real (2) (Cr\$ 1000) | Número de Atendimentos a Escolas | Valor Nominal (Cr\$ 1000) | Valor Real (2) (Cr\$ 1000) | Número de Atendimentos a Escolas |
| 1981 | 449 221 | 21 908 508 | 47 | 322 079 | 15 707 792 | 35 | 11 265 | 549 394 | 9 |
| 1982 | 809 698 | 20 201 965 | 99 | 841 242 | 20 988 987 | 82 | 335 397 | 8 368 155 | 324 |
| 1983 | 970 037 | 9 506 362 | 68 | 367 055 | 3 597 139 | 38 | 905 553 | 8 874 419 | 492 |
| 1984 | 5 185 544 | 15 867 764 | 90 | 5 715 242 | 17 500 800 | 142 | 2 966 881 | 9 078 656 | 482 |
| 1985 (3) | 12 128 254 | 12 128 254 | 99 | 15 154 691 | 15 154 691 | 182 | 9 058 300 | 9 058 300 | 420 |
| TOTAL | 19 302 754 | 79 612 853 | 395 | 21 894 308 | 72 949 489 | 462 | 13 277 397 | 35 928 924 | 1 727 |

FONTE: Relatórios de Prestação de Contas ao Conselho Estadual de Educação.

(1) A sistemática para aplicação de recursos em obras foi estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação a partir de 1981. (2) Valores calculados através do IGP, sendo que o IGP de 1985 corresponde à média dos meses de janeiro a novembro. (3) Dados estimados.

Tabela 6

Fundação Teatro São Pedro
Espetáculos teatrais do THEATRO SÃO PEDRO
e público participante — jan.-nov./85

| ESPETÁCULOS | PÚBLICO ABSOLUTO | % | NÚMERO DE APRESENTAÇÕES |
|--|------------------|--------------|-------------------------|
| Das duas uma..... | 2 421 | 2,5 | 10 |
| Quando o coração floresce..... | 8 571 | 8,6 | 13 |
| Feliz ano velho..... | 14 275 | 14,4 | 21 |
| Extremos..... | 8 899 | 9,0 | 22 |
| Irresistível aventura..... | 5 712 | 5,8 | 13 |
| A divina Sarah..... | 10 004 | 10,1 | 14 |
| Brincado em cima daquilo..... | 11 757 | 11,9 | 16 |
| A aurora de minha vida..... | 3 338 | 3,4 | 10 |
| Merlim a terra deserta..... | 1 323 | 1,3 | 9 |
| Freud..... | 11 488 | 11,6 | 19 |
| Mímica com Jam..... | 74 | — | 2 |
| Ah! América..... | 2 622 | 2,7 | 6 |
| Tartufo..... | 8 869 | 8,9 | 20 |
| Feliz Páscoa..... | 7 000 | 7,1 | 13 |
| Emily..... | 2 434 | 2,6 | 8 |
| <i>Crônica da cidade pequena</i> | 127 | 0,1 | 1 |
| TOTAL | 98 914 | 100,0 | 197 |

FONTE: Fundação Teatro São Pedro.

Tabela 7

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
Atividades desenvolvidas pela OSPA — 1983-85

| ATIVIDADES | 1983 | 1984 | 1985 |
|---|------|------|------|
| Concurso para Jovens Solistas..... | 01 | 01 | 01 |
| Concertos para Juventude — Série Jovens Solistas..... | 06 | 08 | 10 |
| Concertos Sinfonia de Outono..... | 05 | 10 | 16 |
| Concertos para a Juventude..... | 19 | 22 | 14 |
| Temporada lírica..... | 1(1) | 05 | 13 |
| Concertos Sinfonia de Primavera..... | 14 | 16 | 20 |
| Concertos fora da Capital..... | 06 | 17 | 12 |
| Música no Museu..... | — | 03 | 06 |
| Concertos especiais..... | 20 | 20 | 14 |
| Encontros com o Barroco..... | 08 | 09 | — |
| Orquestra de Câmara nas Escolas..... | 10 | 02 | 02 |
| Formação de instrumentistas..... | 54 | 56 | 62 |

FONTE: Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre.

(1) Festival de Gramado.

Tabela 8

Fundação Televisão Educativa Piratini
Produção local da Televisão Educativa Piratini — 1983-85

| CLASSIFICAÇÃO | 1983 | 1984 | 1985 | TOTAL |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Informativos..... | 1 141 | 2 152 | 1 854 | 5 147 |
| Educativos..... | 45 | 58 | 347 | 450 |
| Culturais..... | 984 | 1 249 | 566 | 2 799 |
| Promocionais..... | — | 9 | 29 | 38 |
| Chamadas..... | — | 1 923 | 1 784 | 3 707 |
| TOTAL | 2 170 | 5 391 | 4 580 | 12 141 |

FONTE: FTEP — CANAL 7.

Tabela 9

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Atividades desenvolvidas de proteção à saúde da mãe e
da criança no Rio Grande do Sul — 1976-85

| ATIVIDADES | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|
| Pessoas beneficiadas pelos programas de suplementação alimentar | | | | | | | | | | |
| PNS(2) e PSA(3) | 81 250 | 81 250 | 81 250 | 81 250 | 81 250 | 81 250 | 81 250 | 100 000 | 129 998 | 187 315 |
| PDLP(4) | — | — | — | — | 34 500 | 34 500 | 34 500 | 34 500 | 53 345 | 54 276 |
| Convênio com hospitais visando a atenção materno-infantil... | — | — | — | — | — | 58 | 61 | 54 | 57 | 68 |
| Creches da área de jurisdição da 1ª DRS. | | | | | | | | | | |
| Supervisionadas | — | — | — | — | 47 | 70 | 114 | 268 | 317 | 376 |
| Cadastradas | — | — | — | — | 47 | 215 | 251 | 287 | 359 | 392 |
| Licenciadas | — | — | — | — | 40 | 60 | 124 | 167 | 204 | 217 |

FONTE: SSMA/RS.

NOTA: Os dados apresentados nos programas de suplementação alimentar referem-se a vagas/anos.

(1) Dados preliminares. (2) Programa de Nutrição em Saúde. (3) Programa de suplementação Alimentar (Nova denominação do PNS). (4) Plano de Distribuição de Leite em Pó.

Tabela 10

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Serviços prestados nas unidades sanitárias do Rio Grande do Sul — 1976-85

| ANOS | CONSULTAS MÉDICAS | CONSULTAS ODONTOLÓGICAS | CONSULTAS A OUTROS TÉCNICOS | DOSES DE VACINA SABIN APLICADAS | DOSES DE VACINA DPT APLICADAS | DOSES DE ANTI-SARAMPO APLICADAS | DOSES DE ANTI-TETÂNICA APLICADAS | ATENDIMENTO POR AUXILIAR |
|---------|-------------------|-------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| 1976 | 1 652 426 | 386 049 | ... | 692 856 | 578 474 | 211 307 | 188 828 | ... |
| 1977 | 1 638 023 | 420 512 | ... | 727 261 | 665 978 | 224 999 | 200 686 | ... |
| 1978 | 1 752 712 | 413 974 | ... | 681 047 | 605 785 | 211 529 | 265 314 | ... |
| 1979 | 1 814 691 | 428 516 | ... | 662 231 | 643 920 | 248 466 | 230 609 | ... |
| 1980 | 2 254 328 | 465 325 | ... | 3 712 058 | 823 141 | 298 933 | 224 139 | ... |
| 1981 | 2 429 654 | 446 148 | 105 351 | 2 752 056 | 758 234 | 338 965 | 226 160 | 535 794 |
| 1982 | 2 864 912 | 493 663 | 154 808 | 2 808 857 | 846 859 | 429 099 | 261 279 | 1 006 636 |
| 1983 | 3 553 951 | 610 417 | 277 512 | 2 862 948 | 838 269 | 252 320 | 304 099 | 1 920 671 |
| 1984 | 3 720 819 | 712 139 | 341 088 | 2 775 951 | 843 670 | 345 406 | 382 196 | 2 310 180 |
| 1985(1) | 3 501 278 | 677 063 | 303 410 | 2 930 273 | 1 178 108 | 291 441 | 324 131 | 2 597 861 |

FONTE: Unidade de Informática da SSMA/RS.

(1) Dados preliminares.

Tabela 11

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Casos confirmados de doenças transmissíveis redutíveis por agentes imunizantes
no Rio Grande do Sul — 1976-85

| DOENÇAS | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|---------------------|--------|-------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|-------|---------|
| Poliomielite | 36 | 71 | 10 | 10 | 23 | 2 | 3 | 1 | 3 | — |
| Meningite (2) | 539 | 276 | 204 | 153 | 110 | 74 | 68 | 99 | 134 | 79 |
| Difteria | 661 | 657 | 744 | 571 | 472 | 518 | 290 | 279 | 199 | 160 |
| Raiva | 7 | 3 | 4 | 4 | 2 | 1 | — | — | — | — |
| Febre tifóide | 437 | 736 | 273 | 195 | 124 | 148 | 138 | 137 | 117 | 89 |
| Sarampo | 15 799 | 5 651 | 8 182 | 8 412 | 12 424 | 10 748 | 2 593 | 5 036 | 6 741 | 4 110 |
| Tétano | 244 | 273 | 318 | 205 | 206 | 214 | 197 | 182 | 207 | 155 |

FONTE: SSMA/RS.

(1) Dados preliminares. (2) Doença meningocócica.

Tabela 12

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Produção de medicamentos pelo Laboratório Farmacêutico do
Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85

| MEDICAMENTOS APRESENTADOS | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|----------------------|
| Ampolas | 114 413 | 187 396 | 128 900 | 142 150 | 95 340 | 140 508 | 143 500 | 329 200 | 308 301 | 190 400 |
| Bisnagas | 253 726 | 185 844 | 962 000 | 495 100 | 896 950 | 111 702 600 | 11 216 000 | 1 198 740 | 671 050 | 491 150 |
| Cápsulas | 375 050 | 2 894 000 | 1 100 000 | 11 402 710 | 8 973 500 | 8 955 500 | 12 585 250 | 13 926 000 | 12 438 000 | 2 983 000 |
| Comprimidos | 29 293 856 | 28 409 087 | 67 956 000 | 44 788 700 | 61 845 800 | 75 611 000 | 84 247 192 | 65 859 900 | 64 526 310 | 37 516 000 |
| Drágeas | 4 176 970 | 3 024 750 | 8 586 200 | 8 067 000 | 12 082 494 | 15 814 500 | 10 978 650 | 6 075 300 | 7 491 200 | 2 876 900 |
| Frascos-ampola | 1 867 396 | 1 122 367 | 2 035 200 | 2 729 400 | 2 790 450 | 3 886 450 | 3 193 200 | 2 661 100 | 2 422 750 | 1 800 750 |
| Frascos | 2 765 951 | 1 456 957 | 4 651 549 | 3 960 134 | 4 340 222 | 5 194 813 | 3 767 744 | 4 528 330 | 4 056 071 | 2 000 450 |
| TOTAL | 38 847 362 | 37 280 401 | 85 419 849 | 71 585 194 | 91 024 756 | 110 305 371 | 116 131 536 | 94 578 570 | 91 913 682 | 47 058 650(2) |

FONTE: LAFERGS/SSMA.

(1) Produção exclusiva para a SSMA/RS. (2) A queda acentuada da produção foi devida à não-autorização da CEME para a programação estabelecida.

Tabela 13

Companhia Riograndense de Saneamento
Evolução do abastecimento de água, da coleta e do tratamento
de esgotos no Rio Grande do Sul — mar./83-dez./85

| VARIÁVEIS | 1983 | 1985(1) | ACRÉSCIMO NO PERÍODO | |
|---|------------|------------|----------------------|------------|
| | | | Absoluto | Percentual |
| Abastecimento de água | | | | |
| Número de economias com água | 919 606 | 1 064 500 | 144 894 | 15,8 |
| População beneficiada | 3 218 621 | 3 653 000 | 434 379 | 13,5 |
| Localidades abastecidas por sistemas | | | | |
| CORSAN | 250 | 254 | 4 | 1,6 |
| Rede cadastrada(m) | 11 119 565 | 12 612 600 | 1 493 035 | 13,4 |
| Capacidade de reservação(m ³) | 265 617 | 283 487 | 17 870 | 6,7 |
| Hidrômetros instalados | 619 676 | 686 400 | 66 724 | 10,8 |
| Coleta e tratamento de esgotos | | | | |
| Número de economias com esgoto | 72 248 | 82 700 | 10 452 | 14,5 |
| População beneficiada | 252 868 | 268 000 | 15 132 | 6,0 |
| Localidades servidas por sistemas | | | | |
| CORSAN | 18 | 18 | — | — |
| Rede cadastrada(m) | 443 966 | 496 302 | 52 334 | 11,8 |

FONTE: CORSAN.

(1) Valores reais até out./85, os demais baseiam-se em projeções.

Tabela 14

Secretaria do Trabalho e Ação Social
Recursos destinados às entidades, por região pelo Subprograma de Concessão
de Auxílio às Entidades no Rio Grande do Sul — 1983-85

| REGIÕES DE PROGRAMAÇÃO | (Cr\$ 1.000) | | | | | |
|-------------------------------------|--------------|------------------|------------|------------------|------------|--------------------|
| | 1983 | | 1984 | | 1985 | |
| | ENTIDADES | VALOR | ENTIDADES | VALOR | ENTIDADES | VALOR |
| Metropolitana de Porto Alegre | 27 | 14 900,0 | 55 | 64 417,2 | 111 | 298 470,0 |
| Vale do Rio dos Sinos | 13 | 18 509,7 | 20 | 26 245,0 | 17 | 79 350,0 |
| Centro Sul | 03 | 1 400,0 | 5 | 4 280,0 | 12 | 14 030,0 |
| Litoral Norte | 03 | 2 800,0 | 11 | 15 546,7 | 29 | 92 660,0 |
| Zona Sul do Estado | 08 | 5 060,0 | 13 | 20 000,0 | 14 | 60 000,0 |
| Vale do Jacuí-Centro | 01 | 1 000,0 | 01 | 500,0 | 9 | 19 000,0 |
| Vale do Taquari | 06 | 3 150,0 | 08 | 9 900,0 | 6 | 27 000,0 |
| Encosta Superior do Nordeste | 11 | 13 611,0 | 21 | 19 164,8 | 25 | 38 800,0 |
| Vale do Jaguarí | 01 | 1 000,0 | 14 | 16 050,0 | 7 | 17 329,0 |
| Vale do Rio Cai | 05 | 5 000,0 | 10 | 10 150,0 | 4 | 5 000,0 |
| Alto Uruguai | 02 | 1 000,0 | 11 | 9 330,0 | 14 | 35 600,0 |
| Planalto Médio-Centro | 02 | 1 500,0 | 07 | 7 500,0 | 12 | 20 000,0 |
| Alto Jacuí | 04 | 8 059,0 | 22 | 17 680,8 | 23 | 34 500,0 |
| Fronteira Oeste | 06 | 5 975,0 | 04 | 4 344,9 | 4 | 16 745,0 |
| Zona da Produção — PF | 14 | 14 659,0 | 23 | 22 000,0 | 14 | 38 800,0 |
| Zona da Produção — PM | 06 | 4 500,0 | 08 | 8 800,0 | 12 | 38 000,0 |
| Nordeste Rio-Grandense | 08 | 14 109,0 | 27 | 27 888,3 | 27 | 56 560,0 |
| Grande Santa Rosa | 04 | 3 100,0 | 08 | 12 651,1 | 21 | 71 300,0 |
| Celeiro do Rio Grande | 05 | 2 580,0 | 18 | 16 947,0 | 24 | 57 600,0 |
| Fronteira Sudoeste | 02 | 2 000,0 | 21 | 24 910,0 | 16 | 50 500,0 |
| Vale do Rio Pardo | 03 | 1 600,0 | 26 | 21 900,0 | 22 | 38 500,0 |
| Missões | — | | 05 | 8 701,1 | 10 | 37 500,0 |
| Planalto Médio-Centro A | 01 | 150,0 | 09 | 7 092,0 | 7 | 10 700,0 |
| TOTAL | 135 | 125 662,8 | 355 | 376 000,0 | 440 | 1 157 953,0 |

FONTE: Divisão de Registro e Apoio às Entidades Cíveis/STAS.

NOTA: 1. Os valores foram considerados em preços correntes.

2. Em 1981 existiram 499 entidades que obtiveram um total de recursos de Cr\$ 44.899.475.

3. Em 1982, um total de Cr\$ 152.560.000 de recursos foi destinado às 1.076 entidades existentes.

Tabela 15

Fundação Gaúcha do Trabalho
Número de Cadastramentos de artesãos e
valor das vendas — 1980-85

| ANOS | CADASTRAMENTOS DE ARTESÃOS | VENDA (Cr\$ milhões) |
|------|-------------------------------|-------------------------|
| 1980 | 775 | 11,7 |
| 1981 | 737 | 40,6 |
| 1982 | 1 542 | 50,2 |
| 1983 | 1 452 | 45,9 |
| 1984 | 1 158 | 83,6 |
| 1985 | 982 | 415,4 |

FONTE: FGT.

Tabela 16

Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
 Projetos comunitários desenvolvidos em vilas de baixa renda,
 no Rio Grande do Sul — 1980-85

| DISCRIMINAÇÃO | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Projetos Comunitários | | | | | | |
| Grupos Representativos | | | | | | |
| Organizados e/ou assessorados . | 16 | 50 | 185 | 243 | 201 | 163 |
| Núcleos e unidades produtivas . | 35 | 185 | 55 | 291 | 309 | 41 |
| Hortas caseiras e/ou comunitárias | — | 141 | 87 | 535 | 613 | 838 |
| Mutirões para melhorias coletivas | — | 9 | 134 | 149 | 34 | 335 |
| Total de vilas abrangidas | 21 | 24 | 55 | 68 | 68 | 27 |
| Total de pessoas residentes nas vilas . | 10 725 | 22 700 | 110755 | 125000 | 125000 | 82800 |

FONTE: Relatórios FUNDASUL, 1980 à 1985.

(1) abrangência restrita a Porto Alegre, tendo em vista que, a partir de 1984, as vilas do Interior do Estado passaram a ser atendidas pelos Centros Sociais Urbanos (CSUs).

Tabela 17

Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
 Número de atendimentos realizados nos Centros Sociais
 Urbanos (CSUs), no Rio Grande do Sul — 1980-85

| ANOS | NÚMERO DE CSUs EM FUNCIONAMENTO | ATENDIMENTOS REALIZADOS |
|-------|---------------------------------|-------------------------|
| 1980 | 26 | 1 048 027 |
| 1981 | 37 | 790 402 |
| 1982 | 44 | 1 885 409 |
| 1983 | 51 | 1 957 074 |
| 1984 | 51 | 3 067 864 |
| 1985 | 51 | 3 184 742 |
| TOTAL | — | 11 933 518 |

FONTE: Relatórios da FUNLAR (1980 à julho de 1983)/FUNDASUL (agosto de 1983 à 1985).

Tabela 18

Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
 Auxílio a pessoas migrantes, não migrantes e em trânsito
 no Rio Grande do Sul — 1980-85

| AUXÍLIOS EMERGENCIAIS | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Alimentos | 1 234 | 8 155 | 7 740 | 5 911 | 5 823 | 4 012 |
| Hospedagem provisória | 729 | 5 474 | 7 068 | 2 281 | 793 | 563 |
| Documentação | 9 262 | 1 935 | 12 802 | 12 089 | 11 230 | 4 038 |
| Passagem | 8 211 | 6 405 | 3 330 | 3 771 | 3 716 | 2 129 |
| Recolhimento de desabrigados | 974 | 960 | 1 282 | 2 041 | 8 848 | 261 |
| TOTAL | 20 410 | 22 929 | 32 222 | 26 093 | 30 410 | 11 003 |

FONTE: Relatórios FUNDASUL, 1980 à 1985.



Tabela 19

Fundação Gaúcha do Bem-Estar do Menor
Número de menores atendidos pelo Subprograma de Assistência
ao Menor no Rio Grande do Sul — 1980-85

| DISCRIMINAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|---|--|--------|--------|--------|----------|--------|---------|
| Ações de triagem | Institutos de diagnóstico | 2 021 | 2 400 | 2 550 | 3 017 | 3 669 | 3 739 |
| | Auxílio financeiro | 4 214 | 4 866 | 6 065 | 6 760 | 2 676 | 3 239 |
| Ações de educação participativa | Internatos da rede própria | 1 540 | 1 640 | 1 500 | 1 636 | 2 076 | 2 953 |
| Ações comunitárias | Vagas em contratos para atendimentos a menores . | 55 630 | 50 251 | 56 915 | 57 190 | 58 722 | 65 437 |
| | Lares substitutos | 1 620 | 3 737 | 4 816 | 7 271 | 8 426 | 6 926 |
| | Centros abertos da rede própria | 797 | 790 | 933 | 746 | 1 018 | 1 313 |
| Ações de formação para o trabalho | Iniciação profissional | | | | | | |
| | Rede própria e | | | | | | |
| | Rede conveniada | 1 528 | 4 971 | 11 989 | 12 871 | 16 346 | 15 722 |
| | Colocação e acompanhamento profissional | 1 633 | 2 185 | 4 531 | 1 382(1) | 1 285 | 1 729 |
| | PROMENOR | — | — | — | 1 209 | 2 112 | 3 667 |
| Total de menores atendidos | | 68 983 | 70 840 | 89 299 | 92 082 | 96 321 | 104 723 |

FONTE: Informática/FEBEM

Relatório Anual 1980/1984(1981/1985). Porto Alegre. FEBEM.

(1) Foram colocados 940 durante o ano todo.

Tabela 20

Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul
Unidades Habitacionais construídas no Rio Grande do Sul — 1976-85

| SUBPROGRAMAS | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|-----------------|------|------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|-------|---------|
| PLANHAP | 201 | 533 | 1 333 | 4 002 | 7 263 | 5 599 | 8 570 | 6 981 | 6 828 | 14 512 |
| PROFILURB | — | — | — | — | 781 | 466 | 128 | 952 | — | 1 467 |
| PROMORAR | — | — | — | — | — | — | 4 977 | 6 988 | 2 068 | 499 |
| FICAM | — | 296 | 896 | 784 | 911 | 186 | 144 | 200 | 31 | 97 |
| TOTAL | 201 | 829 | 2 229 | 4 786 | 8 955 | 6 251 | 13 819 | 15 121 | 8 927 | 6 575 |

FONTE: COHAB.

(1) Previsões realizadas em 03.12.85.

Tabela 21

Secretaria da Segurança Pública
Número de inquéritos, processos e flagrantes no Rio Grande do Sul — 1976-85

| ESPECIFICAÇÃO | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Inquéritos e processos instaurados | 39 522 | 42 775 | 45 116 | 46 119 | 50 869 | 54 135 | 55 741 | 63 515 | 72 180 | 73 720 |
| Inquéritos e processos remetidos a juízo | 38 338 | 42 916 | 47 067 | 41 122 | 48 543 | 48 050 | 47 496 | 55 069 | 71 495 | 73 474 |
| Inquéritos e processos em andamento | 41 663 | 41 522 | 39 834 | 39 762 | 42 372 | 45 495 | 47 392 | 45 132 | 37 843 | 35 483 |
| Flagrantes elaborados | 1 004 | 810 | 1 672 | 1 632 | 2 363 | 3 294 | 2 997 | 3 461 | 4 179 | 4 293 |

FONTE: SSP.

Tabela 22

Secretaria da Segurança Pública
Número de ocorrências registradas pela Brigada Militar
e pelo Corpo de Bombeiros no Rio Grande do Sul — 1977-85

| ESPECIFICAÇÃO | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Brigada Militar | | | | | | | | | |
| Trânsito | 33 630 | 34 212 | 98 212 | 82 900 | 71 282 | 210 479 | 351 806 | 356 772 | 452 945 |
| Condução | 31 663 | 54 178 | 67 300 | 81 239 | 85 173 | 52 897 | 78 135 | 87 367 | 94 193 |
| Contra o patrimônio | 9 387 | 10 892 | 14 509 | 10 993 | 13 636 | 14 850 | 18 627 | 22 780 | 28 697 |
| Contra a pessoa | 18 654 | 23 654 | 28 920 | 35 432 | 33 347 | 23 745 | 39 607 | 43 036 | 48 141 |
| Contra a vida | 19 398 | 23 453 | 10 279 | 12 768 | 7 900 | 26 556 | — | — | — |
| Providências | 211 621 | 297 214 | 455 146 | 452 922 | 335 401 | 503 174 | 835 239 | 858 701 | 917 733 |
| Serviços prestados | 118 033 | 130 795 | 207 847 | 179 778 | 182 931 | 275 111 | 498 980 | 552 241 | 522 295 |
| Desarmamentos | 7 780 | 10 352 | 17 998 | 18 220 | 23 973 | 11 245 | 19 768 | 21 211 | 21 876 |
| Corpo de Bombeiros | | | | | | | | | |
| Infrações | 1 772 | 4 679 | 4 076 | 3 943 | 5 176 | 5 738 | 5 277 | 6 995 | 7 217 |
| Serviços prestados | 3 062 | 4 004 | 4 408 | 4 238 | 4 861 | 5 127 | 11 321 | 16 925 | 20 316 |
| Providências | 98 | 112 | 108 | 105 | 150 | 194 | 179 | 170 | 91 |

FONTE: SSP.

Tabela 23

Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências registradas e exames clínicos laboratoriais executados
pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul — 1976-85

| ESPECIFICAÇÃO | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Ocorrências registradas | 289 954 | 315 221 | 321 604 | 338 404 | 350 797 | 373 419 | 376 086 | 413 230 | 437 230 | 454 664 |
| Ocorrências de uso de tóxico | — | 336 | 634 | 684 | 606 | 409 | 814 | 1 312 | 1 732 | 1 592 |
| Outras ocorrências | 289 954 | 314 885 | 320 970 | 337 720 | 350 191 | 373 010 | 374 272 | 411 918 | 435 547 | 453 072 |
| Exames clínicos laboratoriais | 29 942 | 26 920 | 32 323 | 31 967 | 27 927 | 35 599 | 37 566 | 41 801 | 42 000 | 43 701 |

FONTE: SSP.

Tabela 24

Secretaria da Segurança Pública
Demonstrativo de ocorrências criminais no Rio Grande do Sul — 1976-85

| OCORRÊNCIAS | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Homicídios | 674 | 791 | 785 | 847 | 876 | 1 025 | 1 053 | 1 044 | 1 051 | 1 117 |
| Lesões corporais | 11 735 | 12 296 | 12 169 | 12 344 | 14 472 | 15 156 | 15 227 | 16 719 | 19 599 | 20 615 |
| Furtos e roubos | 5 633 | 7 020 | 7 722 | 12 785 | 11 919 | 14 374 | 13 935 | 17 051 | 14 703 | 14 711 |
| Todos outros crimes | 11 696 | 13 103 | 13 154 | 8 396 | 12 055 | 11 704 | 11 567 | 13 891 | 24 934 | 25 363 |
| Acidentes de trânsito com morte | 1 232 | 1 102 | 1 309 | 1 140 | 1 242 | 1 235 | 1 213 | 1 234 | 1 370 | 1 314 |
| Acidentes de trânsito com lesões corporais | 8 552 | 8 127 | 9 343 | 9 923 | 9 699 | 10 232 | 11 932 | 12 264 | 10 379 | 10 169 |
| Acidentes de trânsito com danos materiais | 56 731 | 54 993 | 62 713 | 52 408 | 36 575 | 39 242 | 43 296 | 41 486 | 55 088 | 52 516 |
| Ocorrências registradas de furto de veículos | — | 2 357 | 3 782 | 6 234 | 6 927 | 7 082 | 7 483 | 9 364 | 7 085 | 7 282 |
| Veículos recuperados | — | 2 262 | 3 375 | 5 884 | 6 206 | 5 824 | 6 129 | 6 919 | 5 063 | 5 072 |

FONTE: INQ — PROC — OCOR/SSP.

Tabela 25

Procuradoria-Geral do Estado
Principais atividades desenvolvidas pela Procuradoria-Geral do Estado
no Rio Grande do Sul — 1976-85

| ATIVIDADES | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|---|----------|--------|---------|----------|----------|---------|---------|-----------|---------|---------|
| Defesa judicial do Estado | | | | | | | | | | |
| Ações em andamento no Poder Judiciário | 403 | 323 | 469 | 870 | 1 055 | 3 833 | 3 995 | 4 708 | 9 861 | 12 154 |
| Assistência jurídica ao Governador do Estado, aos órgãos da Administração Estadual e aos municípios | | | | | | | | | | |
| Pareceres emitidos | 273 | 272 | 291 | 294 | 315 | 430 | 286 | 380 | 429 | 749 |
| Assistência judiciária (Capital e Interior) | | | | | | | | | | |
| Número de pessoas atendidas | 52 672 | 30 969 | 100 270 | 94 090 | 77 203 | 140 033 | 131 996 | 198 293 | 338 077 | 357 066 |
| Ações em andamento | 4 813(1) | 5 253 | 14 628 | 6 639(1) | 7 973(1) | 9 463 | 11 590 | 14 169(1) | 34 127 | 57 224 |

FONTE: Procuradoria-Geral do Estado.

(1) Somente ações em andamento no nível.

Tabela 26

Secretaria da Agricultura
Principais atividades desenvolvidas de defesa animal
no Rio Grande do Sul — 1980-85

| ATIVIDADES | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Combate à febre aftosa | | | | | | |
| Vacinação de bovinos | 29 534 913 | 35 152 320 | 34 243 411 | 35 709 426 | 27 370 237 | 24 375 977 |
| Combate à brucelose | | | | | | |
| Vacinação de bovinos | 643 978 | 760 386 | 705 876 | 679 052 | 621 349 | 670 019 |
| Combate à tuberculose | | | | | | |
| Bovinos testados | 46 921 | 60 344 | 68 410 | 66 068 | 154 736 | 68 667 |
| Combate à raiva | | | | | | |
| Bovinos vacinados | 30 492 | 47 094 | 42 005 | 259 978 | 82 153 | 335 069 |
| Cães vacinados | 122 582 | 557 756 | 730 095 | 486 806 | 431 621 | 412 961 |
| Combate à peste suína | | | | | | |
| Suínos vacinados | (1)45 | 1 599 173 | 2 179 392 | 1 823 318 | 1 367 614 | 1 100 775 |

FONTE: SA.

(1) Faltou imunizante.

Tabela 27

Secretaria da Agricultura
Principais atividades desenvolvidas de defesa vegetal
e conservação do solo no Rio Grande do Sul — 1980-85

| ATIVIDADES | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|--------------------------------------|---------|---------|---------|---------|--------|--------|
| Combate ao serrador da acácia | | | | | | |
| Hectares cadastrados | 4 928 | 1 700 | 3 803 | 7 203 | 9 584 | 2 867 |
| Controle da formiga cortadeira | | | | | | |
| Agricultores atendidos | 10 780 | 13 900 | 11 624 | 18 361 | 23 032 | (1)- |
| Conservação do solo | | | | | | |
| Agricultores atendidos | 4 000 | 3 277 | 5 399 | 5 058 | 3 768 | 3 177 |
| Locação de terraços (km) | 9 587 | 9 575 | 8 279 | 7 552 | 7 922 | 9 675 |
| Locação de canais (n.º) | 2 518 | 1 627 | 2 769 | 2 341 | 1 851 | 2 586 |
| Melhoramento de pastagens (ha) | 64 000 | 82 500 | 105 000 | 29 052 | 16 896 | 9 724 |
| Implantação de viveiros municipais | | | | | | |
| Viveiros implantados | 60 | 6 | 6 | 4 | 38 | 10 |
| Fixação de dunas | | | | | | |
| Área coberta (m ²) | 78 785 | 72 310 | 80 102 | 7 500 | 20 500 | 56 250 |
| Mudas plantadas | 208 848 | 182 150 | 444 400 | 150 000 | 84 306 | (1)- |

FONTE: SA.

(1) Dado não mais coletado.

Tabela 28

Secretaria da Agricultura
Serviços de infra-estrutura e apoio prestados no Rio Grande do Sul — 1980-85

| ATIVIDADES | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Construção de poços, açudes e barragens | | | | | | |
| Poços | 302 | 262 | 276 | 211 | 255 | 224 |
| Metros | 19 345 | 17 504 | 18 616 | 13 490 | 15 801 | 14 705 |
| Açudes, barragens e bebedouros | | | | | | |
| Número | 123 | 198 | 265 | 469 | 1 804 | 1 198 |
| Horas | 5 864 | 12 116 | — | 15 410 | 24 324 | 16 709 |
| Terras públicas | | | | | | |
| Concessões | | | | | | |
| Número | 153 | 748 | 3 780 | 1 842 | 208 | 566 |
| Hectares | 2 615 | 9 551 | 28 590 | 10 020 | 1 104 | 1 547 |
| Contratos (escrituras) | | | | | | |
| Número | 16 | 224 | 2 | 23 | 4 | 1 |
| Hectares | 162 | 386 | 14 | 363 | 64 | 70 |
| Legitimação (títulos expedidos) .. | | | | | | |
| Número | 261 | 381 | 398 | 580 | 2 877 | 395 |
| Hectares | 3 606 | 4 213 | 4 553 | 5 453 | 14 913 | 2 360 |
| Drenagem e irrigação | | | | | | |
| <i>Metros cúbicos</i> | 17 000 | 29 060 | 150 000 | 178 875 | 89 704 | 49 574 |
| Controle e fiscalização de vinhos | | | | | | |
| Produto liberado à comercialização (1000l) | 210 531 | 215 709 | 238 953 | 208 590 | 368 548 | 304 823 |
| Terraplenagem e subsolagem | | | | | | |
| Terraplenagem | | | | | | |
| Obras | 18 | 11 | — | 28 | 46 | 72 |
| Horas | 1 974 | 1 092 | 3 374 | 1 725 | 2 675 | 3 385 |
| Subsolagem | | | | | | |
| Obras | 9 | 10 | — | 20 | 39 | 57 |
| Horas | 1 424 | 3 334 | 2 254 | 1 199 | 2 143 | 3 430 |
| Hectares | 142 | 333 | 225 | 390 | 235 | 561 |

FONTE: SA.

Tabela 29

**Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência
Técnica e Extensão Rural**
**Força de trabalho e público beneficiário da assistência técnica
e extensão rural no Rio Grande do Sul — 1976-85**

| DISCRIMINAÇÃO | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|--|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Número de escritórios municipais | 96 | 96 | 141 | 156 | 157 | 177 | 177 | 177 | 177 | 188 |
| Total de técnicos de campo | 337 | 363 | 525 | 695 | 680 | 1 113 | 1 065 | 1 017 | 930 | 929 |
| Nível superior | 220 | 210 | 243 | 314 | 294 | 357 | 370 | 343 | 314 | 315 |
| Nível médio | 117 | 153 | 282 | 381 | 386 | 756 | 695 | 674 | 616 | 614 |
| Total de produtores beneficiários | 26 519 | 39 927 | 56 127 | 92 279 | 109 288 | 120 497 | 188 928 | 192 532 | 188 335 | 164 681 |
| Produtores assistidos | 12 040 | 16 769 | 22 451 | 33 939 | 43 715 | 47 701 | 82 490 | 91 181 | 85 518 | 74 777 |
| <i>Produtores orientados</i> | 14 479 | 23 158 | 33 676 | 58 340 | 65 573 | 72 796 | 106 438 | 101 351 | 102 817 | 89 904 |
| Pequenos | 22 011 | 33 139 | 47 146 | 77 514 | 91 802 | 101 217 | 158 700 | 161 727 | 163 851 | 143 272 |
| Médios | 3 845 | 5 710 | 7 858 | 12 919 | 15 300 | 16 870 | 26 450 | 26 954 | 19 587 | 17 127 |
| Grandes | 663 | 1 078 | 1 123 | 1 846 | 2 186 | 2 410 | 3 778 | 3 851 | 4 897 | 4 282 |
| Total de donas-de-casa beneficiárias | 22 053 | 22 073 | 27 438 | 39 573 | 44 360 | 48 785 | 81 407 | 104 633 | 108 322 | 106 493 |
| Donas-de-casa assistidas | 13 232 | 13 354 | 16 682 | 24 140 | 27 422 | 22 785 | 36 939 | 47 633 | 49 557 | 48 720 |
| Donas-de-casa orientadas | 8 821 | 8 719 | 10 756 | 15 433 | 16 938 | 26 000 | 44 468 | 57 000 | 58 765 | 57 773 |
| Total de jovens assistidos | 7 832 | 6 513 | 8 712 | 9 469 | 17 453 | 18 374 | 25 920 | 36 567 | 39 240 | 37 494 |
| Total de agentes colaboradores | — | — | — | — | — | 200 | 8 760 | 10 654 | 11 013 | 10 240 |
| Líderes | — | — | — | — | — | — | 8 360 | 8 938 | 9 207 | 8 374 |
| Multiplicadores | — | — | — | — | — | 200 | 400 | 1 716 | 1 806 | 1 866 |
| Total de grupos e clubes assistidos | 538 | 499 | 842 | 1 758 | 2 181 | 2 770 | 6 072 | 7 397 | 7 397 | 6 878 |
| Número | 538 | 499 | 842 | 1 758 | 2 181 | 2 770 | 6 072 | 7 397 | 7 397 | 6 878 |
| Participantes | 12 306 | 11 567 | 21 037 | 39 484 | 54 972 | 60 025 | 116 596 | 137 558 | 132 684 | 124 019 |
| Grupos dos produtores | — | — | — | 502 | 628 | 825 | 3 600 | 3 991 | 3 906 | 3 619 |
| Número | — | — | — | 502 | 628 | 825 | 3 600 | 3 991 | 3 906 | 3 619 |
| Participantes | — | — | — | 9 043 | 11 304 | 13 832 | 57 411 | 63 549 | 60 394 | 55 683 |
| Grupos e clubes de donas-de-casa | 206 | 232 | 493 | 836 | 1 046 | 1 256 | 1 621 | 2 293 | 2 391 | 2 280 |
| Número | 206 | 232 | 493 | 836 | 1 046 | 1 256 | 1 621 | 2 293 | 2 391 | 2 280 |
| Participantes | 4 474 | 5 054 | 12 325 | 20 972 | 26 215 | 27 819 | 36 411 | 46 705 | 46 042 | 45 309 |
| Grupos e clubes de jovens rurais | 332 | 267 | 349 | 420 | 507 | 689 | 851 | 1 113 | 1 100 | 979 |
| Número | 332 | 267 | 349 | 420 | 507 | 689 | 851 | 1 113 | 1 100 | 979 |
| Participantes | 7 832 | 6 513 | 8 712 | 9 469 | 17 453 | 18 374 | 22 774 | 27 304 | 26 284 | 23 027 |
| <i>Integração com instituições de ensino</i> | 1 929 | 893 | 1 960 | 1 960 | 3 593 | 3 311 | 4 889 | 7 512 | 7 779 | 8 911 |
| Professores | 1 929 | 893 | 1 960 | 1 960 | 3 593 | 3 311 | 4 889 | 7 512 | 7 779 | 8 911 |
| Escolas | 965 | 205 | 1 111 | 1 111 | 2 132 | 1 977 | 2 629 | 3 868 | 3 947 | 4 574 |
| Alunos | — | — | 11 879 | 11 879 | 31 077 | 29 655 | 56 984 | 105 243 | 116 017 | 134 047 |

FONTE: CPLAN/EMATER/RS.

Tabela 30

Fundação de Ciência e Tecnologia
Análises, testes e ensaios realizados pela CIENTEC
no Rio Grande do Sul — 1976-85

| ANOS | NÚMERO DE LAUDOS EMITIDOS |
|------|---------------------------|
| 1976 | 6 053 |
| 1977 | 6 720 |
| 1978 | 8 581 |
| 1979 | 8 423 |
| 1980 | 7 560 |
| 1981 | 8 335 |
| 1982 | 7 189 |
| 1983 | 6 784 |
| 1984 | 6 914 |
| 1985 | 6 700 |

FONTE: CIENTEC

Tabela 31

Secretaria da Fazenda
 Receita Geral do Estado do Rio Grande do Sul - 1976-85

(Cr\$ milhões)

| EXERCÍCIOS | RECEITAS CORRENTES | | | | | | | | | | RECEITAS DE CAPITAL | | | | | TOTAL | | | | | | | | | | | | |
|------------|--------------------|---|-----------|----|--------|--------|-------------------------------------|--------|------------------------------------|-------|-------------------------------------|-------|-----------------------------------|---|----------------------------------|-----------|----|---------------------------------------|---|---|----|---------------------------------------|---|------------------------------|---|---|---|--|
| | VTB | % | ICM | % | OUTRAS | (Cr\$) | RECEI- TA DE CONTRI- BUÇÃO | % | RECEI- TA PA- TRIMÓ- NIAL | % | RECEI- TA A- GROPE- CUÁRIA | % | RECEI- TA IN- DUS- TRIAL | % | RECEI- TA DE SERVI- ÇOS | | % | TRANSPÉ- RÊNCIAS CORREN- TES | % | OUTRAS RECEI- TAS CORREN- TES | % | OPER- RAÇÕES DE CREDI- TO | % | ALLE- NAÇÃO DE BENS | % | TRANS- FERÊN- CIAS DE CA- PITAL | % | OU- TRAS RECEI- TAS DE CAPITAL |
| 1976 | 187 | 2 | 6 581 | 68 | 221 | 2 | - | 269 | 3 | 46 | 0 | 26 | 0 | - | 0 | 286 | 3 | 201 | 2 | 1 477 | 15 | 48 | 0 | 453 | 5 | - | - | 9 795 |
| 1977 | 267 | 2 | 10 525 | 72 | 289 | 2 | - | 82 | 1 | 41 | 0 | 18 | 0 | - | 0 | 632 | 4 | 362 | 2 | 1 481 | 10 | 22 | 0 | 731 | 5 | 218 | 2 | 14 668 |
| 1978 | 401 | 2 | 14 664 | 62 | 274 | 1 | - | 508 | 2 | 56 | 0 | 29 | 0 | - | 0 | 1 485 | 6 | 713 | 3 | 4 278 | 18 | 3 | 0 | 1 263 | 6 | - | - | 23 674 |
| 1979 | 699 | 2 | 22 995 | 64 | 395 | 1 | - | 311 | 1 | 86 | 0 | 20 | 0 | - | 0 | 3 374 | 9 | 987 | 3 | 6 492 | 18 | 141 | 0 | 729 | 2 | 4 | 0 | 36 233 |
| 1980 | 1 266 | 2 | 49 141 | 66 | 1 117 | 2 | - | 1 668 | 2 | 167 | 0 | 26 | 0 | - | 0 | 5 671 | 8 | 2 087 | 3 | 10 759 | 15 | 194 | 0 | 1 626 | 2 | 133 | 0 | 73 855 |
| 1981 | 2 847 | 2 | 106 284 | 63 | 1 731 | 1 | - | 9 072 | 5 | 315 | 0 | 32 | 0 | - | 0 | 11 043 | 7 | 2 212 | 1 | 29 771 | 18 | 232 | 0 | 4 378 | 3 | 16 | 0 | 167 933 |
| 1982 | 6 919 | 2 | 219 535 | 58 | 2 919 | 1 | - | 29 321 | 8 | 520 | 0 | 33 | 0 | - | 0 | 32 297 | 8 | 10 463 | 3 | 78 205 | 20 | 113 | 0 | 60 | 0 | 55 | 0 | 380 455 |
| 1983 | 15 397 | 2 | 492 445 | 66 | 4 981 | 1 | - | 41 930 | 6 | 278 | 0 | 447 | 0 | - | 0 | 68 075 | 9 | 27 466 | 4 | 91 077 | 12 | 94 | 0 | 80 | 0 | 13 | 0 | 742 689 |
| 1984 | 47 153 | 2 | 1 586 917 | 62 | 18 323 | 1 | - | 7 935 | 0 | 1 071 | 0 | 2 792 | 0 | - | 0 | 256 811 | 10 | 85 393 | 3 | 572 845 | 22 | 131 | 0 | 1 429 | 0 | 44 | 0 | 02 582 060 |
| 1985(2) | 163 938 | 2 | 6 100 000 | 67 | 61 175 | 0 | - | 65 435 | 0 | 3 627 | 0 | 7 683 | 0 | - | 0 | 1 061 386 | 12 | 266 043 | 3 | 1 455 059 | 16 | 8 647 | 0 | 1 330 | 0 | 1 | 0 | 09 200 000 |

FORNTE: (1) Valores inferiores a Cr\$ 1.000.000. (2) Dados estimados.
 Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul 1976/1984 (1977/1985). Porto Alegre, Secretaria da Fazenda.



Tabela 32

Secretaria da Fazenda
Receita líquida e serviço da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul - 1976-85

| ESPECIFICAÇÃO | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|---------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|-----------|-----------|------------|
| Receita realizada | 9 795 | 14 668 | 23 346 | 35 786 | 73 051 | 167 933 | 380 455 | 742 589 | 2 584 317 | 9 200 000 |
| Receita de operações de crédito | 1 476 | 1 480 | 4 277 | 6 492 | 10 759 | 29 772 | 78 205 | 91 076 | 572 844 | 1 523 142 |
| Receita líquida | 8 319 | 13 188 | 19 069 | 29 294 | 62 292 | 138 161 | 302 250 | 651 613 | 2 011 473 | 7 676 858 |
| Serviço da dívida pública | 1 125 | 2 042 | 2 599 | 4 829 | 10 085 | 19 847 | 60 109 | 267 246 | 671 851 | 5 352 000 |
| Aproprizações | 588 | 1 125 | 1 196 | 2 259 | 5 575 | 7 335 | 14 835 | 52 210 | 196 682 | 1 008 000 |
| Encargos | 557 | 917 | 1 503 | 2 570 | 4 510 | 12 512 | 45 274 | 201 036 | 475 169 | 4 344 000 |
| Despesa total | 11 099 | 15 334 | 22 910 | 36 986 | 75 854 | 174 149 | 411 543 | 1 040 299 | 3 028 671 | 14 423 000 |

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1976/1984 (1977/1985). Porto Alegre, Secretaria da Fazenda.

(1) Dados estimados.

Tabela 33

Secretaria da Fazenda
Dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul - 1976-85

(Cr\$ milhões)

| DISCRIMINAÇÃO | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|------------------------------|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) | % VALOR (Cr\$) |
| Dívida fundada externa | 609 | 8 | 1 234 | 8 | 5 439 | 11 | 23 111 | 86 182 | 603 712 | 2 012 600 |
| Dívida fundada interna | 3 100 | 49 | 9 286 | 58 | 30 519 | 63 | 244 837 | 674 984 | 2 245 339 | 8 477 788 |
| Dívida flutuante | 3 610 | 43 | 5 378 | 34 | 12 351 | 26 | 84 689 | 351 783 | 1 469 444 | 2 929 758 |
| TOTAL | 7 319 | 100 | 15 898 | 100 | 48 309 | 100 | 352 637 | 1 112 949 | 4 318 495 | 13 420 146 |

FONTE: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul 1976/1984 (1977/1985).

Porto Alegre, Secretaria da Fazenda.

(1) Dados estimados.

Tabela 34

Banco do Estado do Rio Grande do Sul
Demonstrativo dos resultados dos balanços do Banco do
Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85

| ANOS | Lucro líquido do exercício (Cr\$ milhões) | Participação do Barrisul em depósitos do sistema Financeiro Nacional(2)(%) | Índice de Imobilização(%) |
|------|---|--|------------------------------|
| 1976 | 251 | 1,33 | 41,92 |
| 1977 | 507 | 1,34 | 34,46 |
| 1978 | 343 | 1,33 | 46,98 |
| 1979 | 353 | 1,38 | 59,03 |
| 1980 | 378 | 1,41 | 72,50 |
| 1981 | 585 | 1,34 | 80,81 |
| 1982 | 899 | 1,45 | 83,20 |
| 1983 | 25 967 | 1,82 | 164,99 (3) |
| 1984 | 34 127 | 1,89 (4) | 127,20 |
| 1985 | 303 109 | 1,52 (5) | 94,11 |

FONTE: BANRISUL

(1) Dados em valores correntes. (2) Os dados dos anos de 1976 a 1983 referem-se à participação média no segundo semestre de cada ano. (3) Valor elevado em consequência do prejuízo de Cr\$ 25,9 bilhões do patrimônio líquido na apuração da relação imobilização/patrimônio líquido. (4) O dado expressa a participação em dez./84. (5) O dado refere-se a jun./85, única posição disponível.

Tabela 35

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado
do Rio Grande do Sul
Dados estatísticos da Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85

| DISCRIMINAÇÃO | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 (1) |
|--|------|------|------|-------|-------|-------|--------|--------|---------|-------------|
| Patrimônio líquido ... | 36 | 73 | 123 | 238 | 551 | 1 640 | 4 396 | 13 132 | 41 939 | 137 292 |
| Capital social | 15 | 20 | 50 | 121 | 206 | 452 | 1 131 | 2 262 | 6 786 | 22 054 |
| Lucro operacional | 24 | 48 | 61 | 196 | 438 | 1 685 | 3 880 | 9 811 | 17 057 | 51 406 |
| Lucro líquido depois do IR | 20 | 40 | 28 | 82 | 217 | 696 | 1 986 | 1 986 | 137 | 25 206 |
| Compromissos de re- compra ou compra de títulos de renda fixa | 595 | 995 | 871 | 1 198 | 3 059 | 6 459 | 41 241 | 94 468 | 145 488 | 756 625 |
| Receitas operacionais . | 44 | 70 | 96 | 305 | 589 | 2 045 | 5 147 | 14 285 | 178 429 | 484 542 |
| Despesas operacionais | 20 | 22 | 34 | 109 | 151 | 360 | 1 267 | 4 474 | 161 372 | 433 136 |

FONTE: DIVERGS.

NOTA: Dados em valores correntes.

(1) Valores estimados.

Tabela 36

Caixa Econômica Estadual
Comportamento da Carteira de Depósitos da CEE/RS — 1982-85

| ANOS | IDI | | ORTN | | △ % da Carteira de Depósitos | | Saldo Contábil da Carteira | |
|------|-----------------|-----------|---------------|-----------|------------------------------|----------|----------------------------|-----------------|
| | Índice | △ % Anual | Valor em Cr\$ | △ % Anual | Nominal | Real | Cr\$ 1 000 000 | 1 000 000-ORTNs |
| 1982 | 1 359,4 | 99,7 | 2 733,27 | 97,76 | 127,33 | 14,95 | 85 890 | 31,42 |
| 1983 | 7 213,2 | 211,0 | 7 012,99 | 156,58 | 211,57 | 21,43 | 267 613 | 38,16 |
| 1984 | 23 357,1 | 223,8 | 22 110,46 | 215,28 | 269,25 | 17,12 | 988 155 | 44,69 |
| 1985 | (1 77 857,2(1)) | 233,3(1) | 70 613,67 | 219,37 | 320,42(1) | 31,64(1) | 4 154 425(1) | 58,83(1) |

FONTE: Consultoria Técnica da CEE/RS.

NOTA: 1. Valores com correção monetária.

2. IDI e ORTN com valores de dezembro.

(1) Previsão.

Tabela 37

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
Valor das operações financeiras realizadas pelo BADESUL — 1983/85

| OPERAÇÕES | 1983 | | 1984 | | 1985(1) | |
|--------------------------|------|-------------------------|-------|-------------------------|---------|-------------------------|
| | Nº | VALOR (Cr\$ bilhões) | Nº | VALOR (Cr\$ bilhões) | Nº | VALOR (Cr\$ bilhões) |
| Operações aprovadas .. | 1181 | 79,6 | 958 | 273,4 | 594 | 413,7 |
| Operações contratadas .. | 1120 | 68,8 | 985 | 290,4 | 627 | 416,6 |
| Operações liberadas .. | 1508 | 59,0 | 1 534 | 243,4 | 779 | 392,5 |

FONTE: BADESUL

NOTA: Foram considerados os valores correntes.

(1) Refere-se ao período de janeiro a novembro de 1985.

Tabela 38

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Número de consumidores, por classes, no Rio Grande do Sul — 1979-85

| CLASSES | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Residenciais | 1 002 268 | 1 089 679 | 1 167 379 | 1 256 421 | 1 333 506 | 1 404 275 | 1 469 549 |
| Comerciais | 177 695 | 122 634 | 128 746 | 135 568 | 140 648 | 145 111 | 148 692 |
| Industriais | 18 460 | 20 915 | 21 727 | 23 150 | 23 575 | 24 031 | 24 159 |
| Rurais | 67 498 | 86 259 | 101 004 | 114 459 | 127 298 | 140 769 | 155 010 |
| Outros(2) | 12 257 | 12 611 | 13 271 | 13 923 | 14 447 | 14 920 | 15 685 |
| TOTAL | 1 218 178 | 1 332 098 | 1 432 127 | 1 543 521 | 1 639 474 | 1 729 106 | 1 813 095 |

FONTE: CEEE

(1) Os dados de outubro, novembro e dezembro foram estimados e constam do somatório total.

(2) Inclui iluminação pública, poderes públicos e serviços públicos.

Tabela 39

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Consumo líquido de energia elétrica, por classes,
no Rio Grande do Sul — 1979-85

| CLASSES | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Residenciais | 1 196 997 | 1 375 810 | 1 501 892 | 1 673 162 | 1 857 650 | 2 036 196 | 2 161 400 |
| Comerciais | 780 970 | 886 545 | 936 287 | 1 013 145 | 1 074 596 | 1 157 950 | 1 212 927 |
| Industriais | 2 239 405 | 2 604 656 | 2 622 209 | 2 835 420 | 3 129 658 | 3 567 757 | 3 903 194 |
| Rural | 233 461 | 322 169 | 424 589 | 479 838 | 629 065 | 737 449 | 868 214 |
| Outros(2) | 525 436 | 575 965 | 621 234 | 669 161 | 719 059 | 766 489 | 834 619 |
| TOTAL | 4 976 269 | 5 765 145 | 6 106 211 | 6 670 726 | 7 410 028 | 8 265 841 | 8 980 354 |

FONTE: CEEE.

(1) Os dados de outubro, novembro e dezembro foram estimados e constam do somatório total.

(2) Inclui iluminação pública, poderes públicos e serviços públicos.

Tabela 40

Companhia Riograndense de Telecomunicações
Indicadores físicos da CRT — 1976-85

| ITENS | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Terminais instalados | 143 453 | 182 409 | 200 674 | 205 798 | 227 156 | 278 505 | 365 236 | 384 356 | 393 830 | 403 612 |
| Terminais em serviço | 125 920 | 141 957 | 164 414 | 182 625 | 201 721 | 235 227 | 286 558 | 335 034 | 361 681 | 377 443 |
| Telefones instalados | 201 197 | 238 167 | 277 539 | 314 126 | 365 499 | 408 685 | 496 528 | 585 664 | 635 980 | 660 210 |
| Chamadas interurbanas (DDD + manuais) (10 m ³) | 34 754 | 43 559 | 44 834 | 36 304 | 45 165 | 50 592 | 60 285 | 71 859 | 81 824 | 92 879 |
| Centrais automáticas | 58 | 69 | 76 | 84 | 98 | 106 | 145 | 153 | 157 | 166 |
| Municípios com DDD e DDI | 34 | 44 | 61 | 62 | 67 | 77 | 112 | 120 | 126 | 137 |
| Empregados | 5 918 | 5 821 | 5 918 | 6 949 | 7 435 | 7 346 | 7 491 | 7 203 | 7 077 | 7 048 |
| Empregados/1000 terminais instalados | 41,25 | 31,91 | 29,49 | 33,77 | 32,74 | 26,38 | 20,00 | 18,74 | 17,97 | 17,46 |
| Postos de telefonia rural social | — | — | — | — | — | — | — | — | 13 | 208 |

FONTE: CRT.

(1) Dados estimados.

Tabela 41

Companhia Riograndense de Mineração
Produção de carvão mineral e valor comercializado
pelos Rio Grande do Sul — 1976-85

| ANOS | PRODUÇÃO DE CARVÃO (1 000t ROM) | RECEITA OPERACIONAL(1) | |
|---------|------------------------------------|------------------------|-------------|
| | | Cr\$1 000 000 | 1 000 ORTNs |
| 1976 | 460,2 | 26,3 | 146,4 |
| 1977 | 605,3 | 81,1 | 347,1 |
| 1978 | 854,0 | 157,7 | 495,2 |
| 1979 | 1 030,0 | 305,2 | 651,1 |
| 1980 | 1 084,5 | 662,7 | 937,7 |
| 1981 | 1 264,2 | 1 559,2 | 1 128,2 |
| 1982 | 1 291,2 | 2 549,0 | 932,6 |
| 1983 | 1 274,6 | 7 587,8 | 1 082,0 |
| 1984 | 1 468,6 | 25 809,6 | 1 167,3 |
| 1985(2) | 1 150,0 | 59 000,0 | 835,5 |

FONTE: CRM.

(1) A partir de 1982 a receita operacional não inclui o IUM. (2) Dados estimados. O lucro líquido de 1985 depende da política a ser adotada pela direção da empresa com relação ao saldo credor da conta de correção monetária e da provisão para IR. A previsão do resultado adotada considera o saldo integral da conta de correção monetária.

Tabela 42

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Atividades desenvolvidas pelo Departamento Autônomo
de Estradas de Rodagem no Rio Grande do Sul — 1979-85

| ATIVIDADES | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|---|---------------|---------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Conservação de rodovias (km) | 10 471 | 10 642 | 10 642 | 19 540 | 10 524 | 10 586 | 10 524 |
| Patrulagem (m ²) | 1 086 120 000 | 1 165 000 000 | 1 060 043 000 | 978 536 880 | 902 440 000 | 950 000 000 | 997 560 000 |
| Rozada manual e mecânica (m ²) | 27 984 854 | 35 000 000 | 40 560 000 | 36 382 120 | 35 577 502 | 33 955 787 | 39 309 335 |
| Revestimento primário (m ³) | 825 080 | 1 036 000 | 1 147 391 | 1 308 008 | 1 252 400 | 1 300 000 | 1 446 000 |
| Capa selante e tratamentos superficiais (m ²) | 1 214 000 | 1 300 000 | 1 287 222 | 990 724 | 690 300 | 739 680 | 460 000 |
| Implantação de rodovias (km) | 79 | 197 | 364 | 315 | 284 | 396 | 435 |
| Construção de obras-de-arte especiais (m) | 1 110 | 950 | 545 | 417 | 669 | 1 014 | 706 |
| Pavimentação de rodovias (km) | 51 | 105 | 208 | 250 | 88 | 254 | 240 |

FONTE: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

Tabela 43

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Construção e melhoria de estradas vicinais, aterros e terraplenagem
no Rio Grande do Sul — 1976-85

| ANOS | CONSTRUÇÃO (A) (km) | MELHORIAS (B) (km) | TOTAL (A + B) (km) | ATERROS (m ³) | TERRAPLENAGEM (m ³) | NÚMERO DE ESTRADAS | MUNICÍPIOS BENEFICIADOS |
|------|------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------------|------------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 1976 | 1 277,0 | 1 148,5 | 2 425,5 | 135 000 | — | 258 | 108 |
| 1977 | 846,0 | 1 104,5 | 1 950,5 | 166 790 | 66 872 | 270 | 129 |
| 1978 | 736,0 | 1 265,0 | 2 001,0 | 203 000 | 343 000 | 288 | 131 |
| 1979 | 595,8 | 1 065,8 | 1 661,6 | 215 909 | 168 520 | 258 | 114 |
| 1980 | 606,8 | 2 007,6 | 2 614,4 | 164 102 | 419 782 | 301 | 127 |
| 1981 | 463,0 | 1 703,0 | 2 166,0 | 85 000 | 734 000 | 302 | 135 |
| 1982 | 533,0 | 1 332,0 | 1 865,0 | 223 730 | 505 302 | 331 | 129 |
| 1983 | 429,1 | 1 474,3 | 1 903,4 | 425 660 | 496 498 | 326 | 154 |
| 1984 | 392,0 | 1 561,0 | 1 953,0 | 433 920 | 127 135 | 378 | 161 |
| 1985 | 376,6 | 1 566,1 | 1 942,7 | 718 485 | 111 410 | 318 | 149 |

FONTE: CINTEA.

Tabela 44

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Número e extensão total de obras-de-arte especial no Rio Grande do Sul — 1976-85

| ANOS | NÚMERO | EXTENSÃO (m) |
|------|--------|--------------|
| 1976 | 48 | 1 670,0 |
| 1977 | 34 | 1 837,4 |
| 1978 | 28 | 988,6 |
| 1979 | 14 | 632,5 |
| 1980 | 6 | 360,7 |
| 1981 | 47 | 2 034,2 |
| 1982 | 61 | 2 232,0 |
| 1983 | 54 | 2 297,8 |
| 1984 | 76 | 2 426,0 |
| 1985 | 100 | 3 433,0 |

FONTE: CINTEA.

Tabela 45

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
Movimento de mercadorias nos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas — 1983-85

| PORTOS | (1.000t) | | |
|--------------------|----------|--------|---------|
| | 1983 | 1984 | 1985(I) |
| Porto Alegre | 8 616 | 8 988 | 8 900 |
| Rio Grande | 10 682 | 11 015 | 11 202 |
| Pelotas | 303 | 339 | 427 |
| TOTAL | 19 602 | 20 391 | 20 529 |

FONTE: DEPRC.

(I) Dados estimados.

Tabela 46

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Recursos destinados a bolsas de estudo pela Fundação de
Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — 1976-85

| BOLSAS | (Cr\$ 1 000) | | | | | | | | | |
|--------------------------|--------------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|----------|----------|----------|
| | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
| Aperfeiçoamento..... | 962,0 | 938,2 | 740,3 | 1 239,0 | 900,0 | 1 776,0 | 1 220,0 | 4 635,0 | 8 565,0 | 15 375,0 |
| Pós-graduação | | | | | | | | | | |
| Mestrado..... | 949,6 | 1 437,5 | 1 036,7 | 2 022,0 | 1 172,0 | 2 296,0 | 3 484,0 | 4 660,0 | 6 030,0 | 23 600,0 |
| Doutorado..... | 72,0 | 72,0 | — | — | 600,0 | 168,0 | — | — | 900,0 | — |
| Especial de pesquisa .. | 219,4 | 792,0 | 1 537,5 | 1 819,8 | 1 374,0 | 3 468,0 | 4 587,0 | 11 336,0 | 23 330,0 | 36 470,0 |
| Especial de estágio..... | 20,8 | 38,4 | 220,6 | 87,2 | 530,3 | 1 281,5 | 3 841,0 | 4 826,0 | 2 480,0 | 21 030,0 |
| TOTAL..... | 2 223,8 | 3 278,1 | 3 535,4 | 5 168,0 | 4 576,3 | 8 989,5 | 13 132,0 | 25 457,0 | 41 275,0 | 96 475,0 |

FONTE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Dados em valores correntes.

Tabela 47

Secretaria da Administração
Concessão de vantagens e outros direitos pela Secretaria
da Administração do Rio Grande do Sul — 1979-85

| ESPECIFICAÇÃO | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Vantagens Diversas | | | | | | | |
| Triênios e avanços..... | 14 094 | 34 975 | 27 459 | 21 015 | 21 398 | 48 324 | 30 787 |
| Quinquênios..... | 1 329 | 1 812 | 2 553 | 2 048 | 2 064 | 1 853 | 1 860 |
| Gratificação de 15% e 25%..... | 1 865 | 3 059 | 2 961 | 1 841 | 1 950 | 3 580 | 2 888 |
| Concessão de licença-prêmio..... | 3 668 | 7 637 | 7 090 | 6 484 | 8 174 | 9 445 | 9 841 |
| Conversão de licença-prêmio..... | 696 | 1 241 | 1 227 | 1 748 | 2 112 | 2 895 | 2 539 |
| Subtotal..... | 21 652 | 48 724 | 41 290 | 33 136 | 35 698 | 66 097 | 47 915 |
| Aposentadorias e revisão de proventos | | | | | | | |
| Aposentadorias..... | 1 070 | 1 551 | 1 857 | 3 512 | 3 782 | 4 346 | 3 373 |
| Revisão de proventos..... | 680 | 521 | 670 | 348 | 339 | 246 | 524 |
| Subtotal..... | 1 750 | 2 072 | 2 527 | 3 860 | 4 121 | 4 592 | 3 897 |
| Adicional de insalubridade..... | 1 517 | 2 873 | 1 532 | 1 493 | 1 449 | 764 | 1 054 |
| Promoções e alterações de níveis | | | | | | | |
| Promoções..... | 5 500 | 1 147 | 7 785 | 7 913 | 17 618 | 1 447 | 5 325 |
| Alterações de Níveis..... | 4 893 | 4 634 | 5 086 | 4 187 | 6 898 | 19 182 | 2 367 |
| Subtotal..... | 10 393 | 5 781 | 12 871 | 12 100 | 24 516 | 20 629 | 7 692 |
| TOTAL..... | 35 312 | 59 450 | 58 230 | 50 589 | 65 784 | 92 082 | 60 558 |

FONTE: Secretaria da Administração.

Tabela 48

Secretaria da Administração
Consumo de combustíveis da frota do Estado do
Rio Grande do Sul — 1978-85

| PRODUTOS | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Gasolina(l) | 14 108 135 | 12 712 393 | 12 405 636 | 12 039 636 | 12 670 415 | 11 221 805 | 10 435 225 | 10 120 413 |
| Álcool(l) | — | — | — | — | 500-501 | 999 458 | 1 560 934 | 3 288 909 |
| Óleo Diesel(l) | 30 105 435 | 24 207 114 | 26 877 943 | 26 704 515 | 29 805 639 | 31 368 105 | 33 242 700 | 32 511 827 |
| "Fuel-oil"(kg) | 62 506 158 | 25 052 039 | 19 193 647 | 11 244 000 | 8 276 805 | 5 578 803 | 3 555 323 | 2 779 750 |

FONTE: SUTERGS.



Tabela 49

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas
Volume físico da produção da Companhia Rio-Grandense
de Artes Gráficas — 1976-85

| SERVIÇOS | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(1) |
|---|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Diário Oficial do Estado (exemplares) | 1 010 331 | 1 083 989 | 2 154 229 | 2 172 850 | 1 908 500 | 2 119 530 | 2 208 342 | 2 168 000 | 2 204 630 | 2 362 125 |
| Diário da Assembléia Legislativa (exemplares) | — | — | — | 724 500 | 670 000 | 545 000 | 245 449 | 277 500 | 255 950 | 178 500 |
| Jornais particulares (exemplares) | — | — | — | 1 405 650 | 3 483 000 | 2 018 870 | 1 485 591 | 1 536 000 | 3 904 440 | 7 267 108 |
| Separatas de deputados (exemplares) | — | — | — | 309 000 | 325 000 | 309 523 | 476 579 | 331 000 | 418 605 | 682 186 |
| Revistas (exemplares) | — | — | — | 177 100 | 277 000 | 358 000 | 400 886 | 342 200 | 197 100 | 148 296 |
| Livros (exemplares) | — | — | — | 69 000 | 70 000 | 27 600 | 122 737 | 200 500 | 148 924 | 274 135 |
| Cadernos Escolares (unidades) | — | — | — | — | — | — | — | — | 746 590 | 801 658 |
| Impressos em Geral (unidades) | — | — | — | 16 200 000 | 13 170 000 | 20 484 630 | 55 841 252 | 43 974 000 | 56 812 403 | 98 098 255 |
| Inserções no DOE (colunas) | — | — | — | 3 115 584 | 1 558 384 | 3 561 840 | 3 459 456 | 4 010 904 | 3 402 795 | 3 719 717 |

FONTE: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas.

(1) No exercício de 1985, os volumes físicos do mês de dezembro são projeções.

Tabela 50

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
Número de treinados pela Fundação para o Desenvolvimento
de Recursos Humanos no Rio Grande do Sul — 1976-85

| ANOS | ÁREA PÚBLICA | ÁREA PRIVADA | SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO (1) | TOTAL |
|------|--------------|--------------|--------------------------------|--------|
| 1976 | 1 551 | 418 | 1 115 | 3 084 |
| 1977 | 2 855 | 474 | 1 842 | 5 171 |
| 1978 | 803 | 769 | 1 391 | 2 963 |
| 1979 | 876 | 1 772 | 497 | 2 945 |
| 1980 | 927 | 1 511 | 1 621 | 4 059 |
| 1981 | 1 395 | 3 159 | 1 718 | 6 272 |
| 1982 | 1 560 | 1 874 | 2 471 | 5 905 |
| 1983 | 2 125 | 595 | 4 694 | 7 414 |
| 1984 | 3 581 | 947 | 8 409 | 12 937 |
| 1985 | 2 235 | 2 264 | 14 577 | 19 076 |

FONTE: Relatório da Diretoria 1974 (1974). Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos; Relatório de Atividades 1977/1985 (1977/1985). Porto Alegre; Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos.

(1) Os treinandos constituem-se de professores e especialistas em educação.

Tabela 51

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
Massa protegida pelo Instituto de Previdência do Estado
do Rio Grande do Sul — 1976-85

| ANOS | SEGURADOS | DEPENDENTES | BENEFICIÁRIOS |
|------|-----------|-------------|---------------|
| 1976 | 160 174 | 288 313 | 448 487 |
| 1977 | 166 598 | 249 897 | 416 495 |
| 1978 | 198 759 | 298 139 | 496 898 |
| 1979 | 202 083 | 303 125 | 505 208 |
| 1980 | 212 133 | 318 199 | 530 332 |
| 1981 | 214 940 | 322 410 | 537 350 |
| 1982 | 221 991 | 332 987 | 554 978 |
| 1983 | 234 573 | 351 860 | 586 433 |
| 1984 | 238 919 | 358 379 | 597 299 |
| 1985 | 239 064 | 420 752 | 659 816 |

FONTE: IPERGS.

Tabela 52

Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre
Atendimentos prestados, por programas, pela Secretaria Extraordinária
para Assuntos da Grande Porto Alegre — 1983-85

| PROGRAMAS | 1983 | ATÉ 1984 | ATÉ 1985 |
|--|-------|-------------|-------------|
| Programa de Alimentação Popular Integrada | | | |
| Famílias inscritas | — | 1 200 | 2 500 |
| Quantidade de alimentos distribuídos (kg) | — | 49 808 | 395 852 |
| Programa de Sopas Comunitárias | | | |
| Refeições distribuídas | 8 690 | 42 312 | 190 965 |
| Quantidade de alimentos distribuídos (kg) | 4 345 | 21 192 | 35 848 |
| Programa de Autoconstrução de Núcleos Habitacionais | | | |
| Unidades construídas | — | — | 747 |
| Programa de Erradicação da Submoradia | | | |
| Número de famílias beneficiadas | — | — | 500 |
| Programa de Granjas Solidárias | | | |
| Número de famílias no programa | — | 40 | 30 |
| Quantidade de alimentos produzidos (kg) | — | 41 525 | 126 061 |
| Programa de Retorno de Migrantes | | | |
| Número de migrantes | — | — | 902 |
| Número de municípios de retorno | — | — | 33 |
| Programa Temporário de Atendimento | | | |
| Número de mutirões comunitários | 298 | 3 459 | 5 045 |
| Número de comunidades atendidas | — | 114 | 193 |

FONTE: SEAGPA.

Tabela 53

Gabinete do Governador
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Material adquirido, arrecadado e distribuído e arrecadação monetária
da Campanha da Solidariedade no Rio Grande do Sul — 1983-85

| ESPECIFICAÇÃO | 1983 | 1984 | 1985 |
|--|---------|---------|--------|
| Gêneros alimentícios (kg) | 900 000 | 135 053 | 12 258 |
| Agasalhos (kg) | 400 000 | 89 315 | 8 250 |
| Calçados (kg) | 36 000 | — | — |
| Cobertores (unidades) | 14 098 | 1 962 | 11 385 |
| Acolchoados (unidades) | 1 129 | — | — |
| Colchões (unidades) | 1 292 | 850 | — |
| Material de higiene (kg) | — | 1 290 | — |
| Lavatórios e sanitários (unidades) | — | 800 | 145 |
| Móveis em geral (unidades) | — | 89 | — |
| Pedras e blocos de concreto (unidades) | — | 1 290 | 40 |
| Tijolos (unidades) | — | 7 400 | — |
| Tintas em geral (latas) | — | 570 | 417 |
| Madeiras (m ³) | — | 53 | — |
| Aberturas de madeira (unidades) | — | 450 | — |
| Telhas em geral (unidades) | — | 36 200 | — |
| Diversos (brinquedos, fraldas, utensílios domésticos, etc.) (unidades) | 65 180 | — | — |
| Arrecadação monetária (Cr\$ milhões) (1) | 407 858 | 153 621 | — |

FONTE: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

(1) Valores não corrigidos.

Tabela 54

Gabinete da Primeira Dama do Estado do Rio Grande do Sul
Recursos repassados para creches e entidades beneficiadas pelo Gabinete
da Primeira Dama do Estado do Rio Grande do Sul — 1983-85

| ESPECIFICAÇÃO | 1983 | | 1984 | | 1985 | | TOTAL | |
|---------------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|----------------------|
| | ENTIDADES BENEFICIADAS | VALOR (Cr\$ milhões) (1) | ENTIDADES BENEFICIADAS | VALOR (Cr\$ milhões) (1) | ENTIDADES BENEFICIADAS | VALOR (Cr\$ milhões) (1) | ENTIDADES BENEFICIADAS | VALOR (Cr\$ milhões) |
| Construção | 10 | 36,5 | 21 | 320,2 | 13 | 593,3 | 44 | 952,0 |
| Ampliação ou reconstrução | 3 | 3,5 | 7 | 59,5 | 13 | 292,0 | 23 | 358,0 |
| Equipamentos permanentes | — | — | 9 | 20,3 | 11 | 109,7 | 20 | 130,0 |
| TOTAL | 13 | 40,0 | 37 | 400,0 | 37 | 1 000,0 | 87 | 1 440,0 |

FONTE: Gabinete da Primeira Dama do Estado do Rio Grande do sul.

(1) Dados em valores correntes.